

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

João Vitor Sausen

**NAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO NA FRONTEIRA: AS RELAÇÕES
POLÍTICO-CULTURAIS DE ARGENTINA E BRASIL COM OS
TEUTO-BRASILEIROS DE PUERTO RICO E PORTO NOVO (1919 –
1945)**

Santa Maria, RS
2022

João Vitor Sausen

**NAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO NA FRONTEIRA: AS RELAÇÕES POLÍTICO-
CULTURAIS DE ARGENTINA E BRASIL COM OS TEUTO-BRASILEIROS DE
PUERTO RICO E PORTO NOVO (1919 – 1945)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Medianeira Padoin
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sonia Rosa Tedeschi

Santa Maria, RS
2022

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Sausen, João Vitor

Nação e nacionalização na fronteira: as relações político culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919-1945) / João Vitor Sausen.- 2022.

267 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Medianeira Padoin

Coorientadora: Sonia Rosa Tedeschi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2022

1. Fronteira 2. História Comparada 3. Puerto Rico 4. Porto Novo 5. Teuto-brasileiros I. Padoin, Maria Medianeira II. Tedeschi, Sonia Rosa III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.


Declaro, JOÃO VITOR SAUSEN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

João Vitor Sausen

NAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO NA FRONTEIRA: AS RELAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS DE ARGENTINA E BRASIL COM OS TEUTO-BRASILEIROS DE PUERTO RICO E PORTO NOVO (1919 – 1945)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2022.



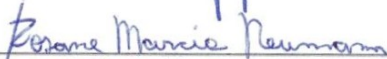
Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)
(Presidenta/Orientadora)



Sonia Rosa Tedeschi, Dra. (UNL)
(Coorientadora)



René Ernani Gertz, Dr. (PUCRS/UFRGS)



Rosane Márcia Neumann, Dra. (FURG)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Apesar da pandemia, das dificuldades e limitações encontradas, da exaustão mental após esses dois anos, a Dissertação tomou forma e encontrou sua versão final. Desta maneira, faz-se necessário dedicar este espaço como forma de agradecimento a aqueles que garantiram o apoio psicológico, logístico, intelectual e econômico para todo este processo. A longa extensão destes agradecimentos, por sua parte, revela a complexidade deste período e como este trabalho se vincula à uma grande rede de pessoas e instituições. Nada se faz sozinho na vida acadêmica.

Os meus pais, Ágata e Vito, minha tia Inês, minha irmã Carla e meu cunhado Pedro, garantiram o apoio do núcleo familiar, que incluiu todas as esferas possíveis, sem questionar minhas escolhas profissionais e dando todo o apoio necessário para que eu pudesse ir em busca de meus sonhos. Além deles, a extensão natural da casa, as tias Wali e Zélia, também foram provedoras especiais de apoio durante este processo e da vida de forma geral.

Em Santa Maria, cidade que me acolheu, é preciso mencionar os vários núcleos que me deram suporte durante estes anos. A Paula, um encontro inesperado nos meses finais desta jornada, que conviveu comigo durante os dias mais turbulentos de escrita e finalização, demonstrou o quão importante uma pessoa pode se tornar em tão pouco tempo. O Cyro e o Guilherme, com quem passei a viver durante a pandemia, demonstraram a importância de compartilhar o espaço com aqueles que te compreendem, bem como o valor que possui uma amizade durante tempos tão turbulentos quanto os de uma pandemia. Além disso, foram aqueles que mais me aturaram ao falar da pesquisa, e que ofereceram valiosas perspectivas para a investigação. Também compartilharam comigo o espaço de casa, por um período efêmero, a Mery e o Ricardo, que se transformaram em grandes amizades que quero levar para a vida.

Recordo também o Eduardo, que me garantiu incontáveis caronas entre Itapiranga e Santa Maria, e que desde 2015 foi um grande auxiliador de minha jornada universitária e pessoal. A Jaciele e o André, também foram responsáveis por algumas destas circulações entre as cidades, aos quais também deixo o meu agradecimento.

Em Itapiranga, a Jaíne, a Leticia, o Guilherme e o Fabio, aqueles com quem eu quase nem tive contato durante estes dois anos, se mantiveram como grandes apoios à distância e incentivadores desta jornada. Também devo recordar dos amigos instalados longe das cidades onde eu vivo, a Alexia, o Douglas, a Eliza, a Isabel, o Pedro e o Fernando, que guardaram sua importância durante este período.

No mundo acadêmico, devo recordar o meu Colega de Grupo de Pesquisa, História Platina, Gustavo Andrade, o qual contribuiu profundamente para esta pesquisa, quando, em dezembro de 2019, trouxe para mim de Buenos Aires o livro “*Con la patria a cuestas*”, que serviu como um verdadeiro manual para este trabalho. Sua autora, María Cecilia Gallero, maior especialista sobre Puerto Rico, também foi atenciosa com as minhas dúvidas, e auxiliou com sugestões, concessões de imagens digitalizadas e dicas de pesquisa.

O Carlos Piassini, outro colega do mesmo grupo de pesquisa, também colaborou com sua amizade, importantes dicas e como um parceiro de escrita durante esta jornada.

Além deles, o Leandro Mayer, que se tornou um grande amigo, sempre esteve à disposição de dúvidas e pedidos, daquele que tanto admira seus feitos enquanto pesquisador de Porto Novo.

Por falar de amizades, a Maria Medianeira Padoin, orientadora que tenho o prazer de chamar de amiga, foi a grande mentora intelectual deste processo, que não mediu esforços para me apoiar e demonstrar a importância da pesquisa em História para a minha formação humana. Além disso, foi ela que me abriu os olhos para os contextos de fronteira, e suas implicações para os processos históricos, o que norteia este trabalho. Junto à sua direção, a coorientadora Sonia Rosa Tedeschi, que tanto me auxiliou no período que estive em Santa Fe como aluno de

mobilidade acadêmica, e que aceitou a missão de coorientar esse trabalho, também deve ser mencionada nestes agradecimentos.

Também é necessário registrar a importância da banca de qualificação, formada por Rosane Márcia Neumann e Julio Ricardo Quevedo dos Santos, que contribuiu para o aprimoramento do projeto e do trabalho que agora encontra sua versão final. No Exame de Defesa, por sua parte, além dos importantes comentários de Rosane Neumann, foram somadas as contribuições de René Ernaini Gertz, que agora fazem parte das páginas deste trabalho.

Esta pesquisa contou também com a importante contribuição dos Arquivos consultados, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; o *Archivo General de Gobernación de Misiones*, e sua funcionária Alba, que me auxiliou nos rumos da pesquisa naquele local; e ao Centro Histórico de Chapecó, e seu técnico Cledir Giroto, que tratou da digitalização de documentos para mim. Também devo agradecer aos esforços cada vez mais comuns de digitalização e disponibilização de documentos em formato on-line, que garantiram a realização desta pesquisa.

O Colégio Politécnico de Santa Maria, onde lecionei por todo o ano de 2020, bem como o Jornal Expressão, onde fui colunista durante os dois anos de Mestrado, me ofereceram importantes experiências enquanto professor e pesquisador, que também contribuíram para esta jornada.

Do ponto de vista das instituições, o Programa de Pós-Graduação em História e a Universidade Federal de Santa Maria me garantiram um ensino público de qualidade, que foi de grande importância para minha formação profissional e pessoal, que me tornam um eterno defensor das universidades públicas.

Por fim, e com importância crucial para este processo, agradeço à instituição financiadora, CAPES, que não somente garantiu a viabilização dos esforços de pesquisa, como foi a partir dela que sobrevivi financeiramente ao longo destes dois anos de Mestrado. Espero que os mestrandos do futuro também tenham esta possibilidade à disposição.

Junto a uma igreja em construção, cercado pelos diretores da Companhia Colonizadora Sul-Brasil e por inúmeros colonos e suas famílias, o presidente agradece uma saudação de boas-vindas. São ensinamentos cívicos; apelos à energia dos colonos para o arroteio da gleba feracíssima. E, por sobre esses belos motivos, como um palio aberto, a exaltação da terra brasileira, o amor pelo Brasil. Perto de mim, um grande velho escuta de olhos imóveis, as mãos pousadas no cabo do guarda-sol de chita, a carótida latejando doidamente.

Um pouco adiante, de sobrecasaca e um ar de pastor protestante, um alemão alto, largo de ombros como uma espada goda, devora com o olhar as palavras que o presidente vai proferindo com entusiasmo [...] quando o presidente terminou o seu discurso e o rumor das palmas se fundiu na luz do sol em torno, o alemão alto e de ombros de espada goda, acenou o chapéu e começou a falar em sua velha língua. Era uma saudação encachoeirada, trepidante, batida de interjeições e de gestos imensos de tribuno (Othon Gama D'Eça, Aos Espanhóis Confinantes, 1992[1929]).

- Não se iluda. O Brasil e a Argentina são as duas potências mais fortes da América do Sul e portanto adversários naturais, competidores natos... Uma guerra entre ambos é uma fatalidade e, se a coisa é assim, o melhor é que comecemos desde já a pensar realisticamente. Tivemos há pouco, um atrito por causa das Missões. Outros virão... (Érico Veríssimo, O Retrato I, 1951).

RESUMO

NAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO NA FRONTEIRA: AS RELAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS DE ARGENTINA E BRASIL COM OS TEUTO-BRASILEIROS DE PUERTO RICO E PORTO NOVO (1919 – 1945)

AUTOR: João Vitor Sausen
ORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin
COORIENTADORA: Sonia Rosa Tedeschi

Nas duas décadas finais do século XIX, o oeste do estado de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná e a atual província argentina de Misiones, foram palco de um litígio entre a República Argentina e o Brasil. Este processo findou com uma negativa aos reclames territoriais argentinos, após o arbitramento dos Estados Unidos da América. No entanto, durante o período de litígio, e nas primeiras décadas do século XX, a região recebeu um intenso fluxo de (i)migrantes provenientes de diversos países, mas com destaque para o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, no qual analisamos o caso dos teuto-brasileiros. Deste processo surgiram as colonizações de Puerto Rico, província de Misiones, Argentina, e Porto Novo, estado de Santa Catarina, Brasil, objetos de estudo desta investigação. A partir da noção de que os teuto-brasileiros foram submetidos a pressões nacionalizadoras de dois Estados-Nação distintos, a presente investigação tem como finalidade a realização de uma História Comparada da relação político-cultural da Argentina e do Brasil com as populações teuto-brasileiras estabelecidas na localidade, entre os anos de 1919 e 1945. Para tanto, foram utilizadas fontes variadas, que permitiam perceber aspectos vinculados a construção de uma *esfera pública*, a partir das concepções de Alejandro Quiroga, bem como do estabelecimento de controle sobre manifestações culturais, bem como de políticas públicas voltadas a integração dos teuto-brasileiros. Desta forma, foi possível perceber que inicialmente a relação dos Estados-Nação de Argentina e Brasil com as localidades e as populações lá estabelecidas se deu a partir da gradual instalação de instituições públicas, que passaram a ocupar espaços que eram anteriormente de organizações privadas, ou conviveram com as mesmas de forma paralela. Por outro lado, o contexto posterior a 1938, demarcou uma transformação das relações, que passaram a ser observadas a partir da ótica de um “perigo alemão”, tanto na Argentina quanto no Brasil, que fez estabelecer uma vigilância atenta em Puerto Rico e Porto Novo, especialmente pela condição de fronteira das localidades. Além de conduzir a políticas mais cerceadoras no meio cultural. Ainda é mister registrar que a presente investigação está inserida na Linha de Pesquisa Fronteira, Política, Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Federal de Santa Maria, com a área de concentração de História, Poder e Cultura. Todo o período de investigação foi financiado com bolsa CAPES/DS.

Palavras-chave: Fronteira; História Comparada; Puerto Rico; Porto Novo; Teuto-brasileiros.

ABSTRACT

NATION AND NATIONALIZATION ON THE BORDERLAND: THE POLITICAL-CULTURAL RELATIONS OF ARGENTINA AND BRAZIL WITH THE GERMAN-BRAZILIANS OF *PUERTO RICO* AND PORTO NOVO (1919 – 1945)

AUTHOR: João Vitor Sausen
ADVISOR: Maria Medianeira Padoin
CO-ADVISOR: Sonia Rosa Tedeschi

In the two final decades of the 19th century, the West of the state of *Santa Catarina*, the Southwest of *Paraná* and the current Argentine province of Misiones, were the scenario of a dispute between the Argentine Republic and Brazil. This process ended with a denial of Argentine territorial claims, after the arbitration by the United States of America. However, during the period of litigation, and in the first decades of the 20th century, the region received an intense flow of migrants from different countries, especially the Brazilian state of Rio Grande do Sul, in which we analyzed the case of German-Brazilians. From this process emerged the colonization's of *Puerto Rico*, Misiones, and *Porto Novo*, Santa Catarina, objects of study of this investigation. Based on the notion that German-Brazilians were subjected to nationalizing pressures from two different Nation-States, the present investigation aims to carry out a Comparative History of the political-cultural relationships of Argentina and Brazil with the German-Brazilian populations established in the localities, between the years 1919 and 1945. In order to do so, various sources were used, which allowed us to perceive aspects related to the construction of a *public sphere*, based on Alejandro Quiroga's conceptions, as well as the establishment of control over cultural manifestations, as well as public policies aimed to the integration of German-Brazilians. In this way, it was possible to perceive that initially the relationship of the Nation-States of Argentina and Brazil with the localities and populations established there was based on the gradual installation of public institutions, which began to occupy spaces that were previously owned by private organizations, or coexisted with them. On the other hand, the context after 1938 marked a transformation of relations, which began to be observed from the perspective of a "German danger", both in Argentina and in Brazil, which led to the establishment of close surveillance in *Puerto Rico* and *Porto Novo*, especially due to the borderland condition of the localities. In addition to leading to more restrictive policies in the cultural environment. It is still necessary to register that the present investigation is inserted in the Frontier, Politics, Society Research Line, of the Postgraduate Program in History of *Universidade Federal de Santa Maria*, with the area of concentration of History, Power and Culture. The entire research period was financed with a CAPES/DS grant.

Keywords: Borderland; Comparative History; *Puerto Rico*; Porto Novo; German-Brazilians.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização das colônias de Puerto Rico e Porto Novo.....	24
Figura 2 - Mapa com a representação da Bacia Platina e seus principais rios.	25
Figura 3 - Mapa da área em litígio entre o Brasil e a República Argentina na "Questão de Palmas".....	26
Figura 4 - Mapa da área em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina.	27
Figura 5 - Mapa de Misiones e seus departamentos (1888).	50
Figura 6 - Mapa do Território Nacional de Misiones apresentada pela legação argentina para o arbitramento, 1894.....	54
Figura 7 - Mapa da partição região de Palmas acordada pelo Tratado de Montevideu (1890).	56
Figura 8 - Limites políticos estabelecidos pelo arbitramento de Stephen Grover Cleveland na Questão de Palmas, 1895.....	59
Figura 9 - Mapa do estado do Paraná em 1896.	60
Figura 10 - Mapa da partição da região contestada, 1916.	63
Figura 11 - Fotografia do Pe. Max von Lassberg (1927).	87
Figura 12 - Fotografia de Carlos Culmey (ano desconhecido).....	89
Figura 13 - Anúncio de Carlos Culmey no jornal A Federação (1907).	90
Figura 14 - Localização das colônias de Puerto Rico e Montecarlo.	92
Figura 15 - Propaganda das colonizações da Compañía Eldorado, Colonización y Explotación de Bosques S.A. Ltda. (ano desconhecido).	95
Figura 16 - Fotografia de João Evangelista Rick (ano desconhecido).	97
Figura 17 - Fotografia de Carlos Rohde e Maria Wiersch Rohde (ano desconhecido).....	99
Figura 18 - Expedição de colonos em Porto Novo (abril de 1926).	100
Figura 19 - Porto Novo e suas linhas (1932).	102
Figura 20 - Principais colonizações alemãs do noroeste sul-rio-grandense, província de Misiones e do oeste catarinense.....	104
Figura 21 - Roteiro da excursão de 1929.....	124
Figura 22 - A comitiva presidencial e a coleção de igaçabas de Carlos Rohde (1929).....	125
Figura 23 - A caravana presidencial em Porto Novo (1929).	127
Figura 24 - Nominata do Diretório do Partido Liberal Catarinense do município de Chapecó (1931).	142
Figura 25 – Schützenverein (Sociedade União de Atiradores), Itapiranga (c.1938-1939)....	164
Figura 26 - Inauguração do colégio e residência das Irmãs da Divina Providência em Itapiranga (1938).	172
Figura 27 - Escola "alemã" de Puerto Rico (1926).	177
Figura 28 - Mapa do Oeste de Santa Catarina com destaque para Porto Novo, Porto Feliz, Chapecó, Xaxim e Xanxerê (1943).	200
Figura 29 - Localidades de Porto Novo e Porto Feliz (1943).....	202
Figura 30 - Os refugiados de Porto Novo (1942).	208
Figura 31 - Localidades de saída nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como destino e passagem das migrações por refúgio no Território Nacional de Misiones, Argentina (a partir de 1942).....	212
Figura 32 - Principais localidades de Capioví/Puerto Rico.....	220
Figura 33 - Gruta da Rainha da Paz - Itapiranga (2021).	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nacionalidades dos territórios reclamados como brasileiros da área de litígio da Questão de Palmas.	58
Tabela 2 - População total e de estrangeiros residentes na Argentina e no Brasil nos recenseamentos de 1869, 1872, 1895, 1900, 1914 e 1920.	67
Tabela 3 - Principais nacionalidades estrangeiras presentes na Argentina e no Brasil a partir dos recenseamentos de 1869, 1872, 1895, 1900, 1914 e 1920.	67
Tabela 4 - Total de naturalizados na Argentina e no Brasil segundo os recenseamentos de 1869, 1872, 1895, 1900, 1914 e 1920.	76
Tabela 5 - Brasileiros presentes na Argentina e nos estados fronteiriços (1869, 1895 e 1914).	82
Tabela 6 - Argentinos presentes no Brasil e nos estados fronteiriços (1872, 1900 e 1920). ...	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PARA ALÉM DO RIO URUGUAI: AS DISPUTAS PELA REGIÃO DE MISIONES/PALMAS E A (I)MIGRAÇÃO TEUTO-BRASILEIRA (1881-1926)	47
2.1 AS DISPUTAS E A FORMAÇÃO DOS LIMITES JURISDICIONAIS DE MISIONES E SANTA CATARINA	48
2.2 OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A IMIGRAÇÃO	64
2.3 PUERTO RICO E PORTO NOVO	86
3 OS ESTADOS E OS IMIGRANTES: AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E AS RELAÇÕES DA ARGENTINA E DO BRASIL COM AS POPULAÇÕES TEUTO-BRASILEIRAS EM TEMPOS DE PAZ (1919-1939)	106
3.1 O PANORAMA POLÍTICO DAS DÉCADAS DE 1910 E 1920	107
3.2 AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DE 1930 E AS ESFERAS PÚBLICAS LOCAIS	130
3.3 PROFISSIONAIS NATIVOS, SÍMBOLOS PÁTRIOS E ESCOLAS: OS INDÍCIOS DO CONTROLE ESTATAL	153
4 A GUERRA E A VIGILÂNCIA DOS “INIMIGOS” PRESENTES (1939-1945)	180
4.1 A CONDIÇÃO DE INIMIGOS E O “PERIGO ALEMÃO”	181
4.2 O ESPAÇO FRONTEIRIÇO E O REFÚGIO DURANTE A GUERRA	204
4.3 O CONTROLE DAS ATIVIDADES CULTURAIS E DAS ESTRUTURAS “PÚBLICAS” E “SEMIPÚBLICAS”	218
5 CONCLUSÃO	239
6 REFERÊNCIAS	251
7 FONTES	259
7.1 CENSOS E RECENSEAMENTOS	259
7.1.1 República Argentina	259
7.1.2 Brasil	259
7.2 CONSTITUIÇÕES	261
7.2.1 República Argentina	261
7.2.2 Brasil	261
7.3 DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E/OU GOVERNAMENTAIS	261
7.3.1 Archivo General de Gobernación de Misiones	261
7.3.2 Mensagens do Presidente do Estado para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	263
7.4 DOCUMENTOS DA <i>COMISIÓN ESPECIAL INVESTIGADORA DE ACTIVIDADES ANTI-ARGENTINAS</i>	263
7.5 DOCUMENTOS DAS ALEGAÇÕES NA QUESTÃO DE PALMAS	264

7.6 JORNAIS	265
7.7 LEGISLAÇÕES	265
7.7.1 República Argentina	265
7.7.2 Brasil	265
7.8 LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE ITAPIRANGA.....	266
7.9 OBRAS MEMORIALÍSTICAS	266
7.10 RELATOS DA VIAGEM DE 1929.....	266

1 INTRODUÇÃO

Em 2021, após 35 edições, o “*Torneio Internacional Taça Carlos Culmey*”¹ não pôde ser realizado em razão das medidas sanitárias impostas pela pandemia da *Covid-19*. A competição, que envolveu, na edição anterior², um conjunto de dezesseis modalidades, é normalmente disputada pelos municípios de São Carlos, Palmitos, Riqueza, Caibí, Saudades, Maravilha, Cunhataí, Pinhalzinho e Cunha Porã (pertencentes ao estado de Santa Catarina, Brasil); Santo Cristo, Salvador das Missões e Cerro Largo (municípios do estado do Rio Grande do Sul, Brasil); além de Montecarlo, Puerto Rico, Capioví e Ruiz de Montoya (municipalidades da Província de Misiones, Argentina).

Todos os municípios competem entre si nas modalidades pela primeira posição do quadro geral de medalhas. O papel de município-sede de cada edição é revezado entre os participantes, e a realização é usualmente no mês de novembro. A grande celebração da competição, por sua vez, é a memória da colonização destas municipalidades através da figura de Carlos Culmey, agrimensor e diretor dos projetos que deram origem aos municípios participantes, e, neste sentido, um ponto de conexão entre os mesmos. Além disso, um olhar sobre a competição revela os laços históricos e culturais que as municipalidades percebem entre si.

Muito além da vinculação celebrada pelo torneio, é comum observar visitantes provenientes de colonizações de falantes de línguas alemãs³ da província argentina de Misiones

¹ A versão original de seu nome é Karl Culmey. Todavia, nos apoiamos em bibliografias em três línguas sobre sua figura (espanhol, português e alto alemão), e a tradução de seu nome consta na maioria das menções, o que nos direciona a aplicá-la em todos os momentos em que o mesmo for citado. Para citações diretas, o original será sempre mantido.

² Ver: **RIQUEZA PARTICIPARÁ DA 35ª TAÇA CARLOS CULMEY NESTE FINAL DE SEMANA**. In: Município de Riqueza, Riqueza: Prefeitura Municipal de Riqueza. 04 mar. 2020. Disponível em: <https://www.riqueza.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/599865/codMapaItem/8517>. Acesso em 11 jan. 2021; **XXXIV TORNEIO INTERNACIONAL TAÇA CARLOS CULMEY**. In: Município de Cunhataí. Cunhataí: Prefeitura Municipal de Cunhataí. 08 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cunhatai.sc.gov.br/noticias/ver/2019/11/xxxiv-torneio-internacional-taca-carlos-culmey>. Acesso em 29 abr. 2021

³ Forma adotada no presente trabalho para fazer referência aos grupos humanos comumente denominados de “alemães”. A mesma denominação foi utilizada para determinar o aspecto linguístico como principal elemento de identificação, em que dialetos e línguas possuem um peso igual, sem incorrer em uma determinação a partir da adoção do “alto alemão” como padrão, o que tem profundas vinculações com o Estado-Nação Alemão. Desta forma, a grande variedade linguística decorrente do processo imigratório de indivíduos desta origem, cujas falas traziam elementos comuns, é observada dentro desta denominação, mantendo sempre o plural do termo. Acreditamos que, a partir da adoção deste termo, é possível escapar de certos determinismos vinculados a visões nacionalistas.

Além disso, também serão adotados termos como “língua alemã”, para se referir ao alto alemão; “alemães-natos” para os indivíduos nascidos no Império Alemão (1871-1918), na República de Weimar (1919-1933) ou a Alemanha Nazista (1933-1945); “alemães”, quando as fontes conduzirem a uma visão deste tipo, sempre com ressalvas; e teuto-brasileiros, para denominar aqueles que são falantes de línguas alemães e que nasceram do território brasileiro ou adotaram a cidadania brasileira; com relação ao último caso, também são

em festas comunitárias do município catarinense de Itapiranga, na fronteira com a República Argentina. A língua de comunicação entre argentinos e brasileiros acaba por ser algum dialeto alemão, resultado do processo migratório de traços comuns para ambos os lados dos limites políticos. Neste sentido, os dialetos representam outro fator importante, que, junto com uma origem migratória comum, determina a comunicação contemporânea destes grupos, e, ao que consideramos, colabora por caracterizar estas espacialidades enquanto uma região.

Historicamente, a formação das colonizações das diversas localidades que presenciaram os eventos supracitados na atualidade, remete aos anos iniciais do século XX, quando parcelas dos grupos descendentes de falantes de línguas alemãs que habitavam partes do estado do Rio Grande do Sul, passaram a se direcionar, devido à diversos fatores, especialmente pela oferta de terras, ao noroeste deste Estado, ao oeste do estado de Santa Catarina, no Brasil ou ao Território de Misiones, na Argentina. Com relação a este aspecto, existem diversas e amplas bibliografias que percebem a expansão colonial dos falantes de línguas alemãs a partir das “colônias velhas⁴” do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, segundo Paulo Afonso Zarth (1997), havia uma demanda das elites locais do chamado “planalto gaúcho” (como denomina o autor, equivalente a região noroeste e parte do norte do estado), por colonos europeus. Estas elites dirigentes o faziam desconsiderando as populações de lavradores pobres e ervateiros residentes na região (de origem “cabocla”), vistos como ignorantes e pouco afeitos ao trabalho. Todavia, a frente de expansão das colônias de imigrantes se concentrou ao redor da capital Porto Alegre, ou dos vales próximos à mesma até 1890, apesar de uma malograda colônia “São João das Missões”, fundada no Noroeste em 1825. A fundação da colônia de Ijuí só ocorreu em razão do avanço dos trilhos da viação ferroviária, que conectaram a região com o restante do Estado, e, mais tarde, do país, de forma a viabilizar o escoamento das produções.

Com relação a este período, Arthur Blásio Rambo (2003), defende que entre 1890 e 1940 foram aplicados quatro modelos de colonização no Rio Grande do Sul. Assim, o autor cita os casos de Ijuí, colônia do governo federal, Santa Rosa, esforço do governo estadual, e Santo Ângelo, enquanto um projeto municipal, como casos singulares, ou seja, sem outros exemplos semelhantes no estado durante aquele período. O autor ainda indica que todas as demais colonizações foram resultantes de empreendimentos particulares, conduzidos por empresas,

adotadas nomenclaturas deste tipo para “teuto-romenos”, “teuto-russos” ou “teuto-argentinos”, a partir de situações semelhantes às citadas.

⁴ Com o termo “colônias velhas” nos referimos aos núcleos coloniais formados a partir da fundação da Colônia de São Leopoldo, em 1824, até as décadas finais do século XIX, todos concentradas nos vales dos rios dos Sinos, Caí, Taquari, Rio Pardo e Jacuí.

pessoas físicas ou associações. Referente a esta última categoria, o autor destaca a atuação do agrimensor alemão Carlos Culmey e do padre jesuíta Max von Lassberg na colonização de Serro Azul.

Com relação ao papel de indivíduos nos esforços colonizatórios, Rosane Márcia Neumann (2003) revela que a colonização de *Neu-Württemberg* foi idealizada por Hermann Meyer enquanto um empreendimento étnico e confessional, voltado para alemães protestantes. A nomenclatura do empreendimento, por sua vez, evidenciava uma vinculação com a região alemã de *Württemberg*, bem como seus emigrados. No entanto, a autora também defende que a maioria de seus habitantes eram provenientes das colônias velhas, mas, ainda assim, os europeus ocupavam posições-chave da administração colonial, o que denota diferenciações quanto às origens de seus habitantes.

Martin Dreher (2015) também lança um olhar sobre o tipo de colonizações que se desenvolveram no Rio Grande do Sul no final do século XIX. Segundo o autor, em 1890 foi fundada pelo governo republicano recém instalado no Brasil, e no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a Colônia de Ijuí, como já citada por Rambo (2003), que passou a atrair diversas nacionalidades, bem como um contínuo fluxo de teuto-brasileiros. O autor também destaca a fundação da colônia privada de *Neu-Württemberg* (atual Panambi) pela *Hermann Meyer & Cia.*, que também atraiu um importante contingente populacional das colônias velhas de alemães no estado, visão esta que já havia sido aprofundada por Neumann (2003). Além desta colônia, com relação a princípios do século XX, Dreher destaca as colonizações conduzidas por associações dos grupos de imigrantes alemães, como Serro Azul (1902), Boa Vista (1912) e Santo Cristo (1912), no Vale do Rio Uruguai.

Além destes aspectos, a bibliografia existente também atribui um destaque à atuação das associações dos imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul no processo de colonização, como já havia sido indicado por Rambo (2003) e Dreher (2015). Referenciando esta ideia, Maria Nunes (2015), cita a fundação da Associação Riograndense de Agricultores (*Bauernverein*), de caráter interconfessional (formada por protestantes e católicos), a partir da liderança do padre suíço e jesuíta Theodor Amstad, em 1900. Segundo a autora, a *Bauernverein* era uma associação de auxílio mútuo aos agricultores filiados, que compreendia âmbitos econômicos, jurídicos, sanitários, tecnológicos, educacionais e colonizatórios. Assim, em 1902 a *Bauernverein* atuou na fundação da já citada colônia de Serro Azul (atual Cerro Largo) no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a qual era orientada para indivíduos de fé católica⁵.

⁵ Neste ponto há um equívoco por parte de Dreher (2015), que atribui a fundação da colônia à Associação de Agricultores Católicos, inexistente, provavelmente pelo recorte confessional da colonização, e a sua realização por

De acordo com Nunes (2015), a *Bauernverein* teve uma duração curta e foi dissolvida após dez anos de sua fundação. Assim, seus participantes católicos, sob a liderança de padres jesuítas, fundaram, em 1912, a *Volksverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul* (Associação Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul), que, como indica a denominação, era de caráter étnico e confessional. Esta associação teve como inspiração uma organização que na Alemanha havia sido resultante das políticas de desmantelamento da força católica no país, bem como da expulsão da Ordem dos Jesuítas, ambos na figura da *Kulturkampf* (CLARCK, 2008).

A *Volksverein* brasileira, de acordo com André Carlos Werle (2001), era uma “[...] associação civil de leigos que apresentava um forte caráter religioso e que tinha como objetivos assumir os interesses materiais, espirituais e religiosos dos imigrantes alemães e seus descendentes católicos” (p. 83), de forma próxima aos preceitos apresentados por Nunes (2015) para o caso da *Bauernverein*. Uma das principais obras desta associação foi a formação da colonização de Porto Novo⁶, em Santa Catarina. O momento inaugural deste empreendimento foi uma missa realizada pelo já citado padre Max von Lassberg, em 11 de abril de 1926 (WERLE, 2001). A maior parte dos habitantes da colonização de Porto Novo eram provenientes do Rio Grande do Sul, e muitas práticas realizadas no estado de origem foram transplantadas para a nova realidade (WERLE, 2001).

Esta expansão para fora do estado de origem, por sua vez, diz respeito ao contexto que, segundo Arthur Blásio Rambo (2003), é posterior à Primeira Guerra Mundial, onde o impulso de saída alcançou em um primeiro momento o vale do rio do Peixe⁷, bem como o extremo oeste do estado de Santa Catarina, além da Província de Misiones, na Argentina. No extremo oeste de Santa Catarina tiveram destaque, para o autor, as colonizações de Porto Feliz (atual Mondaí), e Porto Novo⁸. Para o caso da Província de Misiones, o autor destaca os casos de Posadas (hoje capital provincial), Puerto Rico⁹, Montecarlo e Eldorado.

uma associação interconfessional. Para esta questão é importante ressaltar que André Carlos Werle defende que “embora o *Bauernverein* tivesse sido estruturado para ser interconfessional, não se abriu mão do princípio da homogeneidade religiosa nas novas colonizações” (2011, p. 167). Ver mais em: WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: Editora CRV, 2011.

⁶ Atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e partes de Iporã do Oeste, estado de Santa Catarina, Brasil.

⁷ Região central do estado de Santa Catarina, Brasil.

⁸ Cabe assinalar que Porto Feliz era uma colônia direcionada para alemães protestantes, enquanto Porto Novo possuía como público-alvo alemães católicos. Ver mais em: MAYER, Leandro. **O retrato da repressão: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

⁹ Atuais municipalidades de Capióví, Puerto Rico e Ruiz de Montoya, província de Misiones, República Argentina.

Com relação às colonizações estabelecidas no Território de Misiones (Argentina), María Cecilia Gallero (2009) defende que, ao final do século XIX, quando a colonização havia tomado grandes proporções no Rio Grande do Sul, os imigrantes iniciaram um processo espontâneo de expansão rumo ao oeste. Este processo, envolveu a busca por novas terras, e, em algumas décadas, deu origem aos empreendimentos que cruzaram o Rio Uruguai. Para o caso de *Puerto Rico*, Gallero indica que foram transplantadas experiências das colonizações sul-riograndenses, como as escolas paroquiais e os modelos de pequenas comunidades em “picadas”.

Além destes aspectos, Gallero (2009) também atribui um destaque às figuras dos já citados padre Max von Lassberg e o agrimensor Carlos Culmey. Este último era o diretor do empreendimento, enquanto Lassberg atuava como uma espécie de auxiliador espiritual dos imigrantes, e a presença de ambos, aliada à experiência conjunta na colonização de Serro Azul, teria contribuído enquanto fatores de atração de imigrantes para a nova colonização. Ainda de acordo com Gallero (2009), Carlos Culmey observava nos teuto-brasileiros um público-alvo ideal para seus empreendimentos, visto que os mesmos possuíam uma experiência prévia em condições que os preparavam para participar de seu intento, e, ao mesmo tempo, também eram estes que buscavam por novas frentes de expansão naquele contexto.

De acordo com Roque Jungblut (2015), problemas internos na empresa de colonização fizeram com que Max von Lassberg se retirasse das localidades argentinas em 1922, e Carlos Culmey em 1924. Enquanto Lassberg retornou a Serro Azul, Culmey participou da direção de uma colonização promovida pela Companhia Colonizadora Territorial Sul, no oeste de Santa Catarina, em uma zona próxima à colônia de Porto Feliz. Este empreendimento concentrou indivíduos de diversas origens étnicas, mas foram mantidos recortes espaciais para as nucleações: teuto-brasileiros católicos foram estabelecidos nas colônias de São Carlos, Cunhataí, Saudades, Pinhalzinho, enquanto os ítalo-brasileiros tiveram como destino Caibí, e os teuto-russos protestantes formaram Palmitos. O que demarca, novamente, uma forte característica de nucleações com recortes étnicos e confessionais no período observado.

Em suma, este conjunto bibliográfico permite perceber as regiões do noroeste sul-riograndense em um primeiro momento, décadas de 1890, 1900 e 1910, o nordeste argentino, a partir das décadas de 1910 e 1920, bem como o oeste catarinense, a partir das décadas de 1920 e 1930, enquanto regiões de contínua recepção de falantes de línguas alemãs a partir das “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, especialmente de teuto-brasileiros. Neste sentido, estas localidades estiveram profundamente conectadas por laços históricos, familiares, sociais, econômicos e culturais, e presenciaram uma circulação de diversos indivíduos entre as mesmas.

No entanto, estas vinculações permanentes estiveram submetidas também a inserção em dois Estados-Nação distintos, ambos em processos de definição das suas identidades nacionais, muitas vezes frente aos próprios processos migratórios que vivenciaram. Assim, para uma observação das realidades enfrentadas pelas colonizações de teuto-brasileiros, é preciso ter em conta os contextos históricos de ambas as bordas e analisar como se deu a integração destes grupos migrantes no seio dos Estados-Nação. Um dos questionamentos que surgem a partir da observação destas circulações e confraternizações contemporâneas, é, portanto, com relação a integração das comunidades resultantes dos processos de (i)migração dos teuto-brasileiros aos Estados-Nação em que se estabeleceram.

Com relação a este aspecto, em nossa experiência na monografia de conclusão de graduação em História (2019), buscamos identificar, na já citada localidade de Porto Novo, as formas pelas quais o Estado Novo brasileiro buscou integrar a comunidade teuto-brasileira local durante a Segunda Guerra Mundial. Neste esforço investigativo percebemos que o avanço da Segunda Guerra Mundial e a incorporação do Brasil na mesma, originou um aparato nacionalizador que iniciou com uma já corrente estatização do ensino (1938), caminhou por medidas de incentivo ao patriotismo, até meios repressivos como a perseguição de ideologias políticas consideradas como não-nacionais, a proibição da fala de línguas alemãs em espaços públicos e privados, e até a expulsão de estrangeiros do território fronteiriço.

De forma conjunta a esta experiência de investigação, também percebemos a importância da seleção e participação na mobilidade acadêmica no âmbito da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), realizado na *Universidad Nacional del Litoral* (UNL/Argentina), em *Santa Fe*, em 2018. O período de residência na cidade argentina de *Santa Fe*, bem como as disciplinas cursadas, as bibliotecas e arquivos acessados, as bibliografias lidas, e o contato com pesquisadores daquele país, proporcionaram um importante aporte à experiência pessoal e profissional. Além disso, possibilitaram uma abertura do horizonte de investigação para além de uma história nacional brasileira. A experiência deste estudo e da mobilidade acadêmica, bem como um olhar sobre as circulações transfronteiriças contemporâneas, nos fez indagar sobre a integração dos imigrantes teuto-brasileiros que se direcionaram para a República Argentina, e cujos descendentes confraternizam em ocasiões como o *Torneio Carlos Culmey*, ou as festas comunitárias do lado brasileiro.

Neste sentido, um dos principais meios para o estabelecimento de uma investigação baseada em uma indagação oferecida pela observação de uma realidade brasileira é o conhecimento sobre as bibliografias no país acerca do tema. Desta forma, para o caso brasileiro, diversos autores se dedicaram a perceber os impactos da chamada “Campanha de

Nacionalização” empreendida pelo Estado Novo (1937-1945) com a finalidade de integrar as populações de descendentes de estrangeiros à perspectiva nacional vigente, processo o qual, foi amplificado com a participação do país na Segunda Guerra Mundial (entre 1942 e 1945).

Sobre esta questão, René E. Gertz (1991) observa que era vigente no período uma compreensão de um suposto “perigo alemão” baseado na visão dos imigrantes alemães enquanto agentes do imperialismo do Império Alemão ou, posteriormente, da Alemanha Nazista. Assim, durante a Primeira (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em contextos onde o Brasil esteve em lados opostos ao do Império Alemão, no primeiro caso, e da Alemanha Nazista, no segundo, as compreensões sobre as populações de falas alemãs no país, somadas ao contexto, induziram a políticas de nacionalização para com as mesmas, como as prisões, proibição das línguas, neutralização de atividades culturais, entre outras. Segunda nossa concepção, estas políticas determinaram um maior controle do estado sobre as manifestações culturais e auxiliaram na difusão de uma perspectiva nacional.

Günther Richter Mros (2019), corrobora com a tese de Gertz (1998) e inclui à compreensão que a definição de um inimigo na figura dos alemães auxiliou à construção de uma identidade nacional brasileira em antítese ao modelo alemão de pureza, bem como em consonância às noções de latinidade provenientes da identidade francesa. Além disso, o autor também reforça a defesa desta oposição à Alemanha a partir da observação da participação brasileira nas duas grandes guerras do lado oposto a este país, e em prol de um projeto contínuo de inserção de destaque no Sistema Internacional.

Além destas concepções acerca da visão sobre os alemães, uma das principais problemáticas na integração dos imigrantes ou das perspectivas acerca do processo era a questão linguística. Neste aspecto, Arthur Blásio Rambo (1994) indica que para a nacionalidade brasileira era essencial a fala da língua portuguesa, e o mesmo ocorria com a identidade alemã. No entanto, a vinculação nacional alemã ocorria de forma independente à relação política com algum estado alemão, de forma que cidadania e nacionalidade eram questões distintas. A identidade brasileira, por seu lado, guardava em si uma fusão entre a cidadania e a nacionalidade, combinando vinculações e resultando em uma identidade onde não eram possíveis outros vínculos. Desta forma, algum brasileiro de nascença que não falasse a língua portuguesa era visto com desconfiança, e não era reconhecido enquanto um indivíduo integrado. Este aspecto fez com que as comunidades de alemães e seus descendentes fossem alvo das políticas de nacionalização, baseadas especialmente na questão linguística.

Todavia, Giralda Seyferth (1994), percebe no ato migratório uma despedida da origem e uma construção simbólica migrante. As narrativas das famílias decorrentes do processo

imigratório, segundo a autora, têm usualmente como ponto de partida os primeiros indivíduos a aportarem no país, de forma que a viagem representa uma ruptura, e elimina a possibilidade de retorno. Neste sentido, era comum a busca dos (i)migrantes pela integração política com a pátria brasileira, mas sem deixarem de manter as manifestações culturais, como a fala das línguas alemãs, bem como de se considerarem fiéis a nacionalidade alemã.

Os esforços de nacionalização, por sua vez, também trataram de desmobilizar ou desagregar aspectos da vivência comunitária construída nos núcleos de falantes de línguas alemãs. De acordo com Lúcio Kreutz (2011), a inexistência de escolas disponíveis aos imigrantes no Brasil gerou iniciativas de auto-organização, majoritariamente de cunho confessional, que geraram as escolas “comunitário-confessionais”, que durante a década de 1930 apresentavam mais de mil unidades ao longo do estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, uma das principais ações de nacionalização por parte do Estado Novo (1937-1945) e de governos estaduais foi a estatização destas escolas e o controle ideológico sobre as mesmas. Isso devido ao fato de que para os Estados-Nação, as escolas funcionavam como um dos principais meios para integrar os indivíduos em uma mesma perspectiva nacional, o que tornava o controle sobre as tais um tema de grande importância.

Um importante estudo de caso sobre a Campanha de Nacionalização é o já citado esforço de Rosane Neumann (2003) para com a localidade de *Neu Württemberg* (atual Panambi), no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Nesta iniciativa, a autora se baseia na noção de uma identidade brasileira que tinha como essência a fala da língua portuguesa, e percebe uma série de questões importantes para o estudo da nacionalização conduzida pelo Estado Novo. Assim, a autora observa as políticas que desmantelaram as estruturas de ensino paroquiais estabelecidas, a construção de novos símbolos, e o aparato repressivo na figura da polícia, todos direcionados a integrar os núcleos à perspectiva nacional vigente.

Outro estudo foi capitaneado por Leandro Mayer, em sua dissertação de Mestrado em História (2016), na qual foi orientado por Rosane Neumann. Mayer abordou a Campanha de Nacionalização em Porto Novo através da perseguição aos integrantes do núcleo local da Ação Integralista Brasileira (AIB). Neste sentido, o estudo do autor permite perceber as perseguições políticas, através de uma alegada vinculação destas a uma conspiração nazista, enquanto parte das políticas de integração à perspectiva nacional brasileira. Outro aspecto observado por Leandro Mayer é a comunicação. Segundo o autor, os principais meios de comunicação acessados pelos habitantes de Porto Novo eram em alguma língua alemã, como as revistas e as estações de rádio, aspectos que passaram a ser limitados ou proibidos pela nacionalização.

No entanto, os estudos citados, aos quais se incluem nossa própria iniciativa de investigação no âmbito da graduação, tem em comum um direcionamento majoritário para os contextos das guerras globais, sem oferecerem uma observação em uma temporalidade mais ampla, o que poderia permitir a comprovação de reais impactos das iniciativas de nacionalização no âmbito da integração. Um exemplo importante para este tipo de observação são os estudos do brasilianista Jeffrey Lesser (2015).

Este autor, em uma abordagem mais ampla, que inclui um grande conjunto de grupos étnicos que aportaram no Brasil, e um recorte de dois séculos, realiza uma análise do processo de integração dos imigrantes no país. Ao realizar esta análise, o autor percebe que as perspectivas acerca dos imigrantes foram alteradas ao longo do tempo, seja com relação à origem dos mesmos, ou ao papel destes no projeto nacional brasileiro, constatação que também é presente em outros estudos sobre a nacionalização. Neste sentido, partindo de um interesse econômico e da perspectiva de um branqueamento da população, a imigração foi transformada, na observação de alguns grupos étnicos, em um problema durante a primeira metade do século XX. Seja por algumas nacionalidades serem percebidas enquanto indesejadas, ou até pela noção de uma não integração de outras, as políticas imigratórias e as opiniões sobre o processo não foram constantes, e variaram de uma nacionalidade para outra.

Ao observarmos as produções bibliográficas argentinas, temos percepções distintas acerca da integração dos imigrantes. Um aspecto importante neste sentido é o de que o país se manteve neutro durante a Primeira Guerra Mundial, e somente ingressou no conflito global seguinte de forma muito tardia (março de 1915). Além deste aspecto, a imigração para este país entre o final do século XIX e o começo do século XX, assumiu proporções muito maiores do que em comparação ao caso brasileiro, especialmente na capital, Buenos Aires (LESSER, 2015). Neste sentido, lançamos um olhar sobre uma sociedade cuja realidade possui várias diferenciações quanto ao caso brasileiro, e, permite assim, uma interessante comparação. Com base nestas questões, é importante observar alguns estudos do país sobre a integração dos imigrantes.

Em relação à realidade argentina, Beatriz Sarlo (2005) destaca que o horizonte demográfico do final do século XIX e princípios do século XX, demarcava uma sociedade plural e fortemente composta por imigrantes. Também é neste contexto, segundo a autora, que se estabelecem importantes marcos para a integração daqueles grupos à sociedade argentina, bem como da difusão de uma identidade nacional entre eles. Neste sentido, é atribuída importância ao sufrágio universal e secreto masculino (instituído em 1912), e a participação política decorrente deste, além do ensino público e universal, do primário às reformas

universitárias de 1918¹⁰. Assim, devido ao impacto destas medidas, “ser argentino queria dizer trabalhar, ler, escrever e votar. Ser argentino também representava fazer parte de um imaginário articulado por um princípio de orgulho nacional, a possibilidade de ascensão social e um relativo igualitarismo” (SARLO, 2005, p. 26). Sarlo (2005) também atribui uma importância à língua castelhana, na variação argentina, formada em muito pela presença imigrante, bem como aos meios urbanos do período, com suas grandes concentrações de grupos étnicos variados e as reformas que presenciaram.

De acordo com Luis Alberto Romero (2007a), após a Primeira Guerra Mundial, era possível observar um panorama de integração dos filhos de imigrantes. Segundo o autor, este horizonte tem uma profunda relação com o acesso ao ensino público, que teria gerado uma sociedade fortemente alfabetizada, bem como um público leitor ávido, que consumia um conjunto cada vez maior de periódicos e *magazines*. Quanto à questão do voto, Romero reitera que a grande maioria dos imigrantes seguiram sem serem nacionalizados, e o número de homens adultos que não votavam era igual ou até maior do que aqueles que o faziam. Assim, a *Lei Sáenz Peña* (1912), que garantiu o sufrágio universal masculino, tardou a surtir efeito, com uma lenta e gradual incorporação das massas nos grupos votantes.

Boris Fausto e Fernando Devoto (2008), ao realizarem um estudo de História Comparada entre o Brasil e a Argentina, concluíram que para este último país a integração dos imigrantes era baseada em um pilar triplo: a educação (o que inclui o ensino superior, a partir da Reforma de Córdoba, em 1918), o serviço militar, e o direito ao voto. Este conjunto teria construído perspectivas nacionais unificadas, seja de oportunidades econômicas e sociais, ou de visões patrióticas e cidadãs, que confluíram na construção e difusão de uma identidade nacional ainda na primeira metade do século XX.

Assim, a observação destes três conjuntos bibliográficos direciona um olhar sobre as colonizações formadas durante a primeiro quarto do século XX, em um período que Romero (2007a) considera enquanto de integração dos filhos de imigrantes, ou seja, após a Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, recordamos Gallero (2009), quanto à realidade de Puerto Rico, em que a autora identifica que um pouco antes da Segunda Guerra Mundial a Argentina passou a buscar manter um maior controle sobre a imigração, bem como durante o conflito foram estabelecidos mecanismos de vigilância sobre os estrangeiros presentes, como a *Comisión*

¹⁰ Movimento deste período que reclamava por uma maior democratização do acesso ao ensino superior, bem como da administração das universidades, e a vinculação das mesmas com os problemas sociais da época. Este movimento teve início na *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC), a mais antiga do país, e recebeu apoio do então presidente argentino, Hipólito Yrigoyen. Ver mais em: ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007a.

Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas, que direcionou grande atenção para o Território Nacional de Misiones.

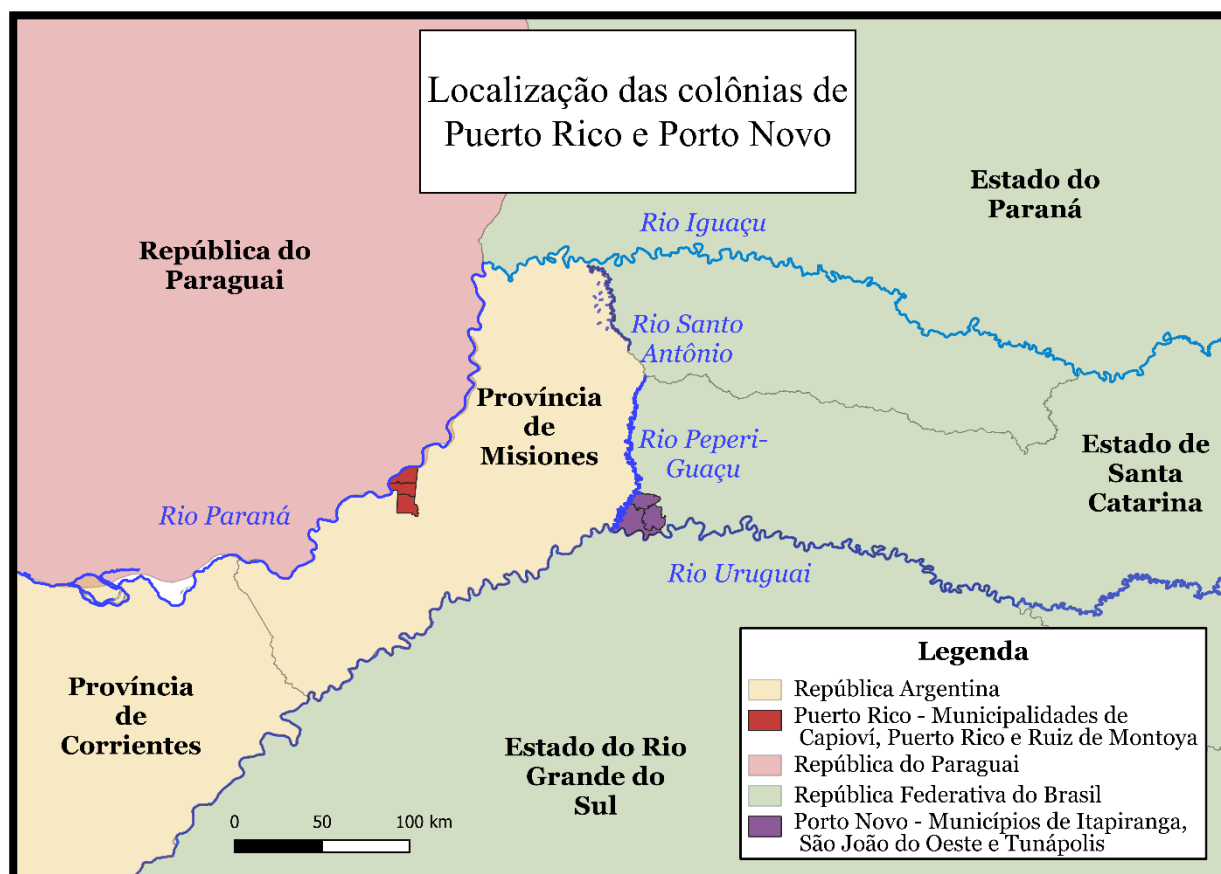
Para a autora, a vigilância durante o período culminou também em iniciativas de assimilação dos imigrantes. Entre as principais ações de assimilação se encontravam estabelecer níveis de controle sobre as escolas dos imigrantes, e a difusão de instituições de ensino públicas, controladas pelo Estado. Além destas, Gallero (2009) identifica esforços de integração na construção das *rutas nacionales* para conectar a região ao resto do país, bem como no envio de maiores contingentes de *gendarmes* e efetivos policiais. Neste sentido, é possível perceber paralelos entre as realidades dos teuto-brasileiros estabelecidos na Argentina e no Brasil durante o período.

Assim, estes estudos, tanto brasileiros quanto argentinos, induzem a um panorama da integração com as seguintes implicações hipotéticas: as bases para a nacionalização dos imigrantes no Brasil teriam sido estabelecidas durante o Estado Novo (1937-1945) e sob a pressão da participação na Segunda Guerra Mundial; por outro lado, no contexto argentino do mesmo período as bases para a integração dos imigrantes e seus filhos já haviam sido estabelecidas e era possível observar um contexto de nacionalização, exceto para os “recém-chegados”. Partindo destes pressupostos, nos delimitamos, nesta investigação, a analisar as realidades da integração das colônias de Puerto Rico e Porto Novo, entre 1919 e 1945.

Este recorte, por sua vez, se dá por algumas características de ambas as realidades históricas. O primeiro ponto é a contemporaneidade de suas fundações, a colônia argentina em 1919 e a colônia brasileira em 1926. Em segundo lugar, ambas as localidades receberam majoritariamente teuto-brasileiros provenientes do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, foram estabelecidos, para as duas colônias, recortes étnico-confessionais: ambas eram direcionadas para falantes de línguas alemães que fossem de fé católica. Também destacamos a posição de ambas as colonizações junto ao espaço fronteiro e na barranca de dois importantes rios: Rio Paraná no caso argentino, e o Rio Uruguai, no caso brasileiro. Por fim, a presença efêmera de Max von Lassberg em ambos os contextos, permite conectá-los também pela circulação deste religioso. Para fins de localização, no mapa a seguir estão destacadas as colônias de Puerto Rico e Porto Novo nas fronteiras e divisas políticas atuais, a partir do destaque visual dos municípios que se desenvolveram a partir das mesmas¹¹:

¹¹ *Puerto Rico*, formada por Capioví, *Puerto Rico* e *Ruiz de Montoya*, e Porto Novo, constituída pelos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.

Figura 1 - Mapa da localização das colônias de *Puerto Rico* e Porto Novo.



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3*, com o uso das bases cartográficas digitais de acesso livre: **CAPAS SIG**. Geodesia y dermacación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021.

No mapa anteriormente exposto também podem ser observadas as localizações das colonizações em suas respectivas províncias/estados aos quais fazem parte, e a proximidade com os principais rios: Rio Paraná (que serve de fronteira natural entre a República Argentina e a República do Paraguai, e entre esta última e o Brasil), os Rios Iguazu, Santo Antônio, Peperi-Guaçu e Uruguai (que são considerados como fronteiras naturais entre os territórios da República Argentina e a República Federativa do Brasil). Estes rios também podem ser observados no mapa a seguir, em que está representada a Bacia Platina e seus principais cursos fluviais:

Figura 2 - Mapa com a representação da Bacia Platina e seus principais rios.



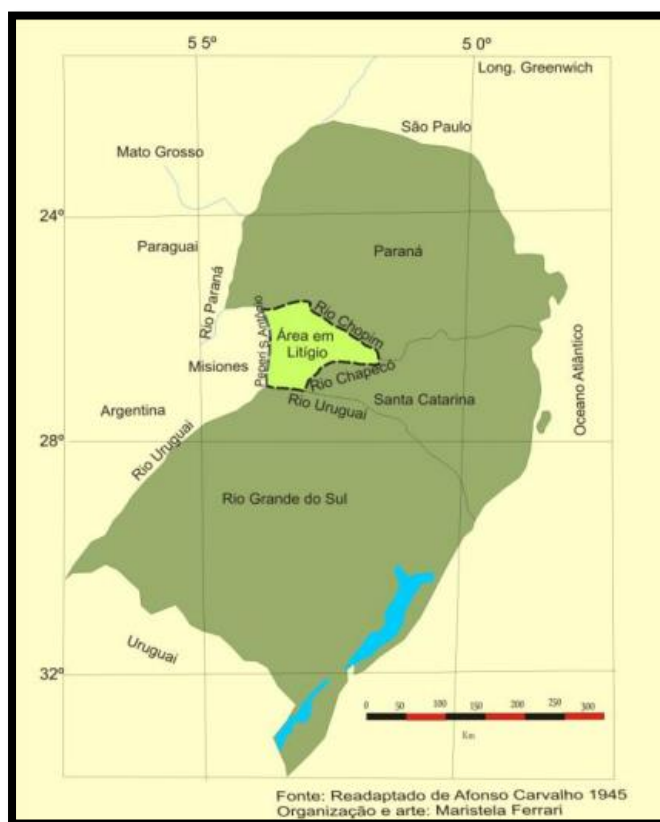
Fonte: Map showing the Río de la Plata drainage basin including major tributaries and cities, 2010. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Riodelaplatabasinmap.png>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Ao observarmos os dois mapas, percebemos a importância da inserção fronteiriça das colônias, em uma América Platina mais ampla, de vinculações e problemáticas históricas. Neste sentido, consideramos enquanto de interesse para a contextualização desta investigação, o final do século XIX, quando a região esteve sob um litígio entre a República Argentina e o Brasil, e, durante o processo de disputa, as colonizações foram observadas enquanto ações de interesse estratégico pelos Estados-Nação, em vistas justamente de tomar a posse do território em nome dos mesmos.

Segundo Adelar Heinsfeld (2007), o litígio, conhecido como “Questão de Palmas” ou “*Cuestión de Misiones*” tinha como centro a localização dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, definidos como fronteiras naturais dos domínios coloniais de espanhóis (a oeste dos cursos fluviais) e portugueses (a leste dos rios) no Tratado de Madrid, de 1750. A localização destes rios havia sido definida a partir das expedições de medições realizadas em função do Tratado de 1750 e do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.

Todavia, a partir do último quarto do século XIX, a República Argentina reivindicou que a localização dos rios era mais à leste, o que teve como consequência o reclame sobre uma faixa de terras considerada pelo Brasil como sua de direito. A esta questão seguiram-se cerca de 15 anos, até um arbitramento por parte dos Estados Unidos da América, que deu ganho de causa ao Brasil (HEINSFELD, 2007). No mapa a seguir (figura 3), pode ser observado o território brasileiro reivindicado pela República Argentina:

Figura 3 - Mapa da área em litígio entre o Brasil e a República Argentina na "Questão de Palmas".



Fonte: FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XIX). 2011. 445 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, p. 99.

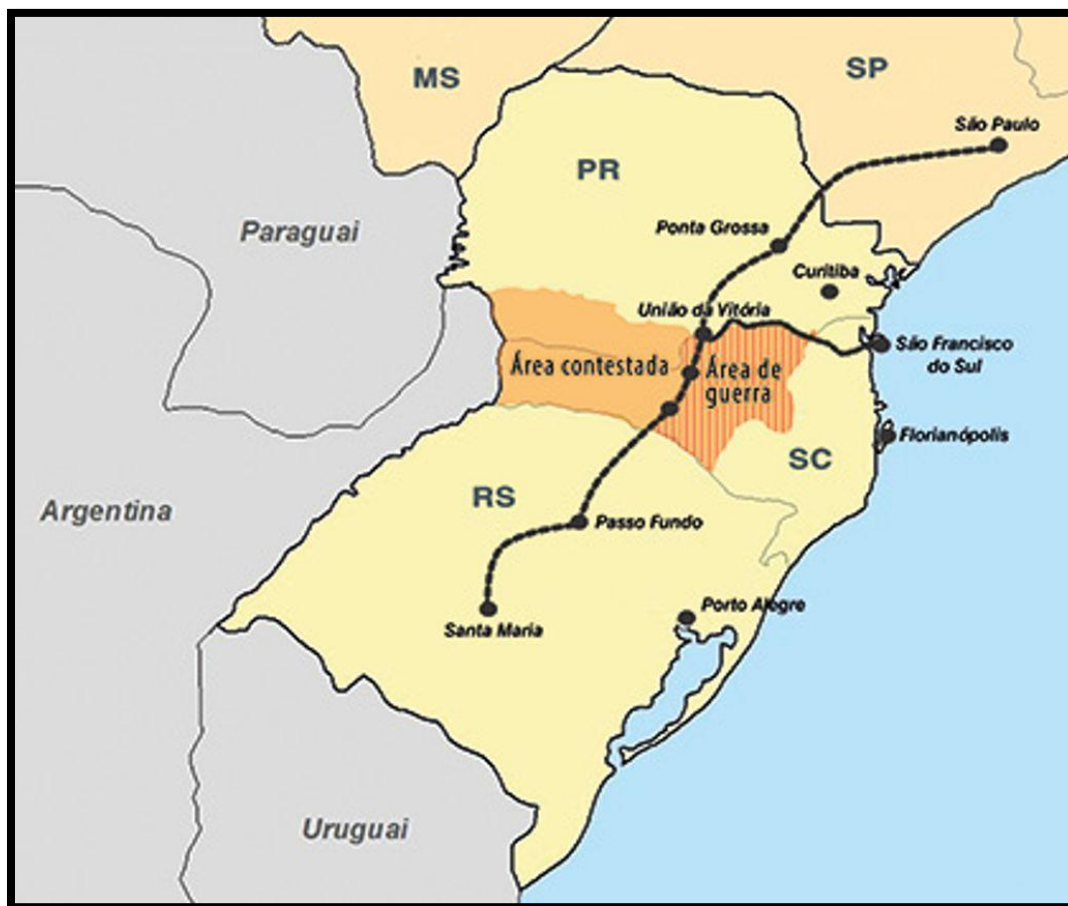
Questão importante para esta investigação é a de que durante o processo de disputa, e no período posterior, os Estados-Nação de Argentina e Brasil direcionaram políticas de ocupação e controle sobre o território, que tiveram íntima conexão com os processos de colonização da primeira parte do século XX (CRESTANI, 2019). Uma destas políticas ocorreu em 1881, quando a República Argentina reclamou para si a região de Misiones da Província de Corrientes, e a transformou em um Território Nacional, com administração direta de governadores nomeados pelos presidentes da República (GALLERO, 2009). Neste mesmo período, o Império do Brasil estabeleceu colônias militares junto à localidade em que a República Argentina considerava estarem os rios que definiam as fronteiras naturais entre ambos os países (CRESTANI, 2009).

De acordo com Marli Auras (2015), ao findar o litígio, com a manutenção brasileira do território, porções da região central do estado de Santa Catarina foram palco da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, pela *Brazil Railway Company*, pertencente ao estadunidense Percival Farquhar. Esta obra tinha, de acordo com Auras (2015) grande importância estratégica, visto que garantiria uma rápida conexão do Rio Grande do Sul com o restante do território brasileiro, frente a um contexto de crença em um possível conflito com a República Argentina.

Auras (2015), também percebe que a conclusão deste empreendimento somado a diversas outras problemáticas socioeconômicas regionais, deu espaço a um conflito de grupos locais com as autoridades e os coronéis da região, conhecido como Guerra do Contestado (1912-1916). Recordamos, neste ponto, que toda a região em litígio com a República Argentina era também de disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, o que adicionou problemáticas jurisdicionais ao período, e tornou-se uma tônica do conflito (FERRARI, 2010). Com o massacre dos revoltosos, o litígio entre os estados foi solucionado, com a partição do território, e a formação das divisas atuais. Além disso, tiveram início iniciativas de colonização, que prontamente foram generalizadas por todo o oeste catarinense.

Na figura abaixo, estão demonstradas a área de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina (em uma cor alaranjada, em destaque), bem como o curso da Ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul (em um tracejado preto), as principais cidades de seu trajeto, e a região onde ocorreu a Guerra do Contestado (zona alaranjada, riscada por linhas laranjas):

Figura 4 - Mapa da área em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina.



Fonte: BELTRÃO, Tatiana. Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado. Agência Senado, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/mapaSulok.jpg>. Acesso em 15 jun. 2021.

Neste sentido, esta pequena contextualização nos permite ressaltar a importância de um olhar prévio mais aprofundado à relevância estratégica do território, e a forma como se inserem os grupos teuto-brasileiros neste espaço fronteiriço. Estes aspectos, segundo nossa compreensão, auxiliam a compreender a espacialidade enquanto uma região, que inclui territórios pertencentes a dois Estados-Nação distintos, caracterizada por uma migração de teuto-brasileiros, circulação de lideranças, e problemáticas históricas comuns, condições importantes para a condução da análise dos objetos. Um aspecto vinculado à caracterização enquanto região é o contexto de fronteira, e, para tanto, é preciso compreender o que representa a mesma e as realidades atreladas a ela.

Consideramos que a região de enfoque é palco de duas condições fronteiriças que se complementam. A primeira delas é a realidade caracterizada pela conjunção entre os limites políticos dos Estados-Nação e a zona de fronteira existente junto aos mesmos. Neste aspecto, recordamos Maristela Ferrari (2010), que, ao abordar as cidades geminadas de Dionísio

Cerqueira (Santa Catarina, Brasil), Barracão (Paraná, Brasil) e Bernardo de Yrigoyen (Misiones, Argentina), percebe que “enquanto o limite é criado pelo poder para controlar e regular atividades e interações, a fronteira pode ser concebida como espaço de construção social” (p. 51). Para a autora, um limite político-jurisdicional existe somente nos mapas e nos marcos fronteiriços, enquanto uma zona de fronteira não tem a sua extensão bem definida. Além disso, os limites político-jurisdicionais demarcam o alcance dos poderes dos Estados-Nação, enquanto que as zonas de fronteira são definidas geograficamente e permitem e induzem às interações entre as partes presentes em cada lado dos limites (2007, p. 48).

Marcela Tejerina (2018), confluindo em uma série de definições historiográficas de autores brasileiros, uruguaio e argentinos, observa a fronteira enquanto “[...] uma área de profundos contatos e constantes intercâmbios”¹², assim como: “[...] um espaço onde se cruzam distintas influências políticas, econômicas, sociais e culturais; pode coincidir como limite territorial reconhecido por duas jurisdições ou pode excedê-lo, configurando um avanço ou uma pressão, seja concreta ou indeterminada”¹³ (p. 19). Neste sentido, corrobora com o sentido de *España Fronteiriço Platino*, também defendido por Maria Medianeira Padoin (2001), a qual compreende a fronteira enquanto uma região de circulação, que agrega fatores históricos e culturais, cujos limites políticos dos Estados-Nação não servem como impedimentos.

Para além deste âmbito da fronteira, recordamos o autor norueguês Fredrik Barth (2011), que percebe a existência de fronteiras étnicas. Neste sentido, são “zonas” de diferenciação de contatos, estabelecidas a partir de critérios de relações sociais e comportamentais que definem os pertencentes e os excluídos. Segundo o autor “[...] grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes” (BARTH, 2011, p. 196). Estas definições são baseadas em condições consideradas como de importância maior para as relações internas do grupo, enquanto critérios de identificação. Por outro lado, a relação e percepção de exclusão para com os “externos” diz respeito à percepção de diferenças nestes aspectos de importância.

Ou seja, para as realidades de análise desta dissertação, à medida em que alemães seriam aqueles falantes de alguma língua teutônica, praticantes de questões culturais próximas, e de que foram estabelecidas colônias específicas para estes grupos, consideramos enquanto viáveis

¹² [Tradução nossa] do original em espanhol: “[...] un área de profundos contactos y constantes intercambios”. Ver mais em: TEJERINA, Marcela V.. **Frontera urbana, frontera colonial**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2018.

¹³ [Tradução nossa] do original em espanhol: “[...] un espacio donde se cruzan distintas influencias políticas, económicas, sociales y culturales; puede coincidir con el límite territorial reconocido por dos jurisdicciones o puede excederlo, configurando un avance o una presión, ya sea concreta como indeterminada”.

abordagens que percebam este processo enquanto o estabelecimento de fronteiras étnicas, com a demarcação de seus pertencentes e excluídos. Além disso, e para recordar o aspecto político-jurisdicional da realidade fronteiriça, as colonizações de Puerto Rico¹⁴ e Porto Novo estão localizadas em zonas de interação entre habitantes de Estados-Nação distintos, e junto aos limites políticos estabelecidos a partir de “fronteiras naturais”.

Baseados nestas concepções, recordamos a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que, em um artigo publicado em 2008, busca apresentar possibilidades de investigações sobre espaços fronteiriços, e assim apresenta o método comparativo como alternativa para um estudo neste tipo de realidade. Segundo a autora, a partir da comparação é possível “[...] ver a diferença, essencial para os historiadores que se defrontam, necessariamente, com a alteridade do passado [...]”, bem como “[...] permite pensar a unidade fundamental do espírito humano, que se expressa em continuidades e rupturas, divergências, contraste, analogias e síntese (2008, p. 14).

Desta forma, o método comparativo auxiliaria a lançar um olhar sobre continuidades e rupturas ocorridas em espaços de contatos, mas sob a esfera de diferentes Estados-Nação e, portanto, construções nacionais. Assim, partir do estudo comparativo há a viabilidade de: “[...] pensar esta realidade, planetária e globalizada, a partir de duas margens, ou seja, a partir de situações de fronteira, onde o pesquisador deve fazer aparecer, por trás das diferenças cultivadas pelos antropólogos e pelas historiografias nacionais, continuidades e ressemantizações, em uma rede de conexões significativas” (PESAVENTO, 2008, p. 13).

As margens, no caso da investigação em questão, são correspondentes ao espaço fronteiriço anteriormente conceitualizado, nas figuras de Puerto Rico e Porto Novo. Neste sentido, a metodologia comparativa auxilia a identificar consonâncias e dissonâncias na relação dos grupos teuto-brasileiros lá estabelecidos com os diferentes Estados-Nação em que estiveram em contato. Assim, nos inserimos no campo historiográfico da História Comparada, que nos últimos anos possui um importante conjunto de abordagens Argentina-Brasil.

O estudo de Maria Helena Capelato (1998)¹⁵ sobre o uso de propaganda política no Estado Novo brasileiro (1937 e 1945) e o Governo de Juan Domingo Perón (1945 – 1955), realizada em sua Tese de Livre Docência na Universidade de São Paulo, é um importante exemplo. Através da metodologia comparada a autora analisa os usos dos aparatos

¹⁴ Para a realidade de *Puerto Rico* deve-se ter em consideração também que esta colônia está próxima à zona de fronteira com o Brasil e junto à zona de fronteira com o Paraguai.

¹⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

propagandísticos para o controle social dos regimes e a formação da opinião pública de seus habitantes, bem como observa as suas bases comuns no período, em relação às ditaduras que os governavam.

Fernando Devoto e Boris Fausto (2008)¹⁶ são os autores de outro esforço de História Comparada, cuja temporalidade é bem mais ampla que a da iniciativa de Capelato (1998), abrangendo uma análise de 1850 até 2000 ou 2002¹⁷. Nesta obra, os dois historiadores buscam encontrar pontos de consonância e dissonância entre os países ao longo do amplo período de análise, de forma a conduzir a aproximação de Argentina e Brasil e induzir a outras iniciativas de mesmo tipo. Assim, partem de uma “abordagem narrativa” de seus contextos, como a definem, fazendo uso também de quantificações para a comparação em algumas partes da obra.

Uma outra iniciativa, que a exemplo de Capelato (1998) lança um olhar sobre os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, é a de Maurício Drumond (2008)¹⁸, baseada em sua Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ). Em suas investigações, a partir da História Comparada, o autor realiza uma análise direcionada a compreender a relação dos regimes varguista e peronista com as práticas esportivas (especialmente o futebol), seus incentivos financeiros e a vinculação com projetos políticos de cada realidade nacional.

Do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ desponta também a Tese de Doutorado de Jorge Luiz Ferrer (2014)¹⁹, intitulada “Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)”. Em sua investigação, o autor realiza o estudo comparativo das atuações diplomáticas dos países abordados a partir de um olhar sobre os documentos oficiais produzidos em suas capitais, e oferece assim, uma análise sobre as participações de Argentina e Brasil no conflito global, bem como as relações com as partes beligerantes citadas.

¹⁶ DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. **Argentina – Brasil (1850-2000):** un ensayo de Historia Comparada. Traducción de Alfredo Grieco y Bavio. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

¹⁷ A edição da obra em língua portuguesa contempla uma análise até o ano de 2002, enquanto que versão castelhana encontra em 2000 o fechamento de seu recorte temporal, bem como constitui uma edição mais resumida da obra.

¹⁸ DRUMOND, Maurício. **ESTADO NOVO E ESPORTE:** uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). 2013. 222 f.. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

¹⁹ FERRER, Jorge Luiz. **Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).** 2014. 355 f.. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

Em 2019, Leandro Crestani²⁰ defendeu sua Tese de Doutorado pela Universidade de Évora, Portugal, em que aborda, a partir da metodologia comparada e de uma perspectiva transnacional, o processo de ocupação da fronteira entre Argentina e Brasil. Nesta investigação, o autor lança um olhar sobre a zona fronteira do sudoeste paranaense e do norte de Misiones, e oferece uma sistematização dos processos históricos de ocupação, de importância para os estudos que abordam perspectivas similares. Para tanto, o autor aborda a questão da ocupação a partir de duas perspectivas, a “nacionalização da fronteira externa”, ou seja, a separação entre os Estados Nacionais “a partir de cima”, e a “nacionalização interna”, que se refere à ocupação das áreas fronteiriças e a construção da fronteira “a partir de baixo”. A partir deste conjunto de dois vetores, o autor utiliza como fontes documentos ministeriais, relatórios e mensagens dos governos, relatos de viajantes, censos e cartografia.

No âmbito das comparações Argentina-Brasil, é ainda importante citar o estudo do francês Olivier Compagnon (2014)²¹ do impacto da Primeira Guerra Mundial na Argentina e no Brasil. A partir de um olhar comparado sobre a imprensa e as produções literárias de ambos os países no período prévio, contemporâneo, e posterior ao conflito (até princípios da década de 1930), o autor percebe, para além das problemáticas econômicas e sociais geradas pela guerra, a alteração no eixo referencial de ambos os países da Europa para a América, e uma reflexão identitária que acompanha o processo.

Em um horizonte mais geral das pesquisas de História Comparada, foi publicado recentemente (2018) o livro “*Imigração nas Américas: estudos de história comparada*”, obra organizada por Cláudio Pereira Elmir, Marcos Antônio Witt e Oswaldo Truzzi²². Entre os principais textos que compõe a obra, devemos destacar “‘*Viva la religión*’, ‘*mueran los masones!*’, ‘*Viva Jacobina*’, o massacre de imigrantes na Argentina (1872) e no Brasil (1874)’”²³, de Cláudio Pereira Elmir e Marcos Antônio Witt, em que os autores analisam, a partir das publicações sobre estes processos, a recepção de imigrantes em ambos os países sob o prisma destes conflitos. Também consideramos como importante, apesar de não ter sido aplicado o recorte Argentina-Brasil, o texto “*Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma*

²⁰ CRESTANI, Leandro. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930)**: uma perspectiva comparada e transnacional. 2019. 308 p.. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, Évora, 2019.

²¹ COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa**: a América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939). Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

²² ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos, 2018.

²³ ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio. “Viva la religión”, “Mueran los masones!”, “Viva Jacobina”: o massacre de imigrantes na Argentina (1872) e no Brasil (1874). In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 41-73.

perspectiva comparada”²⁴, de Oswaldo Truzzi e Maria Catarina Zanini, em que os autores investigam as diferentes visões sobre os imigrantes italianos nessas espacialidades, além de perceberem as peculiaridades de cada processo, bem como das identidades construídas a partir dos mesmos.

Fora dos recortes Argentina-Brasil, é ainda digno de nota, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a já citada Tese de Doutorado de Günther Richter Mros (2019)²⁵, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), em que o autor se dedica a uma História Comparada da participação brasileira na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, ou seja, aplica um recorte nacional, mas compara dois momentos históricos distintos. Para realizar sua investigação, o autor classifica e faz uso de três variáveis a partir de uma leitura das razões pelas quais o país se envolveu nos conflitos. Neste sentido, Mros define variáveis “independentes”, “dependentes” e “intervenientes”²⁶, que servem para observar aproximações e diferenciações ao longo de ambos os processos históricos, que o levam a concluir que a participação brasileira nas duas guerras mundiais representou um único momento histórico contínuo.

Apesar de uma grande quantidade de trabalhos nos últimos anos, de acordo com José de Assunção Barros (2007, 2014), o campo da História Comparada ainda não foi generalizado no país, ainda que apresente diversos esforços recentes de investigação, como a criação do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ) em 2004²⁷, programa no qual Barros atua como docente. A sistematização da História Comparada, por sua vez, é percebida por Barros (2007, 2014) a partir dos esforços de Marc Bloch, em dois textos clássicos publicados pelo autor francês, o primeiro em 1928 e o segundo em 1930.

Assim, segundo Barros, que considera Marc Bloch como “fundador” deste campo de estudo para a História, o texto “*Para uma História Comparada das sociedades europeias*”

²⁴ TRUZZI; OSWALDO; ZANINI, Maria Catarina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 123-160.

²⁵ Ver mais em: MROS, Günther Richter. **O Brasil nas guerras dos outros**: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914 – 1919 & 1930 – 1945). 2019. 229 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

²⁶ O autor denomina de “variáveis independentes”, as que dizem respeito aos “ataques a navios mercantes e de transporte de passageiros, por submarinos alemães, e os bloqueios impostos ao comércio” (MROS, 2019, p. 32). Na sequência, as “variáveis dependentes”, que o autor caracteriza enquanto “o inimigo simbólico construído em torno da figura dos alemães nos dois eventos, a relação geopolítica com os vizinhos e a aproximação com os Estados Unidos” (*ibid*), e as “variáveis intervenientes”, que são “as Guerras no sentido estrito e a ressignificação do sistema internacional no sentido mais amplo” (*idem*).

²⁷ Para mais informações ver: **Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: <https://ppghc.historia.ufrj.br/>. Acesso em 16 jun. 2021.

(resultante de uma conferência de Marc Bloch no Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado na cidade norueguesa de Oslo, em 1928, para um público de medievalistas), disserta sobre a metodologia comparada para os estudos históricos a partir de sua experiência pessoal. A conferência foi publicada como artigo no periódico *Révue de Synthèse historique*²⁸ ainda no mesmo ano²⁹.

Em seus esforços de sistematização, Marc Bloch não se considera como o introdutor do comparatismo, mas sim defende a aplicação da metodologia comparada como uma forma de superar as fronteiras nacionais, e proporcionar uma integração de investigações. O autor ainda faz um provocativo questionamento: “[...] onde é que já se viu os fenômenos sociais, seja qual for a época, deterem unicamente os seus desenvolvimentos nos mesmos limites que seriam precisamente os das dominações políticas ou das nacionalidades?” (1998[1928], p. 142).

Tal posicionamento, por sua vez, segundo José D’Assunção Barros (2014), indica uma das características deste momento historiográfico, marcado pela tentativa de fugir do nacional, em que a própria introdução da metodologia comparada no campo histórico serviria justamente para “superar” as histórias nacionais. Estas eram observadas como reflexo do nacionalismo, considerado como uma das principais razões para a Primeira Guerra Mundial. Assim, a fuga dos recortes nacionais, de acordo com Marc Bloch, poderia se aproveitar de formas de análise há muito utilizadas por outras Ciências Humanas, como a linguística, baseada justamente em analisar diversos fenômenos de forma comparada (1998[1928], 1930). Neste sentido, a metodologia comparada teria como principal finalidade um recorte mais amplo: “[...] o ensinamento talvez mais claro e o mais imperioso que nos dá a história comparada é que já é tempo, na verdade, de pensarmos em partir os compartimentos topográficos obsoletos em que pretendemos encerrar as atividades sociais: não estão a medida do conteúdo que nos esforçamos por empurrar lá para dentro” (BLOCH, 1998, p. 142).

Para além das críticas aos esforços historiográficos baseados nos recortes territoriais dos Estados-Nação, o autor busca apresentar a metodologia e suas possibilidades para a história das sociedades europeias. Neste sentido, Bloch (1998) apresenta a sua definição da metodologia comparativa e as condições para a sua realização:

²⁸ BLOCH, Marc. Pour une histoire compare des sociétés européennes. *Révue de Synthèse Historique*. Paris, Tomo 46, n° 20, p. 15-50, dez. 1928. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34414149d/date>. Acesso em: 08 dez. 2020.

²⁹ Uma versão na língua portuguesa pode ser consultada na obra “História e Historiadores”, uma sistematização de textos de Marc Bloch publicada por seu filho Étienne Bloch. Ver mais em: BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Etienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

[...] no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os fatos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar” (p. 120-121).

Bloch então define duas aplicações possíveis da história comparada: a análise de sociedades separadas no tempo e no espaço, e o olhar sobre sociedades vizinhas e contemporâneas, cara a este trabalho. Esta segunda abordagem, de acordo com o autor, se caracteriza por “[...] estudar paralelamente sociedades a um tempo vizinhas e contemporâneas, incessantemente influenciadas umas pelas outras, cujo desenvolvimento está submetido, precisamente por causa da sua proximidade e do seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte, a uma origem comum” (1998, p. 122-123).

Também consideramos como importantes para a presente investigação as contribuições de Jürgen Kocka (2003). Este autor percebe na comparação uma possibilidade de tornar o esforço da pesquisa histórica “menos provincial” (2003, p. 39). De acordo com o autor, “[...] comparar em história significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente com respeito a suas similaridades e diferenças a fim de alcançar certos objetivos intelectuais”³⁰ (KOCKA, 2003, p. 39). Além disso, o autor propõe quatro objetivos metodológicos na comparação para a história: heurísticos, descritivos, analíticos e paradigmáticos:

Heuristicamente, a abordagem comparativa permite identificar questões e problemas que podem passar despercebidos, ser negligenciados, ou simplesmente não acessados de outra forma [...] **Descritivamente**, a comparação histórica ajuda a clarificar os perfis de casos singulares, frequentemente apenas de um caso único, contrastando-os (ou ele) com outros [...] **Analiticamente**, a abordagem comparativa é indispensável para perguntar e responder perguntas casuais [...] Finalmente, na **função paradigmática** [...] a comparação auxilia a se distanciar um pouco dos casos que o indivíduo conhece melhor, de sua ‘própria história’³¹ (KOCKA, 2003, p. 40-41, grifos nossos).

³⁰ [Tradução nossa]: [...] *comparing in history means to discuss two or more historical phenomena systematically with respect to their similarities and differences in order to reach certain intellectual aims*”. Consultado em: KOCKA, Jürgen. *Comparison and beyond. History and Theory*, Middletown, n. 42, p. 39-44, feb. 2003.

³¹ [Tradução nossa]: “*Heuristically, the comparative approach allow one to identify questions and problems that one might miss, neglect, or just not invent otherwise [...] Descriptively, historical comparison helps to clarify the profiles of single cases, frequently just of one single case, by contrasting them (or it) with others [...] Analytically, the comparative approach is indispensable for asking and answering casual questions [...] Finally, on the paradigmatic function [...] comparison helps to distance oneself a bit from the case one knows best, from ‘one’s own history’*” (KOCKA, 2003, p. 40-41).

Assim, a História Comparada é um meio eficaz de encontrar respostas que não seriam alcançadas de outra maneira, seja a partir da seleção de dois objetos de análise, ou a partir da comparação de uma realidade específica com outras. Um dos principais aspectos frisados pelo autor, no que diz respeito à função paradigmática, é um dos mais caros à presente investigação. A partir deste aspecto, é possível escapar dos limites impostos pelos recortes nacionais, que condicionam a perspectiva dos investigadores, e não permitem ver a influência de condições fronteiriças, por exemplo, que são de grande importância para nossos objetos de análise.

Neste sentido, lançar um olhar sobre as realidades de Puerto Rico e Porto Novo significa perceber circulações, processos mútuos, dissonâncias e consonâncias, para a realidade sincrônica de ambas. Todavia, apenas o recorte de análise não oferece os elementos necessários para realizar os esforços de investigação, visto que eles apenas solucionam o questionamento do que comparar. Faz-se assim necessário explicitar “como comparar”. Para José de Assunção Barros, a comparação:

[...] se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente (2007, p. 5).

Desta forma, um objeto, a partir da comparação, serve para auxiliar na compreensão de outro. Neste sentido, Marc Bloch percebeu na História Comparada a possibilidade de observar a existência de certos fenômenos em outras localidades, justamente a partir da identificação de elementos já percebidos em um determinado objeto, previamente analisado (1998). Esta possibilidade vai de encontro à nossa experiência prévia com a investigação de Porto Novo, que permite apreender elementos úteis à observação das realidades de Puerto Rico, e, a partir deste objeto, compreender aspectos do primeiro. Esta situação corresponde à possibilidade de uma “*iluminação recíproca*”, que se aproveita de um diálogo contínuo de elementos identificados entre ambas as partes, e que para nossa investigação consideramos como a possibilidade de análise mais adequada. Para a realização deste esforço investigativo, por sua vez, é necessário identificar como será realizado o olhar sobre as fontes, a fim de viabilizar a “*iluminação recíproca*”.

Assim, nossa investigação está direcionada a perceber consonâncias e dissonâncias da integração dos teuto-brasileiros aos Estados-Nação a partir das realidades de Puerto Rico e Porto Novo. Para tanto, serão aplicadas algumas variáveis de análise, enquanto aspecto específicos a serem observados e comparados na observação dos objetos de pesquisa. Todavia, antes de identificar a partir de quais elementos será realizada a comparação, é preciso considerar que partimos do pressuposto de que a integração é feita pelos Estados-Nação e a fim de integrar estes grupos (i)migrantes, o que resultaria em políticas públicas. Esta integração, por sua vez, é denominada de “nacionalização”, ou seja, a difusão de uma perspectiva nacional ou a incorporação à mesma. Assim, partimos da perspectiva de uma “*esfera pública*”, baseada nas investigações de Alejandro Quiroga (2011, 2013) para a realidade da nacionalização na Espanha.

Este autor considera que a nacionalização em seu país de análise pode ser classificada de acordo com três esferas, a *pública*, espaço de atuação do Estado e de suas instituições, a *semi-pública*, espaço de atuação de entidades privadas em áreas públicas, e a *esfera privada*, zona de contatos do indivíduo em sua realidade familiar e de círculos de amizade. As identidades circulam, para Quiroga (2011, 2013), em todos estes âmbitos, e a eficácia da nacionalização pode variar de acordo com o período histórico. Quanto à *esfera pública*, Quiroga identifica que: “[...] é aquela em que atuam as instituições oficiais, sejam elas estatais, regionais, provinciais ou municipais. Essas agências nacionalizadoras são a escola, o serviço militar e os diversos serviços de funcionários, como os correios, o sistema judiciário ou os transportes públicos. Aqueles funcionários são os encarregados de transmitir a ideia oficial de nação (2011, p. 149)³².

Portanto, adicionamos esta percepção à análise das bibliografias anteriormente citadas para os casos da Argentina e do Brasil quanto à integração dos imigrantes para a definição das variáveis a serem aplicadas na comparação. Assim, a observação da nacionalização em ambos os objetos será realizada a partir da comparação dos temas do ensino, da língua, das vinculações políticas, da remoção de elementos dissonantes dos ideais nacionais, presença de instituições públicas e a atuação de forças repressivas constam de forma que estes aspectos constam nesta investigação enquanto variáveis básicas para a efetivação dos esforços de comparação.

³² [Tradução nossa] do original em catalão: “[...] és aquella em què actuen les institucions oficials, siguin estatals, regionals, provincials o municipals. Aquestes agències nacionalitzadores són l’escola, el servei militar i els diversos serveis de funcionaris, con ara correus, el sistema judicial o els transports públics. Aquests funcionaris són els encarregats de transmetre la idea oficial de nació [...]”. Ver mais em: QUIROGA, Alejandro, Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya. **Segle XX**, Barcelona, n. 4, p. 143-160, 2011.

Neste sentido, com o uso da metodologia da História Comparada, e baseados nestas variáveis, nos debruçamos sobre as realidades das duas localidades de análise para responder à seguinte problematização: *como se deu a relação político-cultural entre os teuto-brasileiros localizados em Puerto Rico e Porto Novo com os respectivos Estados-Nação em que estavam inseridos entre 1919 e 1945?* E estas “relações político-culturais” são observadas na presente investigação a partir da ótica da nacionalização.

A nacionalização, por sua vez, é compreendida neste trabalho enquanto um processo contínuo de assimilação de um indivíduo à algum discurso ou perspectiva nacional vinculada ou não a um Estado-Nação. Neste sentido, nos baseamos em contribuições de historiadores espanhóis para o tema, como Alejandro Quiroga (2011, 2013), Daniele Conversi (2012) e Pablo Giori (2017), que percebem a nacionalização enquanto uma relação dos Estado-Nação com as suas populações, de forma a ser uma pressão constante, mas que não necessariamente se restringe a estes dois conjuntos.

Por adotarmos esta concepção de nacionalização para a presente investigação, consideramos que entre os Estados-Nação e suas populações existe uma pressão constante em torno da assimilação, que não se restringe a determinados períodos históricos, sendo ela contínua. Deste modo, a concepção de nacionalização aplicada se diferencia das pesquisas voltadas tão somente à chamada “Campanha de Nacionalização”, desenrolada ao longo do Estado Novo brasileiro (1937-1945). Apesar de tomarmos em consideração a existência deste processo, e observamos elementos do mesmo em nossa investigação, cremos ser necessária a análise da assimilação imigrante antes deste período, para compreender justamente a continuidade da pressão nacionalizadora do Estado ao longo do tempo.

Nossa investigação, por sua parte, está inserida na área de concentração História, Poder e Cultura, por ser uma indagação sobre a relação de grupos humanos com as estruturas de poder observadas nos Estados-Nação, especialmente através da problemática da integração/nacionalização. Além disso, no interior da área de concentração, percebemos a pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa Fronteira, Política, Sociedade por se tratar de uma temática intimamente vinculada a este direcionamento, como já evidenciado pelos recortes espaciais, temáticos e socioculturais.

As fontes documentais para a realização da análise, por sua vez, partem de um conjunto documental amplo, que categorizamos em sete grupamentos: “Memórias e obras memorialísticas”, “Documentos administrativos e/ou governamentais”, “Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga”, “Censos e recenseamentos”, “Documentos da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Anti-Argentinas*”, “Constituições e legislações variadas” e

“Relatos da Viagem de 1929”. Além disso, também consideramos como fontes auxiliares às categorias anteriores, menções em jornais, que serão utilizadas quando necessário para complementar lacunas das demais documentações, bem como documentações produzidas pelas alegações da Questão de Palmas/Misiones.

O primeiro grupo, “memórias e obras memorialísticas”, diz respeito a esforços de indivíduos de variadas origens e posições sociais, que vivenciaram pessoalmente as primeiras décadas de existência de Puerto Rico e de Porto Novo e relataram suas próprias memórias e perspectivas do mesmo a um público mais amplo, através da publicação das mesmas na imprensa. A seleção do conjunto de memórias e autobiografias se dá pela posição relevante que os indivíduos tiveram no processo de conformação das colônias e nos seus anos iniciais, de forma que as perspectivas que oferecem sobre estes contextos são de grande importância para a nossa investigação. Apesar disso, são perspectivas limitadas pela posição social e econômica de seus autores, e, por isso mesmo não deverão ser observados de forma generalizante, mas sim acompanhados da observação da origem de cada autor.

Compõem este conjunto documental a obra “*Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados*”, de Maria Wiersch Rohde, cuja versão acessada é uma tradução publicada em 2011³³ a partir da versão original em alto alemão, datada de 1951. Neste livro, a autora realiza uma apresentação da história de Porto Novo a partir de sua vivência e memórias na colônia, entre os anos de 1926 e 1948, enquanto esposa de um dos administradores, Carlos Rohde. É importante perceber que a obra é também um esforço de recordação, por sua sistematização posterior, que também faz uso de registros contemporâneos à vários períodos abrangidos pelos relatos.

A segunda obra a compor o grupo é “*A filha do pioneiro*”, de Gertrud Culmey Herwig, publicada em língua portuguesa no ano de 1987³⁴, a partir da versão original em alto alemão lançada três anos antes. Com esta obra, a autora busca compilar memórias acerca da trajetória de seu pai, Carlos Culmey, ao longo da sua vinda para o Brasil, e os diversos empreendimentos de colonização que encabeçou, em que se destacam os projetos no Alto Paraná (Puerto Rico, San Alberto e Montecarlo) e no Alto Uruguai. Assim como no esforço de Maria Rohde, é importante indicar que a obra é um intento de recordação com um distanciamento de no mínimo

³³ ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

³⁴ HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K.. **A filha do pioneiro: memórias**. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987. Edição original em língua alemã: HERWIG, Tutz Culmey. **Die tochter des pioniers: lebenserinnerungen**. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de julho, 1984.

quarenta anos com os eventos que relata, além de carregar um forte teor pessoal, posto que o pai da autora é o personagem central do livro.

Na sequência de obras que foram incluídas neste conjunto documental é possível identificar em bloco duas obras sequenciais. Trata-se das “*Reminiscências*” de Max von Lassberg, e dos textos de e sobre João Evangelista Rick incluídos no livro “*Pe. J. E. Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor*”. O primeiro diz respeito a publicação da tradução da segunda edição das memórias de Max von Lassberg pela Editora Unisinos em 2002³⁵. A obra pode ser caracterizada enquanto uma iniciativa autobiográfica do jesuíta, que contempla recordações da sua origem até eventos da década de 1930, quando foram publicados pela primeira vez. Estes escritos, por sua vez, são carregados de uma perspectiva religiosa, linear, reflexiva e teleológica, dividida em pequenos textos.

A obra referente a João Rick, por sua vez, é um conjunto de textos compilados por Arthur Rabuske e Arthur Rambo³⁶, dividida em duas partes. A primeira é uma biografia do religioso escrita pelo padre jesuíta e botânico Balduino Rambo, traduzida por Arthur Blásio Rambo, irmão do autor. Na sequência, introduzidas e traduzidas pelo padre Arthur Rabuske, estão as reminiscências escritas por João Evangelista Rick, que, a exemplo de Lassberg, possuem uma forte perspectiva religiosa, uma visão linear, reflexiva e teológica, mas cuja narrativa é mais complexa e elaborada.

O grupo “documentos administrativos e/ou governamentais”, por sua vez, diz respeito a um conjunto de dezenas de documentos resultantes de uma consulta ao repositório virtual do *Archivo General de Gobernación de Misiones* e ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Do primeiro repositório serão utilizados telegramas, mensagens e/ou relatórios de diversos remetentes ou destinatários e referentes a questões administrativas do Território Federal de Misiones³⁷. Com relação ao segundo banco digital, será abordada a mensagem anual

³⁵ LASSBERG, Max von. **Reminiscências**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

³⁶ RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur (orgs.). **Pe. J. E. Rick, SJ: cientista, colonizador, apóstolo social, professor**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

³⁷ As documentações contidas neste arquivo foram submetidas a uma pesquisa aprofundada, que iniciou no campo de busca “*Gestión Territorio Nacional*”. Deste conjunto documental foram explorados os “Decretos”, as séries “E” (Comunicações com a Chefatura de Polícia), “G” (Notificações, solicitações e informes com a Gendarmaria de Polícia), “H” (Telegramas para vários órgãos), “J” (Notificações para a Chefatura de Polícia), “R” (Notas reservadas para funcionários e órgãos variados), e “T” (Informes, comunicações e requerimentos para funcionários e órgãos variados). Todos estes conjuntos estão organizados em tomos de 500 ou 1000 folhas (em que havia uma ou duas mensagens por cada, sem impressões no verso), com ou sem índices na própria documentação, ou adicionados no processo de digitalização pelos funcionários do Arquivo.

O tipo de consulta variou de acordo com a organização em cada série, ou no conjunto de decretos. Estes últimos, por seu lado, estavam organizados com um índice detalhado, o que permitiu a seleção de alguns temas considerados mais caros ao trabalho, o mesmo também ocorreu com a “Serie R”. As demais séries obrigaram a uma busca detalhada em cada um de seus tomos, iniciadas a partir do primeiro ano em que existia a localidade de Puerto Rico (fundada em 1919). Desta forma, a pesquisa detalhada envolveu a consulta a 10 tomos da “Serie E”,

do Presidente do Estado realizada em 1929, que carrega relatos sobre a situação de Santa Catarina no período, bem como da visita do chefe do poder executivo ao oeste do estado.

Parte do conjunto documental amplo, o “Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga”, apresenta, a partir de 1926, relatos sobre a vida religiosa de Porto Novo e a região de cobertura da Paróquia, além de aspectos sociais da mesma, a partir da perspectiva de seu autor (o que incluiu um grande número ao longo das décadas, dependendo do religioso responsável pelo preenchimento do livro). Assim, estes registros apresentam importantes informações sobre Porto Novo ao longo do período de análise. Para além desta fonte, também será utilizado como fonte complementar a obra “História das Casas”³⁸, publicada pelo padre jesuíta Inácio Spohr, que compilou os registros do Livro Tombo e adicionou correspondências dos padres jesuítas.

No grupo “Censos e recenseamentos”, estão inclusos os estudos estatísticos de contagem, conhecimento e classificação das populações argentinas e brasileiras entre 1869 e 1940, o que inclui os Censos Nacionais da Argentina de 1869, 1895 e 1914, e os Censos brasileiros de 1872, 1890, 1900, 1910, 1920 e 1940. Estes estudos estatais são de grande importância para a compreensão da relação dos mesmos com os seus habitantes, uma vez que se direcionam a estudar as populações, especialmente no sentido quantitativo. Além disso, permitem estabelecer um panorama quantitativo das (i)migrações ocorridas no período de análise. Por fim, permitem estabelecer um perfil populacional nacional, ou estadual/provincial, essencial para compreender determinados períodos históricos e também determinadas compreensões vigentes a partir dos Estados-Nação, como as formas de classificação da população, os pertencentes e os excluídos, entre outros aspectos.

Além destes dois conjuntos documentais, os “*Documentos da Comisión Investigadora de Actividades Anti-Argentinas*”, são referentes aos arquivos disponíveis em um repositório virtual que diz respeito a comissão parlamentar de investigação conduzida entre 1941 e 1943

em um total de 5.288 folhas; 5 tomos da “Serie G”, em um total de 1.222 folhas; 3 tomos da “Serie J”, com 177 folhas; 8 tomos da “Serie H”, com uma soma de 4.216 folhas (com uma média de duas mensagens, notificações, entre outros tipos de comunicação por cada folha); Por fim, na “Serie T” foram consultados dois tomos, tendo um deles 1.007 folhas (com duas mensagens por cada), e o outro um índice detalhado que permitiu a seleção dos documentos a serem consultados, sem uma busca exaustiva.

Todavia, nem todas as folhas puderam ter seus conteúdos consultados. Havia alguns lapsos nas sequências numéricas, que indicavam perdas de documentos ao longo do tempo, documentações cifradas, bem como várias folhas borradas pela umidade. Ainda assim, foram consultadas e coletadas grandes quantidades de informações, a partir da seleção de documentos que se referiam a Puerto Rico, bem como da relação do Território com a fronteira, o policiamento, menções sobre o Brasil, a imigração de países limítrofes, a relação com populações estrangeiras, alterações na administração, bem como questões geopolíticas (como a Guerra do Chaco e a Segunda Guerra Mundial). Consideramos assim, que todos estes conjuntos documentais consultados permitem observar indícios das relações do poder governamental instalado em Posadas com a localidade de Puerto Rico, bem como a relação do mesmo com o espaço fronteiriço e a imigração de teuto-brasileiros.

³⁸ SPOHR, Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.

pelo Poder Legislativo argentino, que tinha como finalidade “[...] investigar e combater a penetração de ideologias extremistas no país fundamentalmente aquelas de inspiração Nazifascista”³⁹. A documentação⁴⁰, por sua parte, inclui um conjunto de denúncias, mensagens, e relatórios sobre a situação da Província, em que, em várias destas, estão incluídas informações sobre Puerto Rico, ou que, de forma mais ampla, permitem estabelecer paralelos com a realidade brasileira.

O conjunto “Constituições e legislações variadas”, por sua vez, diz respeito a documentações dos poderes executivo e legislativo emitidos pelos Estados da Argentina e do Brasil e especificamente pelo estado de Santa Catarina. Neste sentido, o conjunto documental inclui regulamentos, leis, decretos, decretos-lei, e as Cartas Constitucionais, que dizem respeito a políticas públicas ou compreensões adotadas pelas esferas públicas durante o período de análise.

Por fim, os “relatos da Viagem de 1929”, dizem respeito a produções de participantes da viagem da comitiva presidencial para o oeste do estado de Santa Catarina, que trazem perspectivas sobre a região, bem como exprimem um esforço de nacionalização da mesma. Neste sentido, os registros de Arthur Ferreira da Costa (2005 [1929]), José Boiteux (2005 [1931]), e Othon Gama D’Eça (1992 [1929]), serão utilizados para a apresentar a perspectiva do Estado-Nação para com a região, bem como da visão dos mesmos sobre Porto Novo, uma das localidades visitadas.

Todos estes conjuntos documentais são provenientes de publicações, arquivos públicos, ou bancos de dados no meio virtual, de forma que os formatos acessados conformam um universo híbrido. Quanto a este aspecto, a situação pandêmica durante o período de realização do Mestrado em História, cuja necessidade de distanciamento social imposta durante a parte majoritária do período de constituição de nossa investigação exigiram uma adaptação metodológica à parte a nova realidade acadêmica. Assim, a percepção de que nos baseamos em bibliografias que em grande parte nunca consultamos em seu formato físico ou original, seja por não estarem nesse suporte desde sua criação ou pela impossibilidade de acessá-las, assim como a posterior consulta da maior parte das fontes apenas em um formato virtual, nos permite

³⁹ [Tradução nossa] do original em espanhol: “*investigar y combatir la penetración de ideologías extremistas en el país fundamentalmente aquellas de inspiración Nazi-fascista*”. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 27 abr. 2021.

⁴⁰ O banco de dados foi vasculhado a partir de uma busca pela palavra-chave “Misiones”. Uma vez realizada a busca, foram selecionados 29 informes/relatórios/notas produzidas pela comissão, salvaguardados em *desktop*, identificados e submetidos a uma leitura superficial sobre seus conteúdos. A última etapa metodológica aplicada foi uma nova filtragem destas documentações, a fim de selecionar apenas aquelas que apresentassem conteúdos específicos sobre Puerto Rico, vinculados a questões desta localidade, ou da relação do Território de Misiones com o Brasil. Desta forma, restaram 11 arquivos, utilizados nesta investigação.

caracterizar esta investigação enquanto resultante de uma “era digital”, da qual surgem possibilidades e problemáticas referentes a seu próprio tempo.

Neste sentido, este é um trabalho digital, construído a partir de fontes digitais e bibliografias em um formato de leituras híbridas, que combina configurações digitais e físicas, e, apesar dos rabiscos em formato analógico, redigido unicamente a partir de *softwares* digitais. Desta forma, é essencial uma reflexão sobre esta realidade da produção historiográfica e sua implicação para os esforços deste trabalho. Corrobora nesta discussão George Zeidan Araujo (2014), que considera que estamos em meio a uma nova área, a *História Digital*, a qual configura uma transformação na forma do fazer historiográfico, pois “[...] o conjunto das atividades relacionadas à pesquisa histórica foram substancialmente alterado pela internet, tanto pela modificação de práticas antes existentes, como pela incorporação de novas” (2014, p. 157). André Pereira Leme Lopes (2018) vai além e defende uma espécie de “*Virada digital*” na operação historiográfica, devido a magnitude das transformações na historiografia, ocasionadas pela inserção gradual, inevitável e sem retorno ao meio físico, seja nas pesquisas ou nos seus usos diversos:

Hoje, acredito que não é mais possível a um pesquisador ignorar esse ambiente de informação digital. No mínimo, escrevemos nossos artigos, ensaios e resenhas em computadores e os enviamos para publicação em arquivos digitais, via correio eletrônico. As revistas que os publicarão, muitas vezes não possuem versão impressa, mas apenas um portal *online* onde arquivos digitais ficarão à disposição de quem os quiser ler ou imprimir (p. 140).

Assim, há imensas possibilidades ocasionadas pela expansão de acesso à *World Wide Web* (a rede mundial de computadores), materializadas na ampliação do horizonte de consultas a livros, arquivos e fontes diversas, essenciais para os esforços do campo historiográfico (LOPES, 2018). De acordo com Lopes (2018):

[...] a mídia digital trouxe de fato uma série de novidades epistemológicas para a pesquisa histórica. Trabalhar em dispositivos digitais acessando um espaço de informação igualmente digital não é análogo a trabalhar com papel e lápis em uma biblioteca/arquivo incomensurável. A maneira como a informação é encontrada é diferente, o modo como a examinamos é distinto, o jeito como a compilamos e comparamos é outro. Ou seja, a pesquisa histórica realizada em meio digital é diversa da pesquisa histórica realizada em arquivos tradicionais (p. 161-162).

Neste sentido, mesmo com as atividades em arquivos e materiais físicos, a plataforma de trabalho muitas vezes é a digital, o que torna inevitável a percepção de transformações com as novas possibilidades e realidades do pesquisador. Além disso, o imenso horizonte de

vantagens com a grande quantidade de opções ocasionadas pela “Virada Digital”, traz, segundo Lopes (2018), uma problemática importante: como se orientar em meio a tantas possibilidades? De forma que o olhar do historiador deve visar uma alternativa de filtrar e buscar os arquivos que mais cabem ao tipo de investigação que vislumbra (LOPES, 2018).

Em nossa investigação, temos a vantagem de realizar as pesquisas em bancos de dados estatais, cujas possibilidades conhecemos e os mecanismos de busca são simples e “domesticáveis”. Além disso, a grande quantidade de arquivos oferecidos nestes bancos de dados se mostra vantajosa a nossa pesquisa, pois apresenta um leque maior de fontes digitais a serem escrutinadas pelo conjunto metodológico anteriormente proposto, mesmo que este direcione a uma seleção qualitativa dos materiais a serem utilizados. Junto a esta consideração, é importante pensar em algumas outras problemáticas ocasionadas pelo uso das fontes digitais para a presente pesquisa.

Todas as fontes a serem utilizadas com relação aos conjuntos documentais “Documentos administrativos e/ou governamentais”, “Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga”, “Censos e recenseamentos”, “Documentos da *Comisión Investigadora de Actividades Anti-Argentinas*”, “Constituições e legislações variadas”, não estão em seus suportes originais⁴¹, ou seja, foram digitalizadas. O conjunto das fontes foi produzido em tempos onde a internet sequer era algo imaginável e seus formatos originais eram físicos, impressos e dirigidos a consultas amplas (quando necessárias, para o caso de legislações ou aparatos constitucionais diversos), ou restritas (com relação aos documentos produzidos pela *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, ou arquivos administrativos do Território de Misiones).

Foi com o advento da internet e das iniciativas de disponibilização para consulta do grande público que seus formatos originais foram ou digitalizados ou reescritos na forma virtual. Devido ao valor histórico deste tipo de fontes, além daqueles que a disponibilizam ao público, os Estados-Nação produtores das mesmas, a confiabilidade das tais recai sobre os armazenadores, assim como a sua tipologia.

Ao mesmo tempo é necessário ponderar que não será com as leis promulgadas e impressas em 1940, ou a Constituição argentina de 1853 com as adições até 1898 originais, por exemplo, que faremos a análise, mas sim com cópias digitais cujo formato é original desta maneira e proveniente de uma alternativa de disponibilização em massa deste tipo de

⁴¹ “Documentos administrativos e/ou governamentais”, “Censos e recenseamentos”, “*Documentos da Comisión Investigadora de Actividades Anti-Argentinas*”, são cópias digitalizadas dos originais disponibilizados nos bancos de dados. O “Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga”, foi fotografado pelo autor em 2018 e apresenta um formato *.jpg*. E as “Constituições e legislações variadas”, estão em variados formatos, como cópias fotográficas, digitalizações ou versões digitais originais.

informação. Desta forma, o trabalho será realizado com *versões*, em um formato original, dirigidas a consulta pública e cuja manutenção dos textos dos formatos físicos que contemplam recaí sobre seus próprios produtores e armazenadores. E, neste ponto, é necessário também abordar a continuidade da possibilidade de acesso às fontes em formato on-line, questão que é sanada a partir da inclusão metodológica de etapas direcionadas a salvaguarda as fontes, seja enquanto cópias digitais ou fichamentos e/ou digitalizações de formatos físicos. Preocupação esta, destinada a evitar problemáticas externas, como a instabilidade de servidores, dificuldades de novos acessos a formatos físicos, ou exclusões de fontes em websites.

Um procedimento útil a ser realizado com as mesmas é efetuar uma cópia em desktop (com a possibilidade de outras cópias a partir destas a serem armazenados em outros locais, por razões de segurança), ou gerar um arquivo de *.pdf* ou *.jpg*, a partir da página virtual (cuja quantidade de cópias também depende do pesquisador). Consideramos assim que o procedimento mínimo possível para o uso de repositórios virtuais é garantir sempre uma cópia de segurança em nuvem ou no desktop, a fim de não depender das instabilidades dos meios de pesquisa, e realizar os trabalhos com as fontes com uma maior tranquilidade.

Estas considerações são importantes para delimitar a metodologia de trabalho com as fontes digitais, questão esta que é cara à realidade da continuidade de acesso a estes documentos, bem como frente às limitações impostas pela pandemia da *Covid-19*. Para o desenvolvimento do campo histórico e de outras investigações, é necessário que se amplie a disponibilização de documentações históricas em meios virtuais, e as mesmas sejam mantidas neste âmbito, com um acesso livre para todos os interessados. Assim, o campo histórico e o conhecimento sobre o passado poderão ser cada vez mais ampliados.

Com esta reflexão, retornamos ao que já havia sido apresentado quanto ao tema desta investigação. A partir do que foi informado, buscamos, enquanto objetivo geral “evidenciar, a partir de uma História Comparada, como os Estados-Nação de Argentina e Brasil trataram da integração dos teuto-brasileiros estabelecidos em Puerto Rico e Porto Novo”, o preenchimento de uma lacuna historiográfica dos estudos de nacionalização no Brasil e na Argentina.

Esta lacuna investigativa é um dos fatores que justificam este esforço. Além dele, objetivamos também uma integração transfronteiriça dos estudos, com o diálogo entre duas historiografias deste âmbito, a partir da noção de uma “iluminação recíproca” presente nas concepções sobre a História Comparada, aspectos apreendidos da realidade argentina ou do horizonte brasileiro, que podem ser de grande importância para as situações do outro lado da zona de fronteira, e estabelecer um diálogo frutífero. Neste sentido, reforçamos que a presente investigação tem como compreensão da espacialidade de estudo a conformação de uma região,

marcada pelas disputas territoriais entre a Argentina, Brasil e Paraguai, caracterizada no século XX pela imigração teuto-brasileira e a atuação política dos Estados-Nação (Argentina e Brasil).

Além disso, as pesquisas direcionadas a compreender a nacionalização dos grupos imigrantes tem usualmente um enfoque para as guerras globais e seus impactos. O que pretendemos neste estudo é oferecer uma análise ampla, que compreende o período anterior à instalação dos esforços coloniais de Puerto Rico e Porto Novo, e as compreensões dos Estados-Nação sobre estes territórios, a constituição das colônias e o processo posterior contínuo de integração dos teuto-brasileiros lá estabelecidos, ou seja, será privilegiada a abordagem de médio prazo. A apresentação dos resultados da investigação, por sua vez, está planejada para ser realizada em três capítulos.

Neste sentido, o primeiro capítulo, intitulado “*Para além do Rio Uruguai: as disputas pela Região de Palmas/Misiones e a (i)migração teuto-brasileira (1881-1926)*”, está direcionado a uma abordagem da disputa pela região de Misiones/Palmas, uma comparação da imigração alemã na Argentina e no Brasil, além da conformação de Puerto Rico e Porto Novo e das características de ambas as colonizações. Ou seja, uma análise sobre as condições prévias do espaço fronteiro em que as duas colonizações foram inseridas, algumas características dos teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul e pontos de aproximação e diferenciação das duas colonizações abordas.

Em seguida, o capítulo “*Os Estados e os imigrantes: as transformações políticas e as relações da Argentina e do Brasil com as populações teuto-brasileiras em tempos de paz (1919-1939)*”, está voltado a perceber a gradual construção da *esfera pública* em Puerto Rico e Porto Novo, bem como a analisar quem eram os encarregados de difundir os discursos nacionais em nível local. Além disso, neste capítulo também serão apresentados indícios do controle estatal sobre a esfera *semipública* e as instituições organizadas pelos teuto-brasileiros.

Por fim, o capítulo “*A guerra e a vigilância dos ‘inimigos’ presentes (1939-1945)*”, tem como objetivo a observação das iniciativas de nacionalização desenvolvidas em Puerto Rico e Porto Novo a partir do começo da Segunda Guerra Mundial. Devido a condição de guerra e as ações da Alemanha no conflito, o período também foi observado a partir da condição agravante das mesmas sobre as populações teuto-brasileiras residentes naqueles países, de forma a observar uma diferenciação com relação ao contexto apresentado no capítulo anterior.

2 PARA ALÉM DO RIO URUGUAI: AS DISPUTAS PELA REGIÃO DE MISIONES/PALMAS E A (I)MIGRAÇÃO TEUTO-BRASILEIRA (1881-1926)

O espaço fronteiriço entre a Argentina e o Brasil é resultado de disputas e conflitos, que legaram ao período contemporâneo e posterior às demarcações dos limites uma desconfiança mútua entre os países. Um destes contextos de disputa foi a “Questão de Palmas” (1857-1895), em que a República Argentina reclamava por uma porção territorial brasileira baseada em uma interpretação geográfica do século XVIII. Esta disputa, bem como um histórico de atritos entre os países, gerou uma atenção especial dos governos para a região fronteiriça e suas ocupações, para a qual passaram a visar grupos imigrantes. Todavia, os pensamentos de ambos os países com relação à imigração estavam voltados à uma tentativa, pelo que consideravam, de um aprimoramento de suas populações. Assim, os grupos humanos visados para ocupar os espaços fronteiriços eram aqueles especialmente de origem europeia.

Neste sentido, a porção final do século XIX e inicial do XX foi caracterizada, tanto na Argentina quanto no Brasil, por um grande crescimento populacional destes países, influenciada, entre outras razões, por um significativo ingresso e estabelecimento de contingentes estrangeiros em seus territórios. Um destes grupos, cujo total de ingressantes em ambos os países não foi muito significativo, são os alemães. Ao longo do século XIX, especialmente no Brasil, e no estado do Rio Grande do Sul, estes se estabeleceram, conformaram comunidades relativamente autônomas e organizaram-se para sanar suas necessidades mais imediatas, como os cultos religiosos e as instituições de ensino.

Todavia, as primeiras décadas do século XX, período em que houve um grande fomento para a ocupação da região oeste do estado de Santa Catarina, bem como da província de Misiones, foi também um período em que os descendentes dos alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul (principalmente no século anterior), buscaram novas frentes de colonização. Este fato, aliado à existência de companhias privadas e associações, fez surgir uma série de colonizações voltadas para falantes de línguas alemãs provenientes do estado do Rio Grande do Sul, como são os casos de Puerto Rico (Argentina) e Porto Novo (Brasil), que tiveram aquele grupo como um dos principais públicos-alvo.

A fim de explorar estas problemáticas citadas, o presente capítulo está subdividido em três seções. A primeira, intitulada de “*As disputas e a formação dos limites jurisdicionais de Misiones e Santa Catarina*”, versa sobre a disputa territorial entre a República Argentina e o Brasil, na figura da “Questão de Palmas”, bem como as políticas de ambos os Estados-Nação em torno do estabelecimento das unidades administrativas no espaço fronteiriço. Na sequência,

no subtítulo “*A ocupação dos territórios e a imigração*”, será analisada a imigração europeia para a Argentina e o Brasil na figura das províncias/estados que demarcavam a fronteira entre os mesmos, bem como as migrações entre os dois países. Além disso, será enfatizada a imigração alemã para ambos os países a fim de apresentar as características dos indivíduos desta origem nas localidades analisadas. Por fim, na seção “*Puerto Rico e Porto Novo*”, será abordada a situação dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul durante as duas primeiras décadas do século XX, bem como a emigração dos mesmos e as organizações das colonizações que dão nome ao título desta porção do trabalho, localizadas no Território Nacional de Misiones, na Argentina e no estado de Santa Catarina, no Brasil.

2.1 AS DISPUTAS E A FORMAÇÃO DOS LIMITES JURISDICIONAIS DE MISIONES E SANTA CATARINA

O processo de formação de Estados-Nação a partir das independências das antigas possessões dos Impérios Ibéricos na América do Sul, na primeira metade do século XIX, legou aos países em formação, as disputas e reclames territoriais do período colonial. Neste sentido, figura enquanto importante questão deste universo de disputas a “Questão de Palmas” ou “Questão de Misiones” (1857-1895), um litígio entre o Brasil e a República Argentina que envolvia uma porção dos territórios que atualmente correspondem ao sudoeste do estado do Paraná, e ao oeste do estado de Santa Catarina, ambas localidades brasileiras na atualidade.

A base histórica para a disputa por esta porção territorial se encontra no Tratado de Madrid, de 1750, celebrado entre os impérios de Portugal e Espanha, e que definia as fronteiras entre suas possessões na América do Sul após o que havia sido delimitado pelo Tratado de Tordesilhas (1494) ter sido ultrapassado pelo avanço da ocupação portuguesa sobre terras consideradas espanholas pelo mesmo (HEINSFELD, 2007). O Tratado de Madrid, por seu lado, a partir da base do princípio jurídico do *uti possidetis*⁴², definiu vários contornos que hoje são utilizados enquanto limites políticos entre os países da América do Sul. De acordo com Adelar Heinsfeld:

Com o tratado, ficou estabelecido que haveria paz permanente entre os súditos das duas Coroas na América, mesmo que esta paz deixasse de existir na península. A posse mansa e pacífica ou a ocupação real dos territórios era respeitada. Adotava-se o princípio do *uti possidetis* de fato, sustentado ou adotado pela Espanha na solução dos litígios registrados entre seus próprios domínios. Dessa forma, os luso-brasileiros permaneceriam nos territórios onde se encontrassem, da mesma forma que os hispano-americanos (2007, p. 48).

⁴² Reconhece a propriedade de quem tem a posse.

Com relação à zona meridional, o Tratado de Madrid definia a anexação das missões orientais por parte de Portugal (conhecidas como “Sete Povos das Missões”), e fixava, à àquela altura do território, o Rio Uruguai enquanto uma fronteira natural entre os domínios coloniais (FERRARI, 2010). Ao norte deste curso d’água, o Tratado utilizava o Rio Peperi-Guaçu, o Rio Santo Antônio e o Rio Iguaçu enquanto limites, de forma semelhante ao que na atualidade são os contornos entre a República Argentina e o Brasil (FERRARI, 2010). De acordo com Adelar Heinsfeld (2007), após a assinatura, foram organizadas, em 1751, duas comissões mistas para demarcar os limites. Estas comissões exploraram as regiões setentrionais e meridionais para garantir as localizações dos referenciais selecionados enquanto fronteiras naturais entre as possessões dos impérios.

Todavia, o Tratado de Madrid gerou grandes insatisfações com o que estabelecia, e acabou sendo anulado pelo Tratado de El Pardo em 1761, e uma nova tratativa foi estabelecida em Santo Ildefonso, em 1777, com a demarcação dos mesmos rios definidos como limites em 1750 (HEINSFELD, 2007). Com este tratado, novas expedições de reconhecimento foram direcionadas para as fronteiras meridionais dos impérios, e estas avançaram rumo a uma região que ia além dos rios que foram estabelecidos enquanto fronteiras naturais. Membros da expedição espanhola encontraram novos cursos de água e acreditaram serem estes os verdadeiros rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu (HEINSFELD, 2007). A partir desta confusão foi construída uma noção diferente de cada lado da fronteira com relação aos limites políticos.

Apenas várias décadas após as independências, quando já havia sido estabelecida uma República Argentina⁴³ e um Império do Brasil, houve uma nova tentativa de fixar os limites, em 1857. Este novo intento fracassou, pois, de acordo com Maristela Ferrari (2010), não foi ratificado pelo governo argentino, visto que reconhecia que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram aqueles definidos pelo Tratado de Madrid, em 1750, e não os da concepção rio-platense. Por esta razão, o Brasil seguiu mantendo sua jurisdição sobre a região em litígio, vinculada à Comarca de Palmas, pertencente à província do Paraná (HEINSFELD, 2007).

⁴³ Até 1853 não existia uma República Argentina, mas sim uma série de regiões-províncias independentes, vinculadas por alguns arranjos políticos, que, a partir de 1831 haviam definido Buenos Aires enquanto a representante dos assuntos exteriores, e estabelecido uma confederação. Somente após a derrota de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, na batalha de *Monte Caseros*, em 1852, na chamada “Guerra do Prata”, as diversas províncias rio-platenses se organizaram em uma Federação e construíram, no ano seguinte, uma Constituição conjunta, que, com a adição de algumas reformas ao longo das décadas, permanece enquanto carta constitucional argentina. Ver mais em: DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2015.

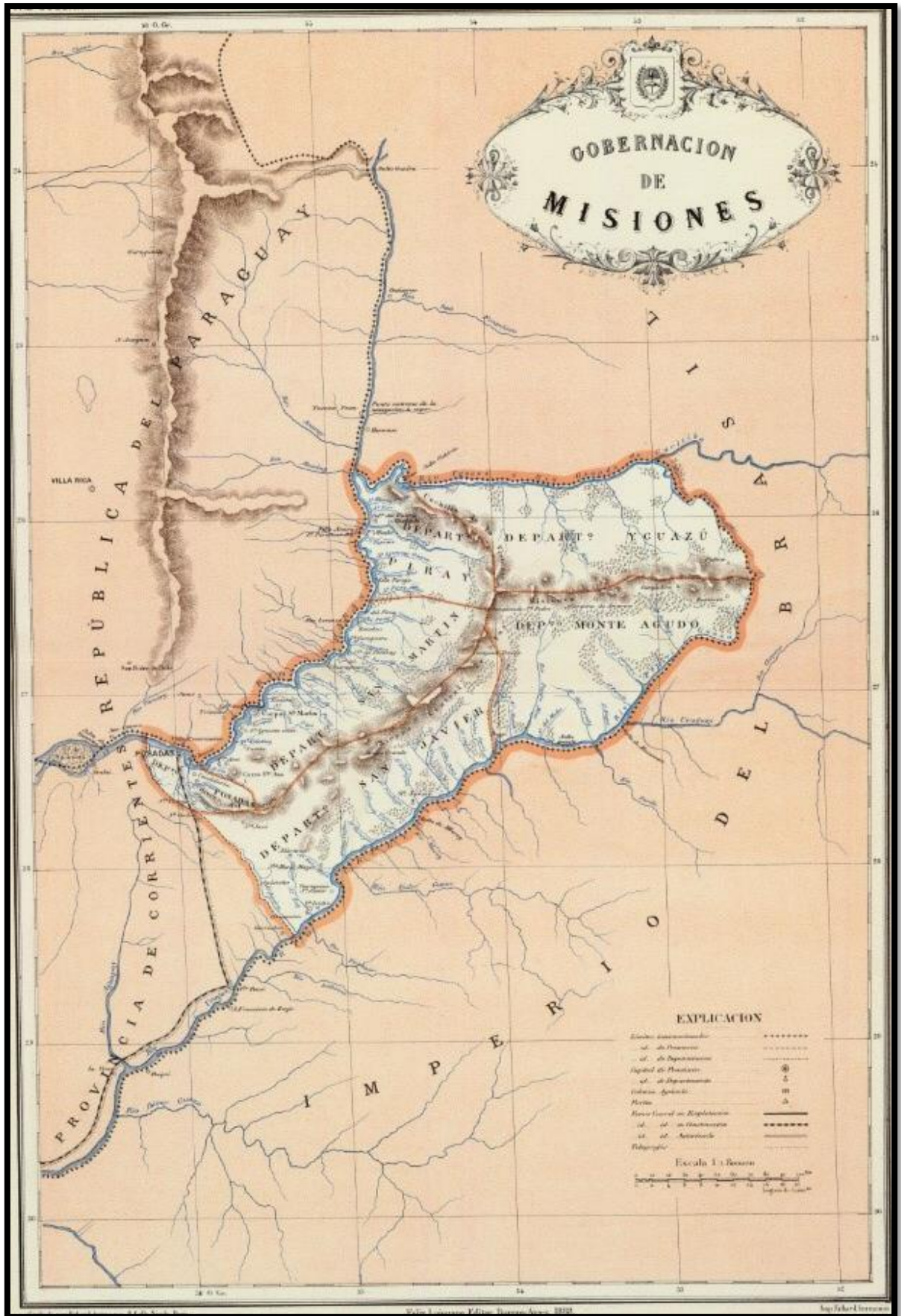
Um novo momento deste processo de acordo em torno dos limites ocorreu após o final da Guerra do Paraguai (1864-1870). Neste processo, a Argentina e o Brasil foram partes vitoriosas do conflito, junto aos *colorados* uruguaios, o que lhes rendeu a anexação de partes do território paraguaio, bem como uma problemática com relação à região do Chaco. De acordo com Adelar Heinsfeld (2007), a República Argentina reclamava pela anexação de todo o território do Chaco pertencente ao Paraguai, e, durante o conflito, realizou a ocupação militar da região e a considerou incorporada ao país.

No entanto, o Tratado da Tríplice Aliança (firmado em 1865, durante o conflito, com as assinaturas dos representantes da Argentina, Brasil e Uruguai), estabelecia que as tratativas com relação às negociações com o Paraguai deveriam ser realizadas de forma conjunta, além de que o Brasil se opôs à anexação do Chaco pela Argentina. Com relação a este aspecto, Heinsfeld (2007), considera que “O Brasil, aceitando a anexação de um amplo território paraguaio pela Argentina, favorecia o fortalecimento estratégico e geopolítico do seu mais poderoso vizinho na região platina” (p. 93). Esta posição gerou uma relação conflituosa entre os dois países, e, para a Questão do Chaco, delimitou a anexação da região Central pela Argentina, a permanência de uma parte da região Boreal com o Paraguai e o arbitramento do futuro da outra porção pelos Estados Unidos da América, que deram ganho de causa aos paraguaios (HEINSFELD, 2007). O fracasso argentino fez os diplomatas do país reviverem a questão do litígio com o Brasil.

Desta forma, o país determinou, em 22 de dezembro de 1881, através da *lei N° 1.149*, a federalização do Território de Misiones, de forma a garantir uma administração direta sobre a região em litígio (ZOUVI, 2010). Também foram estabelecidos cinco departamentos para a subdivisão do território, sendo que *Monteagudo* e *Iguassu* se referiam à região em questão (ver figura a seguir). Todavia, a federalização incluiu a remoção da região do domínio da Província de Corrientes, que, durante as discussões parlamentares para o tal, realizou uma venda apressada de porções do território para terceiros⁴⁴, o que determinou uma grande problemática para a administração do Território Nacional de Misiones nos anos seguintes (ARANHA, 2014).

Figura 5 - Mapa de Misiones e seus departamentos (1888).

⁴⁴ De acordo com Maria Cecília Gallero (2008), este processo, conhecido como “*la noche triste de Misiones*”, representou a divisão do território em grandes frações, vendidas a poucos proprietários, que acabaram por adquirir uma superfície de dois milhões de hectares em uma só noite. Para Gallero (2008), a colonização de Misiones foi prejudicada por este ato, pois a colonização oficial teve de avançar pela faixa central do espaço missioneiro, uma vez que essa porção não foi vendida, já que a largura exata do território (entre os rios Paraná e Uruguai), era desconhecida. Além disso, os proprietários das frações vendidas na “*noche triste*”, eram ausentes, e se interessaram pela colonização de forma muito tardia. Ver mais em: GALLERO, María Cecilia. La colonización privada em Misiones y el accionar de la Compañía Eldorado (1919-1959). **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia, n. 17, p. 63-83, 2008.



Fonte: ATLAS GEOGRÁFICO ARGENTINO (1888) *apud* CRESTANI, Leandro. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930):** uma perspectiva comparada e transnacional. 2019. 308 p.. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade de Évora, Évora, 2019, p. 210.

A resposta brasileira contemporânea à federalização do território e o estabelecimento de jurisdições oficiais que alcançavam a área de litígio, foi a constituição e distribuição de colônias militares na região ao leste do limite fronteiriço reivindicado pelos vizinhos (CRESTANI, 2019). Neste sentido, foram estabelecidas as colônias de Foz do Iguaçu, Chapecó e Chopim, esta dentro da região em litígio. Tais ações levaram os dois países a estabelecerem um novo processo de negociações (FERRARI, 2010).

Um aspecto importante está vinculado aos interesses da Argentina e do Brasil pela região, tópico que pode ser observado a partir de duas óticas. A primeira é a questão econômica. Misiones/Palmas era uma região de grande concentração de *Ilex Paraguariensis*, planta da qual as folhas são processadas para produzir a erva-mate, cuja atividade, naquele período, era somente extrativa, pois se desconheciam os métodos para replantar a espécie (ARANHA, 2014). Também era alvo de interesse na região a grande reserva de mata nativa (CRESTANI, 2019). Junto ao aspecto econômico, figurava a questão de proteção do território, especialmente para o Brasil. Neste sentido, a anexação da região por parte da República Argentina, iria significar a conexão da província do Rio Grande do Sul ao restante do país por apenas um pequeno trecho do estado de Santa Catarina, aspecto que gerava grande preocupação por parte das autoridades, e que é constante ao longo da questão do litígio (HEINSFELD, 2007).

De acordo com Crestani (2019), ainda na década de 1880, a República Argentina manteve uma constante presença militar no Território Nacional de Misiones, voltada a promover uma limpeza étnica da espacialidade, bem como mapear as riquezas materiais. O autor também defende que as colônias militares brasileiras realizavam uma função semelhante, que, além do reconhecimento do território, também as incumbia de construir infraestruturas, e viabilizar a colonização da região. Sobre este aspecto, Crestani (2019) também defende que, mesmo após a resolução do litígio, tanto para as autoridades argentinas quanto para as brasileiras, preocupava a presença de cidadãos dos países vizinhos na região fronteiriça, e, para sanar esta questão, eram reclamados esforços em torno da colonização com elementos externos, bem como a instalação de estruturas como escolas, e a construção de estradas e ferrovias para a comunicação com as demais regiões do país.

Quanto à limpeza étnica citada por Crestani, é preciso recordar que o quartel final do século XIX é um período em que a República Argentina buscou um controle sobre as regiões

que consideravam enquanto “fronteiras internas”. De acordo com Silvia Ratto e Marcelo Lagos (2011), esta noção se refere a regiões que eram consideradas enquanto território argentino, mas que eram ocupadas por “estranhos”, e “[...] a linha indefinida que marcava o limite até onde chegava o domínio efetivo do Estado foi denominada ‘fronteira interior⁴⁵’” (p. 2). Estes ocupantes “estranhos” eram os grupos indígenas do país, sendo que as regiões observadas enquanto fronteiras interiores eram especialmente o sul do Pampa, a Patagônia e o Chaco (RATTO; LAGOS, 2011). Bruno Aranha (2014) defende que esta noção também se estendia à Misiones.

Outro aspecto importante, neste sentido, é de que Ratto e Lagos (2011) também caracterizam a fronteira interior enquanto uma noção que se direcionava a espacialidades que estavam em disputa com países limítrofes, como a Patagônia, com relação ao Chile. Quanto às disputas, foi difundido no país, segundo os autores, um discurso “*nacionalista territorialista*”⁴⁶, pois a República Argentina passou a se considerar enquanto uma vítima das vontades espaciais dos seus vizinhos. Ou seja, foi construída a noção de um país legado a perder territórios, e cujas regiões sobre as quais se discutia eram as mesmas que havia pouco eram ocupadas pelos indígenas (RATTO; LAGOS, 2011, p. 7).

As iniciativas de controle sobre as fronteiras interiores também envolveram grandes campanhas militares⁴⁷, que resultaram no massacre dos indígenas e na abertura das regiões enquanto frentes de colonização (ARANHA, 2014). Este processo acompanhou grandes transformações na Argentina. Na presidência do militar Julio Argentino Roca (1880-1886), considerado enquanto herói da Campanha do Deserto (1879), que massacrava indígenas do

⁴⁵ [Tradução nossa] do original em espanhol: “[...] *la indefinida línea que marcaba el límite hasta donde llegaba el dominio efectivo del Estado fue denominada ‘frontera interior’*”. Consultado em: RATTO, Silvia; LAGOS, Marcelo. **El concepto de “frontera interior”**: de la política a la historiografía. **Entrepasados**, Buenos Aires, n. 36-37, 2011, p. 1 – 23. Disponível em: https://www.academia.edu/36336528/El_concepto_de_frontera_interior. Acesso em 21 jun. 2021.

⁴⁶ Esta noção está alinhada a ideia de “*nación desgarrada*”. De acordo com Luis Alberto Romero (2007b), a partir do desmembramento do Vice-Reino do Rio da Prata, e a busca Argentina em representar seu legado, foi formada a ideia de que o país é um “eterno perdedor de territórios”, muitos dos quais formaram os Estados vizinhos. Por ter sua história relegada à perda de territórios, são considerados injustos quaisquer reclames sobre regiões limítrofes por seus vizinhos, já que a Argentina teria cedido porções de seu território com boa vontade, de forma que novas perdas seriam injustas e “atos de profundo desagrado”. Todas estas noções, vinculadas à ideia de “*nación desgarrada*”, foram transmitidas a partir do ensino de história nas escolas públicas do país. Ver mais em: ROMERO, Luis Alberto (Coord.). **La Argentina em la escuela**: la idea de nación en los textos escolares. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007b.

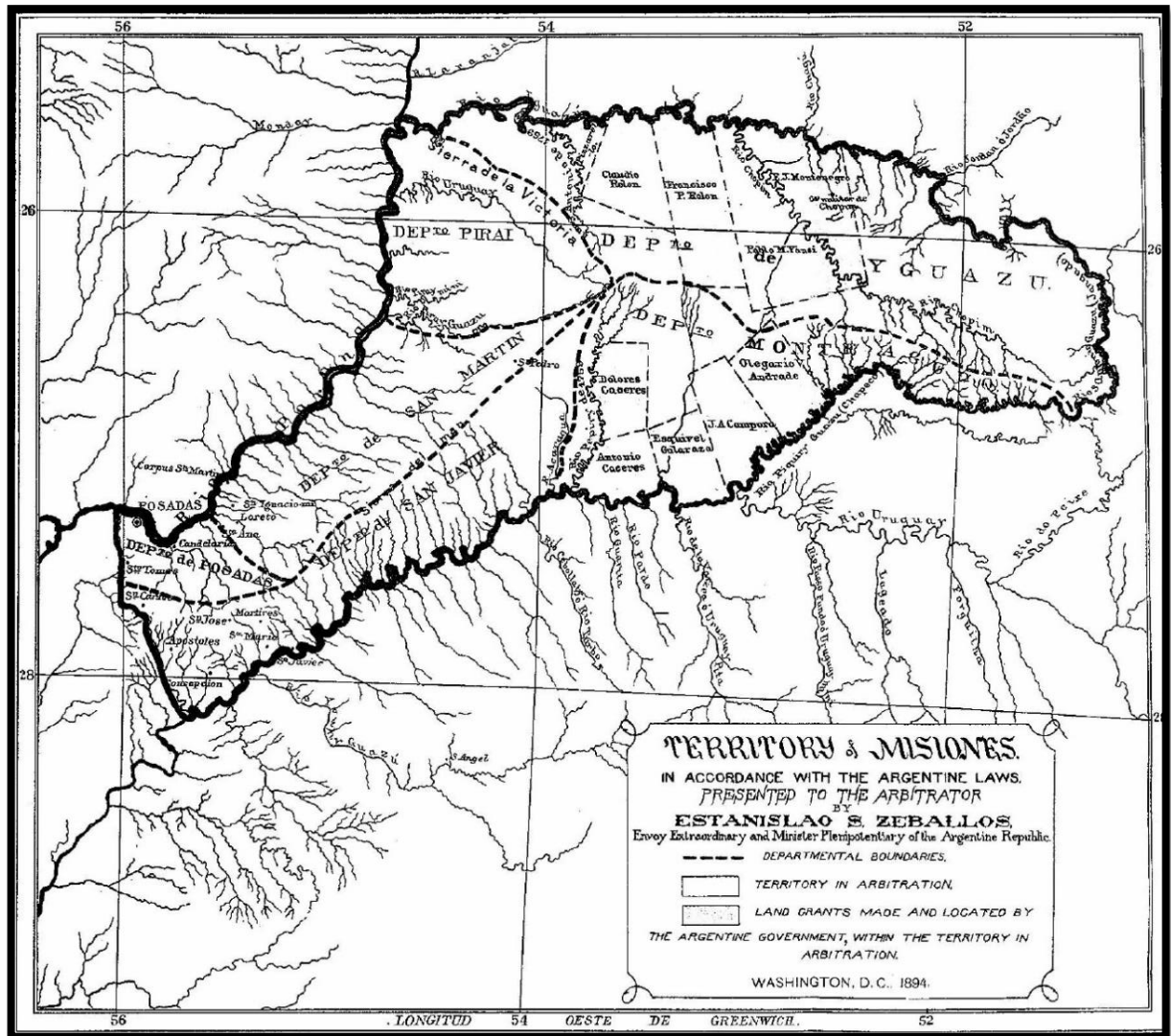
⁴⁷ O resultado das campanhas militares, como a do Deserto, levou ao massacre e/ou escravização de indígenas. Dana Lenton (2017) revela o caso do uso forçado da mão-de-obra de indígenas *pampeanos* no Engenho *San Juan*, localizado em Santa Ana, Misiones, que pertencia ao então governador do território, Rudecindo Roca, irmão do ex-presidente Julio Argentino Roca, em 1888. Naquele engenho ocorreu uma rebelião e fuga de indígenas *tobas*, conhecida como “*sublevación de los pampas*”, que se direcionaram para o Paraguai. Alguns foram recapturados e outros se estabeleceram no país vizinho. Ver mais em: LENTON, Diana. El expediente de la sublevación de los pampas en Santa Ana (1888, Misiones, Argentina). **Corpus**, Mendoza, v. 7, n. 1, ene./jun. 2017, p. 1-43.

Pampa e da Patagônia, e determinou o controle argentino sobre estas regiões, foram realizadas transformações como o fim da Campanha do Chaco (1870-1884), e a já citada federalização de Misiones, além do estabelecimento de Buenos Aires enquanto Distrito Federal, separada da província homônima (ZOUVI, 2010).

Com relação à Misiones, além da já citada presença militar, esta região foi destino de viajantes à serviço do governo. De acordo com Bruno Aranha (2014), que estudou os registros deixados por estes viajantes (antes de tudo, cientistas), produziam insumos com relação às possibilidades econômicas de Misiones, bem como construíam um conhecimento direcionado a integrar a região à perspectiva nacional. Estes viajantes também se baseavam em profundas noções civilizatórias com relação à uma Misiones bárbara (ARANHA, 2014). Assim, considerava-se que “para além de pensar na fronteira política com o Brasil, era necessário avançar a civilização selva adentro, justamente para impedir que a fronteira política do vizinho avançasse em direção ao território argentino” (ARANHA, 2014, p. 82). Tal aspecto incluiu a defesa da instalação de projetos de colonização na região, para garantir o adensamento populacional e a exploração econômica do território (ARANHA, 2014).

As iniciativas da Argentina e do Brasil para com o território em litígio acompanharam as tentativas de resolução da disputa, que geraram, em 1885, uma comissão mista de ambos os países, a fim de explorar e reconhecer a região delimitada pelos rios Santo Antônio, Peperi-Guaçu, Chapecó e Chopim (HEINSFELD, 2007). Heinsfeld (2007) revela que durante os trabalhos deste grupo, os comissários argentinos passaram a reivindicar enquanto fronteiras naturais entre os dois países os Rios Chopim e Jangada (localizado mais a leste), e não mais o rio Chapecó. Ao Norte, o território seguiria limitado pelo Rio Iguazu. No mapa a seguir está representado o Território Nacional de Misiones com estes limites propostos pela República Argentina:

Figura 6 - Mapa do Território Nacional de Misiones apresentada pela legação argentina para o arbitramento, 1894.



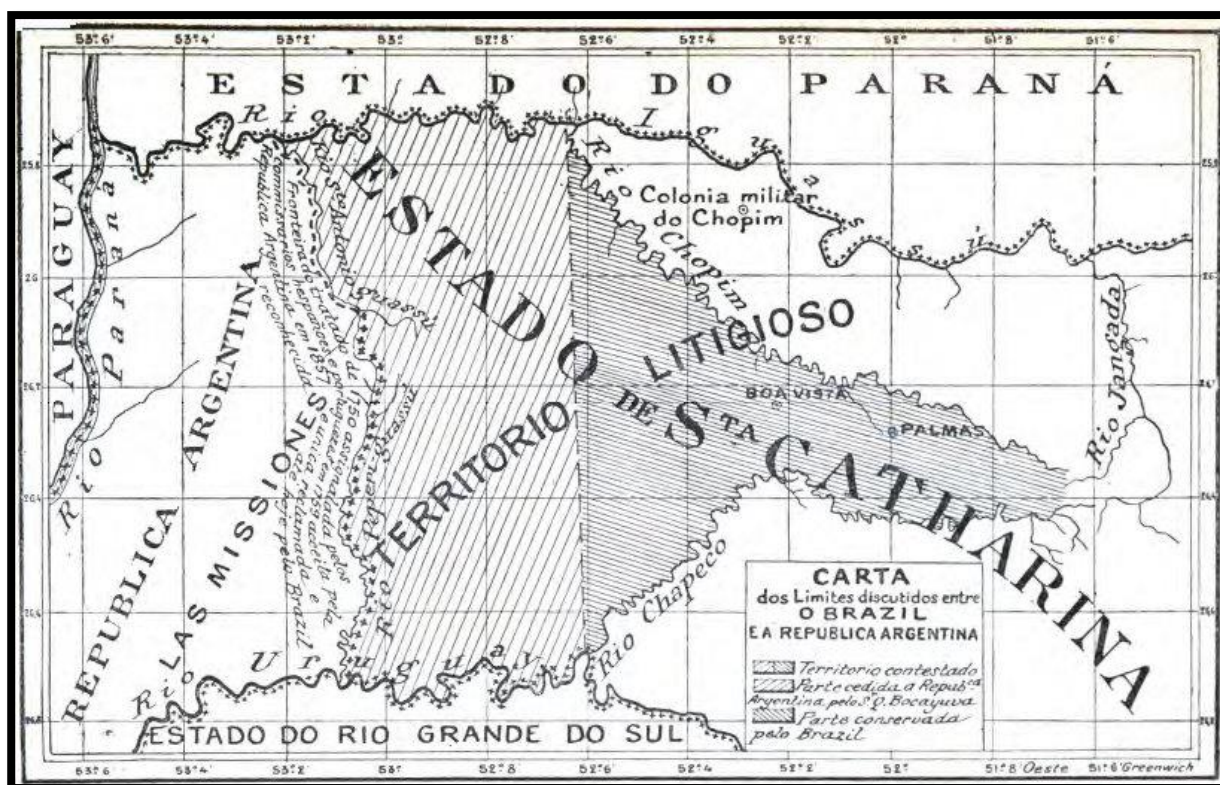
Fonte: ZEBALLOS, Estanislao. Alegato de la República Argentina sobre la Cuestión de Límites con el Brasil en el Territorio de Misiones sometida al presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de setiembre de 1889. Washington D.C., 1894, p. 105. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/17200>. Acesso em 22 jun. 2021.

Este recorte, além do o formato territorial reclamado até então, como já citado, preocupava as autoridades brasileiras, pois a anexação da área de litígio por parte da Argentina deixaria a província do Rio Grande do Sul⁴⁸ conectada ao restante do país apenas por um pequeno trecho do estado de Santa Catarina. De acordo com Adelar Heinsfeld (2007), na década de 1890, com a turbulência política do estado sul-rio-grandense, e o medo de uma tendência ao separatismo por parte do partido federalista daquela espacialidade, as autoridades brasileiras observavam o litígio enquanto uma pauta a ser resolvida de forma urgente.

⁴⁸ Em 1889 o Brasil deixou de ser uma Monarquia e passou a ser uma República. A transformação alterou a denominação das subdivisões, que durante o período monárquico se chamavam “províncias”, e no período republicano passaram a ser “estados”.

Todavia, ao final dos trabalhos da comissão, foi proposta uma partição do território, que não foi aceita, e assinado um tratado, no dia 7 de setembro de 1889, que determinava a realização de negociações para fixar as linhas divisórias, e, caso estas falhassem, a questão seria submetida ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América. Uma tentativa de resolução ocorreu em uma reunião dos ministros das relações exteriores, em que estavam presentes Estanislao Zeballos, por parte da Argentina, e Quintino Bocaiúva, por parte do Brasil, na cidade de Montevidéu, capital uruguaia, em 1890⁴⁹. Esta reunião, de caráter secreto, negociou uma partição da área em litígio entre ambos os países, a partir do traçado de uma linha que ligava a foz do Rio Chapecó à foz do Rio Chopim (Figura 7).

Figura 7 - Mapa da partição região de Palmas acordada pelo Tratado de Montevidéu (1890).



Fonte: Mapa sobre como ficaria a Questão de Palmas após o Tratado de Montevidéu de 1890. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:TRATADO_DE_MONTEVID%3%89U_DE_1890.jpg. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁴⁹ Adelar Heinsfeld (2007) revela que com a Proclamação da República no Brasil em 1889, a Argentina foi um dos primeiros países a reconhecê-la, a fim de estabelecer uma relação amistosa com o objetivo de facilitar uma resolução positiva na Questão de Palmas.

O Tratado de Montevidéu (1890), por ter sido realizado de forma secreta, bem como por significar a cessão de uma parte do que era considerado enquanto território legitimamente brasileiro, foi mal recebido pela opinião pública do país, e rejeitado pela Assembleia Constituinte. De acordo com Adelar Heinsfeld: “pouquíssimos se arriscaram a defender o Tratado de Montevidéu. Não se aceitava que parte do território que sempre foi brasileiro passasse ao controle argentino. Na parte cedida à Argentina, havia grande número de fazendeiros brasileiros” (2007, p. 120). Assim, o tratado foi votado pela Assembleia brasileira em 1891, e rejeitado com ampla maioria dos votos. Ainda houve uma tentativa de negociação direta do governo brasileiro com a República Argentina, mas sem sucesso.

Com os fracassos das negociações, restou apenas o arbitramento da questão por parte do presidente dos Estados Unidos da América, Stephen Grover Cleveland, como havia sido acordado entre a República Argentina e o Brasil. Para tanto, foram preparadas comissões de estudos e de defesa das causas de ambos os países, inicialmente a mando do Barão Aguiar de Andrade, pelo Brasil, e por Nicolas Calvo, pela Argentina (HEINSFELD, 2007). O falecimento de ambos em 1893 obrigou a substituição por José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, e Estanislao Severo Zeballos, respectivamente (HEINSFELD, 2007). De acordo com Leandro Crestani (2019), ambas as comissões fizeram uso de falsificações cartográficas para justificarem seus direitos sobre os territórios nas documentações enviadas para o presidente estadunidense.

Por parte da legação brasileira⁵⁰, um dos aspectos utilizados nas argumentações apresentadas era a composição populacional da área disputada com a República Argentina. Neste sentido, pode-se perceber uma preocupação por parte do governo brasileiro no recenseamento da população residente nesta porção do território, visto que, em 1890 foi realizado o segundo esforço estatístico deste sentido no país, e há um estudo específico para a região⁵¹ (BRASIL, 1892), um dos dois únicos volumes do recenseamento disponíveis para amplo acesso no meio virtual (e a única série regional). As informações reveladas pelo recenseamento permitem traçar um perfil da população da região em litígio naquele período,

⁵⁰ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as arbitrator under the provisions of the treaty concluded September, 7, 1889, between Brazil and the Argentine Republic.** Volume I. The Statement. New York, 1894a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518696>. Acesso em 10 jun. 2021; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as arbitrator under the provisions of the treaty concluded September, 7, 1889, between Brazil and the Argentine Republic.** Volume III. Appendix. New York, 1894b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518696>. Acesso em 10 jun. 2021.

⁵¹ BRASIL. **RECENSEAMENTO GERAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890.** Comarca de Palmas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

vinculada à Comarca paranaense de Palmas⁵², bem como observar os objetivos brasileiros quanto a este recenseamento.

No que diz respeito às unidades específicas que faziam parte do que era reclamado pela República Argentina, Adelar Heinsfeld indica que a argumentação utilizada pelo Barão do Rio Branco era de que “[...] ao longo dos 30.621 km² do território disputado pelos dois países estavam distribuídos 5.793 habitantes, 5.763 dos quais eram brasileiros e 30 estrangeiros, sendo que destes nenhum seria argentino⁵³” (2007, p. 162). Na espacialidade em disputa, as áreas pertencentes a Comarca de Palmas e que estavam na região de litígio, eram, segundo José Maria da Silva Paranhos, os territórios de Palmas, Palmas do Sul, Nossa Senhora da Luz da Boa Vista, Campos de Erê, Mangueirinha e a Colônia Militar do Chopim. Segundo o Censo de 1890, utilizado por Rio Branco, viviam nesta área 5.793 indivíduos, dos quais 5.685 eram nascidos no Brasil, e os demais 108 no exterior (BRASIL, 1892). Na tabela a seguir podem ser observadas as nacionalidades de acordo com o território que era parte da Comarca de Palmas:

Tabela 1 - Nacionalidades dos territórios reclamados como brasileiros da área de litígio da Questão de Palmas.

Território	Habitantes	Nascidos no Brasil	Nascidos fora do Brasil	Naturalizados	Estrangeiros
Palmas	1.736	1.698	38	22	16
Palmas do Sul	1.160	1.150	10	5	5
N. S. da Luz da Boa Vista	1.020	1.006	14	12	2
Campos de Erê	300	293	7	6	1
Mangueirinha	1.048	1.036	12	9	3
Colônia Militar do Chopim	529	502	27	24	3
Total	5.793	5.685	108	78	30

⁵² A Comarca de Palmas era formada, naquela época, pelos municípios de Palmas e União da Victoria, além das Colônias militares de Chapecó e Chopim. O município de Palmas, por sua vez, era composto pelas paróquias de Senhor Bom Jesus de Palmas (que incluía os territórios de Palmas e Palmas do Sul), e Nossa Senhora da Luz da Boa Vista (territórios de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista, Campos de Erê, Mangueirinha e São Sebastião do Passo do Carneiro). União da Victoria, por seu lado, era formada somente pela paróquia de Nossa Senhora da Victoria. A partir destas subdivisões, o total de residentes quantificados para a Comarca era de 9.601 habitantes, concentrados especialmente em Palmas (1.736) e União da Victoria (2.533), mas este levantamento excluiu as comunidades indígenas da região. Ver mais em: BRASIL, 1892.

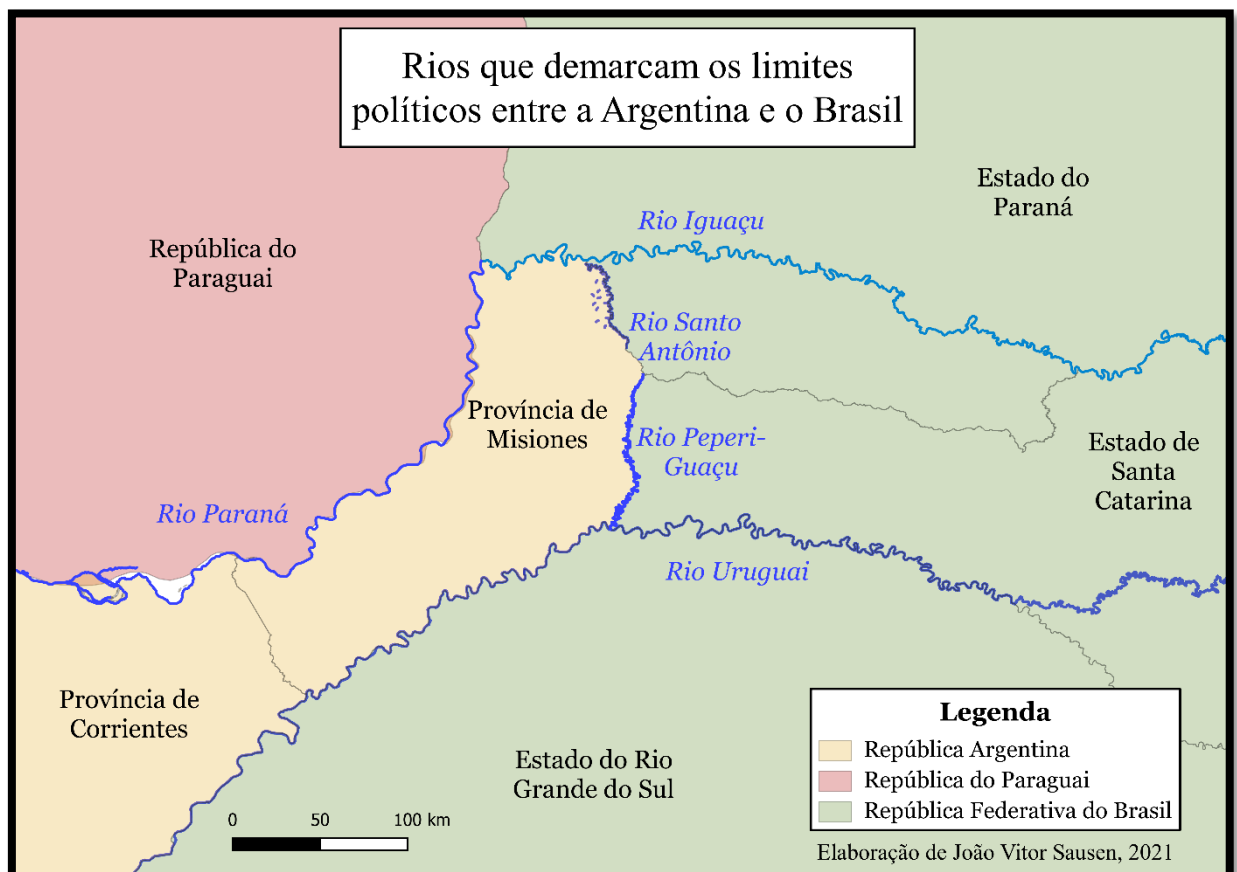
⁵³ Na argumentação do Barão do Rio Branco no original em inglês: “*The contested part of the Comarca then had 5,793 inhabitants, 5,763 being Brazilians, and 30 aliens. Among the latter there was not a single Argentine citizen*” (1894a, p. 3).

Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir das informações de BRASIL (1892) e RIO BRANCO (1894b).

De acordo com o apresentado na tabela, a maior parte dos nascidos fora do Brasil estabelecidos na região em litígio estavam naturalizados (78). Esta informação é de grande importância, pois, como já citado, Rio Branco atribui a presença de apenas 30 estrangeiros a todo o território em litígio. Os 8 argentinos de nascença presentes foram ignorados, e considerados enquanto brasileiros pela condição de naturalizados que possuíam. Neste sentido, ao adotarem a cidadania brasileira, a vinculação com seus países de origem parece ter perdido importância para a argumentação de Rio Branco.

Materiais como os dados sobre o recenseamento da região, além de mapas históricos apresentados pela defesa de Rio Branco, auxiliaram no ganho de causa por parte do Brasil, reconhecido por Stephen Grover Cleveland em 1895, que determinou os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio defendidos pelo país enquanto os limites com a Argentina (ver mapa a seguir).

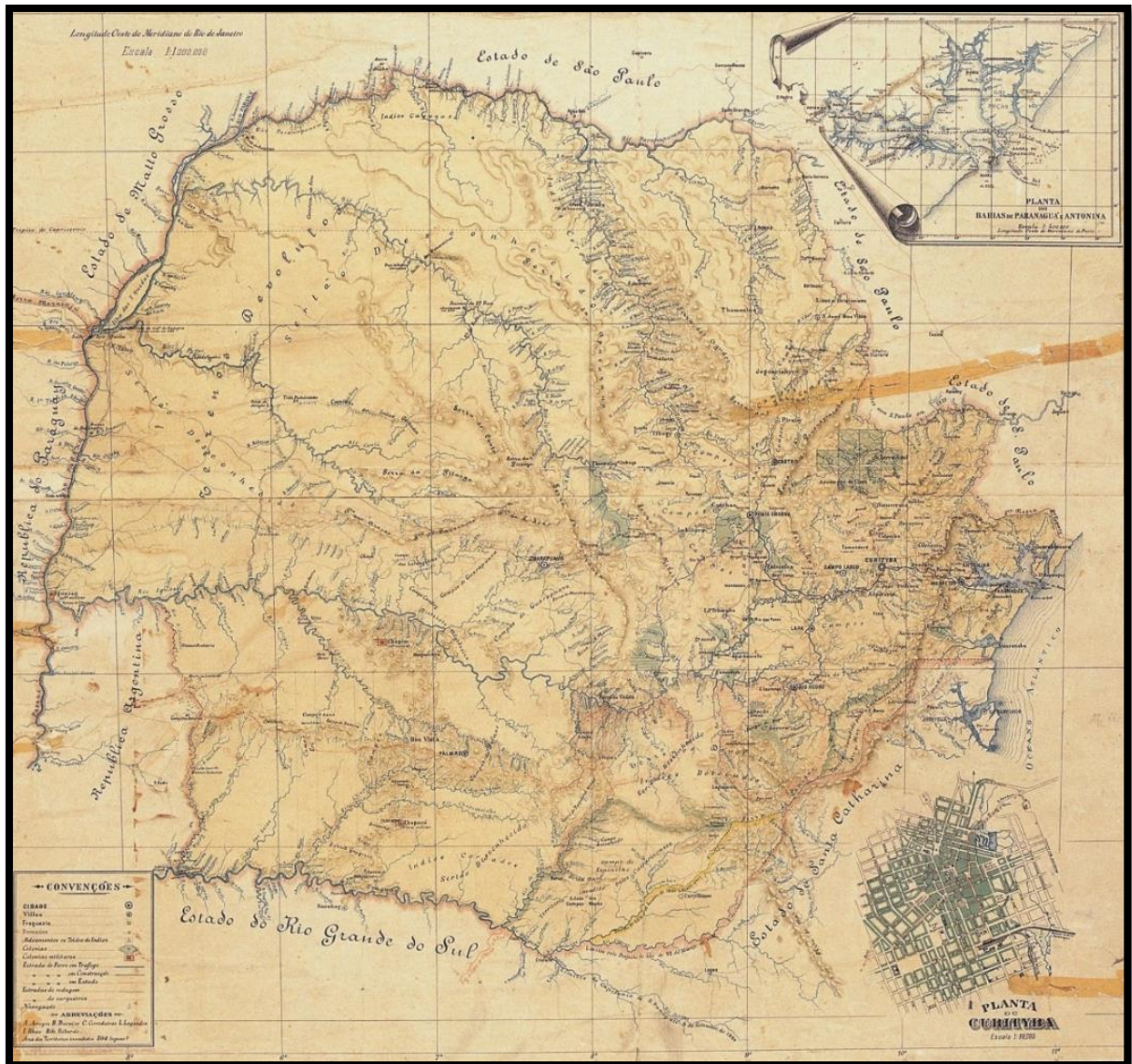
Figura 8 - Limites políticos estabelecidos pelo arbitramento de Stephen Grover Cleveland na Questão de Palmas, 1895.



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3*, com o uso das bases cartográficas digitais de acesso livre: **CAPAS SIG**. Geodesia y dermacación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gob.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021.

A resolução do litígio a favor do Brasil não resolveu todas as disputas sobre o território. Neste sentido, Maristela Ferrari (2010) defende que após a formação da província do Paraná, no século XIX, a partir de São Paulo, a nova subdivisão reclamou para si um território que ia até o Rio Uruguai, demarcando uma divisa com o Rio Grande do Sul. Esta área incluía grande parte do que era reclamado enquanto território catarinense, e era delimitada, à oeste, pelo Rio Peperi-Guaçu e à leste pelas serras que cortam o estado (AURAS, 2015). Para Santa Catarina, iria restar somente um pequeno trecho litorâneo. Este litígio entre os estados ficou conhecido como “Questão do Contestado”. A figura a seguir é um mapa do estado do Paraná de 1896 que inclui a região contestada como parte de seu território:

Figura 9 - Mapa do estado do Paraná em 1896.



Fonte: INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acesso em 22 jun. 2021. Recortado pelo autor.

Como já foi citado anteriormente, a jurisdição da Comarca de Palmas, pertencente ao Paraná, alcançava uma região que cobria a área que hoje é equivalente a quase todo o oeste do estado de Santa Catarina (HEINSFELD, 2007). O próprio recenseamento da Comarca de Palmas, em 1890, confirmava esta perspectiva (BRASIL, 1892). Apesar disso, os diversos reclames pela região realizados pelo Paraná foram negados, com ganhos de causa para o estado de Santa Catarina em 1904, 1909 e 1910 (AURAS, 2015). Todavia, a luta pelo direito ao território por parte dos paranaenses persistiu, e, durante a década de 1910 adquiriu contornos dramáticos.

Até aquele período, estava em construção a ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, iniciada em 1890, e cujo tronco inicial partiu da cidade de Santa Maria, no estado meridional (AURAS, 2015). Em 1906, o empreendimento foi adquirido pelo estadunidense Percival Farquhar e sua empresa *Brazil Railway Company*, que tinha interesses de exploração das regiões pelas quais cruzava o trecho da ferrovia (AURAS, 2015). Apesar de que no ano de 1907 a companhia recebeu uma prorrogação para finalizar a construção da ferrovia, problemas na relação entre a Argentina e o Brasil fizeram com que o último pressionasse pelo aceleração da construção do que era faltante na conexão entre o Rio Grande do Sul e o estado de São Paulo (AURAS, 2015).

De acordo com Marli Auras (2015), para acelerar a finalização da construção, a empresa “[...] arrebanhou, prometendo salários compensadores, cerca de oito mil homens da plebe urbana do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife” (p. 42-43). A presença deste contingente humano teria sido conflituosa, em um processo que envolveu problemas nos pagamentos, bem como conflitos armados entre as partes. Para além disso, com a finalização das obras, em 1910, os trabalhadores não foram reconduzidos para seus locais de origem, e, segundo o que revela Marli Auras (2015), acabaram por se estabelecer em residências precárias ao longo dos trechos da ferrovia. Estes migrantes se uniram aos populares nacionais que habitavam a região, estigmatizados de “caboclos”⁵⁴, que ocupavam todo o oeste catarinense a partir do sistema de posse (RENK, 2006).

Mas o pagamento da construção da ferrovia se deu através da concessão de trechos de terra ao longo do curso ferroviário, que seriam exploradas a partir das empresas constituídas por Percival Farquhar para este fim: a *Brazil Development and Colonization Company*, para conduzir esforços de colonização, e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, para explorar as reversas florestais da região (FERRARI, 2010). Para tanto, os trabalhadores que haviam se estabelecido ao longo da ferrovia foram expulsos de forma violenta, e, assim, não tinham para onde se direcionar, bem como suas ofertas de trabalho não poderiam ser absorvidas em nível local (AURAS, 2015). Este horizonte, segundo Marli Auras (2015), caracteriza a desestruturação da ordem social anterior da região, causada pela ferrovia e suas obras.

Foi neste contexto que se formou uma comunidade em torno de um curandeiro, chamado de José Maria⁵⁵, observado enquanto o ressurgimento do monge João Maria, que circulou pela

⁵⁴ De acordo com Eunice Sueli Nodari (2009), a denominação “caboclo” é uma estigmatização do grupo descendente da miscigenação de indígenas e luso-brasileiros. Ver mais em: NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

⁵⁵ Este teria sido o terceiro missionário a circular pela região. No século XIX passou pela zona João Maria de Agostini, um imigrante italiano que desapareceu após a Proclamação da República (1889). Em 1893, surgiu um

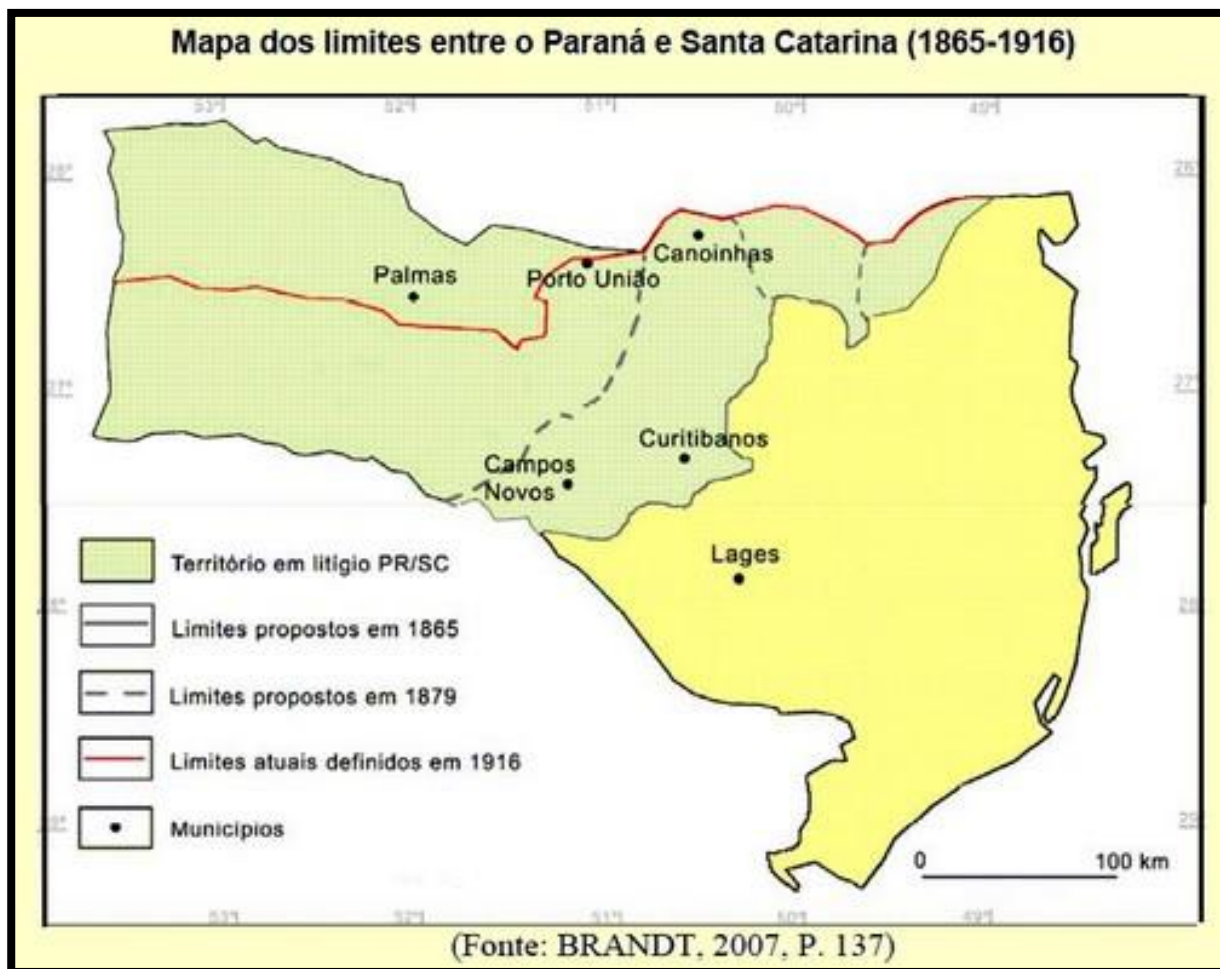
região a partir do final do século XIX e era muito querido pela população local. Neste sentido, José Maria ocupou o espaço deixado pelo monge anterior e a população passou a se organizar em torno dele. Esta situação gerou atritos com as lideranças coronelísticas locais, e, em 1912, na cidade paranaense de Irani (hoje parte de Santa Catarina), José Maria e o grupo formado em torno dele entraram em conflito com tropas policiais do Paraná. O curandeiro faleceu neste atrito e teve início um conflito de populares da região com tropas dos estados do Paraná e de Santa Catarina, além do Exército Brasileiro, enviado em 1914 (FERRARI, 2010).

A Guerra do Contestado, como ficou conhecida, funcionou enquanto um catalisador de reclames de grupos variados, visto que se originou a partir da ruptura da ordem social vigente (AURAS, 2015). Todavia, o conflito, após quatro anos, teve fim em 1916, e representou um massacre das populações pobres locais, que ao longo de todo o período da guerra se organizavam em redutos, alternavam lideranças e contestavam a ordem vigente, especialmente a partir da perspectiva local (AURAS, 2015).

O final do conflito também representou uma nova negociação entre os estados do Paraná e Santa Catarina por seus limites, sob a mediação do então presidente brasileiro, Venceslau Brás (1914-1918). Este processo resultou em uma partição da região contestada entre ambas as partes, cuja maior porção foi direcionada para o estado de Santa Catarina (CRESTANI, 2019). No mapa a seguir pode ser observado o resultado do acordo entre os estados que disputavam a região do Contestado:

Figura 10 - Mapa da partição da região contestada, 1916.

novo monge João Maria, Atanás Marcaf, provavelmente de origem síria ou francesa, que teria gerado grande apreço entre a população local, mas que desapareceu em 1906. O José Maria, surgido naquele período, seria um militar paranaense desertor, cujo nome era Miguel Lucena Boaventura. Ver mais em: AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 5ª ed.. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.



Fonte: GEO CONCEIÇÃO. Guerra do Contestado. 2012. Disponível em: <http://geoconceicao.blogspot.com/2012/07/guerra-do-contestado.html>. Acesso em 26 jun. 2021.

Com a resolução do litígio, além do pagamento de terras à Percival Farquhar pela construção da ferrovia, teve impulso a partição do oeste catarinense e os empreendimentos colonizatórios que se generalizaram pela região após o final da Primeira Guerra Mundial. Estes foram profundamente caracterizados pela vinda de migrantes do estado do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes europeus que aportaram na região a partir do século XIX. Além disso, como iremos observar na seção seguinte, estas iniciativas de colonização foram beneficiadas pelos Estados-Nação, que observaram nas mesmas a forma ideal pela qual ocupar o território fronteiriço, em um sentido semelhante ao que também ocorreu em Misiones.

2.2 OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A IMIGRAÇÃO

As iniciativas de ocupação e reconhecimento do território de Misiones/Palmas, por parte de ambos os países, realizadas durante o processo de litígio, tinham como objetivo estabelecer

um controle sobre a região. Afinal, caso a argumentação em prol do direito sobre as localidades fosse baseada no princípio jurídico do *uti possidetis*, era justamente a presença de indivíduos em nome dos Estados-Nação que iria prevalecer para a manutenção ou anexação da área, como aconteceu de forma favorável ao Brasil. Neste sentido, é importante perceber que as negociações entre ambos os países, bem como o arbitramento que deu fim ao litígio, não foram os únicos meios de disputa pela espacialidade.

Para esta questão, recordamos que Leandro Crestani (2019) analisa o processo de ocupação da fronteira entre Brasil e a Argentina, com foco para a região sudoeste do atual estado brasileiro do Paraná e da atual província argentina de Misiones⁵⁶. A partir de sua investigação, o autor defende que existiam dois âmbitos na construção desta fronteira, com base em uma ideia de “dupla ocupação”, ou seja “[...] a nacionalização da fronteira externa (separação entre nações/a construção da fronteira “a partir de cima”)” (CRESTANI, 2019, p. 48), que teria sido materializada com a resolução da “Questão de Palmas”, a definição dos limites entre a Argentina e o Brasil, bem como as iniciativas de governar sobre estas localidades. Além deste âmbito, também figura para Crestani (2019) a construção “[...] interna (ocupação das áreas fronteiriças das Províncias/a construção da fronteira “a partir de baixo”)” (p. 48). Este último aspecto teria ocorrido ao longo das décadas seguintes ao litígio, e com o privilégio das imigrações de europeus, para o caso de Misiones⁵⁷, e de brasileiros descendentes de alemães e italianos, para o caso do Paraná. Ou seja, o fomento à imigração cumpriu um papel de garantir a posse destas regiões em nome dos Estados-Nação.

As colonizações em ambas as regiões tiveram um impulso maior a partir do século XX (CRESTANI, 2019). Para Misiones, este momento, especialmente após o final da Primeira Guerra Mundial, significou um impulso das colonizações privadas, como também defende Maria Cecilia Gallero (2009). Com relação ao oeste de Santa Catarina, as iniciativas de colonização foram contemporâneas ao território argentino vizinho, e presenciaram um grande número de companhias privadas de colonização (FERRARI, 2010).

Todavia, antes de abordar as colonizações do século XX, é preciso perceber a Argentina e o Brasil dentro de um contexto de grandes ingressos de populações estrangeiras, incentivadas pelos impulsos governamentais à imigração, e que geraram concentrações de indivíduos de origem externa em diversas partes dos países em questão. Neste aspecto, também é preciso abordar as razões para os impulsos à imigração, vinculadas, na realidade de Misiones e Santa

⁵⁶ A partir de 1881 Misiones foi um Território Nacional, e somente foi transformada em província no ano de 1953.

⁵⁷ O autor não cita a imigração de teuto-brasileiros para Misiones, apesar de incorporar em sua bibliografia a autora Maria Cecilia Gallero, cujos estudos abarcam esta questão.

Catarina, especialmente à ocupação dos espaços fronteiriços. Além disso, direcionamos especial atenção para a imigração de alemães para a Argentina e o Brasil, e, de forma mais específica, para a província/estado do Rio Grande do Sul.

Com os impulsos da Argentina e do Brasil à imigração, especialmente a partir do final do século XIX e a primeira metade do século XX, foram se constituindo características diferenciadas nos países e em regiões de maiores atrações de imigrantes. Estes aspectos, bem como as proporções dos processos migratórios, e as relações dos Estados-Nação com os mesmos, podem ser observados a partir de uma gama variada de fontes e bibliografias. Nesta investigação, abordaremos a imigração a partir dos censos e recenseamentos, bem como pelas legislações estatais direcionadas a facilitar o ingresso de populações estrangeiras.

Quanto aos censos e recenseamentos, adotados pelos Estados-Nação em maior número a partir do século XIX, estes permitem observar, para esta investigação, dois âmbitos principais. O primeiro são os objetivos quanto à quantificação e as formas pelas quais são categorizados os grupos humanos presentes no território, bem como aqueles ausentes de forma intencional (ANDERSON, 2008). Na sequência, constam os substratos oferecidos pelos esforços estatísticos, que servem de insumos para as análises dos grupos humanos presentes nos mesmos. É preciso explicitar que os recenseamentos eram produzidos para conhecer os presentes no território, e, a partir das informações com relação a estes, direcionar políticas com finalidades diversas (ANDERSON, 2008). Políticas deste sentido podem ser observadas nos incentivos à imigração, para adensar a população de determinadas regiões ou mudar o perfil populacional geral do país.

Para fins de exposição, organizamos as principais informações populacionais dos dois países consultadas nos recenseamentos analisados em duas tabelas, expostas a seguir. A primeira conta com o total de população recenseada nos dois países, além do total de estrangeiros presentes e a porcentagem destes quanto à população residente. Na sequência, estão apresentadas as principais nacionalidades estrangeiras presentes no território e recenseadas, além da porcentagem destas quanto à população total. Todavia, como é necessário dissertar sobre cada esforço estatístico, isso será feito na sequência, e com atenção para todos os recenseamentos gerais realizados pela Argentina e o Brasil entre 1869 e 1920 (à exceção do recenseamento brasileiro de 1890).

Tabela 2 - População total e de estrangeiros residentes na Argentina e no Brasil nos recenseamentos de 1869, 1872, 1895, 1900, 1914 e 1920.

Censo	País	Total de habitantes	Total de estrangeiros	% de estrangeiros
1869	Argentina	1.839.214	211.993	11,5
1872	Brasil	9.930.478	382.041	3,8
1895	Argentina	3.954.911	1.004.527	25,3
1900	Brasil	16.626.991	847.281	5
1914	Argentina	7.885.237	2.357.952	29,9
1920	Brasil	30.635.605	1.565.961	5,1

Fonte: Elaboração própria de João Vitor Sausen partir de ARGENTINA (1872); BRASIL (1872); ARGENTINA (1898); BRASIL (1908); ARGENTINA (1916); BRASIL (1926).

Tabela 3 - Principais nacionalidades estrangeiras presentes na Argentina e no Brasil a partir dos recenseamentos de 1869, 1872, 1895, 1900, 1914 e 1920.

1869 - Argentina			1872 - Brasil		
N	TC	%TH	N	TC	%TH
Italianos	71.442	3,9	Africanos	183.140	1,8
Espanhóis	34.080	1,8	Portugueses	121.246	1,2
Franceses	32.383	1,7	Alemães	45.829	0,4
TE	211.993	11,5	TE	382.041	3,8
1895 - Argentina			1900 - Brasil		
N	TC	%TH	N	TC	%TH
Italianos	492.636	12,4	Italianos	503.491	3
Espanhóis	198.685	5	Portugueses	101.436	0,6
Franceses	94.098	2,3	Espanhóis	51.280	0,3
TE	1.004.527	25,3	TE	847.281	5
1914 - Argentina			1920 - Brasil		
N	TC	%TH	N	TC	%TH
Italianos	929.863	11,7	Italianos	558.405	1,8
Espanhóis	829.701	10,5	Portugueses	433.577	1,4
Russos	93.634	1,1	Espanhóis	219.142	0,7
TE	2.357.952	29,9	TE	1.565.961	5,1

Fonte: Elaboração própria de João Vitor Sausen a partir dos recenseamentos ARGENTINA (1872); BRASIL (1872); ARGENTINA (1898); BRASIL (1908); ARGENTINA (1916); BRASIL (1926).

Legenda: N – Nacionalidade; TC – Total correspondente à nacionalidade indicada; %TH – Porcentagens de indivíduos de acordo com o total de habitantes do país; TE – Total de estrangeiros recenseados.

Quanto aos recenseamentos, em 1869, ano final da Guerra do Paraguai, a República Argentina, então sob a presidência de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), conduziu os esforços de seu primeiro Censo Nacional (ARGENTINA, 1872), como já era previsto na Constituição de 1853 (MONTI, 2015). Esta iniciativa, teve sua apresentação preparada apenas em 1872, e dirigida ao Ministro do Interior, Dalmacio Velez Sarsfield. Quanto aos seus resultados, o censo quantificou uma população de 1.839.214⁵⁸ indivíduos para o país naquele período, dos quais 211.993 eram estrangeiros, o que equivalia a 11,5% dos residentes. Os principais grupos estrangeiros presentes no território argentino eram os italianos (71.442), espanhóis (34.080) e franceses (32.383). Quanto aos alemães (que não haviam adotado a cidadania argentina)⁵⁹, estes somavam apenas 4.997 indivíduos, número menor do que o de brasileiros residentes na República Argentina naquele período (6.065). A distribuição geográfica dos alemães, por sua vez, era majoritariamente concentrada em duas províncias: Buenos Aires, com 3.192 (2.039 na cidade homônima), e Santa Fe, com 1.146 indivíduos.

O primeiro censo nacional realizado no Brasil no ano de 1872⁶⁰, por sua parte, o único em um período onde a escravidão ainda era vigente, caracterizou um panorama importante para analisar a imigração do período posterior. A população total do Brasil era de 9.930.478 habitantes, dos quais 8.419.672 eram livres e 1.510.906 eram escravizados (o que equivalia a 15,2% da população). O país contava então com a presença de 382.041 estrangeiros, ou seja, 3,8% da população, uma presença muito menos significativa do que no país vizinho. A composição destes estrangeiros presentes refletia também o panorama da abolição recente do tráfico de escravizados e políticas de imigração ainda pouco expressivas.

⁵⁸ Também era apresentado, de forma separada, a população argentina residente no exterior (41.000), e as tropas presentes na República do Paraguai no período, em função da guerra que lá ocorria, que somavam um total de 6.276 indivíduos. Os indígenas presentes nos territórios contavam no total da população, exceto aqueles residentes nos Territórios Nacionais do Chaco e da Patagônia.

⁵⁹ No período de realização do recenseamento ainda não havia um Império Alemão unificado, o que só ocorreu em 1871, um ano antes do envio dos resultados para o Ministro do Interior. Ainda assim, havia a categoria “alemães”, bem como “austriacos”, o que indica que possivelmente os falantes de línguas alemãs não pertencentes à Áustria-Hungria, foram unidos em uma mesma categoria. Com relação ao século XIX da região alemã e o contexto da unificação da Alemanha, ver: COY, James P. **A brief history of Germany**. York: Maple Press, 2011.

⁶⁰ BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021; Séries regionais consultadas: BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872 – Província do Paraná**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021; BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872 – Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021; BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872 – Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021; BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872 – Santa Catarina**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021.

Neste sentido, o principal grupo estrangeiro era caracterizado pelos “africanos⁶¹”, que conformavam mais da metade dos não nascidos no país (183.140), dos quais 75,6% eram escravizados, e os restantes possuíam a condição jurídica de livres. O segundo maior grupo estrangeiro era de portugueses, que somavam 121.246 habitantes. Além destes dois casos, constavam 45.829 alemães, em sua maior parte residentes nas províncias do Rio Grande do Sul (16.662) e Santa Catarina (12.216).

A significativa presença de africanos escravizados no país, além do percentual de negros livres é uma das principais características dos incentivos a imigração por parte do governo brasileiro. De acordo com Jeffrey Lesser (2015): “as elites muitas vezes viam os imigrantes (e também a si próprios) como substituindo a população local com algo melhor. Os recém chegados ajudaram a formar outro mito da nacionalidade brasileira, o do país do futuro, no qual a branquidão iria eclipsar a negritude” (p. 34). Neste sentido, os incentivos à vinda de uma mão-de-obra branca ajudariam a compor a população observada como ideal para o país. Um dos principais incentivos à imigração foi aprovado ainda em 1850, a chamada Lei de Terras.

De acordo com Jorge Luiz da Cunha (2006), “A Lei de Terras era uma medida que procurava, por um lado, dificultar o livre acesso à terra e, por outro, obrigar os imigrantes que chegassem ao país a empregar sua força de trabalho nas grandes lavouras” (p. 290). Além disso, a lei funcionou enquanto forma de regular o mercado de trabalho brasileiro, “[...] separando proprietários de trabalhadores e estabelecendo como única alternativa para os últimos o trabalho e a poupança como forma, ainda que remota, de passar à condição de proprietários (CUNHA, 2006, p. 290).

Todavia, na província brasileira do Rio Grande do Sul, a partir da subvenção do governo local, os imigrantes passaram a ter acesso às terras por um preço mínimo, demarcando uma colonização de traços rurais, além de baseada em um modelo de pequena propriedade (DREHER, 2015). Com a Lei de Terras, que determinava que o acesso às mesmas fosse feito apenas na forma de compra e venda (BRASIL, 1850), imigrantes foram privilegiados frente às populações residentes. E a ocupação do território, especialmente no espaço fronteiro, era observada enquanto uma necessidade urgente. Sobre este aspecto, Jeffrey Lesser (2015) defende que “colonizar as áreas de fronteira com imigrantes, na opinião dos governantes, garantiria a estabilidade territorial, evitando que a Argentina e o Uruguai, países com os quais o Brasil mantinha relações belicosas, tentassem se apossar de território brasileiro” (p.53).

⁶¹ Categoria genérica utilizada pelo recenseamento para definir os nascidos no Continente Africano.

A preocupação pela ocupação da fronteira se soma a outros aspectos vinculados ao impulso da imigração por parte da República Argentina e do Brasil, com preocupações fortemente ligadas ao adensamento populacional de algumas regiões e ao impulso à produção agrícola (LESSER, 2015). Quando aos incentivos para a imigração para a República Argentina e o Brasil, Cláudio Pereira Elmir e Marcos Antônio Witt (2018), corroborando em vários aspectos com os autores anteriormente citados, e identificam entre os principais objetivos de ambos os países “[...] consolidar suas fronteiras a fim de afirmar o princípio da soberania territorial, povoar mais densamente a região, dinamizar a economia local e ampliar uma camada média ainda incipiente [...]” (p. 44).

Para Fernando Devoto e Boris Fausto (2008), o aspecto da questão racial, como citado para o Brasil, também era uma preocupação na República Argentina, e foi corrente a definição de tipos ideais a serem atraídos para os países, com vistas a noções sobre trabalho, questões de cor, e ideologias variadas do período. Quanto à República Argentina, Anne Saint Sauveur-Henn (2010) defende que a partir do princípio defendido por Juan Bautista Alberdi de “*gobernar es poblar*”, o país havia adotado uma política imigratória bastante liberal.

Como defende a autora, este aspecto estava presente no artigo 25 da Constituição do país (1853), onde consta que “o Governo Federal fomentará a imigração europeia; e não poderá restringir, limitar nem impor imposto qualquer à entrada no território argentino dos estrangeiros que tenham como objetivo lavrar a terra, melhorar as indústrias ou introduzir e ensinar as ciências e as artes⁶²” (MONTI, 2015 [1853], p. 139). Este aspecto liberal, ao que cremos, também pode ser observado no artigo 20, que descreve os direitos dos estrangeiros na República Argentina. Segundo esta parte da Carta Constitucional:

Artigo 20. – Os estrangeiros gozam no território da Confederação de todos os direitos civis do cidadão: podem exercer sua indústria, comércio e profissão; possuir imóveis, compra-los e vende-los; navegar pelos rios e costas; exercer livremente seu culto; testamentar e casar-se conforme as leis. Não estão obrigados a admitir a cidadania, nem a pagar contribuições forçosas extraordinárias. Obtém a naturalização residindo dois anos contínuos na Confederação; mas a autoridade pode encurtar este período a favor de quem o solicite, alegando e provando serviço à República⁶³ (MONTI, 2015 [1853], p. 138).

⁶² [Tradução nossa] do original em espanhol do período da publicação original: “*El Gobierno Federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias ó introducir y enseñar las ciencias y las artes*”. Visto em: MONTI, Natalia (org.). **Constituciones argentinas**: compilación histórica y análisis doctrinario. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2015. Disponível em: infojus.gob.ar. Acesso em 18 jun. 2021, p. 139.

⁶³ [Tradução nossa] do original em espanhol do período da publicação original: “*Artículo 20.- Los extranjeros gozan en el territorio de la Confederación de todos los derechos civiles del ciudadano: pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enagenarlos; navegar los ríos y costas: ejercer libremente su culto; estar y casarse conforme á las leyes. No están obligados á admitir lá ciudadanía, ni á pagar*

Assim, havia uma grande facilidade em obter a cidadania argentina oferecida pelo arranjo constitucional do país, além de que os direitos concedidos aos estrangeiros no território eram quase os mesmos dos nacionais. Uma das exceções era no que diz respeito ao voto, acessível somente para os natos e os naturalizados. Mas a possibilidade de obtenção facilitada da cidadania, após apenas dois anos de residência, ou em um período ainda mais curto, com a comprovação de prestação de algum serviço ao país, também estava no horizonte dos imigrantes. Quanto à naturalização, Fernando Arlettaz analisa sua obtenção e o impacto do processo para a relação do país com os imigrantes:

[...] Se existe uma constante ao longo da história constitucional argentina ela é a de considerar o pacto nacional como um contrato social aberto ao que se tem acesso por duas vias principais: o nascimento no território e a naturalização após um tempo relativamente breve de residência no país. Assim, os imigrantes que chegavam podiam ser rapidamente *assimilados* como nacionais; e seus filhos seriam automaticamente nacionais pelo feito de seus nascimentos (2018, p. 377)⁶⁴.

Além dos direitos concedidos aos imigrantes, Sauveur-Henn (2010) considera a lei argentina de imigração de 1876, sancionada pelo então presidente Nicolás Avellaneda (1874-1880), teria definido ainda mais o arcabouço legal para a atração de imigrantes. De acordo com a legislação (ARGENTINA, 1876), foi criado um Departamento Nacional de Imigração, responsável pelo fomento à vinda de estrangeiros, controle daqueles que ingressavam no país, e a relação com agentes de atração de indivíduos no exterior. Além disso, a lei também estabelecia os cuidados com a recepção dos imigrantes, com a constituição de casas para esta finalidade, onde os recém chegados poderiam permanecer por cinco dias após o desembarque no país. Depois da recepção, o Estado também garantia o transporte para as províncias ou colônias de destino, caso não permanecessem em Buenos Aires.

No entanto, há um aspecto importante na comparação entre a atração de imigrantes pela Argentina e pelo Brasil, e este diz respeito aos incentivos oferecidos pelos Estados-Nação. De acordo com Fernando Devoto e Boris Fausto (2008), a imigração subvencionada teve um papel

contribuciones forzosas extraordinarias. Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Confederación; pero la autoridad puede acortar este término á favor del que solicite, alegando y probando servicio á la República”.

⁶⁴ [Tradução nossa] do original em espanhol: “[...] Si existe una constante a lo largo de la historia constitucional argentina esa es la de considerar el pacto nacional como un contrato social abierto al que se accede por dos vías principales: el nacimiento en el territorio y la naturalización tras un tiempo relativamente breve de residencia en el país. Así, los inmigrantes que llegaban podían ser rápidamente asimilados como nacionales; y sus hijos serían automáticamente nacionales por el hecho de su nacimiento”. Consultado em: ARLETTAZ, Fernando. La construcción de una idea de nación en la legislación argentina sobre nacionalidad. In: TEDESCHI, Sonia Rosa; PRESSEL, Griselda (orgs.). **Historia, regiones y fronteras: cruces teórico-metodológicos, experiencias de investigación y estudios de caso.** Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2018, p. 373-389.

muito relevante no Brasil, enquanto que na Argentina ela foi uma realidade excepcional, e se limitou ao período entre os anos de 1888-1890. Além disso, é preciso observar que existem diferenças quanto à situação jurídica dos imigrantes em ambos os países.

Em 1824 foi promulgada no Brasil a sua primeira Constituição, que previa a naturalização de estrangeiros, mas não a regulamentava (BRASIL, 1824). De acordo com Carlos Eduardo Piassini (2019), a ausência desta regulamentação fez com que os decretos legislativos fossem o meio pelo qual estrangeiros poderiam receber, a partir da solicitação, a cidadania brasileira. Mesmo após a existência de uma legislação destinada a regulamentar a naturalização, aprovada em 1832, o parlamento permaneceu enquanto meio de concessão da mesma (PIASSINI, 2019)

A legislação, por sua vez, previa uma série de condições para a aquisição da cidadania brasileira, como a maioria de idade (mais de 21 anos), cidadania no país de origem (exceto nos casos de perda por razão política), declaração de princípios religiosos, pátrios e desejo de permanecer no país na Câmara local, e, após esta, residência por quatro anos ininterruptos no país, salvo exceções (BRASIL, 1832). Além disso, eram necessários bens imóveis, industriais ou qualidades profissionais (BRASIL, 1832). Neste sentido, são critérios mais rígidos do que no caso argentino. Todavia, Carlos Piassini (2019) ainda defende que a partir das décadas de 1870 e 1880, novas legislações facilitaram o acesso a naturalização a todos estrangeiros, de forma a ampliar o número de concessões de cidadania brasileira.

Os critérios para a naturalização, seja na Argentina ou no Brasil, são importantes para perceber a relação dos países com os imigrantes, bem como as perspectivas de integração, que serão abordadas no capítulo seguinte. Quanto aos censos anteriormente citados, estes apresentavam uma população naturalizada de 86 indivíduos no esforço argentino de 1869, número bastante reduzido frente aos critérios de obtenção da cidadania e pertencentes, em sua ampla maioria (82) à Província de Buenos Aires (ARGENTINA, 1872). O que significa que a condição simples de uma residência de dois anos ininterruptos no país enquanto critério para a solicitação da naturalização não resultou em uma ampla adoção da cidadania argentina por parte dos imigrantes.

Com uma consulta às considerações de Tulio Halperín Donghi (1976), é possível perceber a razão pela qual os imigrantes não faziam uma busca tão extensa pela naturalização na Argentina. Segundo o autor, o elemento motivador para que os imigrantes solicitassem a naturalização na Argentina era a busca pelo direito ao voto. No entanto, a porção final do século XIX, bem como a primeira década do século XX, eram marcadas por uma “farsa eleitoral”, mantida pelas fraudes que somente conservavam as mesmas elites no poder. Assim, os

imigrantes, bem como a parte massiva da população, se mantinham à margem da política. A única exceção era por parte dos imigrantes mais prósperos, que tendiam a se aproximar das elites, e, para tanto, poderiam buscar uma participação político-eleitoral (HALPERÍN DONGHI, 1976).

Aos menos favorecidos, “[...] as vantagens de conservarem suas condições de estrangeiros são igualmente evidentes: sua naturalização aumentaria as áreas de conflito potencial com autoridades inferiores cuja arbitrariedade as tornava temíveis, e os privaria da proteção consular que é a barreira mais eficaz contra essa arbitrariedade”⁶⁵ (HALPERÍN DONGHI, 1976, p. 465). Luis Alberto Romero (2007a), em uma obra publicada três décadas depois, vai de encontro ao que havia sido defendido por Halperín Donghi (1876), quando afirma que: “[...] pesou o escasso interesse dos estrangeiros por nacionalizarem-se e participarem das eleições, perdendo alguns privilégios e garantias inerentes às condições como tais [...]”⁶⁶ (2007, p. 26). Neste sentido, podemos perceber o processo de naturalização no país enquanto algo vinculado a estratégias pessoais dos imigrantes que se baseavam no cenário político-eleitoral vigente.

Com relação ao Brasil, no recenseamento de 1872, foram demarcadas duas categorias com relação à naturalização. A primeira era a de “brasileiros adoptivos⁶⁷” que representava 649 indivíduos, enquanto que a outra era a de naturalizados, com 631 casos (BRASIL, 1872), um total muito mais significativo do que o apresentado pelo país vizinho, apesar dos critérios mais restritivos à obtenção da cidadania brasileira.

A partir destas considerações, seguimos a análise pelos recenseamentos realizados que levantamos, para observar a situação das populações da Argentina e do Brasil após cerca de três décadas da primeira iniciativa em ambos os países. Neste sentido, na década de 1890, a República Argentina realizou um esforço de recenseamento (em 1895), enquanto que os

⁶⁵ [Tradução nossa]: “[...] *Las ventajas de conservar su extranjería son igualmente evidentes: su naturalización aumentaría las áreas de conflicto potencial con autoridades inferiores cuya arbitrariedad las hace temibles, y los privaría de la protección consular que es la barrera más eficaz contra esa arbitrariedad misma*”. Consultado em: HALPERÍN DONGHI, Tulio. *¿Para qué la inmigración? Ideología y política migratoria y aceleración del proceso modernizador: el caso argentino (1810-1914)*. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Hamburgo, n. 13, p. 465, 1976.

⁶⁶ [Tradução nossa] do original em espanhol: “[...] peso el escasso interés de los extranjeros por nacionalizarse y participar de las elecciones, perdiendo algunos privilegios y garantías inherentes a su condición de tales [...]” (p. 26). Ver mais em: ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2ª. Ed.. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

⁶⁷ A Constituição Brasileira de 1824 previa que portugueses (nascidos em Portugal e suas possessões) que permanecessem no Brasil, e não fossem contra a independência do país frente a seu país natal, seriam considerados “adotivos”. Ver mais em: MELLO, Cássia Cavaler Pessoa de. **Ser estrangeiro no Império: direitos, restrições e processos de naturalização (1822-1854)**. 2018. 214 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p. 110-111.

Estados Unidos do Brasil investiram em duas iniciativas, a primeira em 1890, e a segunda em 1900. Todavia, devido às deficiências do recenseamento realizado em 1890⁶⁸, fizemos a opção por utilizá-lo apenas em algumas comparações, legando uma aproximação maior à iniciativa de 1900 frente ao esforço argentino de 1895.

O *Segundo Censo de la República Argentina*, publicado em 1898⁶⁹, registrou uma população total de 3.954.911 habitantes, o que não incluía os grupos indígenas, considerados enquanto residentes “fora do Império da Civilização” (ARGENTINA, 1898). O grande aumento populacional frente a 1869, por sua vez, reflete um incremento significativo no ingresso de imigrantes, que, em 1895 conformavam 25,3% da população do país (1.004.527). Entre os principais grupos estrangeiros presentes estavam os italianos, com 492.636 indivíduos (12,4% da população do país), os espanhóis, que somavam 198.685 residentes (5% da população), e os franceses, com 94.098 habitantes (2,3%). A população alemã também teve um grande incremento com relação à 1869, e, na altura do recenseamento de 1895 foram quantificados 17.148 indivíduos. Estes estavam distribuídos especialmente nas províncias do litoral, principalmente na Cidade de Buenos Aires (5.297), em Entre Ríos (4.473) e na província de Buenos Aires (3.154).

Dois anos após a publicação do recenseamento argentino, foi realizado, no Brasil, uma nova edição do esforço estatístico. Este, publicado apenas em 1908, enquanto um relatório dirigido ao então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo de Afonso Pena, Miguel Calmon du Pin e Almeida, quantificou uma população de 16.626.991 habitantes, dos quais 847.281 eram estrangeiros (uma proporção maior do que em 1872, corresponde a 5% dos residentes). Mais da metade dos grupos estrangeiros presentes era composta por italianos (503.491), o que denota um grande incremento desta imigração ao longo do período. Outros grupos de importância eram os portugueses (101.436), e os espanhóis (51.280). O número de alemães presentes no país com relação ao período anterior é menor: foram registrados 38.341 indivíduos. Estes estavam distribuídos especialmente pelos estados do sul, de forma a conformarem, no Rio Grande do Sul, 15.711 casos, em Santa Catarina, 5.585, e no Paraná, 5.359.

Quanto à naturalização nestas duas iniciativas estatísticas, é preciso demarcar uma transformação política ocorrida no Brasil a partir de 1889. Neste ano ocorreu um golpe militar

⁶⁸ Os únicos materiais disponíveis no meio virtual com seus resultados são uma “sinopse” que apresenta informações gerais, sem detalhamentos de nacionalidades de origem dos estrangeiros, ou outros critérios de interesse para nossa análise, e uma já citada série regional sobre a Comarca de Palmas, abordada na seção anterior.

⁶⁹ A obra está estruturada sem o direcionamento à alguma autoridade específica.

que destituiu o imperador D. Pedro II e instalou um regime republicano. Em 1890 teve início uma Assembleia Constituinte, que aprovou, em 1891, uma nova Constituição para o país. A nova carta constitucional, por sua vez, demarcava um mecanismo amplo de naturalização, a partir da concessão da cidadania brasileira a todos “os estrangeiros, que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889 [data da Proclamação da República], não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem”, bem como “Os estrangeiros, que possuírem bens immoveis no Brasil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brasil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade” (BRASIL, 1891, p. 80). Neste sentido, foi estabelecida uma naturalização automática para os residentes no dia de transição para o novo regime, que, como pode ser percebido nos trechos, não incluía a possibilidade de uma dupla cidadania. Nos recenseamentos, por sua vez, o número total de naturalizados na Argentina em 1914 era de 1.638⁷⁰ (ARGENTINA, 1898), e no Brasil, correspondiam a 38.431 (BRASIL, 1908).

Um novo recenseamento na República Argentina foi organizado em 1914, e publicado dois anos depois, no qual foi apresentada uma população total de 7.885.237 residentes⁷¹. A população total, que quase dobrou desde o último recenseamento, apresentou 2.357.952 estrangeiros, ou o correspondente à 29,9% dos residentes no país, o maior percentual registrado até então, reflexo de um grande ingresso de imigrantes a partir da virada do século. Os principais grupos estrangeiros presentes eram os italianos, com 929.863 residentes (11,7% da população total), seguidos dos espanhóis, com seus 829.701 habitantes (10,5%), e, com um grande distanciamento em relação aos dois primeiros, o terceiro maior grupo presente era de russos, com 93.634 (1,1% do total de residentes). A população de nascidos no Império Alemão, por sua vez, teve mais um incremento com relação ao recenseamento anterior, e apresentou 26.995 indivíduos, localizados especialmente na capital federal, com 10.942 casos, na província de Buenos Aires, com 6.066 residentes, e na província de Santa Fe, com outros 3.960 alemães.

O esforço estatístico brasileiro do período contemporâneo ocorreu em 1920. Este apresentava uma população total de 30.635.605 habitantes, quase o dobro informado para 1900.

⁷⁰ As informações com relação ao número de naturalizados no recenseamento argentino de 1895 foram coletadas nas seções individuais com relação à composição de argentinos por província de origem na Capital Federal, nas províncias e nos territórios. Este conjunto de informações contém uma lacuna importante com relação às origens dos argentinos, que resultou em um total de 52.820 sem especificação, o que pode ter causado alterações no número total de naturalizados.

⁷¹ Os indígenas foram novamente excluídos da contagem total de residentes. De acordo com o recenseamento, a “população autóctone” era de 18.425 habitantes.

Destes, apenas 1.565.961⁷² eram estrangeiros, o que correspondia a 5,1% do total, quase a mesma proporção de 1900. Com relação aos principais grupos presentes, estes eram os italianos, com 558.405 indivíduos (1,8% do total da população do país), seguidos dos portugueses, com 433.577 habitantes (1,4%), e dos espanhóis, com 219.142 casos (0,7%). Os alemães, por sua vez, apresentavam um total de 52.870 residentes, concentrados especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, com 16.952 casos, São Paulo, 11.060, e Santa Catarina, com outros 10.758 indivíduos.

Com relação ao total de naturalizados apresentados pelos dois recenseamentos, a iniciativa argentina indicava 33.219 indivíduos que adotaram a cidadania daquele país (ARGENTINA, 1916), enquanto que no Brasil o total de naturalizados brasileiros era de 52.326. Estes números revelam um grande crescimento no total de indivíduos que adotaram a nacionalidade argentina com relação aos que o fizeram no país vizinho, talvez por razões políticas, visto que em 1912 foi aprovado na República Argentina o sufrágio universal masculino, que estendia o direito ao voto para uma porção maior da população, e incluía os naturalizados (ARGENTINA, 1912). A seguir está apresentada uma tabela em que constam os totais de naturalizados presentes na Argentina e no Brasil ao longo dos recenseamentos analisados:

Tabela 4 - Total de naturalizados na Argentina e no Brasil segundo os recenseamentos de 1869, 1872, 1895, 1900, 1914 e 1920.

Ano	Total de naturalizados	País
1869	86	Argentina
1895	1.638	
1914	33.219	
1872	1280 ⁷³	Brasil
1900	38.341	
1920	52.326	

Fonte: Elaboração própria de João Vitor Sausen a partir dos recenseamentos ARGENTINA (1872); BRASIL (1872); ARGENTINA (1898); BRASIL (1908); ARGENTINA (1916); BRASIL (1926).

Em ambas as realidades históricas é preciso compreender que o processo de naturalização estava sujeito, além das regras vigentes, ao interesse dos imigrantes. Como já

⁷² Inclui os naturalizados brasileiros.

⁷³ Soma de brasileiros “adoptivos” e “naturalizados”.

explicitado a partir de Halperín Donghi (1976) e Romero (2007a) para o caso argentino, pesavam os interesses dos imigrantes quanto à tutela dos países natais, bem como o panorama político do país de recepção, que era baseado em uma “farsa eleitoral”, como defende o primeiro autor. Também é necessário ter em consideração a diferença entre realidades urbanas e rurais, onde a primeira poderia representar maiores possibilidades quanto à participação político-eleitoral, enquanto que a segunda um maior afastamento. A combinação de todos estes fatores é que parece ter sido definidora quanto à busca pela naturalização nos países de acolhimento.

Além das informações gerais sobre os recenseamentos, é preciso identificar um balanço com relação à imigração de falantes de línguas alemãs para a Argentina e o Brasil, a fim de identificar um perfil destes grupos, e, por consequência, de seus descendentes. Todavia, existe uma grande problemática atrelada a este aspecto, e esta está vinculada à categorização dos falantes de línguas alemãs nos censos e recenseamentos. Estes foram indicados de acordo com o país de origem, e não a partir de um critério linguístico. Neste sentido, esta classificação estava sujeita a alterações nos mapas europeus e as migrações históricas.

Há problemáticas importantes com relação à atribuição da nacionalidade a partir do país de origem. O século XIX, e os princípios do século XX, são períodos de grandes ebulições nacionalistas, que fizeram surgir diversos Estados-Nação, ao mesmo tempo em que deram fim à grandes monarquias europeias, como é o caso do Império Austro-Húngaro e o Império Russo (ao final da Primeira Guerra Mundial). Neste sentido, no começo do século XX, nacionalidades como a polonesa, com grupos significativos de imigrantes que aportaram na Argentina e o Brasil, não possuía seu Estado-Nação até 1920. Existem também os casos de falantes de línguas italianas que eram provenientes de partes da Áustria-Hungria, que com o final da Primeira Guerra Mundial foram anexadas à Itália.

Além disso, nenhuma monarquia europeia concentrava apenas habitantes que falavam uma só língua, e muitas eram caracterizadas por populações plurais, que refletiam diversos processos históricos (HOBSBAWM, 2013). Neste sentido, podem ser citados os casos de populações de fala alemã que habitavam regiões próximas ao Rio Volga no Império Russo, e que passaram a migrar para a América a partir do final do século XIX (SAUVEUR-HENN, 2010), conhecidas como “alemães do Volga”, “russo-alemães” ou “teuto-russos”. Estes, foram resultado de migrações que ocorreram no século XVIII (SAUVEUR-HENN, 2010). O mesmo ocorreu com falantes de línguas alemãs que viviam em regiões que hoje fazem parte da Romênia ou da Moldávia, mas que no período também pertenciam, em parte, ao Império Russo (JUNGBLUT, 2011). Estes últimos são conhecidos como “teuto-romenos”, entre outras nomenclaturas.

Todos estes aspectos, que são apenas alguns exemplos entre diversos outros, dão um contorno problemático às buscas pelas estatísticas de falantes de línguas alemãs presentes na Argentina e no Brasil. Para o caso dos teuto-russos, Anne Saint Sauveur-Henn (2010) defende que houve uma significativa imigração dos mesmos para a Província de Entre Ríos a partir de 1878, que resultou na fundação de 130 povoados. A autora utiliza estimativas de Grüter (1927) para definir que em 1927 os teuto-russos de Entre Ríos seriam cerca de 75.000 pessoas. No recenseamento argentino de 1914, os indivíduos de origem russa presentes na província eram a segunda maior população estrangeira da localidade, somando 17.668 habitantes, atrás apenas dos uruguaios (19.005). Com base no conhecimento sobre a imigração teuto-russo para a Argentina, é possível afirmar que grande parte dos russos de Entre Ríos eram falantes de línguas alemãs, mas sem uma certeza sobre a totalidade dos casos.

Uma situação ainda mais complicada decorre daqueles que possuíam cidadania argentina ou brasileira a partir do nascimento, mas não eram falantes, enquanto língua materna, dos idiomas oficiais de seus países de nascença. Neste sentido, os recenseamentos indicam apenas a presença de imigrantes alemães e não de seus descendentes nascidos no território brasileiro. Assim, não são um indicativo confiável para quantificar o número de falantes de línguas alemãs presentes nos territórios argentinos e brasileiros⁷⁴, mas, permitem observar um perfil da população imigrante que aportou nestes países. Ainda que sejam números reduzidos, a proporção aproximada dos dois países permite realizar algumas comparações quanto às características destes alemães. Infelizmente, os recenseamentos de ambos os países apresentam carências de algumas informações entre si, o que nos obriga a utilizar como contraponto algumas observações da historiadora Anne Saint Sauveur-Henn (2010) quando à imigração alemã para a Argentina, e alguns outros autores quando necessário.

Neste sentido, a porcentagem de alemães⁷⁵ quanto à população argentina era, a partir do recenseamento de 1895, um pouco maior do que no Brasil. No primeiro equivalia a 0,4% dos habitantes, e no segundo, 0,2%. Como pode ser observado, são grupos populacionais pouco

⁷⁴ Grosso modo, seria possível determinar uma quantidade de integrantes de um universo teuto-brasileiro ou teuto-argentino a partir de um recenseamento que se orientasse pela língua falada no ambiente familiar (o que não ocorreu, ao menos nestes recenseamentos citados), ou de uma grande pesquisa nominal a partir dos sobrenomes dos indivíduos recenseados. Para o caso brasileiro, onde as fichas de coleta utilizadas para o levantamento de informações do censo não são disponibilizadas para o público interessado, a pesquisa nominal é impossível a partir deste material. No caso argentino, as fichas de coleta do recenseamento de 1895 estão disponíveis, inclusive no meio digital, armazenadas na plataforma Family Search, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, o que permite uma abertura a este tipo de investigação.

⁷⁵ Os alemães citados, seja para o caso argentino ou para o brasileiro, dizem respeito a aqueles que nasceram no Império Alemão (a partir de 1871) e não adotaram as cidadanias dos países receptores. Este panorama se refere a todos os recenseamentos posteriores à 1872, e cria uma incógnita para a realidade de 1869, visto que neste período ainda não existia um Estado-Nação alemão.

relevantes se analisados quanto ao total dos habitantes de seus respectivos países. No caso brasileiro, mesmo nos estados com uma maior presença, como no Rio Grande do Sul, a porcentagem se resumia a apenas 1,3% da população. Na Argentina, onde o maior número de alemães se encontrava na Capital Federal, a porcentagem era de apenas 0,7% dos habitantes daquela cidade.

Segundo Sauveur-Henn (2010), a imigração alemã para a Argentina, foi, ao contrário do Brasil e do Chile, até a década de 1930, essencialmente urbana. A maior parte dos imigrantes se dirigiram para os centros urbanos, como é observável nos dados sobre a distribuição geográfica, que indicam um significativo percentual que aportou e permaneceu na cidade de Buenos Aires. De acordo com Sauveur-Henn (2010), o percentual de imigrantes que se dirigiu para o campo entre 1870 e 1933 foi de 20%. Além disso, a maior parte dos imigrantes alemães eram homens jovens e solteiros.

A partir da análise dos recenseamentos, e da inspiração nos dados oferecidos pela autora, algumas características podem ser pontuadas. Quanto ao sexo, os imigrantes alemães quantificados pelo censo argentino de 1869 demarcavam uma *razão de masculinidade*⁷⁶ de 263 homens a cada 100 mulheres, enquanto que os dados brasileiros de 1872 apresentavam um panorama de 130 homens a cada 100 mulheres. Nos recenseamentos seguintes este panorama apresentou sensíveis alterações. No censo argentino de 1895 havia 178 homens a cada 100 mulheres, enquanto que os dados brasileiros para 1900 revelavam um panorama de 112 homens a cada 100 mulheres. Este horizonte parece refletir em uma imigração de características um pouco diferentes do que na Argentina. Neste sentido, podem indicar uma vinda maior de famílias, e não de homens solteiros. Estes últimos, por sua vez, a partir do matrimônio, ao que cremos, teriam uma possibilidade maior de integração a outros grupos humanos e não uma relação mais direcionada a seus próprios pares nacionais.

Com relação à vinda maior de famílias, no caso brasileiro, a razão para o tal está na legislação imperial que fomentava a imigração de “alemães”. De acordo com Ellen Fensterseifer Woortmann (2000), nas primeiras décadas, o Estado brasileiro somente garantia terras para famílias, vedando o acesso à jovens solteiros, que tinham que buscar um matrimônio para reverter a situação. A única exceção era dos soldados mercenários, contratados para servirem ao país. Neste sentido, o perfil dos imigrantes alemães buscado para o Brasil era o de famílias, e que se direcionassem em maior parte ao campo (WOORTMANN, 2000).

⁷⁶ Razão de masculinidade= (Número total de homens/Número total de mulheres) * 100.

Para tanto, é preciso pontuar que o recenseamento brasileiro de 1900 indica um panorama de ocupações mais rurais para os imigrantes alemães do que os dados oferecidos por Sauveur-Henn (2010) quanto ao horizonte argentino. Neste sentido, a principal ocupação indicada pelos grupos humanos alemães no Brasil era agropastoril (13.971 indivíduos, em uma razão de 248 homens por 100 mulheres), seguida de “improdutivos”⁷⁷ (9.584), e “serviços domésticos” (5.565, majoritariamente mulheres). Esta última atribuição pode ser tanto do meio urbano quanto rural, se considerarmos que nas atividades agropastoris havia uma indicação muito maior de homens, o que conduz a uma dedução de que grande parte das mulheres adultas haviam sido assinaladas enquanto realizadoras de serviços domésticos.

Os dados brasileiros para o período de 1920 são esparsos com relação às características gerais dos alemães presentes no país e não permitem um paralelo com a Argentina no mesmo período. Ainda assim, estes aspectos com relação aos recenseamentos de 1869, 1872, 1895 e 1900 permitem ver duas diferenciações específicas da imigração alemã nos dois países. Uma dessas diferenciações é a característica argentina frente ao Brasil: a vinda de mais homens solteiros e jovens do que famílias, no segundo caso. Outro aspecto é a prevalência das ocupações rurais no Brasil sobre o direcionamento urbano na Argentina. São os descendentes destes alemães que imigraram para o Brasil, e que se direcionaram, a partir do final do século XIX, para a região noroeste do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, Misiones, na Argentina, e o oeste do estado brasileiro de Santa Catarina, que serão abordados na seção seguinte, bem como nos dois capítulos que seguem este trabalho.

Com relação ao geral da imigração na Argentina e no Brasil, este aspecto também tem contornos importantes que devem ser definidos. O primeiro, já evidenciado pelos resultados dos recenseamentos, é o de que a Argentina recebeu um número muito maior de imigrantes do que o Brasil. De acordo com Jeffrey Lesser, “entre 1870 e 1933, cerca de 4 milhões de imigrantes se estabeleceram na Argentina; entre 2 e 3 milhões no Brasil” (2015, p. 32). Este horizonte apresenta contornos ainda mais marcantes quando são observadas as proporções populacionais de ambos os casos.

Os números gerais da presença de estrangeiros na República Argentina e no Brasil ao longo dos recenseamentos apresenta um panorama de grandes contrastes. 11,5% da população da República Argentina recenseada em 1869 era de estrangeiros. No Brasil, em 1872, apenas

⁷⁷ Esta denominação parece indicar os menores, especialmente os de sexo feminino, no campo das ocupações de trabalho. Para o total de classificados sob esta ocupação estavam 1.969 homens e 7.615 mulheres, e não havia uma separação entre os considerados adultos e os considerados menores para a determinação da profissão, o que conduz a nossa conclusão.

3,8% da população não era nacional. E o incremento desta diferença acompanha a virada do século. Em 1895, 25,3% da população residente na República Argentina era estrangeira, enquanto que 5% da população do Brasil em 1900 não possuía a cidadania do país. No último recenseamento argentino analisado para esta comparação, o de 1914, a presença de estrangeiros havia crescido para 29,9%, enquanto que os dados brasileiros para 1920 apresentavam a mesma proporção que os números do recenseamento anterior.

Além deste aspecto, Buenos Aires, capital argentina, foi um grande destino das massas imigrantes que aportaram no país. Em 1895, sua população era 663.854 habitantes, e composta por 52% de estrangeiros. No recenseamento seguinte, 1914, quando a cidade já contava com 1.575.814 habitantes, 49,3% de seus residentes eram estrangeiros, isso sem contar os demais argentinos que eram parte da população e descendiam de imigrantes. Proporções semelhantes de concentração de imigrantes não são encontradas na capital brasileira do mesmo período, Rio de Janeiro⁷⁸. Com uma população de 811.443 residentes em 1900, 25,9% destes eram estrangeiros (BRASIL, 1923). Em 1920, quando contava com 1.157.873 habitantes, a porcentagem de imigrantes presentes diminuiu para 20,6% (BRASIL, 1923).

Parte da resposta para este contraste já foi anteriormente citada, com relação à defesa de Fernando Devoto e Boris Fausto (2008) de que a Argentina era um país muito mais atrativo para os imigrantes do que o Brasil. Outro aspecto importante consideramos ser o *boom* econômico presenciado pelo país ao final do século XIX, com grandes ofertas de trabalho, seja nas grandes cidades argentinas do período, como Buenos Aires e Rosário, ou no campo (ROMERO, 2007a).

Todavia, este panorama geral também obriga uma atenção à situação dos espaços fronteiriços entre ambos os países, especialmente Misiones e Santa Catarina. Como já apresentado, Jeffrey Lesser (2015) indica uma preocupação brasileira com relação à ocupação dos espaços fronteiriços com a Argentina e o Uruguai, frente a constante ameaça de conflitos com os mesmos. Leandro Crestani (2019) também aponta para uma preocupação das autoridades argentinas e brasileiras com relação à baixa presença de seus nacionais nas regiões de fronteira com relação à cidadãos de países vizinhos (paraguaios e brasileiros na Argentina, e argentinos e paraguaios no Brasil). Neste sentido, faz-se necessária uma abordagem comparativa da presença de argentinos no Brasil e de brasileiros na Argentina ao longo dos censos e recenseamentos citados e analisados.

⁷⁸ Entre as principais cidades do país, aquela com a porcentagem mais significativa de imigrantes era São Paulo, que em 1920 apresentava 579.033 habitantes, dos quais 35,4% eram estrangeiros (BRASIL, 1923).

É preciso pontuar que a imigração de brasileiros para a República Argentina, desde o final do século XIX era uma constante, que gradualmente foi expandida (GALLERO, 2009). Os recenseamentos também apresentam um panorama com uma significativa presença de brasileiros nas províncias fronteiriças da Argentina com o país. Neste sentido, na tabela a seguir são apresentados os números de brasileiros presentes na República Argentina, na capital do país e nas províncias que fazem fronteira com o Brasil ao longo dos recenseamentos de 1869, 1895 e 1914:

Tabela 5 - Brasileiros presentes na Argentina e nos estados fronteiriços (1869, 1895 e 1914).

Brasileiros na Argentina						
Local	1869	% da população da localidade	1895	% da população da localidade	1914	% da população da localidade
Todo o país	6.065	0,33%	24.725	0,62%	36.442	0,46%
Buenos Aires	717	0,40%	1.380	0,2%	5.330	0,33%
Corrientes	3.823	2,96%	8.977	3,74%	6.221	1,79%
Misiones	-	-	11.630	35,06%	7.015	13,09%

Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir dos recenseamentos argentinos ARGENTINA (1872); ARGENTINA (1898); ARGENTINA (1916).

Os dados grifados indicam que os brasileiros presentes na Província de Corrientes em 1869, 1895 e 1914, além daqueles residentes no Território Nacional de Misiones em 1895 e 1914, eram o maior grupo estrangeiro que habitava a localidade. Ainda que o número total de brasileiros presentes na Argentina não fosse tão expressivo ao longo dos anos apresentados, havia uma tendência de incremento, e a realidade das localidades fronteiriças é significativa, onde a presença brasileira configurava um importante percentual das suas populações, e chegou até a representar, no caso de Misiones, um terço dos seus habitantes em 1895.

Quanto aos argentinos presentes no Brasil, o panorama termina por ser bem menos significativo, de forma que os números apresentam proporções ínfimas, apesar de uma tendência de crescimento. Na tabela a seguir podem ser observados os números totais de

argentinos no Brasil ao longo dos recenseamentos de 1872, 1900 e 1920, além dos dados para a capital, e as províncias/estados de fronteira com a República Argentina:

Tabela 6 - Argentinos presentes no Brasil e nos estados fronteiriços (1872, 1900 e 1920).

Argentinos no Brasil						
Local	1872	%	1900	%	1920	%
Todo o país	1.263	0,01%	4.541	0,02%	22.117	0,07%
Rio de Janeiro	104	0,03%	94 ⁷⁹	0,01%	1.551	0,13%
Rio Grande do Sul	979	0,22%	3.514	0,3%	575	0,08%
Paraná	5	0,004%	97	0,02%	2.185	0,31%
Santa Catarina	30	0,01%	37	0,01%	5.998	0,27%

Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir dos recenseamentos brasileiros BRASIL (1872); BRASIL (1908); BRASIL (1926).

De acordo com os dados apresentados na tabela, é possível observar que a presença argentina no Brasil era muito pouco significativa, mesmo nas províncias/estados localizados junto aos limites políticos com o país vizinho. A maior presença, mesmo que pouco significativa, se encontrava em 1920 no estado Santa Catarina. Em um paralelo geográfico, o maior número de brasileiros na Argentina em 1914 se encontrava na Província de Misiones. Estas duas localidades, como já indicado anteriormente, receberam um grande impulso migratório a partir do século XX, que incluiu contingentes significativos de teuto-brasileiros provenientes do estado do Rio Grande do Sul. As migrações, ambas para além do Rio Uruguai (que demarca o limite político entre aquele estado e Misiones, bem como a divisa entre o estado e Santa Catarina), encontraram regiões com baixa densidade populacional, e cujas características podem ser observadas nos recenseamentos abordados.

⁷⁹ A capital federal está diluída, no recenseamento de 1900, nos dados sobre o estado do Rio de Janeiro. Todavia, utilizamos esta base com referência às relações dos habitantes presentes na capital no que diz respeito aos demais do estado.

No lado brasileiro, a cidade de Chapecó, fundada em 1917, “herdou” grande parte da porção territorial anteriormente em disputa entre o Brasil e a República Argentina. Com relação a seu território, importantes informações podem ser coletadas no recenseamento brasileiro de 1920. Segundo seus dados, o município era composto por sete distritos, Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Caxambú, Chapecó Grande, Passo Borman, Campo Erê (o mesmo da antiga Comarca de Palmas) e Dyonizio Cerqueira. Seus habitantes somavam o montante de 11.315 indivíduos, dos quais 10.772 eram brasileiros natos, 7 naturalizados, e 536 estrangeiros, estes, equivalentes a 4,7% da população. Entre os principais grupos estrangeiros presentes estavam os argentinos, 441 (3,8% da população total), e os paraguaios, 68 (0,6%).

Entretanto, havia um importante fator geográfico no interior do município de Chapecó. Os distritos cuja jurisdição alcançavam a região próxima aos limites fronteiriços eram Caxambú, Campo Erê e Dyonizio Cerqueira, este último localizado junto à linha de limite com a República Argentina, e a divisa com o estado do Paraná. Somadas, estas localidades possuíam 3.912 habitantes, ou 34,5% do total dos residentes de Chapecó. A distribuição por jurisdição, por seu lado, se concentrava na seguinte sequência: Caxambú, 2.427 habitantes, Dyonizio Cerqueira, 962 habitantes, e Campo Erê, com 513 habitantes.

Mas um aspecto ainda mais importante, seguramente por questões geográficas, é a concentração de estrangeiros nestas localidades. As três juntas possuíam 84,7% dos estrangeiros presentes no município de Chapecó recenseados naquele ano. Neste sentido, a região contava com 454 estrangeiros sem cidadania brasileira, o que corresponde a 11,6% da população total daquelas espacialidades. A maior concentração estava em Dyonizio Cerqueira, onde havia 439 estrangeiros, equivalentes a 45,6% da população do distrito. Isso significa que a maior parte dos estrangeiros presentes no município de Chapecó no período do recenseamento (1920) residiam no distrito de Dyonizio Cerqueira. E, também é possível afirmar que estes estrangeiros eram em grande parte de origem argentina ou paraguaia.

Como complemento, o distrito paranaense de Dionysio Cerqueira⁸⁰, geminado ao homônimo catarinense, contava, no período (1920), com uma população de 1.212 habitantes, dos quais 411 eram estrangeiros (7 destes naturalizados brasileiros), equivalentes a 33,9% da população. O município ao qual fazia parte, Clevelândia, contava então com uma população estrangeira de 497 habitantes, 260 destes argentinos e 222 paraguaios. Neste sentido, o complemento destas duas localidades geminadas constituía uma significativa presença de estrangeiros, em grande parte de nacionalidades argentina e paraguaia.

⁸⁰ Atual Barracão, Paraná, Brasil.

Maristela Ferrari (2010), que investigou a formação histórica dos municípios geminados de Dionísio Cerqueira, Barracão (Paraná), e Bernardo de Irigoyen (Misiones), explica que a região possuía um relativo isolamento com relação aos países aos quais pertenciam as localidades, e havia um direcionamento geral para a exploração da erva-mate, a partir de empresas argentinas. A composição populacional, por sua vez, também era resultado das migrações por trabalho e acabou por constituir uma população fronteiriça plural, e vinculada a três nacionalidades, que circulavam pelos limites políticos.

Na República Argentina, a colonização de Puerto Rico foi estabelecida no Departamento de Campo Grande, em uma realidade fronteiriça com a República do Paraguai, separada do território argentino pelo Rio Paraná. Nesta espacialidade, homônima ao departamento, residiam 700 habitantes em 1914, dos quais 489 eram homens e 211 eram mulheres. Quanto à nacionalidade, os estrangeiros estavam em maior número, e compunham 52,4% da população. Destes, 271 eram paraguaios (38,7% do total), e 59 eram brasileiros (8,4%).

A partir destas informações, seja para o município de Chapecó ou para o Departamento de *Campo Grande*, é possível perceber que havia uma significativa presença de estrangeiros vinculados aos países vizinhos nestas regiões, bem como uma pequena população frente a um grande território em ambas as espacialidades. E, este aspecto, justamente em uma espacialidade de recente disputa entre a Argentina e o Brasil, como abordado na seção anterior.

Também é preciso tomar em consideração os coeficientes de masculinidade para as duas localidades. No caso de Chapecó, havia 184 homens para cada 100 mulheres, enquanto que no Departamento de Campo Grande, a relação era de 236 homens para cada 100 mulheres. Assim, a presença maior de homens nestas regiões estava vinculada ao tipo majoritário de atividades econômicas desenvolvidas: a extração de madeira e erva-mate, conclusão que Luz Irene Pyke (2016a) também tem para a Misiones deste período. Da mesma forma, a baixa densidade demográfica tem sua vinculação com o fato de que tais atividades econômicas não costumavam resultar extensivamente na sedentarização e formação de povoados.

Tem importância para este horizonte, caracterizado com o auxílio dos censos e recenseamentos, o aspecto de que a partir do século XX há um grande incremento à imigração para o Território Nacional de Misiones (Argentina) e o oeste do estado de Santa Catarina (Brasil), incentivados pelos Estados-Nação. Este processo visava uma alteração na densidade populacional, bem como o estabelecimento de um tipo ideal de habitantes, a fim de realizarem uma ocupação produtiva mais extensiva do território, bem como de ocupa-lo em nome dos Estados-Nação.

Quanto à “população ideal”, recordamos que, de acordo com Leandro Crestani (2019), esta era de origem europeia. Entretanto, um dos principais grupos humanos a se direcionar à Misiones ou ao oeste de Santa Catarina era aquele de origem teuto-brasileira, ou seja, resultantes da imigração de indivíduos falantes de línguas alemãs para o Brasil, mas que possuíam a cidadania deste país.

Neste sentido, a seção a seguir tem como finalidade uma observação da ocupação destas espacialidades, bem como da imigração de teuto-brasileiros. Para tanto, serão analisadas as realidades de Puerto Rico (Misiones, Argentina) e Porto Novo (Santa Catarina, Brasil), cuja maioria populacional era originária do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Todavia, também serão caracterizadas as realidades destes imigrantes em seu estado de origem, bem como as organizações existentes e formadas pelos mesmos no período prévio ao direcionamento aos novos espaços de colonização. A partir disso, será possível realizar uma comparação dos processos de formação das colonizações, bem como de suas características, baseadas nas experiências prévias em solo brasileiro.

2.3 PUERTO RICO E PORTO NOVO

Ao longo do século XIX, em um panorama de relativo isolamento das comunidades rurais formadas pela imigração de falantes de línguas alemãs no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, foram estabelecidas formas de auto-organização, em muito baseadas na ausência do Estado. Dois exemplos deste aspecto foram a construção e manutenção de escolas comunitárias, bem como uma condução autônoma da vida religiosa, usualmente baseadas nos pequenos núcleos populacionais existentes (RAMBO, 2011). Este horizonte foi comum tanto para as comunidades de religião católica quanto para as protestantes. Todavia, ao final do século XIX, a experiência de auto-organização dos pequenos núcleos ampliou as discussões a um âmbito intercomunitário no estado do Rio Grande do Sul.

Um importante exemplo deste horizonte foi a organização dos Congressos Católicos, com base em uma perspectiva de busca por soluções coletivas à problemáticas comuns enfrentadas no período (RAMBO, 2011). Estes congressos, itinerantes e de caráter anual, resultaram na criação de diversas iniciativas, como a Associação Rio-grandense de Professores e Educadores Católicos, que visava uma proposta comum para a educação nos núcleos de alemães católicos do Estado, em 1898. Além desta perspectiva, também colaboraram na criação da Associação Rio-Grandense de Agricultores (*Riograndischer Bauernverein*), no congresso

de 1899, que caracterizava um projeto direcionado ao desenvolvimento econômico e humano dos seus filiados (RAMBO, 2011).

Esta última associação, que, apesar de surgir em um congresso de católicos, e de realizar suas assembleias e produzir seus materiais em língua alemã, era de caráter interconfessional e interétnico (RAMBO, 2011). As discussões promovidas pela *Riograndischer Bauernverein*, como era denominada em alemão, resultaram, logo em seus primeiros anos, na busca por um empreendimento colonial. Neste sentido, foi organizado, a partir de 1902, a colonização de Serro Azul, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que, segundo Maria Magno Nunes (2015), foi direcionada à falantes de línguas alemães que fossem católicos. Enquanto responsáveis por esta colonização estavam o alemão protestante Carlos Culmey e o padre jesuíta alemão Max von Lassberg. Ambas as figuras são de interesse para esta investigação, além de alguns relatos diretos dos mesmos, no caso de Lassberg, ou de parentes, no caso de Culmey, serem utilizados enquanto fontes nesta pesquisa, de forma que é necessário realizar uma pequena descrição da origem e inserções dos mesmos.

Quanto ao religioso alemão, suas *Reminiscências*⁸¹ oferecem uma narrativa de sua trajetória pessoal. O religioso Maximilian von Lassberg (figura a seguir) pertencia a uma família nobre da Baviera e ingressou no pensionato jesuíta de Feldkirch (atual Áustria) em 1867, onde seu irmão Joseph estudava. Neste local iniciou seus estudos, e, em 1874, começou seu noviciado em Exaeten, nos Países Baixos. Após vários anos, que incluíram uma circulação por algumas instituições da Ordem no centro da Europa, Lassberg, já padre, embarcou para o Brasil em 1886. Neste país realizou atividades junto às diversas comunidades, de origem alemã, italiana ou luso-brasileira, ao longo de quase todo o estado do Rio Grande do Sul. Todavia, por uma condição de saúde que passou a enfrentar desde o período de sua formação religiosa, e que envolvia quadros crônicos de enxaqueca, foi obrigado, por diversas vezes, a limitar suas atividades e realizar pausas em prol de sua recuperação, que nunca foi plena (LASSBERG, 2002 [1930]).

Figura 11 - Fotografia do Pe. Max von Lassberg (1927)⁸².

⁸¹ LASSBERG, 2002.

⁸² A postagem onde foi encontrado o arquivo digital da fotografia não informava seu ano, mas há uma reprodução da mesma na obra de Gertrud Culmey Herwig, na página 21, que determina o ano: 1927.



Fonte: SCHNEIDER, Eduardo Daniel. Padre Jesuíta Maximiliano von Lassberg. **Memórias do povo Riograndense**, 19 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://eduardodanielschneider.blogspot.com/2021/02/padre-jesuita-maximiliano-von-lassberg.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Lassberg, enquanto liderança do meio colonial, participou da fundação da *Bauernverein*, e da assistência religiosa a diversas comunidades do estado do Rio Grande do Sul, bem como foi percebido, por alguns pesquisadores, como René E. Gertz (1991) e Arthur Blásio Rambo (2011), enquanto uma das principais lideranças jesuítas do estado meridional. Também atuou na República do Paraguai, na República Argentina e no estado de Santa Catarina/Brasil (como veremos a seguir).

Com relação a Carlos Culmey (figura exposta a seguir), este nasceu em 1879 na cidade prussiana⁸³ de Neuwied, e era filho de um militar, além de ser de família protestante. Sua filha, Gertrud Culmey Herwig narra a trajetória pessoal de seu pai em suas memórias, publicadas em língua alemã em 1984, e língua portuguesa três anos depois. De acordo com Gertrud Culmey, a família de Carlos Culmey possuía conexões com nobres prussianos, como Elizabeth de Wied (rainha consorte da Romênia entre 1881 e 1914). Pelas condições econômicas de seus pais, Culmey pode ingressar em um curso superior e se formou em Engenharia Civil, com um

⁸³ A Prússia era um reino federado do Império Alemão.

direcionamento para mineralogia. Noivou com uma nobre alemã, Luiza von Michaelis, e mudou-se para o Brasil em 1901, onde se casaram no Consulado Alemão (HERWIG, 1987).

Figura 12 - Fotografia de Carlos Culmey (ano desconhecido).

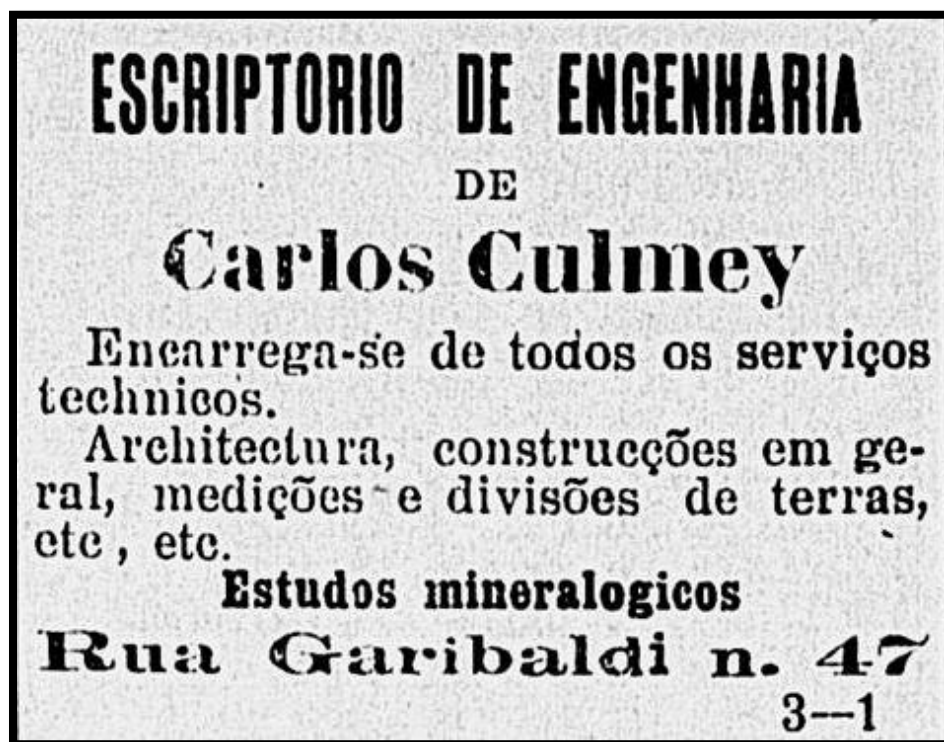


Fonte: História e colonização de Palmitos, 2014. Disponível em: <https://www.palmitos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/23928>. Acesso em 18 jun. 2021.

Nos primeiros meses no Brasil, buscaram se estabelecer no interior do Estado, mas os contrastes com a vida anterior obrigaram a desistência e a mudança para Porto Alegre. Nesta cidade, Culmey trabalhou como engenheiro e agrimensor, além de ter auxiliado na liquidação da Companhia Ferroviária Britânica no Rio Grande do Sul, função que, segundo Gertrud Herwig, seu pai somente realizou graças à influência de seus sogros. A ilustração a seguir é um anúncio do escritório de engenharia de Carlos Culmey em Porto Alegre, publicado no jornal “A Federação” em 1907, pertencente ao Partido Republicano Riograndense, que na época governava o Estado⁸⁴:

⁸⁴ Propaganda localizada a partir de uma busca pela combinação das palavras-chave “Carlos Culmey” no banco de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>), sob o crivo do período de tempo “1900-1909”, e da seleção do “RS” como localidade de busca. Esta investigação foi realizada a fim de

Figura 13 - Anúncio de Carlos Culmey no jornal A Federação (1907).



Fonte: Escritorio de Engenharia de Carlos Culmey. *A Federação*, Porto Alegre, ano 24, nº 46, p. 3, 22 fev. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 jun. 2021.

Acreditamos que foi através da liquidação da Companhia Britânica que Culmey se aproximou da *Bauernverein*. Durante o período de condução da colonização de Serro Azul, por sua vez, as duas lideranças, Lassberg e Culmey, tiveram um papel significativo na organização e assistência daquele empreendimento. O religioso manteve sua base geográfica na região, enquanto que Carlos Culmey participou e dirigiu outras experiências de colonização ao longo do estado do Rio Grande do Sul⁸⁵. Um reencontro ocorreu em 1919, quando ambos se mudaram para a República Argentina a fim de participarem das colonizações privadas promovidas no Alto Paraná.

Este processo se deu após a Primeira Guerra Mundial, que impôs uma série de restrições às comunidades de origem alemã no Brasil, o que incluiu as atividades de colonização. Olivier Compagnon (2014), cita que, a partir de 1917, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha,

buscar por materiais que pudessem preencher lacunas do relato de Gertrud Culmey Herwig, mas que acabaram por não ser muito frutíferos.

⁸⁵ Gertrud Culmey Herwig cita as colonizações de Boa Vista (Santo Cristo) e Sete de Setembro, até seu pai deixar o Brasil, em 1919 (1987, p. 17).

“inúmeros jornais publicados em alemão são retirados de circulação ou obrigados a utilizar o português” (p. 259), além disso “o uso da língua alemã é proibido nos atos públicos e consideravelmente restringido nas cerimônias religiosas, indicadores identitários de primeira importância para as comunidades imigradas” (COMPAGNON, 2014).

Outro aspecto que é considerável, foi a suspensão da vinda de imigrantes provenientes da Europa, em razão das limitações impostas às viagens transatlânticas pelo conflito (DEVOTO, FAUSTO, 2008). Neste sentido, as limitações aos empreendimentos de colonização foram profundas, especialmente aqueles dirigidos por alemães, cujo país estava em um lado oposto na guerra, a partir de 1917. A participação brasileira na guerra será abordada de uma forma um pouco mais aprofundada no capítulo seguinte (3).

Sobre Culmey durante a guerra, Gertrud Culmey Herwig (1987) cita que seus pais desejavam, em 1914, voltar a residir na Alemanha, mas a eclosão e a delonga do conflito os obrigaram a renunciar a este objetivo. Culmey também havia investido na compra de bônus de guerra para o auxílio da causa alemã, questão que lhe custou, após a derrota do país, um significativo prejuízo financeiro. Além disso, foi durante este conflito que Carlos Culmey passou a dirigir a colonização de Sete de Setembro (próxima à Serro Azul), em uma região que, de acordo com sua filha, envolvia relações conflituosas dos colonos com posseiros locais (HERWIG, 1987).

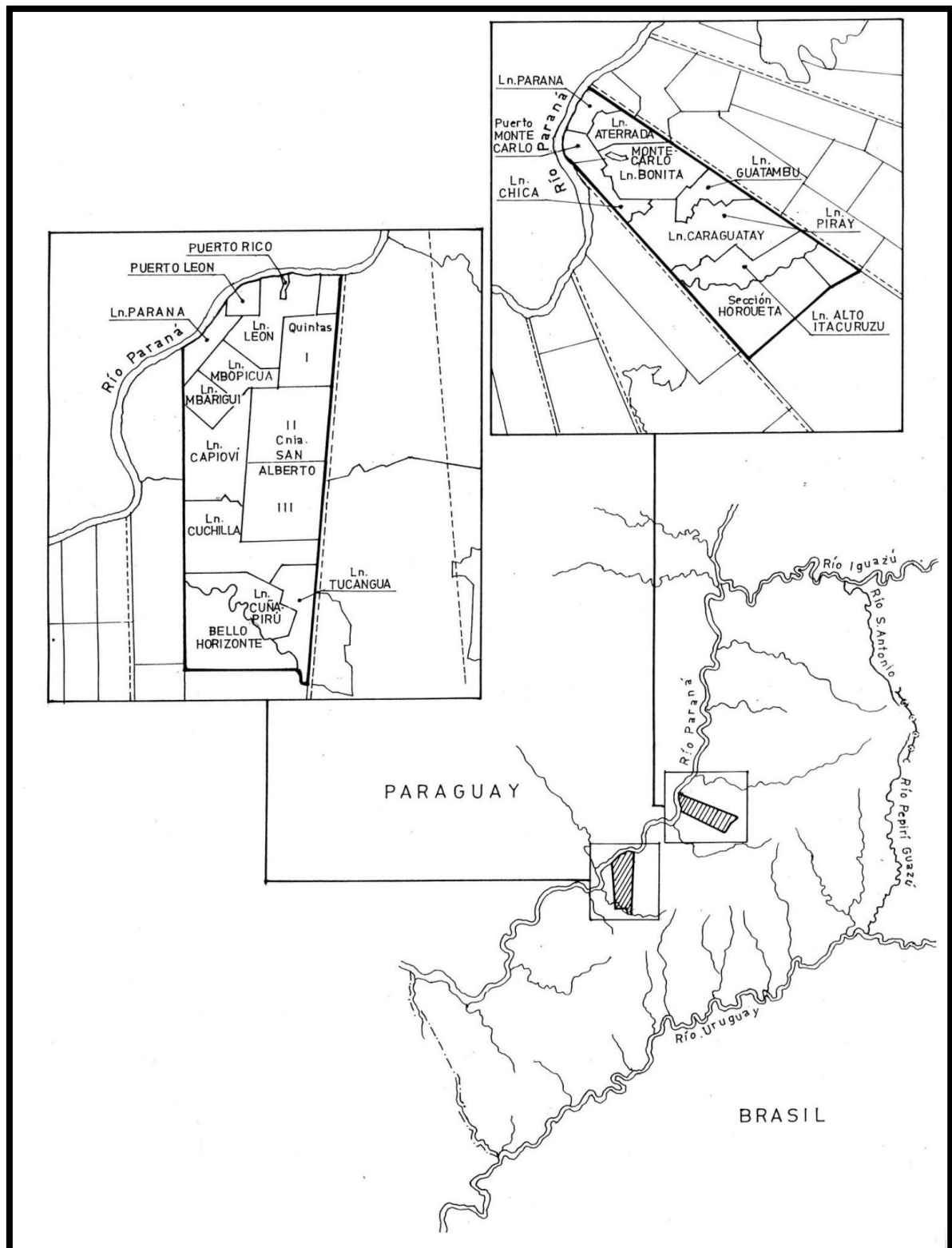
Recordamos, neste sentido, que a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul apresentava uma significativa população de ervateiros e lavradores, que, após a Lei de Terras de 1850, ficaram apartados da possibilidade de compra de seus próprios lotes de terra (ZARTH, 1997). As colonizações em terras devolutas, bem como nas regiões cobertas com mata nativa geraram a instalação dos colonos em regiões exploradas por aquele conjunto populacional desprovido da propriedade da terra, o que pode ter sido a razão para os conflitos em Sete de Setembro.

Com relação à narrativa de Gertrud Culmey Herwig, esta indica que após o final da Primeira Guerra Mundial, novas atividades de colonização, especialmente a partir de indivíduos de origem alemã, puderam ocorrer. Neste sentido, a autora revela que Carlos Culmey havia recebido propostas vindas da Argentina e do Paraguai para dirigir empreendimentos colonizatórios naqueles países, e, após uma viagem de reconhecimento ao Alto Paraná argentino, acompanhado por Max von Lassberg, optou por realizar a mudança para aquele país (HERWIG, 1987). De acordo com Maria Cecilia Gallero (2009), a viagem também incluiu a margem norte do Rio Paraná, e a opção pela Argentina se deu por uma noção de que o Paraguai não era recomendável para colonizações, dada a sua instabilidade política no período.

Gallero (2009) também informa que em 2 de maio de 1919 foi firmada a criação da “*Compañía Colonizadora Alto Paraná*”, integrada por três sócios: o alemão domiciliado em Buenos Aires, Roberto Hartmann, e Carlos Culmey e Ernesto Häussler, residentes em Porto Alegre (que pelo documento utilizado pela autora são indicados como de nacionalidade brasileira). As terras, por sua vez, se situavam na beira do Rio Paraná, em uma região que então pertencia à *Compañía Introductoria de Buenos Aires* (CIBA).

A autora também revela que a *Compañía Colonizadora Alto Paraná*, por sua vez, iria administrar dois núcleos de colonização, todos majoritariamente direcionados à alemães ou seus descendentes (GALLERO, 2009). O primeiro, próximo à casa de administração, posicionada na localidade de San Alberto, foi denominado de Puerto Rico e voltada para católicos. A segunda, denominada de Montecarlo e mais ao norte, foi orientada para protestantes. No mapa a seguir estão apresentadas as localizações destes dois núcleos quanto ao Território Nacional de Misiones:

Figura 14 - Localização das colônias de Puerto Rico e Montecarlo.



Fonte: GALLERO, Maria Cecilia. La colonización privada en Misiones y el accionar de la Compañía Eldorado (1919-1959). *Folia Histórica del Nordeste*, Resistencia, n° 17, p. 63-84, 2008.

Gertrud Culmey Herwig (1987), indica que muitos colonos que conheciam seu pai pelos empreendimentos por ele dirigidos no Rio Grande do Sul o acompanharam até o Alto Paraná,

e se direcionaram para atividades agrícolas, organizadas nas novas colonizações em um mesmo sentido realizado nas colônias do lado oriental do Rio Uruguai: em um sistema de pequenas propriedades. Max von Lassberg e Federico Guillermo Rauber (administrador que acompanhou os outros dois personagens), também foram fatores de atração dos colonos, por suas atuações no Brasil (GALLERO, 2018). Gallero (2009) revela que a vinda de colonos do Rio Grande do Sul para a colonização era intencional, e estava baseada na concepção de que estes eram mais aptos a enfrentar a região e suas necessidades, visto que a experiência no Brasil os qualificava para tanto. Além disso, apesar de serem nascidos no Brasil, seguiam sendo considerados alemães, pois a concepção de nacionalidade destes não estava vinculada ao solo, mas sim ao sangue (RAMBO, 1994).

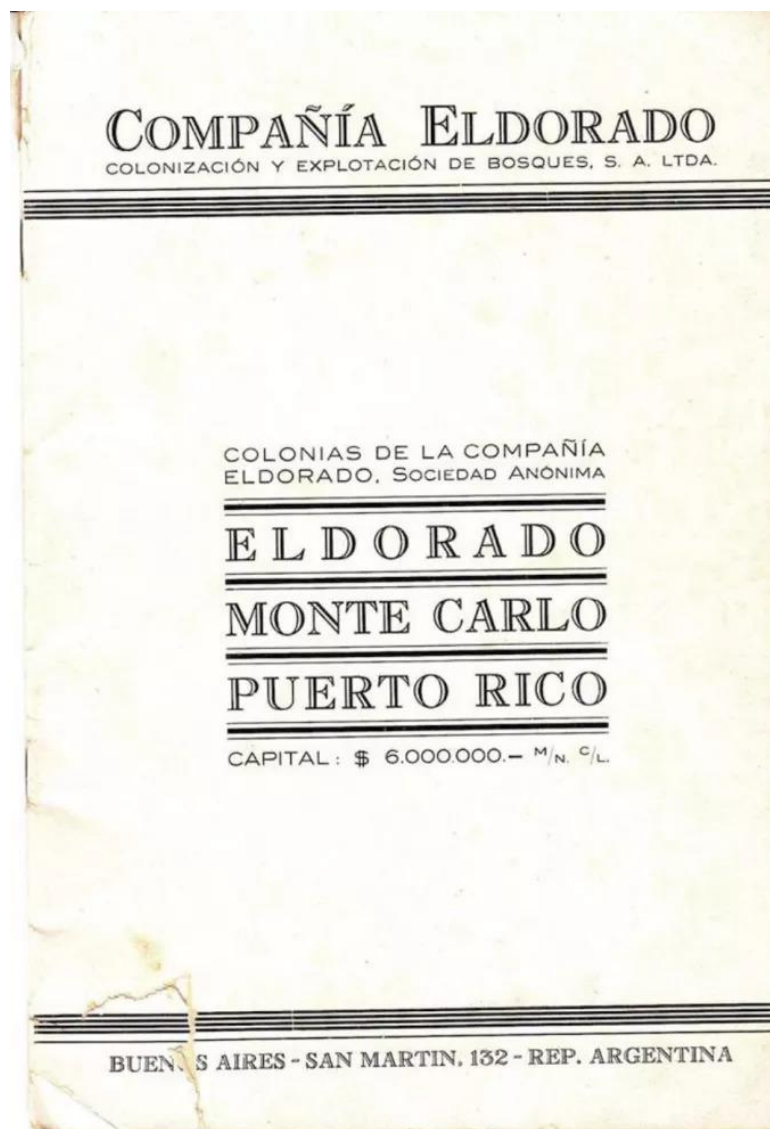
Estes núcleos de colonização, por sua vez, foram inseridos em um contexto de diversas iniciativas semelhantes na região. Suzana Zouvi (2010) destaca que as colonizações privadas tiveram início em 1918 no Território Nacional, espalhadas ao longo do Rio Paraná, com destaque para localidades como os já citados núcleos de Carlos Culmey e a colonização de Eldorado. O mesmo destaque à estas colonizações são atribuídas por Anne Saint Sauveur-Henn (2010) ao analisar a imigração alemã para a Argentina, apesar de a autora atribuir erroneamente a fundação de Montecarlo a Adolfo Schwelm, fundador de Eldorado. Estas colonizações, de acordo com a autora, reuniram famílias alemãs, em grande parte da região sul do país de origem, que se organizaram no local de destino de acordo com suas origens geográficas na Alemanha (SAUVEUR-HENN, 2010). Sauveur-Henn (2010), no entanto, não cita a imigração de falantes de línguas alemãs vindos do Brasil para a região.

A colônia de Eldorado, por sua vez, e de acordo com Wilhelm Lütge et al. (2017), foi fundada por Adolfo Schwelm (nascido em Londres), e foi a primeira a conduzir uma grande campanha propagandística para atrair imigrantes ao seu empreendimento. Esta também teria incorporado a administração de Montecarlo e Puerto Rico (LÜTGE ET AL., 2017). Sob esta administração conjunta, de acordo com Arthur Blásio Rambo (2003), Schwelm teria atraído cerca de 3.000 a 4.000 colonos para os três projetos, o que também havia sido apresentado por Wilhem Lütge et al (2017, mas com edição original de 1981).

Com relação a Schwelm, este era um homem de negócios dotado de capital, que adquiriu inicialmente pouco mais de 67 mil hectares de terra (GALLERO, 2008). Além disso, observamos, a partir de uma grande e constante quantidade de telegramas que o mesmo trocava com as autoridades políticas de Misiones, que Adolfo Schwelm era dotado de um significativo poder político, além do seu poder econômico, que lhe garantiram uma relativa influência na

região. A figura a seguir é uma propaganda da colônia Puerto Rico, do período em que já havia sido incorporada à *Compañía Eldorado, Colonización y Explotación de Bosques S.A. Ltda.*

Figura 15 - Propaganda das colonizações da *Compañía Eldorado, Colonización y Explotación de Bosques S.A. Ltda.* (ano desconhecido).



Fonte: Adolfo Schwelm y los orígenes de la colonia Eldorado, 2015. Disponível em: <https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2015/08/23/443906-adolfo-schwelm-y-los-origenes-de-la-colonia-eldorado>. Acesso em 23 nov. 2021.

Quanto ao aspecto da mudança na administração, Maria Cecilia Gallero (2009) defende que os interesses de Carlos Culmey e Max von Lassberg se chocaram com os dos demais acionistas. Enquanto que os primeiros tinham uma orientação mais idealista, os demais observavam os empreendimentos colonizatórios com uma finalidade financeira (GALLERO, 2009). Assim, uma problemática econômica em 1924 fez com que Carlos Culmey deixasse o

empreendimento e a *Compañía Colonizadora Alto Paraná* se fundisse com outras companhias, como a de Adolfo Schwelm, e formasse a “*Compañía Eldorado, Colonización de Bosques Limitada*” (GALLERO, 2009). Lassberg, por sua vez, já havia deixado o país em 1922, o que Culmey também realizou em abril de 1924 (HERWIG, 1987).

Arthur Blásio Rambo (2011) defende que Max von Lassberg, tinha junto aos colonos do Rio Grande do Sul uma imagem de “pai dos colonos”, por seu papel de auxílio espiritual junto aos empreendimentos de colonização. Carlos Culmey, por sua vez, seria considerado como um “pai da serra”⁸⁶ por parte dos colonos, por sua filosofia e os vínculos construídos pelos empreendimentos em que encabeçou (HERWIG, 1987). Estes aspectos são importantes para perceber a atração de imigrantes a partir destas figuras para as novas frentes de colonização, bem como a continuidade das atividades dos mesmos após o retorno ao Brasil. Lassberg se uniu a um contexto de discussões por frentes de colonização que, àquela altura, já não tinham espaço no noroeste sul-rio-grandense. Culmey, por seu lado, se direcionou para o oeste do estado de Santa Catarina, onde fundou novos empreendimentos de colonização, como de São Carlos, nas margens do Rio Uruguai (JUNGBLUT, 2015).

No Brasil, a *Bauernverein* havia se transformado em um sindicato em 1909, e em 1912 havia sido fundada a *Volkverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*⁸⁷, de orientação étnica e confessional e inspirada em uma iniciativa alemã do final do século XIX⁸⁸. De acordo com André Carlos Werle (2001), a *Volkverein* brasileira era uma “[...] associação civil de leigos que apresentava um forte caráter religioso e que tinha como objetivos assumir os interesses materiais, espirituais e religiosos dos imigrantes alemães e seus descendentes católicos” (p. 83). O forte caráter religioso estava atrelado ao fato de que a associação estava profundamente ancorada em lideranças jesuítas, com a atuação significativa de Theodor Amstad (que havia conduzido a fundação da *Bauernverein*), João Evangelista Rick e Max von Lassberg, quando este retornou ao Brasil (RAMBO, 2011).

Uma das principais problemáticas que nortearam a associação foi a busca e organização de novas frentes de colonização, questão para a qual era visada, inicialmente uma porção do território sul-rio-grandense. Seguidas negociações fracassadas de João Rick com o presidente

⁸⁶ Recordamos, através de Zarth (1997), que a região do planalto sul-rio-grandense era conhecida como “serra” ao final do século XIX e início do século XX. Ver mais em: ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

⁸⁷ [Tradução nossa] do original em alemão: Sociedade Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul.

⁸⁸ A *Volkverein* alemã foi uma iniciativa de auto-organização dos alemães católicos que, a partir da década de 1870 foram atingidos pelas iniciativas de homogeneização cultural promovidas pelo chanceler Otto von Bismarck, na figura da *Kulturkampf*, que atingiu diretamente as comunidades católicas no país, e visava eliminar a influência papal. Ver mais em: CLARCK, Christopher. Religion and confessional conflict. In: RETALLACK, James (org.). **Short Oxford History of Germany: Imperial Germany (1871-1918)**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

do estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros (1913-1928), tiveram como problemática principal a insistência da associação por uma colonização fechada para alemães católicos e seus descendentes (RICK, 2004). Além disso, o país enfrentava uma situação política e social turbulenta em razão de movimentos contestatórios que ocorreram na década de 1920, fato que será explorado no capítulo seguinte.

A solução para os intentos de colonização da *Volksverein* ocorreu a partir da aquisição de terras pertencentes à companhia Chapecó-Peperi Ltda., que em 1919 comprou grande parte da região oeste do estado de Santa Catarina da *Brazil Development and Colonization Company* (NUNES, 2015). Neste sentido, a partir de 1926 foi conduzida uma colonização direcionada para falantes de línguas alemães e de fé católica ao norte do Rio Uruguai, baseada em um sistema de pequenas propriedades, e que atraiu especialmente os excedentes populacionais das colônias do Rio Grande do Sul (WERLE, 2001).

Os principais relatos do período, vinculados a esta iniciativa, e utilizados enquanto fontes nesta investigação, foram redigidos por João Evangelista Rick, uma das lideranças da *Volksverein* no período, e Maria Wiersch Rohde, esposa de Carlos Rohde, que dirigiu a colonização por um longo período de tempo. Ambos tiveram como finalidade uma apresentação de memórias pessoais, e, que, por consequência, acabam por ter um teor autobiográfico.

Quanto à João Evangelista Rick (figura a seguir), uma biografia sua, redigida pelo padre jesuíta Balduino Rambo e publicada na Áustria na década de 1950, e junto às memórias de Rick (publicadas em língua portuguesa no ano de 2004), serve como caminho para compreender sua trajetória pessoal. De acordo com Balduino Rambo, o primeiro nasceu na cidade de Hallterdorf, no Tirol austríaco, em 1869, e teve formação religiosa em Feldkirch a partir de 1882. Em 1887 ingressou no noviciado e circulou por instituições localizadas em cidades como Exaeten (nos Países Baixos) por sua formação.

Recebeu sua ordenação sacerdotal em 1901 e foi enviado para o Brasil. Neste país atuou como docente no Colégio Conceição de São Leopoldo, dirigido pelos jesuítas, e também realizou suas pesquisas enquanto botânico, ramo no qual estudou os fungos do Estado e das regiões por onde passou. A partir de 1907 começou a apresentar surtos psicológicos, provavelmente vinculados ao excesso de trabalho. Se envolveu na organização das comunidades alemãs do Rio Grande do Sul, bem como na *Volksverein*, associação na qual foi secretário itinerante entre 1922 e 1925, e novamente em 1938.

Figura 16 - Fotografia de João Evangelista Rick (ano desconhecido).



Fonte: JOHANN (JOÃO EVANGELISTA) RICK. Disponível em: http://www.cybertruffle.org.uk/people/0021406_.htm. Acesso em 26 jun. 2021.

Maria Wiersch Rohde (figura a seguir), por sua vez, nasceu na cidade alemã de *Trier*, e era filha da escritora alemã Josefina Wiersch, que circulou pela Europa antes de se estabelecer na Alemanha (EIDT, 2021). Na infância, Maria Wiersch Rohde se mudou para os Estados Unidos da América com seus pais, no ano de 1907, país no qual seu pai, Anton Wiersch, estabeleceu uma indústria de bebidas (EIDT, 2021). Ainda nos Estados Unidos da América, ela completou um curso superior e adquiriu a cidadania do país (EIDT, 2021). Em 1920 toda a sua família resolveu imigrar para o Brasil, e se estabeleceu na cidade de Estrela. Nesta localidade, se casou com Carlos Rohde, e o acompanhou, em 1926, à colonização de Porto Novo (ROHDE, 2011). A obra de Maria Rohde, “*Espírito Pioneiro*”, publicada originalmente em língua alemã no ano de 1951, e traduzida para o português em 2011, por sua vez, a autora traz uma importante perspectiva sobre os primeiros anos da colonização de Porto Novo.

Figura 17 - Fotografia de Carlos Rohde e Maria Wiersch Rohde (ano desconhecido).



Fonte: “Onde tu fores eu também irei”. **Jornal Expressão**, Itapiranga, nº 784, p. 13-22, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://jexpressao.com/2021/04/09/a-extraordinaria-historia-de-maria-wiersch-rohde/>. Acesso em 26 jun. 2021.

De acordo com Rohde (2011 [1951]), uma expedição inicial para a região foi organizada para explorar a área no começo de 1926, e firmou os contratos de compra. Em abril do mesmo ano, logo após a páscoa, um grupo inicial de colonos, liderados por Max von Lassberg, foi reconhecer a região, encontrando lá sinais de ocupações humanas anteriores, como um pomar de laranjeiras (LASSBERG, 2002 [1930]). Neste sentido, Maria Rohde, relatou que o território, no advento da vinda dos colonos para o empreendimento da *Volksverein*, tinha diversos habitantes “caboclos”, que também haviam sido contratados para auxiliar os esforços dos agrimensores, bem como havia inúmeros indícios da presença prévia de indígenas (ROHDE, 2011 [1951]).

Estes aspectos são importantes para demarcar que os grupos humanos direcionados para Porto Novo a partir da iniciativa da *Volksverein* não foram seus primeiros habitantes, mas sim

participavam de um esforço coordenado de ocupação do território a partir da propriedade legal. Seus habitantes naquele período, segundo Patrício Reichert (2016), a partir da pressão dos empreendimentos coloniais, foram sendo afastados para as bordas do território, questão que autores como Arlene Renk (2006) também percebem para outras regiões do oeste do estado de Santa Catarina.

Com relação à caravana de abril, anteriormente relatada, esta demarcou o início da colonização de Porto Novo pela *Volksverein*, a partir de uma missa celebrada pelo Pe. Max von Lassberg, em 11 de abril de 1926, data utilizada na atualidade enquanto marco fundacional. O grupo que participou desta caravana e mais tarde se estabeleceu em definitivo em Porto Novo pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 18 - Expedição de colonos em Porto Novo (abril de 1926).



Fonte: STAHL, Wolfgang; MAYER, Leandro. **Imagens memoráveis:** cinco décadas da história de Porto Novo/Itapiranga em fotos (1926-1976). São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 12.

O fato da região apresentar indícios antigos de ocupação humana, bem como ter presentes na época da instalação da colonização os “caboclos”, não impede que a mesma tenha sido vista enquanto uma área desabitada. Neste sentido, Maria Rohde (2011[1951]) em suas memórias, quando se referia à região nos seus primeiros anos, falava de um sertão, o que corrobora à perspectiva que existia com relação às regiões do oeste catarinense e paranaense ao longo do século XIX, e princípios do XX, com relação à baixa densidade populacional, e o parco conhecimento sobre as localidades (CRESTANI, 2019).

A presença de uma população residente, por sua vez, além da vinculação da colonização de Porto Novo com uma perspectiva de ocupação do território de fronteira, faz parte de uma gama maior de pontos de consonância com o empreendimento de Puerto Rico. Neste sentido, o aspecto organizativo de ambas as colonizações teve uma base comum semelhante: a experiência prévia no Rio Grande do Sul. Esta questão se expande à diversos quesitos que, tanto em *Puerto Rico* quanto em Porto Novo, determinaram suas características principais.

Um ponto importante desta perspectiva está vinculado à orientação étnica e confessional das colonizações, que podemos observar enquanto alçada tanto no desejo de manutenção da nacionalidade, a partir da formação de comunidades estritas, bem como no direcionamento religioso, que fazia com que os núcleos tivessem uma auto-organização comum. Também não podem ser descartados as ideologias como o germanismo, que faziam com que estes grupos fossem organizados de forma a que mantivessem e reproduzissem a identidade alemã.

Além disso, a opção por teuto-brasileiros acaba por ter uma perspectiva variada, mas que tem uma base comum. Carlos Culmey visava os teuto-brasileiros pois os considerava mais aptos para transporem suas vivências para o Alto Uruguai (GALLERO, 2009), ao mesmo tempo que, enquanto diretor de um empreendimento colonizatório privado, é improvável que não visasse a grande demanda por terras dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul de forma a abastecer sua própria colonização, e garantir o lucro da Companhia. Neste sentido, também se insere a *Volksverein*, que, na base associativa, visava atender a esta demanda por parte de seu público-alvo, e garantir financeiramente a sobrevivência da colonização.

Outra característica, vinculada à experiência de auto-organização no Rio Grande do Sul, é relacionada às estruturas de ensino estabelecidas nas novas colônias. Estas, a exemplo da experiência histórica, tiveram que sanar, nos anos iniciais, a ausência ou insuficiência de escolas públicas, tendo uma forte vinculação com a religião, e com as comunidades que garantiam a manutenção financeira das mesmas, bem como estavam voltadas para suas próprias realidades (RAMBO, 2011). No caso do Rio Grande do Sul, estas instituições foram chamadas de “escolas comunitário-confessionais” por Lúcio Kreutz (2011), por serem organizadas e mantidas pelas

Fonte: MIDDELDORF, 1932 *apud* WERLE, André Carlos. **O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai:** aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. 203 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 137.

Com uma íntima vinculação a esta questão, a constituição dos empreendimentos junto aos rios também é baseada na experiência histórica dos colonos. No Rio Grande do Sul as “colônias velhas” foram todas formadas nos vales de rios como o dos Sinos, Caí, Pardo, por razões de escoamento da produção (DREHER, 2015) e isso foi importante para o direcionamento rumo aos vales do Rio Paraná, na Argentina e o do Rio Uruguai, no Brasil. Estes rios, que nos primeiros anos representavam a única forma de conexão viável com o restante dos seus respectivos países, também eram uma forma de escoamento dos excedentes da produção das colônias, frente a realidades onde as ferrovias nunca chegaram. A proximidade com rios, e a organização de núcleos internos próximos a cursos menores também garantia a fertilidade das terras, ampliada pela remoção recente das matas.

Quanto à questão do escoamento das produções, João Evangelista Rick (2004), percebeu na proximidade de Porto Novo com Misiones, bem como nos rios, uma possibilidade de escoamento das produções. De acordo com o religioso “[...] quem conhece o nosso país, sabe que não se pode contar assim com estradas de ferro futuras. Um caminho por água vem a ser melhor” (RICK, 2004, p. 175), assim, referindo-se ao Rio Paraná, “também se deve tomar em consideração a estrada fluvial, uma vez que a Argentina não deixará de colonizar a Província de ‘Misiones’, se se achar povoada a fronteira com Santa Catarina” (RICK, 2004, p. 175). Neste sentido, é possível perceber que a inserção em uma região economicamente conectada com Misiones, bem como cortada por rios, foi um aspecto importante para a constituição de Porto Novo.

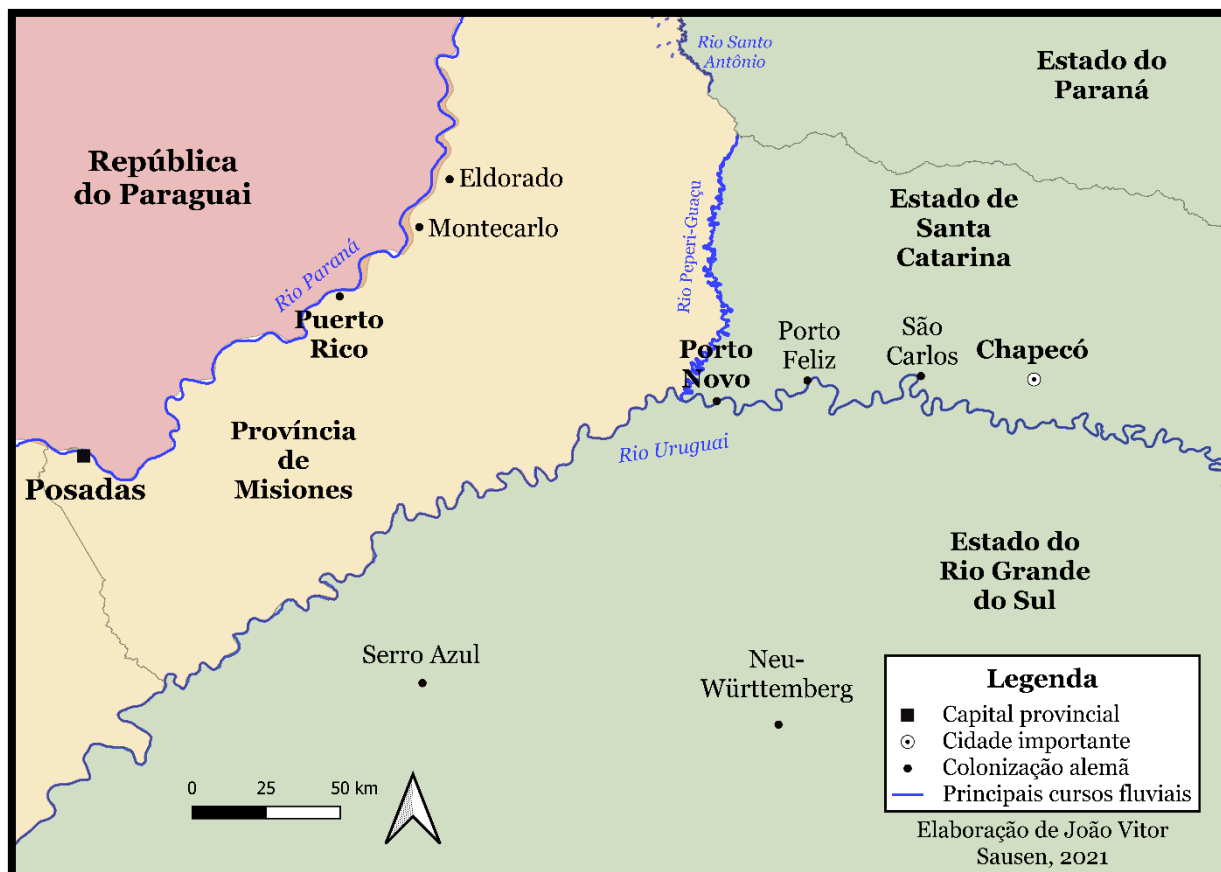
Todavia, apesar destas conexões, tanto Gertrud Herwig Culmey (1987) quanto Maria Rohde (2011[1951]) narram um horizonte semelhante de dificuldades de comunicação das colonizações de Puerto Rico e Porto Novo com o restante do país. No caso da primeira, não havia estradas de rodagem que a vinculassem à capital Posadas, muito menos ao restante do Território Nacional ou do país. O único caminho possível de comunicação e abastecimento era o Rio Paraná. Já no caso de Porto Novo, a comunicação imediata era realizada, nos primeiros anos, pelo Rio Uruguai e a colonização vizinha de Porto Feliz, até a construção de uma estrada de rodagem entre as duas (ROHDE, 2011 [1951]). Este distanciamento favoreceu, ao que consideramos, uma dificuldade na presença dos Estados-Nação nestas localidades.

E este aspecto tem grande importância, pois é necessário lembrar que estas colonizações estiveram vinculadas à ocupação de territórios de fronteira em detrimento das próprias populações que lá residiam, como já havia indicado Leandro Crestani (2019), sob o incentivo dos Estados-Nação. As populações residentes estavam presentes em ambas as localidades, mas estas acabaram por representar uma minoria frente ao crescente número de migrantes de origem europeia ou teuto-brasileira, como indica Gallero (2009) para o caso de Puerto Rico, e Patrício Reichert (2016) para a realidade de Porto Novo.

Por fim, é necessário defender que estas características encontradas nos empreendimentos de Puerto Rico e Porto Novo são parte de um horizonte ainda maior das colonizações formadas por falantes de línguas alemãs. Assim, o período posterior à Primeira Guerra Mundial, com a fundação de colonizações direcionadas à falantes de línguas alemãs na província de Misiones e no oeste de Santa Catarina, demarcou, segundo o que consideramos, uma nova etapa da imigração alemã no Rio Grande do Sul. A partir deste contexto, os contingentes humanos que inicialmente se estabeleceram na região de São Leopoldo, nos vales dos rios dos Sinos, Caí, Taquari, Rio Pardo e Jacuí, e, na sequência, no noroeste do estado, direcionaram seus excedentes populacionais para novas frentes de colonização, que fizeram estas populações cruzarem o Rio Uruguai, e se estabelecerem, no caso de Santa Catarina, nas suas encostas. Para o caso de Misiones, as bordas do Rio Paraná foram um destino semelhante.

Este processo migratório, que a partir da fundação de *Neu-Württemberg* em 1899, compreende um período de algumas décadas, gerou vinculações históricas entre as localidades, bem como denota traços comuns à todas as colonizações do período. A partir de companhias privadas de colonização ou de associações, foram fundadas colonizações como Montecarlo, Porto Feliz e *Neu-Württemberg*, por exemplo, que eram direcionadas para alemães protestantes, enquanto que Serro Azul, Puerto Rico, Porto Novo e São Carlos foram organizadas para aqueles que fossem de fé católica. Pode-se perceber, assim, um traço característico de colonizações deste período, que, além de possuírem recortes étnicos, tinham, muitas vezes, orientações confessionais. No mapa a seguir podem ser observadas algumas das principais colonizações alemãs do noroeste sul-rio-grandense, de Misiones e do oeste de Santa Catarina:

Figura 20 - Principais colonizações alemãs do noroeste sul-rio-grandense, província de Misiones e do oeste catarinense.



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3* e das bases cartográficas digitais disponíveis em: **CAPAS SIG**. Geodesia y dermacación; Hidrografia y oceanografia. Disponível em: <https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021; e das ferramentas do software *Google Earth* disponíveis para a criação de arquivos em *.kml*, utilizados para estabelecer a localização das colônias.

Tais colonizações, em um período histórico contemporâneo, a partir de personagens, associações ou instituições comuns, baseadas em princípios semelhantes, abastecidas com grupos humanos de uma mesma origem, bem como direcionadas por angústias de um mesmo universo, caracterizam esta grande espacialidade, formada por porções do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, da província de Misiones e do oeste do estado de Santa Catarina, que, segundo nossa perspectiva, caracterizam uma região, e conformam etapas da imigração alemã a partir do estado meridional.

3 OS ESTADOS E OS IMIGRANTES: AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E AS RELAÇÕES DA ARGENTINA E DO BRASIL COM AS POPULAÇÕES TEUTO-BRASILEIRAS EM TEMPOS DE PAZ (1919-1939)

O começo do século XX é muito significativo para as discussões sobre a identidade nacional na República Argentina e no Brasil. Ambos os países contavam com um expressivo contingente imigrante, cujo ingresso havia se multiplicado ao final do século anterior, e seguia de forma contínua. Ao mesmo tempo, as elites dirigentes e as camadas intelectuais pensavam em maneiras de integrar aqueles indivíduos que aportaram nos países de forma permanente, não se baseando apenas nas noções positivas quanto à “enriquecimentos” proporcionados por aqueles ingressos, mas sob o prisma de mentalidades que passaram a percebê-los também como problemas atrelados à temas geopolíticos ou simplesmente como “corpos estranhos”. O que passou a receber uma atenção cada vez maior foi a integração dos imigrantes nestes países, sendo que uma das principais nacionalidades a ser observada foi a alemã.

Assim, a partir da Primeira Guerra Mundial, que gerou, de acordo com o que considera Oliver Compagnon (2014) uma mudança de orientação identitária da Argentina e do Brasil de seus referenciais clássicos europeus, como a França e o Reino Unido para os Estados Unidos da América, como também tiveram espaço profundos debates sobre a identidade nacional destes países. Também foi no contexto posterior à guerra que se gestaram movimentos de contestação à direção vigente nos dois países, que tinham como uma das preocupações centrais a questão imigrante, e, quando alcançaram o poder, transformaram seus anseios em políticas públicas, que assumiram um teor nacionalizador.

Com base nestas questões, o presente capítulo está direcionado a apresentar algumas das transformações políticas vivenciadas pela Argentina e pelo Brasil ao longo das décadas iniciais do século XX, em especial no período posterior à Primeira Guerra Mundial, até a década de 1930. Além disso, tratamos de compreender como se deu a conformação de uma *esfera pública* em Puerto Rico e Porto Novo, como a mesma convivia com instituições da esfera *semipública* e quais as relações com as populações teuto-brasileiras lá residentes.

Neste sentido, o presente capítulo está conformado por três seções. A primeira, intitulada “*O panorama político das décadas de 1910 e 1920*”, está direcionada a uma observação do contexto político da Argentina e do Brasil durante o período citado, bem como alguns indícios iniciais da presença estatal em Puerto Rico e Porto Novo. Na sequência, a seção “*As transformações políticas de 1930 e as esferas públicas locais*”, tem como finalidade a apresentação do contexto turbulento do ano de 1930 para a Argentina e o Brasil, além de perceber a instalação de uma administração pública nas localidades de análise, bem como os

integrantes das mesmas, a fim de expor quem eram os agentes públicos encarregados de difundir os discursos nacionais no período. Por fim, o subcapítulo “*Profissionais nativos, símbolos pátrios e escolas: os indícios do controle estatal*”, é uma exposição de três breves estudos de caso sobre a relação dos estados com os imigrantes, seja a partir de uma preferência à profissionais nacionais, a ingerência sobre manifestações nacionalistas ou patrióticas, bem como o tema do ensino, no que se refere ao convívio de instituições privadas conformadas pelos imigrantes e aquelas públicas, de controle estatal.

3.1 O PANORAMA POLÍTICO DAS DÉCADAS DE 1910 E 1920

A década de 1910 representa um contexto global de profundas alterações, especialmente pelo conflito de larga escala ao final do decênio, que iniciou no Continente europeu, mas assolou direta ou indiretamente variadas partes do globo. Com relação à Primeira Guerra Mundial, Oliver Compagnon (2014), defende que esta conduziu a uma neutralidade inicial por parte da Argentina e do Brasil, cujos horizontes identitários estavam profundamente voltados para os países europeus, especialmente a referência francesa.

Todavia, muitos descendentes de imigrantes se alistaram nas tropas dos países envolvidos no conflito, como a Inglaterra, Itália e Alemanha, e parcelas das populações da Argentina e do Brasil tomaram parte ativa na opinião pública a favor de um ou outro lado no conflito (COMPAGNON, 2014). Günther Richter Mros (2019), revela que a partir de 1917, com o ingresso dos Estados Unidos da América no conflito, bem como no afundamento de navios brasileiros pelas ações navais da Alemanha, e uma perspectiva do país quanto à um papel de maior relevância no Sistema Internacional após o final da guerra, fizeram com que o Brasil ingressasse no conflito, a partir de uma declaração de guerra à Alemanha.

De acordo com o autor, a principal contribuição do país aos seus aliados foi uma missão médica enviada para a França, e uma força naval, que chegou após o armistício (MROS, 2019). Quanto à Argentina, Luis Alberto Romero (2007a), informa que apesar de uma significativa pressão da opinião pública a favor da França e da Inglaterra, o então presidente Hipólito Yrigoyen manteve o país como neutro até o final do conflito, o que garantiu uma grande turbulência para com o seu governo.

Apesar da participação brasileira na guerra, e da neutralidade argentina, Oliver Compagnon (2014), percebe que o principal impacto sobre as populações daqueles países, e, especialmente os intelectuais, foi a percepção de uma “barbárie europeia”, vinculada aos atos da guerra. A Europa, que até então servia de modelo para as elites intelectuais dos países da

América, deu espaço, a partir do conflito, à maiores atenções sobre o modelo dos Estados Unidos da América, bem como a profundas reflexões identitárias. Assim, ao longo das décadas de 1920 e 1930, a Argentina e o Brasil foram palco de transformações no pensamento quanto ao que significava a identidade nacional daqueles países, o papel que deveriam exercer frente aos demais, bem como as posturas econômicas a serem adotadas.

Todavia, algumas transformações já haviam ocorrido antes da Primeira Guerra Mundial. Neste período, tanto a Argentina quanto o Brasil estavam configurados politicamente por repúblicas oligárquicas, em que havia a realização de eleições, cuja participação era limitada à poucos setores da população, e apenas serviam para confirmar a continuidade de um arranjo das elites dirigentes no poder (DEVOTO; FAUSTO, 2008). Recordamos neste ponto, como já apresentado no capítulo anterior (na seção 2.2), o baixo interesse dos imigrantes pela aquisição da cidadania argentina, tendo em vista um sistema político onde o voto pouco representava.

Com relação ao voto, este panorama sofreu uma sensível alteração com a reforma eleitoral argentina de 1912, conhecida como “*Lei Sáenz Peña*”, por conta do presidente da República que a promulgou. Esta foi desenhada, de acordo com Luis Alberto Romero (2007a), enquanto um meio para acalmar os setores populares, que haviam conduzido diversas revoltas desde o final do século XX, e, ao mesmo tempo, era percebido pelas elites como um meio de perpetuação no poder. Além disso, María Inés Tato (2004) percebeu a lei com uma finalidade de, frente a uma crise interna, salvar o sistema político argentino, especialmente contra a faccionalização das elites.

Baseada nestes aspectos apresentados pelos autores, a reforma foi desenhada em um modelo de representação de maiorias e minorias, onde as primeiras ocupariam dois terços das Câmaras (TATO, 2004; ROMERO, 2007a; DEVOTO; FAUSTO, 2008). Além disso, e em linhas gerais, adotava o sufrágio universal obrigatório masculino (para maiores de 18 anos), que não excluía os analfabetos, que, de acordo com Devoto & Fausto (2008), representavam quase um terço do eleitorado. Todavia, o projeto não incluía estrangeiros (exceto os naturalizados) e nem as mulheres, o que representou a exclusão de 65% da população residente na Argentina em 1914, ou seja, 5.132.023 pessoas (ARGENTINA, 1916a)⁸⁹.

Apesar de autores como Beatriz Sarlo (2005), Luis Alberto Romero (2007a) e Fernando Devoto e Boris Fausto (2008), perceberem no voto um dos principais meios de integração dos imigrantes, Romero revela que “[...] a massa dos imigrantes seguiu sem se nacionalizar, de modo que os homens adultos que não votavam eram tantos ou mais que os que o podiam fazer;

⁸⁹ Destes números, 35,1% eram mulheres argentinas (2.774.071), 18,6% eram homens estrangeiros (1.473.809), e 11,2% eram mulheres estrangeiras (884.143), de um total populacional de 7.885.237 (ARGENTINA, 1916a).

esta questão somente se resolveu de maneira natural, com o tempo e o fim da imigração”⁹⁰ (2007a, p. 55). Além disso, os que podiam votar também não o fizeram de forma ampla, o que faz com que Romero (2007a) perceba que o impacto da lei foi lento, apesar de expressivo para as décadas seguintes. Neste sentido, foi uma política pública que também visava a integração dos imigrantes, mas que dependeu em muito do fim do fluxo amplo do ingresso de pessoas, que renovava os elementos a serem nacionalizados.

Sobre este aspecto, é necessário perceber que a integração de imigrantes é um processo lento, e usualmente pode ser concretizada somente na segunda geração, ou seja, a dos filhos daqueles que se instalaram no país. Estes, quando possibilitados de terem um acesso ao sistema de ensino público, bem como no aprendizado da língua nacional (ou da forma nacional de falar, como no caso de imigrantes espanhóis na Argentina), na permanência por algum tempo no serviço militar, entre diversos outros aspectos, estão sujeitos à uma integração à perspectiva nacional do país que abrigou seus pais. Todavia, estes aspectos dependem do contato com estes discursos nacionais, e, conseqüentemente, da presença do Estado-Nação onde aqueles indivíduos da segunda geração residem. Em caso contrário, devem ser recordados os casos de muitos dos teuto-brasileiros abordados na presente investigação.

Neste sentido, é preciso recordar que na realidade brasileira não houve no mesmo período uma reforma eleitoral como a de *Sáenz Peña*. De acordo com Devoto & Fausto (2008), foi somente com o Código Eleitoral de 1932 que o Brasil alcançou uma legislação semelhante. Esta lei, promulgada em um período político posterior ao final da República Oligárquica (1889-1930), introduziu o voto secreto e obrigatório para os cidadãos brasileiros de sexo masculino (maiores de 18 anos), bem como o voto obrigatório das mulheres que ocupavam alguma função pública (que era facultativo para as demais) (DEVOTO, FAUSTO, 2008, p. 170). Apesar disso, como será observado adiante, a possibilidade de voto foi efêmera para aquela década, se resumindo a apenas os três anos seguintes à sua promulgação, bem como após a saída do ditador Getúlio Vargas da presidência (1945).

Com relação ao caso argentino, os grandes “testes” da *Lei Sáenz Peña* ocorreram nos anos seguintes, e as reformas promulgadas seguiram em voga ao longo das décadas posteriores. De acordo com María Inés Tato (2004), o primeiro grande teste da legislação foram as eleições provinciais de *Santa Fe*, e o resultado pouco agradou as elites: venceu a dupla da *Unión Cívica*

⁹⁰ [Tradução nossa]: “[...] *la masa de inmigrantes siguió sin nacionalizarse, de modo que los varones adultos que no votaban eran tantos o más que los que podían hacerlo; esta cuestión sólo se resolvió de manera natural, con el tiempo y el fin de la inmigración*”. Consultado em: ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 55.

*Radical (UCR)*⁹¹, Manuel Menchaca e Ricardo Caballero. Na semana seguinte, nas eleições para deputados, a Capital Federal elegeu como maioria a *UCR*, e, como minoria, os candidatos do *Partido Socialista (PS)* (TATO, 2004, p. 39).

María Inés Tato (2004), defende que a partir do século XX, em uma nova dinâmica social e econômica, os dirigentes partidários deixaram de ser recrutados somente no seio das famílias tradicionais, o que transformou a máquina partidária em um meio de incorporação e ascensão de indivíduos vinculados a outros setores socioeconômicos. Este processo refletiu em dois importantes partidos políticos argentinos do período, a *Unión Cívica Radical* e o *Partido Socialista (PS)*, que tiveram expressivas vitórias a partir da reforma eleitoral de 1912, justamente por estarem mais vinculados aos setores que tiveram a possibilidade de votar a partir da mesma.

Todavia, o resultado mais significativo ocorreu em 1916, na primeira eleição presidencial após a promulgação da lei. Neste contexto, venceu o candidato da *Unión Cívica Radical (UCR)*, Hipólito Yrigoyen, que, de acordo com María Inés Tato (2004), era um líder de massas, e o principal nome daquele partido. Além disso, a vitória de Hipólito Yrigoyen nas eleições de 1916 deu início a um período de seis anos de mandato⁹², demarcado por um forte nepotismo no governo, bem como do estabelecimento de profundas relações clientelísticas (TATO, 2004).

Em poucos anos, além de órgãos e instituições diretamente vinculadas ao Poder Executivo, foram aparelhados a maioria dos governos provinciais, a partir de constantes intervenções federais, aspecto também utilizado por governos anteriores. De acordo com Tato (2004), o objetivo das intervenções federais era modificar o balanço das forças provinciais a favor do radicalismo, bem como a composição do Senado, já que os senadores eram escolhidos pelas legislaturas locais. Além disso, a intervenção nas províncias permitiu controlar administrações locais e utilizá-las como fonte de patronato a serviço do partido oficial.

⁹¹ Segundo Luis Alberto Romero (2007), a *Unión Cívica Radical (UCR)* é um partido formado a partir dos setores tradicionais da sociedade, mas que incorporou camadas médias da população, que não foram abrigadas pelos partidos tradicionais. Além disso, o partido encabeçou algumas tentativas revolucionárias cívicas, notadamente em 1895 e 1905, que deram grande expressão a líderes como Leandro N. Alem, Hipólito Yrigoyen, Juan B. Justo e Lisandro de la Torre. A partir do último movimento, o partido começou a incorporar novos setores sociais, especialmente aqueles da camada média, que tinham suas primeiras experiências políticas: profissionais liberais, comerciantes, empresários, agricultores, estes últimos que viam nos comitês do partido um meio para a ascensão social e o exercício da cidadania que lhes eram negados por outros caminhos (ROMERO, 2007). Desta forma, se conformou com um dos principais meios para a participação política de uma parcela dos filhos de imigrantes, que se dedicavam à muitas das profissões anteriormente citadas (ROMERO, 2007). A partir do ingresso destes setores, bem como da vitória nas eleições presidenciais de 1916, a *UCR* foi se conformando enquanto um partido de massas, com ampla capilarização na sociedade (ROMERO, 2007).

⁹² Os mandatos presidenciais da República Argentina naquele período eram de seis anos, sem a possibilidade de reeleição.

Com relação a Misiones, a ascensão de Hipólito Yrigoyen e a *UCR* ao poder nacional na Argentina representou a escolha de Soriano Romeiro, e, mais tarde, Héctor Barreyro como governador. Este aspecto tem relação com a condição de Território Nacional, que significava a vinculação do mesmo ao Ministério do Interior, de forma que os governadores seriam usualmente do partido que governava o país, ou alinhados ao mesmo. Todavia, os governadores nomeados antes deste período não costumavam ter vínculos com a comunidade local, o que foi o ponto diferencial na nomeação de Héctor Barreyro, em 1917 (PYKE, 2016b).

De acordo com Luz Irene Pyke (2016b), Barreyro, que ocupou a função de governador por mais de 10 anos (de maio de 1917 até abril de 1920, e, depois, de outubro de 1922 até janeiro de 1930), teve uma carreira política e profissional em Posadas, e era membro dos comitês locais da *Unión Cívica Radical*. A autora defende que foi a partir de Barreyro que se fortaleceu o radicalismo em nível local, com a formação de vários comitês, que auxiliaram na centralização política do Território em torno do partido (PYKE, 2016b). Durante seu longo período enquanto governador, somente interrompido por um afastamento (entre 1920 e 1922), o poder do cargo foi fortalecido em detrimento de conflitos políticos entre autoridades e funcionários locais, que eram comuns (PYKE, 2016b)

Sobre este ponto, é preciso recordar que conviviam no Território Nacional de Misiones diversas jurisdições administrativas, justamente em decorrência do formato organizativo dos territórios. Esta estrutura também foi descrita por Luz Irene Pyke (2016b). De acordo com a autora, cabia ao Ministério do Interior a administração da Governadoria, do Escritório de Correios e Telégrafos e do Departamento de Higiene. Por parte direta da Governadoria, por sua vez, estavam vinculadas a Chefatura de Polícia, os Conselhos Municipais, as Comissões de Fomento, e o Juizado de Paz. O Ministério da Fazenda cuidava da Direção de Rendas, das Aduanas e do Banco da Nação. O Ministério da Marinha tinha sob sua tutela a Prefeitura Naval. O Ministério da Guerra mantinha os regimentos militares estacionados no território. O Ministério da Agricultura administrava a Divisão de Terras e Colônias. Ao Ministério de Justiça e Instrução Pública estavam submetidas a Justiça Legal, o Conselho Nacional de Educação e a Divisão de Prisões. Por fim, o Ministério de Obras Públicas era responsável pela Direção Nacional de Estradas e as Ferrovias Argentinas (PYKE, 2016b, p. 48). Neste sentido, coexistiam uma série de jurisdições por todo o Território, vinculadas à diferentes ministérios, sem uma centralização política das diversas repartições públicas sob um mesmo poder instalado em Misiones. Todavia, estas várias esferas do poder público estavam submetidas à liderança que ocupava a *Casa Rosada* em Buenos Aires.

Para a presente investigação, é importante conhecer as várias estruturas administrativas que coexistiam em Misiones, justamente porque percebemos a partir destes meios a difusão de discursos nacionais no Território. Esta concepção é proveniente das noções de nacionalização aplicadas nesta pesquisa, que tem como base a percepção da relação dos Estados-Nação com as populações residentes. Assim, pesquisadores como Eric J. Hobsbawm (2013), e Ernest Gellner (2001), percebem que existe uma pressão por parte dos Estados-Nação pela homogeneização de suas populações em torno daquilo que são as características de pertencimento à nação. Notadamente, estas características costumam ser a língua, o nascimento no território, algumas manifestações culturais, vestimentas, ou a combinação de todas elas. Todavia, também podem ser aplicados critérios raciais, que dificilmente contemplam a inclusão de estrangeiros.

Entretanto, a realidade da República Argentina e do Brasil, países que receberam um significativo fluxo imigratório entre o final do século XIX e princípio do século XX (como já abordado no capítulo anterior, seção 2.2), é a de um grande número de elementos estrangeiros presentes no território. Assim, os critérios de pertencimento em ambos os países foram mais abrangentes, e costumavam se resumir a uma fidelidade patriótica, uma integração política, bem como à fala da língua nacional, permanecendo uma maior importância ao último critério. Com relação à língua, esta prevalece para o caso argentino (SARLO, 2005), e para a realidade brasileira (NEUMANN, 2003).

Por fim, é preciso recordar a concepção de Benedict Anderson (2008) de nação, que a percebe enquanto uma “*comunidade imaginada*”, cujos termos significam a compreensão de uma fraternidade entre seus integrantes, que implica na noção de um pertencimento a um grupo, bem como da impossibilidade de conhecer todos seus integrantes, apesar da percepção da existência dos mesmos e dos laços compartilhados com eles. Assim, o pertencimento à uma nação também implica uma visão de mundo compartilhada, visão esta que é transmitida a partir de seus integrantes, bem como das repartições públicas controladas pelo Estado ou até por instituições privadas, capazes assim de atuar em torno de uma “*nacionalização das massas*”, conceito cunhado por George L. Mosse (2007). O conceito de Mosse (2007), apesar de voltado para a realidade do nacionalismo alemão, é utilizado como uma das principais bases para a noção de “*nacionalização*” aplicada por historiadores espanhóis dedicados ao tema, e percebe nas manifestações conjuntas, bem como no simbolismo, formas de construção de uma perspectiva nacional.

Um dos autores espanhóis abordados, importante para a presente investigação, é Pablo Giori (2017), que percebe a nacionalização enquanto um processo cotidiano, que deve ser

coerente, a fim de consonar com a realidade da população que se busca assimilar. Além disso, o autor percebe “*factores a partir de cima*”, que reproduzem o discurso nacional, e que funcionam a partir do Estado, como a escola e o exército. Por outra parte, constam “*factores desde baixo*”, que apresentam ou não alternativas aos primeiros, e são caracterizados como movimentos e associações populares.

Com concepções próximas a este autor, e também baseado em Mosse (2007), e cujas concepções teóricas são adotadas pela presente investigação, são os estudos de Alejandro Quiroga (2011, 2013). A proposta do autor espanhol, voltada para contexto do seu país natal, é perceber a nacionalização da população do mesmo a partir da atuação de instituições, bem como das próprias vivências familiares e de círculos de amizade dos indivíduos. Para Quiroga (2011, 2013) os espaços de circulação de discursos nacionais podem ser classificados em três: a *esfera pública*, a *esfera semipública*, e a *esfera privada*.

A *esfera pública*, por sua parte, diz respeito ao espaço de atuação do estado, especialmente de suas instituições, onde os funcionários públicos são representantes e encarregados de difundir o discurso nacional oficial. Por outro lado, a *esfera semipública* é conceituada enquanto o espaço público ocupado por instituições privadas, como a Igreja, partidos políticos ou sindicatos, que podem reproduzir discursos oficiais ou construir seus próprios espaços de sociabilidade, como concepções próprias de nação. Além destes dois âmbitos, também existe a *esfera privada*, caracterizada pelo entorno familiar e das amizades dos indivíduos, em que estes adquirem uma identidade nacional a partir de certos canais de comunicação, chamados por Quiroga como “*instrumentos de personalización de la nación*”⁹³ (2013).

Todos estes meios são, segundo as concepções do autor, âmbitos eficazes de nacionalização dos indivíduos. No entanto, nem sempre os discursos que circulam em cada uma destas esferas são os mesmos, resultando, em alguns casos, em visões contrárias umas das outras. Apesar disso, baseados nas concepções anteriormente expostas, bem como pelo enfoque teórico oferecido pela *esfera pública*, no presente trabalho buscamos analisar a nacionalização das populações teuto-brasileiras de Puerto Rico e Porto Novo a partir deste âmbito.

Neste sentido, é preciso compreender que a constituição de Puerto Rico e Porto Novo na Argentina e no Brasil se deu durante um contexto de transformações políticas presenciadas por ambos os países. Ao mesmo tempo, durante suas duas décadas iniciais de existência, as localidades presenciaram um contínuo crescimento da presença do Estado, em muito afetada

⁹³ Uma tradução não foi aplicada pois não encontramos uma forma adequada de adaptação do termo para a língua portuguesa.

nos primeiros anos pela distância quanto às cidades principais, do Território Nacional/estado, ou do país de forma geral. Estas distâncias, por sua vez, eram amplificadas pelas dificuldades de acesso às frentes de colonização, o que, no caso de Puerto Rico, fazia com que o único acesso possível a partir da principal rota, isto é, por Posadas (capital do Território), fosse pelo Rio Paraná, a partir do transporte fluvial (HERWIG, 1987).

Assim, retomamos o governo de Héctor Barreyro em Misiones, para recordar, que, de acordo com Luz Irene Pyke (2016b), a maioria das atribuições que dizem respeito à relação com as localidades *misioneras* estavam sob o encargo da Governadoria. Héctor Barreyro também foi responsável pela neutralização de conflitos locais, bem como pela aproximação de várias funções políticas locais em torno de seu governo, de forma a representar uma figura de grande centralidade política em Misiones durante aquele período (PYKE, 2016b).

Segundo Luz Irene Pyke (2016a), também havia planos do radicalismo para a provincialização de alguns territórios nacionais, como o de Misiones. No entanto, de acordo com a Constituição da República Argentina, para que fossem transformadas em províncias, estes territórios deveriam ter mais de sessenta mil habitantes constatados pelos recenseamentos realizados (MONTI, 2015). Pyke (2016a) recorda que pelo fato de não serem províncias, seus habitantes não tinham condições de cidadãos, e por isso não podiam eleger representantes nacionais do poder executivo ou legislativo, apesar de poderem votar para cargos municipais em localidades com mais de mil habitantes. A transformação em província, por outra parte, permitiria a organização das instituições públicas nos territórios em torno do governador, bem como da indicação de senadores, que dariam mais força à *UCR* naquela porção do Congresso.

Em vista da constatação do número de habitantes dos territórios, bem como da viabilidade legal da transformação em províncias, o governo de Hipólito Yrigoyen conduziu o *Censo de Territórios Nacionais de 1920*. O resultado do censo determinou que a população de Misiones era de 63.176 habitantes, dos quais 32.985 eram homens e 30.191 eram mulheres (PYKE, 2016a). Apesar de alcançar o número populacional necessário, pouco mais de 30% da população era estrangeira, com destaque para a presença brasileira (11,4%) e paraguaia (9,1%), além de que metade da população argentina tinha menos de 14 anos (PYKE, 2016a). Para Pyke (2016a), estes números determinaram que a população que podia acessar o direito à cidadania com a elevação ao status de província, ou seja, homens argentinos com mais 18 anos, era equivalente a 6.900 pessoas, o que tornou o processo inviável.

O estado de Santa Catarina durante o mesmo período, por seu lado, também teve suas figuras políticas alinhadas aos governos nacionais. Isso porque o arranjo instituído durante o governo de Campos Salles (1898-1902), a chamada “*política dos governadores*”, constituiu

uma formatação geral que determinava a interdependência de poderes locais, estaduais e nacionais (RESENDE, 2018). De acordo com Maria Efigênia de Resende (2018), o objetivo do arranjo político de Campos Salles era o “[...] estabelecimento de relações de compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a possibilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, visando a dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo” (p. 104).

Carlos Humberto Corrêa (1984), indica que a realidade política de Santa Catarina era determinada pelo Partido Republicano Catarinense (PRC), bem como de uma “profissionalização da política”, que revezava nomes no poder, muitas vezes com laços de parentesco. Assim, eram ocupados, além do governo do estado, as cadeiras do Senado, as vagas na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa do Estado, cujos nomes eram escolhidos a partir da Comissão Executiva do Partido, e não enfrentavam uma oposição. Desta forma, os políticos eram geralmente naturais ou radicados nas cidades de Florianópolis, Itajaí, Lages e Joinville. A principal das cidades era Lages, que Corrêa (1984) considera como a “capital política” de Santa Catarina no período, muito pela tradição dos representantes e os laços que a mesma possuía com o Rio Grande do Sul.

Foi justamente nesta cidade que se formou uma oposição ao PRC, a partir da figura de Vidal Ramos, ocorrida nas eleições de 1920 (CORRÊA, 1984). Em 1921, o filho de Vidal, Nereu, fundou a “Reação Republicana”, que ganhou a adesão de alguns opositores do estado. Nereu Ramos era vinculado a figuras políticas sul-rio-grandenses como Assis Brasil e Batista Luzardo, e, em 1927, se aproximou ao Partido Democrático de São Paulo, bem como fundou o Partido Liberal Catarinense, que no contexto das eleições de 1929 se alinhou à Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas (CORRÊA, 1984).

Todavia, na década de 1920 a realidade política de Misiones e Santa Catarina ainda era distante para Puerto Rico e Porto Novo. Um dos principais aspectos que contribuem para esta afirmação era a já citada dificuldade de comunicação com o resto do território/estado, que para a realidade de Porto Novo era ainda mais acentuada. Sua principal forma de conexão e comunicação se dava através do estado do Rio Grande do Sul e da localidade vizinha de Porto Feliz. A via principal, neste sentido, era o uso da rede ferroviária São Paulo-Rio Grande do Sul, no estado vizinho até a estação de Santa Bárbara do Sul, de onde um transporte viário (especialmente os caminhões), realizavam o percurso até Barril⁹⁴, a partir de onde era necessário o cruzamento do Rio Uruguai até Porto Feliz, local em que havia uma estrada que

⁹⁴ Atual Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil.

conduzia até Linha Chapéu e Sede Capela, já em Porto Novo (ROHDE, 2011 [1951]). Havia ainda uma outra estrada, construída a partir do município de Palmeira⁹⁵, e que desembocava no Rio Uruguai, do outro lado da Sede Capela. Todavia, os principais caminhos eram provenientes do estado do Rio Grande do Sul (ROHDE, 2011 [1951]).

Como pensar na vinculação de Porto Novo com Santa Catarina, se os principais meios de comunicação se davam através do estado vizinho? Desta forma, pensar nas estradas e formas logísticas de acesso e comunicação, é também pensar na vinculação com as formatações políticas em que estas localidades estavam inseridas. Todavia, a melhoria das formas de acesso e comunicação, de forma geral, somente foi acessada no período posterior ao de recorte deste trabalho, permanecendo uma possibilidade de comparação para estudos a serem desenvolvidos sobre este tema.

Todavia, o que é possível, dentro do recorte deste trabalho e a partir das fontes consultadas, é perceber a construção da presença do Estado em Puerto Rico e Porto Novo. Para tanto, e a partir da perspectiva de *esfera pública* formulada por Quiroga (2011, 2013), foram investigadas a construção das instituições públicas em Puerto Rico e Porto Novo, além da presença de autoridades, questões a serem analisadas no presente capítulo. Para tanto, é necessário um distanciamento quanto a uma noção possível decorrente da observação das dificuldades de comunicação existentes naquele período, que é a de que poderia existir um estado de “isolamento” de Puerto Rico e Porto Novo.

Assim, não consideramos as colonizações enquanto isoladas do restante do país. Isso porque o estado de isolamento é, segundo nossa concepção, uma situação extrema que as colonizações não enfrentaram, pois havia meios de comunicação com o exterior, ainda que não tão eficientes. Um exemplo é de que ainda em 1930 Porto Novo foi contemplada com uma unidade de telégrafos, que dava à localidade uma possibilidade de comunicação eficiente com o restante do estado. Antes de sua unidade de telégrafo, os habitantes de Porto Novo acessavam esta forma de comunicação a partir de Porto Feliz.

No entanto, é certo que havia variáveis graus de possibilidade de comunicação e acesso ao restante do país dependendo da localidade de Porto Novo que fosse habitada, com o interior mais afastado quanto às sedes urbanas de Porto Novo e Capela. No entanto, a possibilidade de comunicação, ainda que após horas de viagem, exclui a noção de isolamento, contemplando-os com um panorama de “dificuldade de comunicação”. Assim, Porto Novo estava distante, mas nunca isolada.

⁹⁵ Atual Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

Além disso, Porto Novo foi inserida de forma “precoce” nas problemáticas do país, que muitos de seus colonos residentes já haviam presenciado nas colônias velhas e novas do estado do Rio Grande do Sul. Um exemplo é o movimento tenentista, que se desenrolou a partir de 1922. De acordo com Mário Lanna Júnior (2018), ao longo da década de 1920, o tenentismo foi conformado enquanto um movimento de conspiração e rebeliões contra a ordem política vigente. Neste sentido, se materializou a partir da “*Marcha dos Dezoito do Forte*”, realizada no Rio de Janeiro, em 1922, que tinha uma série de alvos na então capital federal, mas apenas se concretizou com força no Forte de Copacabana. A fraqueza do movimento e a rápida repressão governamental não impediu o ato “heroico” realizado por duas de suas lideranças, os tenentes Newton e Siqueira Campos, e 14 soldados: uma marcha pela Avenida Atlântica, a partir do forte, da qual apenas restaram dois sobreviventes, Siqueira Campos e Eduardo Gomes (LANNA JÚNIOR, 2018).

Mas foi em 1924 que o movimento tenentista alcançou uma maior expressão. De acordo com Lanna Júnior (2018), em 5 de julho daquele ano houve uma rebelião na cidade de São Paulo, que logrou expulsar de lá o governo estadual. A reação das tropas governamentais forçou a retirada dos rebeldes ao final daquele mês para o interior do estado, de forma a comporem a “*Coluna Paulista*”, ou “*Coluna Miguel Costa*”, em razão de uma das lideranças do movimento. Durante o processo, a cidade de São Paulo chegou a ser submetida a dez dias de bombardeios e combates, até que os últimos amotinados se entregassem às autoridades (LANNA JÚNIOR, 2018).

No mesmo ano, várias conspirações se desenvolveram, e eclodiram em pequenos movimentos, mas que foram rapidamente suprimidos. E foi no estado do Rio Grande do Sul que se formou outro movimento de peso. Uma série de sublevações tiveram início, em 29 de julho, quando vários oficiais do Exército ocuparam as cidades de Santo Ângelo, São Luís, Uruguaiana e São Borja, todas do espaço fronteiro com a República Argentina (LANNA JÚNIOR, 2018). As principais lideranças eram Rui Zobarán, Antônio de Siqueira Campos (sobrevivente da *Marcha dos Dezoito do Forte*), Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e João Pedro Gay.

Lanna Júnior (2018) revela que houve a tentativa de ataques a novas cidades, mas a repressão das tropas legalistas fez com que fosse adotada uma nova estratégia. Em São Luís foi formada a “*Coluna Prestes*”, ou “*Coluna Gaúcha*”, que tornou a marchar até Foz do Iguaçu, onde iria se encontrar com a Coluna Paulista. Ao longo da marcha, adotaram uma estratégia de guerrilha, e de combates pontuais, que representaram grandes perdas ao grupo, que ingressou

em Santa Catarina, a partir de Porto Feliz, com apenas 800 indivíduos (LANNA JÚNIOR, 2018).

Antes do ingresso em Santa Catarina, a coluna enfrentou resistências em várias localidades do Rio Grande do Sul. A partir da Revolução de 1923, em várias localidades formadas pela imigração, foram constituídas as autodefesas, que, apesar de se reclamarem enquanto mantenedoras da neutralidade no conflito (RICK, 2004 [1927-1932]), tinham um caráter de forças legalistas responsáveis pela segurança das colônias, frente à possíveis ataques das tropas revoltosas. De acordo com Balduino Rambo (2004 [1958]), o líder da autodefesa de Serro Azul era Josef Aloys Franzen [José Aloísio Franzen], enquanto que a liderança das milícias da região do médio Taquari (baseadas na cidade de Estrela), era Karl Franz Rohde [Carlos Francisco Rohde]. Por esta experiência nas milícias de autodefesa, e, enquanto homens de confiança de João Evangelista Rick, é que Franzen e Rohde teriam sido escolhidos para dirigirem a colonização de Porto Novo (RAMBO, 2004 [1958], p. 60).

Durante os ataques dos militares revoltosos, bem como em sublevações posteriores, as autodefesas foram acionadas, e trabalhavam na garantia da segurança das colonizações. Organizações semelhantes também foram formadas em Porto Novo (JUNGBLUT, 2011), e Porto Feliz (MAYER, 2020). No entanto, a Coluna Prestes não atingiu Porto Novo, mas um movimento subsequente sim. De acordo com Mário Lanna Júnior (2018), o tenentismo no Rio Grande do Sul foi adaptado à tradição local, e envolveu a participação de várias lideranças políticas, bem como teve uma adesão civil mais significativa do que no restante do país. Também foram percebidas as adesões de oligarquias, e alguns caudilhos como Zeca Neto e Honório Lemos, que se opunham ao então presidente do estado, Borges de Medeiros.

Foi no contexto posterior à saída da “Coluna Gaúcha”, que eclodiram outros movimentos que Lanna Júnior (2018) classifica como “colunas relâmpago”, pelo caráter efêmero que as mesmas possuíam, por serem prontamente suprimidas. Uma destas colunas foi a do caudilho da localidade de Palmeira, Leonel Rocha, em dezembro de 1926. Ainda naquele mês, suas tropas alcançaram a povoação de Sede Capela, em Porto Novo, saqueando os poucos moradores que lá residiam. Mas as notícias propagadas ao Rio Grande do Sul naquele período apresentavam um panorama aterrador da passagem do bando revolucionário, como revela Maria Rohde: “Um dia destes surge o boato de que um comprador de terras teria voltado de Porto Novo com a informação de que os revolucionários, sob o comando de Leonel Rocha, teriam atacado a povoação e morto todos os moradores” (2011[1951], p. 41).

A própria Maria Rohde (2011 [1951]), preocupada com o estado de seu marido e sem notícias do mesmo⁹⁶, decidiu por ir para Porto Novo e averiguar a situação. Após uma longa viagem a partir cidade de Estrela (onde residia) até a colônia, recebeu a versão dos acontecimentos por Emílio Eckard, auxiliar de Carlos Rohde. De acordo com esta narrativa, as tropas de Leonel Rocha ingressaram em Porto Novo a partir do Rio Peperi-Guaçu [ou seja, a partir da República Argentina], mas encontraram poucos moradores na Sede Porto Novo, “como lá ainda não há colonizadores, apenas intrusos e habitantes da mata de origem duvidosa vivendo em ranchos miseráveis⁹⁷, sua passagem foi muito fácil” (p. 59).

Todavia, os poucos moradores estabelecidos de forma esparsa ao longo do território foram um a um sendo rendidos e obrigados a avançar com a marcha, e os alimentos encontrados teriam sido saqueados pelo bando. A captura dos moradores encontrados, tinha a finalidade de que estes não avisassem as autoridades estabelecidas na colônia vizinha de Porto Feliz (ROHDE, 2011 [1951]). Quanto a Emílio Eckard e Carlos Rohde, estes teriam sido rendidos na madrugada do dia em que as tropas alcançaram a Sede Capela. Foram saqueados alimentos e alguns bens materiais (ROHDE, 2011 [1951]).

Segundo Rohde (2011 [1951]), depois de Porto Novo, as tropas de Leonel Rocha seguiram até Porto Feliz, e dali pelo caminho até o norte do estado, para alcançar a localidade de Dionísio Cerqueira, de forma semelhante ao que foi percorrido pela Coluna Prestes. Mas uma série de insucessos determinou o fracasso do intento de Leonel Rocha, que foi obrigado a se refugiar no território argentino.

Informações sobre o desfecho da coluna foram encontrados em um telegrama do Subcomissário de Polícia de Misiones, Pedro Rebollo Filho ao Ministro do Interior da Argentina⁹⁸, José P. Tamborini, datado de 10 de fevereiro de 1927. Nesta comunicação, o subcomissário informava o ingresso do grupo de Leonel Rocha ao solo argentino: “levo ao conhecimento de V.S. que o Coronel revolucionário Leonel Rocha foi derrotado em vários combates e que é provável que se dirija novamente a este Território com direção a Monteagudo”⁹⁹.

⁹⁶ Carlos Rohde trabalhava como agrimensor em Porto Novo naquela época, bem como nos preparativos iniciais da colonização, que havia iniciado em abril de 1926, mas cujos moradores estavam começando a se instalar. Maria Rohde, por sua vez, iria permanecer em Estrela até que as condições básicas para sua vinda estivessem postas, como a construção da residência da família, na Linha Chapéu (ROHDE, 2011 [1951]).

⁹⁷ Os “intrusos” e os “habitantes da mata de origem duvidosa” aos quais se refere, eram os caboclos que residiam no território da colonização (ROHDE, 2011 [1951]).

⁹⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1927, n. 1, f. 33. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

⁹⁹ [Tradução nossa]: “*llevo a conocimiento de V.S. que el Coronel revolucionario Leonel Rocha ha sido derrotado en varios combates y que es probable se dirija nuevamente a este Territorio con dirección a Monteagudo*”.

As diversas versões sobre a passagem das tropas de Leonel Rocha por Porto Novo, por sua vez, diferem quanto aos graus de impacto do saque, e também apresentam informações contraditórias. De acordo com o Padre João Evangelista Rick: “Logo no primeiro ano de sua existência, passou Leonel Rocha pela colônia porto-novense com uma ‘força’... Muito para roubar, porém, ainda não havia. Assim se reduziu o dano a alguns animais domésticos, a algum dinheiro e a uma aliança (a um anel) matrimonial, que os bandidos tiraram do dedo de um jovem esposo” (2004, [1927-1932], p. 129). Versão esta que se alinha com a propagada por Maria Rohde (2011 [1951]).

No entanto, os registros de Balduino Rambo (2004 [1958]), biógrafo de João Evangelista Rick, é que inserem informações equivocadas sobre o contexto: “A colônia foi assaltada por bandos de revolucionários logo no início, no ano da fundação em 1926, e roubada até deixar apenas a roupa do corpo. **O comandante dos bandidos foi Luiz Carlos Prestes, atual dirigente dos comunistas no Brasil**” (2004, [1958], p. 62, grifos nossos). E continua a versão: “Expulsos pelas tropas governamentais do Rio Grande do Sul, cruzaram o Uruguai na fronteira com a Argentina e se apoderaram de gado, dinheiro e tudo que encontravam nas casas e que de alguma maneira lhe podia servir” (RAMBO, 2004 [1958], p. 62).

Assim, apesar dos impactos da passagem da coluna serem em parte consonantes com aqueles defendidos por Rick (2004 [1927-1932]) e Rohde (2011 [1951]), o grande equívoco estava na liderança do processo propagada por Rambo (2004 [1958]). Outro aspecto recai sobre o ponto de ingresso da coluna. De acordo com Maria Rohde (2011 [1951]), as tropas de Leonel Rocha teriam ingressado em Porto Novo a partir da Argentina, cruzando o Rio Peperi-Guaçu, mas Balduino Rambo (2004 [1958]) difundiu a versão em que aquelas teriam ingressado a partir do Rio Grande do Sul, ao cruzarem o Rio Uruguai.

Mesmo com as diferentes versões sobre o processo, consideramos que a presença deste movimento inseriu a localidade em problemáticas maiores, parte de uma perspectiva nacional, e, portanto, conjunta aos demais habitantes do país. Todavia, trata-se de um momento específico e não contínuo para a localidade, de forma a não representarem um processo capaz de integrar a sua população permanentemente. Assim, é necessário observar outra questão, a da construção da *esfera pública* em Puerto Rico e Porto Novo, este sim um meio capaz de inserir as populações locais em uma perspectiva nacional de forma contínua.

Recordamos assim, a partir de Alejandro Quiroga (2011, 2013), que entre os principais meios de difusão de um discurso nacional a partir da estrutura estatal estavam o sistema educativo, a administração pública, serviços públicos (como a polícia e os correios e telégrafos), e o serviço militar. Com relação aos dois primeiros, percebemos sua inserção em Puerto Rico e

Porto Novo a partir das décadas de 1920 e 1930, de forma a coexistirem com outras organizações privadas locais, como a empresa/associação colonizadora, e as formas de auto-organização das populações, materializadas em escolas privadas. O serviço militar, por sua parte, tem menções muito escassas nas fontes consultadas, além de representar uma forma de nacionalização para alguns selecionados apartada das espacialidades de análise, de forma que não será abordado no presente trabalho, cabendo uma aproximação em estudos posteriores.

Todavia, antes de analisar a propagação de um discurso nacional a partir da *esfera pública*, é preciso compreender o processo de construção da mesma em Puerto Rico e Porto Novo. Enquanto colonizações estabelecidas em regiões de baixa concentração demográfica e que tiveram o ônus de construir infraestruturas e condições de vivência a partir de bases precárias ou inexistentes, estas localidades vivenciaram, ao longo de suas primeiras décadas de existência, a gradual construção da presença do Estado e de suas instituições. Neste sentido, é preciso investigar quando e como a presença de agentes públicos se deu, para então perceber como foi a relação destas com as populações estabelecidas em Puerto Rico e Porto Novo.

Há um fenômeno que tanto em Santa Catarina quanto em Misiones teve espaço nas primeiras décadas de existência das colonizações, e se trata da visita de autoridades. Para o caso de Porto Novo, ainda no final da década de 1920, é significativa a visita do então presidente do estado, Adolfo Konder¹⁰⁰, e sua comitiva de autoridades locais e estaduais, ocorrida em 29 de abril de 1929. A presença do chefe do executivo estadual em solo portonovense fez parte de uma excursão realizada por sua comitiva ao longo da região do Contestado.

De acordo com Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa (2005), a viagem e as narrativas produzidas a partir da mesma “[...] inseriram-se na construção da brasilidade e na forja do sentimento nacional” (p. 139), estas, através da demonstração simbólica da região enquanto um pedaço do território catarinense e brasileiro, bem como da demonstração da pátria aos habitantes daquela espacialidade (FLORES; SERPA, 2005). Assim, a comitiva buscava reconhecer o território de Palmas, ou do Contestado, bem como nacionalizar tanto as populações (i)migrantes que ocupavam a localidade em nome do Estado-Nação ou os

¹⁰⁰ Adolfo Konder (1884-1956), foi um político e escritor, nascido em Santa Catarina. Era filho de alemães natos e de uma influente família de negociantes estabelecida na cidade de Blumenau, vinculados à política catarinense da Primeira República e o Partido Republicano Catarinense. Foi dos quadros do Ministério das Relações Exteriores entre 1913 e 1918, ano em que assumiu a Secretaria Estadual da Fazenda em Santa Catarina. Entre 1921 e 1926 foi Deputado Federal, e deixou a função quando foi eleito para assumir o governo do estado, cargo que ocupou até 1930. Durante esta década atuou na oposição à Getúlio Vargas, mas se manteve afastado da política no período de vigência do Estado Novo brasileiro (1937-1945). Informações biográficas consultadas em: KONDER, ADOLFO. FGV CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/konder-adolfo. Acesso em 02 de nov. 2021.

próprios luso-brasileiros que a comitiva considerava enquanto “desnacionalizados”, como aqueles residentes em Dionísio Cerqueira.

Assim, é a partir da circulação da comitiva presidencial que podemos perceber um importante panorama daquele espaço fronteiriço disputado ao final do século XIX entre a Argentina e o Brasil, e, mais tarde, assegurado em maior parte enquanto pertencente ao estado de Santa Catarina, que recebeu iniciativas de povoamento especialmente dirigidas à indivíduos de origem europeia (ainda que muitas vezes nascidos no Brasil), e que também sofria a influência da porosidade das fronteiras entre os Estados-Nação. É neste sentido que podemos afirmar, também baseados em Flores & Serpa (2005), que aquela caravana tinha um forte ideário nacionalizador, de forma que percebia a necessidade de integrar as populações estabelecidas no espaço fronteiriço, a fim de garantir a manutenção da posse do território brasileiro.

Todavia, existem amplas possibilidades de análise decorrentes da viagem de 1929, mas cujo alcance ultrapassa os propostos por esta investigação. Neste sentido, optamos por nos direcionar ao contato da caravana com a Porto Novo daquele período. Para tanto, nos baseamos em quatro registros principais produzidos pelos integrantes da caravana, além das memórias de Maria Rohde, onde estão expostas menções sobre o ocorrido, bem como o álbum de fotografias produzidas pela comitiva. Assim, encontramos as seguintes obras: As menções na comunicação anual do presidente Adolfo Konder à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1929)¹⁰¹; a obra “*O Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista*”, de Arthur Ferreira da Costa (1929)¹⁰²; “*Aos espanhóis confinantes*”, de Othon Gama Lobo d’Eça

¹⁰¹ KONDER, Adolfo. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catharina.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=132&s=0&cv=0&r=0&xywh=-122%2C-333%2C3431%2C2420>. Acesso em 02 nov. 2021.

¹⁰² Arthur Ferreira da Costa (1887-1947), foi um bacharel em direito nascido na Bahia e radicado em Santa Catarina, foi promotor público na comarca de Joinville entre 1910 e 1913, quando assumiu uma série de mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Em 1928 tornou-se o Chefe de Polícia do estado (sua função na época da “bandeira”), e ocupou uma série de pastas do poder executivo até a deposição do governador eleito, Fúlvio Aducci, em 1930, em função da “Revolução” daquele ano. Durante a década seguinte intercalou a advocacia com atuações políticas, inicialmente em nome do Partido Republicano Catarinense (de oposição) e, em seguida, pelo Partido Liberal Catarinense (situcionista). Informações biográficas consultadas em: COSTA, ARTUR FERREIRA DA. In: FGV CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-artur-ferreira-da>. Acesso em 01 set. 2021. Seu relato da visita da comitiva presidencial ao oeste catarinense, por sua vez, foi consultado na obra: COSTA, Arthur Ferreira. *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. In: CEOM. **A viagem 1929: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras**. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 19-80.

(1929)¹⁰³; a conferência “*Oeste catarinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*” de José Arthur Boiteux (1931)¹⁰⁴; e o *álbum fotográfico da viagem de 1929*¹⁰⁵.

De todos os integrantes, Othon Gama D’Eça era aquele que pode ter alcançado um público maior com seus registros sobre a viagem. O escritor produziu textos que eram publicados como “*Notas de um Diário*” pelo periódico “*República*”, órgão do Partido Republicano Catarinense (PRC), e que ainda no ano de 1929 foram organizados na obra “*Aos espanhóis confinantes*”. Gama D’Eça também foi aquele que produziu registros de maior fôlego sobre a viagem, de forma que é em sua obra que são encontradas as menções mais aprofundadas sobre Porto Novo¹⁰⁶. Por outro lado, as menções diretas a Porto Novo são esparsas nos relatos publicados por Arthur Ferreira da Costa, José Arthur Boiteux, além da comunicação de Adolfo Konder. Assim, é a partir da obra de Othon Gama d’Eça que é possível observar um panorama um pouco mais detalhado da presença estatal em Porto Novo.

Quanto à excursão, esta deixou a capital Florianópolis e decorreu de automóvel até Porto União, onde seguiram por trem pela Ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul até o município de Cruzeiro¹⁰⁷. A partir deste trecho, seguiram de automóvel pela região dos municípios de

¹⁰³ Othon Gama Lobo D’Eça (1892-1965), foi um bacharel em direito e escritor, nascido em Santa Catarina e de família oriunda do estado do Rio Grande do Sul. Foi um dos fundadores da Academia Catarinense de Letras em 1920, e um dos principais representantes do modernismo no estado. Era alinhado ao Partido Republicano Catarinense (PRC) e acompanhou a comitiva de 1929. Na década seguinte, foi líder do Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado de Santa Catarina, e contribuiu com o movimento na direção do periódico *Flamma Verde*. Após a saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, Othon Gama D’Eça atuou em diversas esferas do poder executivo catarinense. Informações biográficas consultadas em: OTHON GAMA D’EÇA. In: **BIBLIOTECA DIGITAL DE LITERATURA DE PAÍSES LUSÓFONOS**. Florianópolis: UFSC, 2021; e FURTADO, Tamires Quesada. Othon Lobo da Gama D’Eça: biografia e modernidade. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2013, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN: ANPUH Brasil, 2013, p. 1-15. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27>. Acesso em 03 nov. 2021. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=757>. Acesso em: 03 nov. 2021. Sua obra sobre a viagem de 1929 foi consultada em: D’EÇA, Othon Gama Lobo. **Aos Espanhóis Confinantes**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992. Disponível em: <https://portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117722>. Acesso em: 01 set. 2021;

¹⁰⁴ José Arthur Boiteux (1865-1934), foi um bacharel em direito, escritor, historiador e professor nascido em Santa Catarina, cuja família era de origem suíço-francesa. Foi Deputado Estadual por quatro legislaturas e Deputado Federal por um curto período (1900-1902), além disso, atuou em diversas esferas do poder executivo catarinense, até ser nomeado Juiz de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, em 1922. Também foi um dos idealizadores e fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), em 1896. Informações biográficas consultadas em: JOSÉ BOITEUX. In: **MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA**. Florianópolis: ALESC, 2013. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux. Acesso em: 01 set. 2021. Seu registro sobre a visita presidencial ao oeste catarinense foi consultado na obra: BOITEUX, José Arthur. *Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. In: CEOM. **A viagem 1929: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras**. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 81-108.

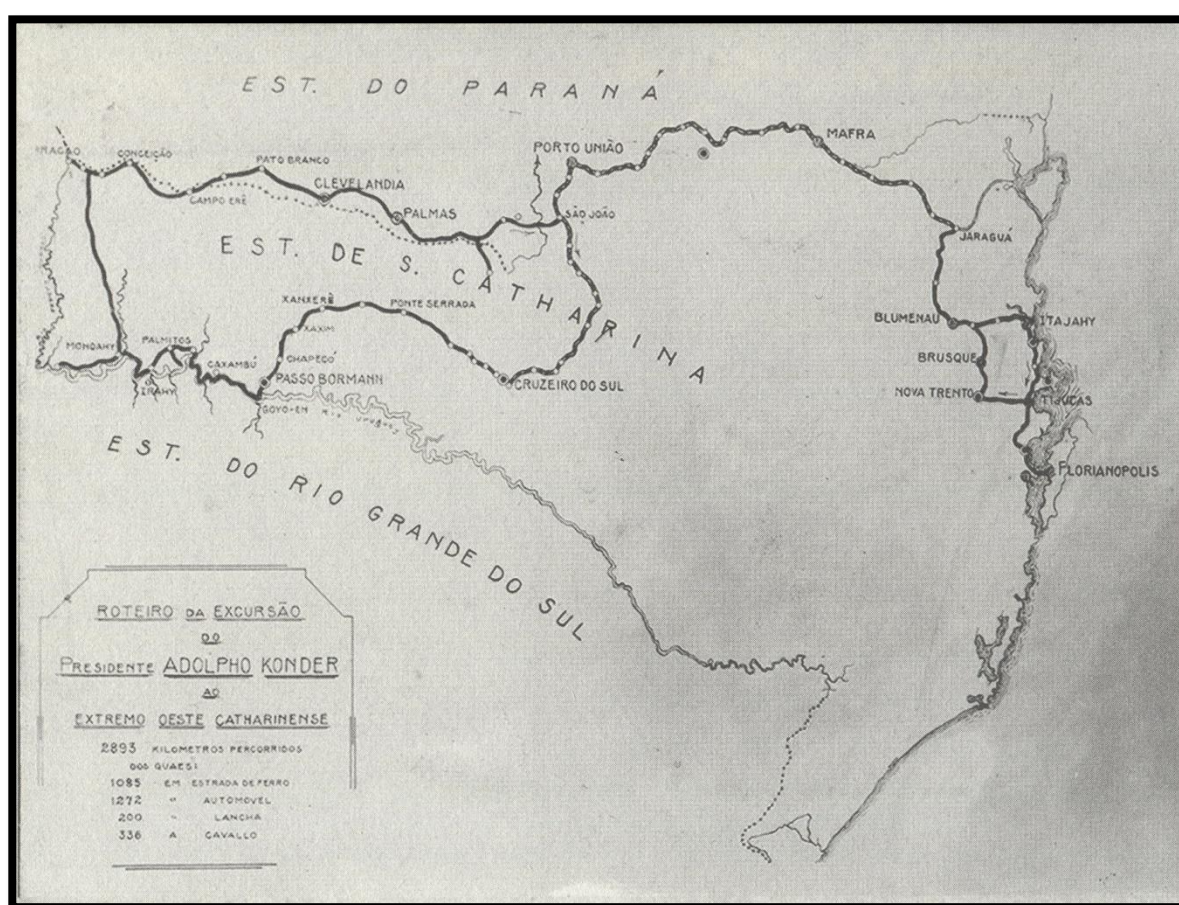
¹⁰⁵ Consultado em: CEOM. **A viagem 1929: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras**. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 155-202.

¹⁰⁶ Nos seus textos periódicos no jornal “*República*” de Florianópolis, foi na edição de número 827, do dia 4 de julho de 1929, que o trecho sobre a passagem por Porto Novo foi publicado sob o título “*De Florianópolis ao Pepery-Guassu*”.

¹⁰⁷ Atual município de Joaçaba, Santa Catarina, Brasil.

Cruzeiro e Chapecó, até alcançarem o Rio Uruguai, de onde partiram de barco até Iraí (Rio Grande do Sul), onde realizaram uma conferência com o presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Todo o percurso mereceu visitas a autoridades e discursos à população. Da localidade de Iraí partiram até Porto Feliz, que rebatizaram como Mondaí, com passagem em São Carlos e colônias adjacentes. Foi de Mondaí que a comitiva partiu até Porto Novo. Na figura a seguir está representado o roteiro empreendido pelos viajantes:

Figura 21 - Roteiro da excursão de 1929.



Fonte: CEOM. **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 157.

De acordo com a descrição de Gama D'Eça (1992, [1929]), no dia 29 de abril, a partir de Mondaí, a comitiva percorreu inicialmente uma via por automóvel, para na sequência embarcar em algumas lanchas. O ingresso em Porto Novo se deu através do Porto Rohde¹⁰⁸ (próximo à Sede Capela e nas terras de Carlos e Maria Rohde), onde lancharam com os anfitriões, e foram introduzidos à coleção de igaçabas de Carlos (cerâmica indígena). Na figura

¹⁰⁸ Localizado na Linha Chapéu, onde residia a família Rohde.

a seguir estão presentes algumas autoridades, o presidente do estado (com um longo lenço branco), e Carlos Rohde (logo atrás da igaçaba):

Figura 22 - A comitiva presidencial e a coleção de igaçabas de Carlos Rohde (1929).



Fonte: CEOM. **A viagem de 1929:** oeste de Santa Catarina. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 190.

Um complemento às informações oferecidas por Gama D'Eça vem das memórias de Maria Rohde (2011 [1951]). Esta autora dedica um capítulo inteiro à presença do presidente, para o qual resgatou um relato seu publicado no periódico “*Deutsches Volksblatt*”, no dia 10 de junho de 1929. Assim, é possível apreender que a comitiva deixou a localidade de Mondaí em cinco automóveis e um caminhão, utilizando a via que Maria Rohde identifica como “*estrada da mata*”, até alcançarem o Rio Macuco, que demarcava o limite da colônia protestante com a colonização encampada pela *Volksverein*. Naquela localidade, a comitiva seguiu em alguns barcos, e quando aportou na propriedade da família Rohde, foi recebida com uma banda que tocava marchas e o pipocar de foguetes que anunciavam a chegada do presidente do estado (ROHDE, 2011[1929/1951], p. 133).

Neste ponto, a reconstrução da trajetória da caravana presidencial em solo portonovense pode retornar ao registro de Gama D'Eça. De acordo com o autor florianopolitano, a partir da

residência de Carlos Rohde, a comitiva percorreu os quase trinta quilômetros que separam a localidade da sede colonial em automóveis. Gama D'Eça também narrou suas impressões sobre a sede colonial:

Itapiranga deixou-nos uma impressão das mais vigorosas. A recepção ao presidente foi uma confortadora prova do **sadio nacionalismo da sua população. Bandeiras nacionais nas mãos das crianças; bandeiras nacionais no tope das casas** e, no ambiente luminoso, o rumor de um povo que deixara, por uns momentos, as lides da terra, **para vir aclamar o chefe do Estado, que ia integrar uma porção querida de Santa Catarina nos destinos comuns da Pátria brasileira** (EÇA, 1992 [1929], p. 17, grifos nossos).

Percebe-se na escrita de Gama D'Eça a intenção de enfatizar que, mesmo em um confim tão distante pertencente ao Estado Nacional, e apesar da origem étnica europeia majoritária, a população era dotada de um “sadio nacionalismo” brasileiro, e fez questão de receber a comitiva com bandeiras nacionais, com entusiasmo para com aquele que veio integrá-los aos “destinos comuns da Pátria brasileira”. Além disso, o autor também se preocupou em descrever a mesma integração por parte dos dirigentes da colonização, Albano Volkmer e Carlos Rohde. De acordo com Gama D'Eça: “O Sr. Albano Volkmer é brasileiro nato, do Rio Grande do Sul. Ambos, porém, já se radicaram à região e merecem bem o nome de pioneiros do trabalho nos remotos rincões de Chapecó” (1992 [1929], p. 17).

Outro aspecto que deve ser informado para este contexto é o de que a estimativa populacional de João Evangelista Rick para a época (1928) era de que Porto Novo possuía de 400 a 500 habitantes. Além disso, indicava que havia em Porto Novo três escolas, três serrarias e três moinhos (2004 [1927-1932], p.176). Todavia, tanto a população quanto estas estruturas estavam espalhadas pelas diversas linhas que acompanhavam o Rio Uruguai e os demais cursos fluviais. Neste sentido, o que Adolfo Konder e sua comitiva visitaram foram dois pequenos núcleos urbanos de quase três anos de existência, mas que estavam em constante expansão.

Com relação à confraternização principal, de acordo com Gama D'Eça, foi “[...] um churrasco suculento e um discurso do vigário, **num bosque de laranjeiras plantadas, não se sabe quando, pelos índios que habitavam aquelas paragens**” (1992 [1929], p. 17, grifos nossos). O bosque de laranjeiras citado, é o mesmo onde ocorreu a primeira missa em Porto Novo, no dia 11 de abril de 1926, que demarcou o ato inaugural da colonização. Na figura a seguir, publicada no álbum fotográfico da viagem de 1929, podem ser observados os diversos integrantes da comitiva e alguns habitantes de Porto Novo. Quase ao centro, de chapéu, com um longo lenço branco e bengala, se encontrava o presidente do estado, Adolfo Konder:

Figura 23 - A caravana presidencial em Porto Novo (1929).



Fonte: CEOM. **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 169.

Maria Rohde (2011 [1951], p. 133), revela algumas questões sobre a relação do presidente do estado com a sede urbana da colonização. Nesta sede, “[...] em cada cruzamento ou arroio, em cada ponte, o Dr. Konder mandava parar e anotava os dados correspondentes como nomes dos cursos d’água, das linhas e o número de habitantes” (ROHDE, 2011[1951], p. 133). Este aspecto está vinculado à um esforço toponímico realizado pela comitiva ao longo do oeste catarinense. Neste ponto, Othon Gama D’Eça revelou que a visita do presidente resultou também na renomeação de Porto Novo enquanto “*Itapiranga*”, ato que o autor qualifica como um “belo nacionalismo” (1992 [1929], p. 16). A vinculação da nomenclatura tupi-guarani adotada para Itapiranga¹⁰⁹ como um ato patriótico também está presente em outro trecho da narrativa de Gama D’Eça sobre a excursão do presidente no oeste catarinense.

¹⁰⁹ Devido à alteração do nome, a presente exposição fará o uso da nomenclatura “Itapiranga” em casos referentes à organização político-administrativa vigente em nível local. Para a sede urbana principal, Porto Novo e Itapiranga serão adotados como sinônimos, visto que a primeira nomenclatura seguiu sendo utilizada, apesar da renomeação a partir de 1929. Além disso, “Porto Novo” será mantida nesta redação como nomenclatura única para narrativas referentes à colônia.

De acordo com Gama D'Eça (1992 [1929]), na localidade de Lajeado Liso, já no mês de maio, a caravana tratava de fazer retificações topográficas e hidrográficas, nomeando rios que, de acordo com autor ainda não estavam assinalados nos mapas. E a escolha era de que “[...] ao batizar essas águas novas, o presidente tem tido uma nobre preocupação nacionalista: dá-lhe sempre nomes brasileiros [...]”, ao contrário de “[...] designações arrevesadas, que o caboclo não pode pronunciar e nada significam. Estamos no Brasil e o vocabulário brasileiro é farto e expressivo. E o manancial luso-guarani inesgotável e belo, como nenhum outro” (EÇA, 1992 [1929], p. 27).

E, no caso específico da sede Porto Novo, a partir de então denominada “Itapiranga”, a sugestão pela alteração do nome teria surgido de questões telegráficas. De acordo com Maria Rohde, o presidente teria levantado a questão de que aquele nome (Porto Novo) deveria ser alterado pois “[...] poderia induzir à ocorrência de mal-entendidos no momento da instalação da nova estação de correios e telégrafos, planejada para breve, já que existiriam muitas outras localidades com tal nome” (2011 [1951], p. 135). Assim, ao perceber a existência de um curso d'água com o nome de “Itapiranga” localizado no núcleo urbano da sede da colonização, o presidente do Estado sugeriu esta nomenclatura para o diretor do empreendimento, Albano Volkmer, que prontamente a aceitou (ROHDE, 2011 [1951], p. 135). Além de Gama D'Eça, José Boiteux também tratou da questão da alteração do nome de Porto Novo, o que foi, inclusive, uma das poucas menções sobre a localidade. Sobre a colônia Porto Novo, o desembargador relatou que:

Sua séde é a risonha Itapiranga, nome indígena como são Mondahy e tantos outros que os colonizadores daquela região estão preferindo aos Neu Bremen, Neu Berlim, Neu Breslau que tanto nos arrepiam os pavilhões auriculares e as Novas Venezia e Novas Palermo que, em cada canto colonizado por antigos directores de nucleos, se encontram seguidamente” (2005 [1931], p. 21-22).

Ou seja, o autor salienta o teor positivo da adoção de uma nomenclatura indígena (tupi-guarani) em detrimento de nomes estrangeiros, em um evidente tom pró-nacionalização dos imigrantes e da localidade conformada pelos mesmos. Além da renomeação da localidade e de aspectos geográficos da mesma, a comitiva tratou de realizar atos em torno das instituições locais. Neste sentido, foram nomeados como professores estaduais (e, por consequência, subvencionados), os docentes Antonia Wiersch da escola da Sede Capela e Wilibaldo Stüelp da instituição da Sede Itapiranga, bem como foram prometidas uma unidade de telégrafo (até então a dependência era da unidade localizada em Mondaí), bem como da transformação de Itapiranga

em Distrito (ROHDE, 2011 [1951]). A questão da nomeação dos docentes como “professores estaduais” será abordada na seção 3.3.

Assim, a viagem da comitiva presidencial do estado de Santa Catarina para Porto Novo representou uma aproximação da população local com o poder público estadual, que realizava o ato em nome do “Estado-Nação”, e para integração daquelas paragens à perspectiva nacional. Os registros construídos a partir da visita foram difundidos em meios amplos, como sociedades geográficas, periódicos, a Assembleia Legislativa, e obras amplas ao público leitor, que faziam aqueles que as acessavam conhecer e reconhecer o oeste de Santa Catarina como parte do Brasil, e da perspectiva nacional, o que, pela noção de “comunidade imaginada”, cunhada por Anderson (2008), era essencial.

Com relação à Puerto Rico, não ocorreu um esforço neste sentido para o Território de Misiones, apesar das inúmeras iniciativas de reconhecimento do território anteriores à colonização, que foram abordadas por Bruno Aranha (2014) e citadas no capítulo anterior. Além disso, as condições de circulação entre Posadas e Puerto Rico eram mais facilitadas do que em relação à Florianópolis e Porto Novo, justamente porque havia um rio com condições de navegabilidade entre ambas, e não eram necessárias uma série de combinações de tipos de transporte para realizar o trajeto.

Assim, a visita de altas autoridades do Território Nacional de Misiones para o Alto Paraná e Puerto Rico eram constantes entre o final da década de 1920 e a década de 1930. Neste sentido, foi registrado em 13 de outubro 1927, a partida do governador Héctor Barreyro para uma turnê de oito dias de “inspeção” às várias colônias do Alto Paraná, o que provavelmente incluiu Puerto Rico¹¹⁰. No ano de 1932, Carlos Acuña também realizou um esforço deste tipo¹¹¹. Desta forma, a população desta localidade pode estabelecer um contato com as figuras políticas que os governavam, e, neste sentido, ainda que em momentos efêmeros, ser inserida em uma perspectiva nacional.

Com base nestes aspectos, podemos perceber que essas localidades estavam inseridas nas realidades nacionais desde seus anos iniciais, seja pela proximidade de conflitos ou pela visita de autoridades. Todavia, foi ao longo das décadas de 1920 e 1930 que a *esfera pública*

¹¹⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1927, n. 1, f. 440. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹¹¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1931, n. 5, f. 456. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

foi construída em Puerto Rico e Porto Novo, com o estabelecimento da presença de repartições estatais, bem como da conformação de uma administração inicial – a Comissão de Fomento em Puerto Rico, e o Distrito em Porto Novo -, que foram responsáveis por atuar, entre suas funções básicas, na integração das localidades à perspectiva nacional, difundindo determinados discursos nacionais. Trataremos destes aspectos na seção seguinte.

3.2 AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DE 1930 E AS ESFERAS PÚBLICAS LOCAIS

Ao longo das décadas seguintes ao estabelecimento das colonizações de Puerto Rico e Porto Novo, as estruturas básicas necessárias foram sendo construídas. Já foi relatado na seção 2.3 que os próprios habitantes trataram do estabelecimento de escolas, a partir de um modelo privado e confessional. O mesmo também acabou ocorrendo com Igrejas, Hospitais, Casas de Comércio, entre tantas estruturas. Além disso, a administração local ficou ao encargo das companhias ou associações de colonização, que davam conta de muitos serviços que depois foram assumidos pelos vários âmbitos do estado. E foi durante as décadas de 1920 e 1930 que vários serviços públicos foram instalados em Puerto Rico e Porto Novo, muitos dos quais substituíram ou “competiram” com aqueles conduzidos pelos próprios habitantes.

Todavia, este processo se deu de forma contemporânea a transformações sentidas em ambos os países, especialmente a partir de 1930. Neste ano, dois golpes de estado, em menos de dois meses, destituíram os governos de Hipólito Yrigoyen na Argentina e de Washington Luís, no Brasil. Mas os movimentos que destituíram os governos eleitos em ambos os países são distintos e é preciso abordá-los a seguir.

Na República Argentina, a *Lei Sáenz Peña*, a ascensão subsequente ao poder da *Unión Cívica Radical*, bem como o governo de Hipólito Yrigoyen, fez surgir uma forte oposição de setores apartados do poder nacional e dos governos provinciais (com os aparelhamentos conduzidos pela *UCR*), além de oposições internas no próprio partido (TATO, 2004). Com relação a estes últimos, eram conhecidos como *UCR-Antipersonalista*, uma ala que se opunha a Yrigoyen, e que em 1922 conseguiu eleger Marcelo T. de Alvear para a presidência do país, no processo de sucessão do primeiro presidente da *UCR*.

María Inés Tato (2004) revela que os períodos de governo de Yrigoyen e Alvear assumiram características distintas. O primeiro teve problemas de relacionamentos com várias parcelas das elites e os militares, enquanto que o segundo buscava se aproximar dos mesmos. Por parte dos integrantes vinculados à cada uma das figuras, o Congresso se tornou um espaço de embates entre os dois campos do *radicalismo* durante o governo de Alvear. Apesar das

dissonâncias, o sucessor de Alvear foi o próprio Yrigoyen, que retornou ao poder nas eleições de 1928.

Todavia, sua figura afetada por problemáticas sociais durante seu governo, a oposição de vários setores da população (especialmente aqueles das elites distantes do poder), entre o próprio *antipersonalismo*, e de novos movimentos políticos, caracterizaram este novo mandato como um contexto ainda mais turbulento que o primeiro. Sobre os movimentos, José Bendicho Beired (2001) defende que a partir da década de 1920 se formou na Argentina uma nova corrente de direita, a qual se refere como “direita nacionalista” ou “nacionalismo de direita”, que atraiu tanto setores civis quanto militares.

Este grupo tinha uma forte presença de intelectuais que intervinham na vida pública, além da formação de associações políticas, ligas militarizadas e divulgação de suas ideias em jornais e revistas (BEIRED, 2001). Além disso, tinham como principais bandeiras o antiliberalismo, nacionalismo, estatismo, corporativismo, o catolicismo e o antisemitismo, ideologias que compartilhavam com movimentos de cunho fascista da Europa na mesma época (BEIRED, 2001). Uma de suas principais organizações, segundo o autor, foi a *Liga Republicana*.

De acordo com Beired (2001), os ideais do nacionalismo de direita foram rapidamente acolhidos nas forças armadas, o que teria iniciado uma duradoura relação entre os dois. Um dos primeiros momentos de convergência teria ocorrido em setembro de 1930, quando o general José Félix Uriburu conduziu um golpe de estado que removeu a *UCR* do poder. No ano seguinte, Uriburu atuou na organização da *Legião Cívica Argentina*, que, de acordo com Beired (2001), era uma “[...] organização militarizada de caráter fascista voltada a arregimentar simpatizantes nacionalistas em apoio ao novo regime militar e combater os seus inimigos” (p. 307).

Todavia, os planos de Uriburu eram de persistir no poder enquanto fosse realizada uma profunda reforma política, norteadas pelos seus ideais, o que se chocava com as demandas de pronta restauração institucional realizadas por outros setores que apoiaram o golpe de estado (TATO, 2004). E, de acordo com María Inés Tato (2004), os reclames pelo retorno da ordem institucional foram os vencedores, com a realização de uma eleição presidencial ainda no ano de 1931, na qual foi vitorioso o general Augustín P. Justo, ex-ministro da guerra do governo de Alvear.

Em linhas gerais, o contexto político que teve início após o golpe de setembro de 1930, e persistiu até 1943, quando ocorreu um novo golpe de estado (a ser tratado no próximo capítulo), é conhecido como “*década infame*” (ROMERO, 2007a). Foi ao longo deste período que algumas forças políticas conhecidas pelo arranjo “*Concordancia*” se mantiveram no poder

através do uso extensivo de fraudes, bem como a *UCR*, frente a este formato político, manteve uma estratégia de abstenções eleitorais (ROMERO, 2007a).

No Brasil, por sua vez, o golpe de estado de 1930 tem uma vinculação profunda com a eleição presidencial do ano anterior, além de amalgamar insatisfações com o arranjo político-institucional vigente. Durante as três primeiras décadas do século XX havia o revezamento no poder nacional entre nomes indicados pelos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais, que representavam as maiores forças políticas do país.

Todavia, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2018), o arranjo entre as forças daqueles estados definia que em 1929 o candidato a presidência seria indicado por Minas Gerais. No entanto, o então presidente Washington Luís decidiu por emplacar como seu sucessor o nome do paulista Júlio Prestes, o presidente do estado de São Paulo, o que causou uma cisão no arranjo partidário existente. Assim, “a divergência entre Minas e São Paulo abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas num passado não muito distante, pudessem ressurgir” (FERREIRA; PINTO, 2018, p. 387).

Foi a partir destas pretensões que surgiu a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da fazenda de Washington Luís e então presidente do estado do Rio Grande do Sul, com o apoio de Minas Gerais. Esta candidatura ficou completa com o nome de João Pessoa, presidente da Paraíba, e ficou conhecida como “*Aliança Liberal*”. Além do situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, a aliança também contou com o apoio de grupos de oposição em vários estados [como Santa Catarina], bem como civis e militares descontentes, em um conjunto fortemente heterogêneo (FERREIRA; PINTO, 2018). Apesar das articulações da Aliança Liberal, Júlio Prestes foi o candidato vencedor nas eleições.

Todavia, parte dos setores derrotados, inconformados com o mesmo, iniciaram uma articulação para assumirem o poder, para a qual buscaram uma aproximação com lideranças do tenentismo, que ainda guardavam um prestígio e possuíam uma experiência militar valorizada. O ponto chave para a articulação foi o assassinato de João Pessoa na Paraíba, no dia 26 de julho de 1930. Este evento, que nada tinha a ver com a questão eleitoral, fortaleceu a conspiração, com a adesão de novos setores, como importantes quadros do Exército, o que fez estalar o movimento no dia 3 de outubro de 1930 (LEVINE, 2001). Ao final do mês, no dia 24, o governo de Washington Luís foi deposto e foi formada uma Junta Provisória. Apesar dos desejos desta junta em se manter no poder, a mesma foi obrigada a entregá-lo para Getúlio Vargas, em novembro, que permaneceu enquanto presidente de um governo Provisório nos anos seguintes (FERREIRA; PINTO, 2018).

Assim, a partir de 1930, tanto a Argentina quanto o Brasil foram submetidos a alterações em seus governos, que também tiveram consequências sobre os contextos de Misiones e Santa Catarina, bem como de Puerto Rico e Porto Novo. Uma das questões observadas a partir das fontes, e referentes ao contexto turbulento de 1930, foi a vigilância sobre as atividades conspiratórias de brasileiros residentes em Misiones. Neste sentido, em agosto de 1930, uma série de mensagens da Governadoria para o Ministro do Interior, Elpidio González, tratava de notícias do Chefe de Polícia de Monteagudo (Alto Uruguai argentino e região de fronteira com o Brasil).

Segundo a primeira das comunicações, datada de 27 de agosto¹¹², “[...] não havia nada suspeito no sentido dos brasileiros residentes por aquelas partes, bem como na região mais próxima, de Concepción a San Javier, se inquietassem”¹¹³. Por fim, o secretário que ocupava a função do escritório da Governadoria, José Manuel López, informava que novidades seriam comunicadas e que “[...] V.E. pode ter a segurança que serão tomadas medidas eficazes para que a neutralidade seja rigorosamente cumprida”¹¹⁴.

No dia seguinte, a fim de averiguar informações, foi enviado o Comissário Inspetor de Polícia Tulio de Zagastizábal para a zona do Alto Uruguai, como revela outra mensagem ao Ministro do Interior¹¹⁵. O foco, mais especificado do que na mensagem interior, eram “elementos revolucionários brasileiros residentes neste Território”. Quatro dias depois, no dia 1º de setembro, uma nova mensagem¹¹⁶ informava o que o Comissário Tulio de Zagastizábal havia averiguado: “[...] no Território reina absoluta tranquilidade, não tendo sido registrado um só caso que demande os preparativos que se atribuem aos revolucionários brasileiros residentes em Misiones”.

¹¹² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 292. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹¹³ [Tradução nossa]: “[...] *no había nada sospechoso en el sentido de que los brasileños residentes por aquellos parajes, como en la región más próxima, desde Concepción a San Javier, se inquietasen*”.

¹¹⁴ [Tradução nossa]: “[...] *puede tener V.E. la seguridad que se adoptarán medidas eficaces para que la neutralidad sea rigurosamente cumplida*”.

¹¹⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 293. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹¹⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 296. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

O assunto foi retomado em um telegrama com data de 20 de outubro¹¹⁷, quando no Brasil já era corrente a campanha militar que visava a deposição do presidente Washington Luís. Segundo a comunicação, não havia novidades de Monteagudo, e eram escassos os ingressos ao território por San Javier, Itacaruaré e Concepción. Também informava que a Federação Operária havia realizado uma reunião, e que havia um grande movimento da empresa ervateira “*Matte-Laranjeira*”, no envio de vários navios para trazer erva-mate de Puerto Méndez, em razão da situação de Mato Grosso. Dias depois, foram enviados vários telegramas com o repasse de informações sobre a situação fronteiriça, além dos informes sobre o ingresso de diversos indivíduos refugiados do conflito no Brasil.

Uma destas, com a identificação “urgente”, datada de 23 de outubro¹¹⁸, contava com um repasse de informes do Vice-Cônsul Argentino em Foz do Iguaçu, Eduardo R. Bianchi, em que revelava que ante a adesão de tropas paranaenses ao movimento revolucionário, e possível embate destas em Foz do Iguaçu com tropas legalistas estacionadas em Puerto Méndez e Guaíra, diversos indivíduos deixaram o Brasil rumo ao Paraguai e a Argentina. A sua continuação¹¹⁹ requeria um cuidado aos refugiados: “Permito-me solicitar queira V.E. ordenar autoridades Puerto Aguirre atenção famílias emigradas”.

Ainda em 23 de outubro, o Vice-Cônsul informou que não haveria resistência em Foz do Iguaçu às tropas legalistas, e, por consequência, havia garantias e as navegações partindo de lá poderiam continuar regularmente¹²⁰. Um novo informe, datado do dia 24¹²¹, afirmava que o número de emigrados de Foz do Iguaçu a Puerto Aguirre continuava aumentando, e a

¹¹⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 386. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹¹⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 396. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹¹⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 397. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 399. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 401. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Subprefeitura local fazia o envio de alimentos. No dia 27 de outubro foi informado que as famílias que se refugiaram em Puerto Aguirre haviam retornado ao Brasil¹²².

Ou seja, durante o contexto de conspirações no território brasileiro para uma tentativa de derrubada do governo de Washington Luís, bem como na efetivação do movimento organizado pelas conspirações, havia uma vigilância para com os brasileiros residentes em Misiones. Quando o conflito já estava em curso, por sua vez, Misiones recebeu um significativo número de refugiados vindos do Brasil, e que buscavam uma proteção frente aos atos ocorridos naquele país.

Neste sentido, a preocupação principal inicial residia na busca pela manutenção da neutralidade do país frente à situação política brasileira, visto que uma conspiração partindo de território argentino poderia ser interpretada como uma intervenção direta no país vizinho. Além disso, deve ter pesado a experiência histórica de fronteira, que recentemente havia sido palco de circulações de movimentos contestatórios como os de Luis Carlos Prestes e Leonel Rocha, abordados na seção anterior. Apesar da preocupação com possíveis atividades de brasileiros residentes em Misiones naquele contexto, nenhum movimento partindo de seu território foi mencionado nas documentações consultadas no *Archivo General de Gobernación*.

Por fim, enquanto país receptor dos refugiados, neste caso, da população civil, pesaram as preocupações sobre o ingresso destas populações. Situações semelhantes também ocorreram no advento de outros conflitos limítrofes do mesmo período, como uma intentona comunista na cidade de Encarnación¹²³ (Paraguai, em que foi registrado que os revolucionários participantes fugiram para o Brasil a partir do território de Misiones); ou de desertores da Guerra do Chaco¹²⁴ (conflito entre a Bolívia e o Paraguai); situações nas quais Misiones foi local de refúgio ou passagem de participantes ativos nos conflitos.

Além destes aspectos de fronteira, o ano de 1930 também configurou alterações nos governos do Território de Misiones e de Santa Catarina. Assim, o Coronel Enrique Pilotto,

¹²² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 402. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1931, n. 5, f. 81-82, 84-86, 89, 93. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²⁴ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1932, n. 6 f. 474. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

tomou posse em 27 de setembro como governador de Misiones¹²⁵, tendo sido substituído por Carlos Acuña ainda no mesmo ano¹²⁶. Em Santa Catarina, o general Ptolomeu de Assis Brasil assumiu o governo como interventor federal, função que ocupou até outubro de 1932, quando foi substituído pelo seu irmão, o major Rui Zobarán (CORRÊA, 1984).

Neste último estado, o candidato vencedor das eleições de 1929 havia sido Fúlvio Aducci, que chegou a presidir o estado de Santa Catarina por menos de um mês, no ano de 1930 (CORRÊA, 1984). Com relação à sua destituição, bem como a colocação de Adolfo Konder na oposição política do estado, Maria Rohde (2011 [1951]) lamentou que: “a colônia [...] perdeu um bom amigo e benfeitor de ampla visão” (p. 136). Além disso, algumas transformações prometidas por Konder em 1929 teriam sido postergadas, como a elevação de Itapiranga ao posto de distrito do município de Chapecó.

Esta mudança, de fato ocorreu somente em 1932, durante a gestão do interventor federal Ptolomeu de Assis Brasil (1930-1932), e a partir do *Decreto N° 213* do estado de Santa Catarina, promulgado no dia 25 de fevereiro de 1932¹²⁷. De acordo com Maria Rohde (2011[1951]), o interventor Ptolomeu de Assis Brasil foi impedido de participar da cerimônia de instalação do distrito, apesar de ter anunciado sua visita previamente. Com relação à cerimônia, os registros dos jesuítas de Itapiranga compilados por Inácio Spohr (2016), revelam que a inauguração do distrito iniciou com uma missa, seguida da recepção das autoridades do município de Chapecó, bem como a nomeação das lideranças distritais a serem empossadas.

Na sequência, foi servido um churrasco aos participantes, sob o pomar de laranjeiras em que foi celebrada a primeira missa da colônia, em 1926, e que também havia sido o local de confraternização com as autoridades visitantes de 1929. Pela tarde, as formalidades de inauguração seguiram e o inspetor escolar visitou a escola paroquial subvencionada pelo governo na Sede Porto Novo (SPOHR, 2016, p. 45). Todo o processo contou com a presença de parte da população (provavelmente em maior parcela aqueles que habitavam o núcleo urbano de Itapiranga e locais limítrofes), autoridades políticas de Chapecó, e o intendente escolhido para o distrito: Carlos Rohde.

¹²⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 365. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1930, n. 4, f. 472. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²⁷ SANTA CATARINA. Decreto N° 213. In: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**. Do Velho Chapecó a Chapecó: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1917/2010. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2010, p. 49.

Junto a ele, compunham o conjunto de autoridades da administração distrital, o secretário Telêmaco de Oliveira [também telegrafista da localidade], o escrivão José Werlang [responsável pelo registro civil], o juiz Henrique Gesing, o delegado Pedro Follmann, os inspetores de polícia Adam Eidt [Adão Eidt] e José Schoeler, além do coletor João Mathias Frantz (ROHDE, 2011[1951], p. 171). Ao menos um dos nomes que compunha a nominata, Carlos Rohde, não era brasileiro, pois havia nascido na Alemanha. Isso indica que a nacionalidade de origem não era um impeditivo. Todavia, o prestígio que Rohde gozava em função de seu cargo administrativo na *Volksverein* deve ter impactado na consideração sobre o seu nome para dirigir o Distrito.

Com relação a este aspecto, Maria Rohde (2011 [1951]), defende que com a emancipação do distrito de Itapiranga, a administração privada da localidade (conduzida pela *Volksverein*), foi transferida para uma administração pública, com a nomeação de funcionários públicos, de nacionalidade brasileira, “[...] de confiança especial junto ao governo [...]” (p. 233). A partir das documentações compiladas pelo padre Inácio Spohr (2016), é possível afirmar que havia uma vinculação das autoridades locais com a administração da *Volksverein*, ao mesmo tempo que estes nomes estavam alinhados à administração municipal de Chapecó, e à interventoria do estado de Santa Catarina.

Esta afirmação pode ser aprofundada a partir de uma carta do pároco Teodoro Treis ao Padre Provincial da Ordem Jesuíta, com data de 20 de agosto de 1933, que trata da questão administrativa local, bem como de alguns conflitos internos. Naquele período, José Werlang havia sido removido da função de escrivão por Carlos Rohde, que nomeou Alfredo Haubert para o seu lugar (SPOHR, 2016, p. 52). De acordo com a carta, “[...] o povo sabe que isso foi por instigação do Sr. Rohde, do qual Haubert depende totalmente e o Sr. Werlang não dança segundo a música dele”, além disso, “[...] o Sr. Werlang foi perseguido por colaborar na Igreja com o canto e também na construção da casa paroquial. Por isso os funcionários de Rohde o perseguem. Há diversos falatórios...” (SPOHR, 2016, p. 52)¹²⁸. Assim, havia fortes fatores de exclusão que determinavam os nomes que ocupavam as funções públicas de Itapiranga.

¹²⁸ É necessário recordar, com relação ao conteúdo da carta publicada por Inácio Spohr, que na década de 1930 havia uma disputa interna à Porto Novo entre grande parte dos padres jesuítas e o núcleo vinculado à administração da *Volksverein*. O processo envolveu, inclusive, a escolha da sede definitiva para a localidade, com cada sede urbana representando um núcleo principal do processo: Jesuítas em Itapiranga e a *Volksverein* na Sede Capela. A disputa interna ainda não foi abordada com profundidade em estudos acadêmicos, e por sua extensão não pode ser devidamente discutida no presente trabalho. Todavia, sempre e quando algum aspecto for relevante para esta apresentação, o mesmo será registrado.

Todavia, antes de aprofundar esta questão, é preciso tratar da instalação da Comissão de Fomento em *Puerto Rico*, que também ocorreu no ano de 1932. Para a compreensão do mesmo, é preciso postular que a organização política de Misiones era distinta da de Santa Catarina. Com relação à Misiones, e de acordo Luz Irene Pyke (2016b), a organização político-institucional pensada para os Territórios Nacionais estava direcionada a criar estruturas políticas dependentes do Estado Nacional e com governos de baixa autonomia, em um contraste com os governos provinciais. Além disso, havia a presença de diversos órgãos no território, vinculados à várias esferas dos ministérios.

Mas uma das principais estruturas que administravam o Território, como apresentado na seção anterior, era a Governadoria. A esta estavam vinculadas as municipalidades e as Comissões de Fomento, estruturas de governo em nível local. Segundo María Silvia Leoni (2004), na Argentina, as comissões de fomento eram instaladas nas localidades cuja população era considerada insuficiente para serem alçadas ao posto de municipalidades. Os cinco membros das Comissões de Fomento, por sua vez, eram escolhidos entre os cidadãos representativos do local pelo Ministério do Interior, sob proposta do governador. Caso não houvesse entidades comunais, a autoridade estava em mãos dos juízes de paz, chefes do registro civil ou da polícia. De acordo com Luz Irene Pyke, para ser uma municipalidade, a localidade deveria ter mais de mil habitantes (2016b).

Em 1932, Puerto Rico ainda não alcançava o número necessário de habitantes, o que somente ocorreu na década seguinte, tendo a localidade sido alçada ao posto de Municipalidade em 1945. (GALLERO, 2009). Assim, em 1932, Puerto Rico tinha como única possibilidade administrativa ser transformada em Comissão de Fomento¹²⁹. Desta forma, através de um telegrama do dia 31 de maio de 1932¹³⁰, o governador Carlos Acuña informou ao Chefe de Polícia do Território de Misiones, Felipe Villalonga, sobre o decreto que regulamentava a criação da Comissão de Fomento de Puerto Rico. Como complemento, no dia 4 de julho daquele ano, foram indicados os cinco membros iniciais da Comissão de Fomento daquela localidade¹³¹:

¹²⁹ Com relação a *Capioví*, esta foi transformada em Comissão de Fomento em 14 dezembro de 1939, cuja composição inicial era formada por Enrique Riedemayer, Wendelino Lermen, Juan Russo, Franco Mota e Nicolas Pettoff. Consultado em: ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série G, 1931, n. 3, f. 64-65. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 319. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 336. Disponível em:

Alejo Rauber, Fridolino Eisele, Carlos Krumkamp, Albino Ely e Otto Scheifler. Albino Ely renunciou a seu assento na comissão no dia 9 de setembro e foi substituído por Manuel A. Vallejos¹³².

É importante assinalar que até esta data todos os componentes da comissão, por uma observação de seus sobrenomes, tinham origem alemã. Neste sentido, a análise das composições da Comissão de Fomento de Puerto Rico ao longo da década de 1930, permite observar transformações na relação das autoridades com a presença de estrangeiros na localidade, bem como o papel destes na administração pública. Neste sentido, foi possível observar que a mesma composição da Comissão de Fomento de 1932 (com a substituição de Ely por Vallejos), foi mantida em 1934, quando a Comissão de Fomento do biênio 1934/1936 foi indicada¹³³. Em 31 de agosto de daquele ano, a substituição de Fridolino Eisele por Carlos Kemptner garantiu a manutenção da presença massiva de indivíduos de sobrenome alemão na comissão¹³⁴.

Todavia, em 19 de agosto de 1936¹³⁵, uma nova composição anunciada para o biênio seguinte, determinou o aumento do número de indivíduos de origens variadas na nominata, bem como o período de vigência da comissão foi demarcado pela presença majoritária daqueles. O grupo nomeado em agosto era composto por José Alejo Rauber, Manuel Antonio Vallejos, Alejandro Martínez, José Husson e Pedro José Brandt. Rauber renunciou em 20 de setembro de 1937 e foi substituído por Eudoro F. Buzzi¹³⁶. Brandt também abdicou a seu cargo em 30 de junho de 1938, a um mês do final do período de vigência do biênio, e, para seu lugar, foi

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 372. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série E, 1933, n. 7, f. 236. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³⁴ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série E, 1933, n. 7, f. 261. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1933, n. 7, f. 527. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1933, n. 7, f. 667. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

indicado Andrés J. Milano¹³⁷. A partir deste período, a Comissão de Fomento não contava com nenhum sobrenome alemão em sua nominata, mas sim dois de origem *criolla* ou espanhola, dois de nome familiar italiano, e um francês. Na nominata estabelecida em 22 de julho de 1938 havia apenas um sobrenome alemão: Eudoro F. Buzzi, Manuel A. Vallejos, Lázaro E. Fernández, **Arlindo A. Brandt** e Andrés J. Milano¹³⁸.

O gradual desaparecimento de sobrenomes de origem teutônica nas nominatas da Comissão de Fomento de Puerto Rico tem a ver com a mudança na relação do poder executivo com os imigrantes. Uma resposta possível a este processo vem de um telegrama do Secretário encarregado da Governadoria, Ángel, H. Ruíz ao Comissário de Polícia de Eldorado, datado de 26 de setembro de 1938¹³⁹. Esta mensagem legava ao Comissário a missão de indicar um habitante da localidade de Nueve de Julio que aceitasse a função de membro da Comissão de Fomento, com a explícita necessidade de que o mesmo fosse argentino nativo. A condição de argentino nativo, neste sentido, excluía todas as populações imigrantes estabelecidas em Nueve de Julio, e o mesmo deve ter ocorrido em Puerto Rico, de forma a excluir a maioria dos habitantes da localidade.

Com relação a este aspecto, há um importante estudo que fornece aportes para esta observação. A partir de uma análise de cartografia etnográfica, María Cecilia Gallero (2018) estabeleceu que a origem étnica dos compradores de terras em Puerto Rico teve a seguinte composição: 52,6% teuto-brasileiros, 20% *criollos*, 11% alemães, 10,5% suíços, 5,9% de origem desconhecida (GALLERO, 2018, p. 33). Neste sentido, se tomarmos como base este número como um indicativo da composição populacional de Puerto Rico, mais de 70% da população estava apartada da participação nas Comissões de Fomento.

Quanto à origem, em sua obra “*Con la patria a cuestras: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones*”, María Cecilia Gallero oferece um “*listado de los pioneros alemanes-brasileños en la Colonia Puerto Rico*” (p. 347), de forma a ser possível consultar alguns dos nomes presentes nas nominatas da Comissão de Fomento. Alguns casos

¹³⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série E, 1933, n. 7, f. 757. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série E, 1933, n. 7, f. 767. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 230. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ilustram bem a gradual remoção de teuto-brasileiros e demais estrangeiros das funções administrativas de Puerto Rico.

O primeiro diz respeito à chegada de Federico Scheifler¹⁴⁰ e seu filho Otto à Puerto Rico, em junho de 1919. Este Otto Scheifler é, provavelmente, o mesmo que compôs a Comissão de Fomento entre 1932 e 1936. Além de Otto, foi possível localizar dois outros casos. Em agosto de 1919, Federico Guillermo Rauber imigrou do Brasil para Puerto Rico, junto a sua esposa Leopoldina, e seu filho, Alejo, que provavelmente é o mesmo José Alejo Rauber das três primeiras nominatas da Comissão de Fomento. Além de Scheifler e Rauber, Albino Ely era mais um teuto-brasileiro. Assim, Ely, Rauber e Scheifler, como brasileiros de nascença, jamais poderiam se tornar “argentinos nativos”, de forma a estarem apartados daquela função pública a partir de 1938. Caso semelhante pode ter ocorrido com os demais membros da Comissão de Fomento, que possuíam sobrenomes teutônicos, fossem eles de nascimento na Alemanha, Brasil ou Suíça.

Todavia, diferente de Puerto Rico, em Porto Novo a cidadania da grande maioria de seus habitantes era a brasileira, visto serem oriundos do estado do Rio Grande do Sul, e, portanto, nascidos no Brasil. Assim, havia uma grande opção de nomes locais que preenchiam um possível requisito de serem “brasileiros nativos”. Outrossim, isto não impede que houvesse outros critérios excludentes, como a origem étnica, os prestígios socioeconômicos, e os alinhamentos políticos, este último que já havia sido citado por Maria Rohde (2011 [1951]).

E estes critérios serviam de crivo para as seleções, especialmente pelo fato de que os agentes públicos em Puerto Rico e Porto Novo não eram, em grande parte, indivíduos enviados para lá para ocuparem a função, mas sim membros da própria comunidade local, imbuídos da tarefa da administração pública – como o foi majoritariamente nestes primeiros anos. Assim, os transmissores do discurso nacional eram indivíduos da própria sociedade que se buscava nacionalizar, podendo significar que aquela não se tratava de um corpo homogêneo. Somente em momentos mais extremos, como no período da Segunda Guerra Mundial, ao menos para a realidade de Porto Novo, os agentes públicos eram provenientes de outras localidades, e estavam encarregados da Campanha da Nacionalização desenvolvida naquele período.

Um dos critérios aplicados, válido para ambas as localidades, era a vinculação política dos nomes locais selecionados para ocupar os cargos públicos. Neste sentido, é impensável que

¹⁴⁰ Os nomes dos imigrantes estão hispanizados na obra de María Cecilia Gallero, da mesma forma em que “Karl Franz Rohde” transforma-se em “Carlos Francisco Rohde”, no presente trabalho. Assim, deve-se atentar ao fato de as denominações estarem sujeitas à língua de divulgação dos estudos ou a linguagem aplicada nas documentações consultadas.

a designação de autoridades locais tanto em Puerto Rico quanto em Porto Novo, não tenha selecionado aqueles alinhados ao poder territorial/nacional no caso Argentino, municipal para Porto Novo, ou nos períodos de interventoria em Santa Catarina, a aqueles que dirigiam os países no contexto. E o alinhamento, ao menos para o horizonte de Porto Novo, pode ser comprovado com duas evidências. A primeira é uma notícia sobre o reconhecimento do diretório do Partido Liberal Catarinense nas cidades de Biguaçu e Chapecó no periódico “*República*”¹⁴¹ (vinculado ao Partido Liberal Catarinense e dirigido por Nereu Ramos), publicado em 30 de julho de 1931¹⁴²:

Figura 24 - Nominata do Diretório do Partido Liberal Catarinense do município de Chapecó (1931).



Fonte: *República*, Florianópolis, ano 1, nº 232, 30 jul. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

Como indicado pela ilustração, Carlos Rohde, assim como Carlos Culmey (na época residente em Passarinhos¹⁴³, e administrador das colonizações da região ao leste de Porto Feliz), fizeram parte da nominata inicial do Diretório do Partido Liberal Catarinense, força política

¹⁴¹ Não é o mesmo periódico em que Othon Gama D’Eça publicou seus textos sobre a viagem ao oeste de Santa Catarina.

¹⁴² A notícia foi localizada a partir de uma busca combinada das palavras-chave “*Carlos Rohde*” no banco de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>), sob o crivo do período de tempo “1930-1939”, e da seleção do “SC” como localidade de busca.

¹⁴³ Atual município de Palmitos, Santa Catarina, Brasil.

liderada por Nereu Ramos. Neste sentido, estavam alinhados a um dos principais grupos políticos do período posterior a 1930 em Santa Catarina, e que almejava alcançar o poder estadual – O que ocorreu em 1935, quando Ramos foi eleito governador do estado pela Assembleia Legislativa. A inserção alinhada ao governo do estado facilitava os interesses políticos, bem como ampliava as possibilidades destes indivíduos. Em 19 de abril de 1933, quando Aristiliano Ramos (primo e opositor político de Nereu Ramos) assumiu a Interventoria do Estado de Santa Catarina, Carlos Rohde foi um dos citados pela *República* como presentes à cerimônia de posse no Palácio de Governo, na cidade de Florianópolis¹⁴⁴.

O alinhamento com os governadores do Estado foi renovado após a eleição de Nereu Ramos, pois, como revela outra menção em um novo periódico “*República*”¹⁴⁵, de 1935, a vinculação de Carlos Culmey e Carlos Rohde ao Partido Liberal Catarinense ainda era corrente. De acordo com a matéria, houve a reorganização do Diretório local, e entre os integrantes do mesmo estavam Carlos Culmey, Carlos Rohde e Erasmo Mello (telegrafista de Itapiranga) (REPÚBLICA, 1935).

Erasmo Mello é um dos representantes de uma função cujos ocupantes eram funcionários naturais de outras localidades, e, como no seu caso, de uma origem étnica diferente da maioria dos habitantes de Porto Novo, ou de alguns casos observáveis em Puerto Rico. Assim, é preciso informar que a unidade de Correios e Telégrafos de Itapiranga foi instalada ainda em 1930, o que foi consultado em uma notícia do *Diário da Noite*¹⁴⁶, do Rio de Janeiro, sobre os atos da Repartição Geral de Telégrafos, publicada no dia 8 de abril de 1930. Ao encargo dos serviços, estava o telegrafista de 2ª classe Agenor Valfredo de Souza Pimentel (DIÁRIO DA NOITE, 1930). Em 1932, o telegrafista encarregado era Telêmaco de Oliveira, que foi substituído ainda naquele ano por Erasmo de Mello (JUNGBLUT, 2011, p. 154).

Roque Jungblut (2011) revela que Erasmo Mello era natural de Nonoaí, Rio Grande do Sul, e é possível supor que os demais funcionários que ocuparam a função em Itapiranga eram todos vindos de outras localidades. O mesmo se dava em função do labor telegrafista ser um trabalho especializado, que requeria o conhecimento de alguns saberes técnicos específicos, que, naquele período inicial, não poderiam ser adquiridos no âmbito local. Quanto à Puerto

¹⁴⁴ Consultado em: Assumiu ontem o cargo de interventor federal do Estado o sr. coronel Aristiliano Ramos. **República**, Florianópolis, ano 2, nº 754, p. 1, 20 abr. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

¹⁴⁵ O diretório da coligação em Chapecó se solidariza com o Partido Liberal. **República**, Florianópolis, ano 2, nº 396, p. 1, 14 jul. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

¹⁴⁶ A notícia foi localizada a partir de uma busca da palavra-chave “Itapiranga” no banco de dados da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>), sob o crivo do período de tempo “1930-1939”, e da seleção do “SC” como localidade de busca.

Rico, esta contava apenas com uma repartição dos Correios em 1932¹⁴⁷, enquanto que a unidade radiotelegráfica mais próxima se encontrava em Eldorado, de acordo com um telegrama de 1934¹⁴⁸.

Todavia, é possível observar o envio de indivíduos não naturais da região para ocuparem funções públicas a partir de outras repartições. Um caso é o da polícia, cujo primeiro destacamento, de acordo com Maria Gallero (2009) foi instalado em Puerto Rico em 1921. Enquanto instituição do Território de Misiones, é possível que seus quadros fossem provenientes de várias localidades, e compostos por indivíduos que viam na força policial sua possibilidade de sustento. Os sobrenomes dos comandantes da Sub-Comissaria de Puerto Rico, por sua vez, servem de meio para observar a origem étnica dos mesmos. Um exemplo é a substituição do subcomissário Gregório Suárez por Guillermo Fronciani em 1926¹⁴⁹. O primeiro é um sobrenome *criollo*/espanhol e o segundo, é de origem italiana.

Outra função, cujos encarregados eram da força policial por um período, e depois vinculados ao juizado de paz, era o Registro Civil. Sobre esta repartição, as documentações do *Archivo de Gobernación de Misiones* permitem um detalhamento sobre seus ocupantes, assim, em 7 de fevereiro de 1927 foi decretada a instalação do Comissariado Especial de Registro Civil de Puerto Rico¹⁵⁰, sob o encargo do Subcomissário de Polícia Gregório Suárez¹⁵¹. Suárez foi substituído nesta função pelo oficial de polícia Armando Giménez em março de 1929¹⁵². Ainda em 1931, o oficial de polícia Juan R. Rios acumulava a função de Comissário local e o Registro Civil de Puerto Rico, mas a última repartição foi transferida para o civil Fidel de Arrechea, que

¹⁴⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie G, 1931, n. 3, f. 24-25. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁴⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1933, n. 7, f. 77. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁴⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie G, 1915, n. 1, f. 234. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁰ De acordo com María Cecilia Gallero, até esta data os registros de pessoas eram realizados pela Companhia Colonizadora (GALLERO, 2009, p. 129).

¹⁵¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1927, n. 3, f. 24. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1927, n. 3, f. 401. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

somou a atribuição ao cargo de Juiz de Paz¹⁵³. Neste sentido, todos tinham sobrenomes de origem *criolla*/espanhola.

Todavia, em 1932 foi possível encontrar um registro de um sobrenome de origem nórdica. Neste sentido, em janeiro daquele ano, Alejandro Lassen foi indicado como suplente em caráter *ad-honorum* de Fidel de Arrechea¹⁵⁴. Além disso, o titular do cargo renunciou no dia 3 de outubro daquele ano, de forma que seu suplente assumiu o cargo, e, para substituir Lassen na função anterior, foi indicado o nome de Guillermo Schuster¹⁵⁵. Em 1934, a permanência de Lassen na função foi prorrogada por um novo período legal de dois anos¹⁵⁶. Já, em dezembro de 1935, quando Guillermo Schuster ocupava a função, este renunciou e foi substituído por Leopoldo Golpe y Cora¹⁵⁷. Lassen retornou ao cargo em dezembro de 1936, sendo nomeado para mais dois anos¹⁵⁸. A sequência de substituições e nomeações do cargo localizada nas documentações do *Archivo de Gobernación de Misiones* fica completa com a indicação de Leopoldo Golpe y Cora como suplente em janeiro de 1938¹⁵⁹, e, como titular, em abril de 1942, o nome de Ricardo Sequeiros¹⁶⁰.

¹⁵³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 154. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁴ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 245. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 385. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1933, n. 7, f. 272. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1933, n. 7, f. 443. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1933, n. 7, f. 545. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁵⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1933, n. 7, f. 720. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁶⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 791. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

A partir de uma observação das nomeações, dos selecionados, bem como da função que ocupavam, é necessário afirmar que se tratava de cidadãos argentinos, não havendo a possibilidade de uma nomeação de estrangeiros não naturalizados. Por outra parte, tinham uma origem externa à Puerto Rico, podendo circular entre várias localidades. Sobre este último aspecto, recordamos telegramas de 1927¹⁶¹ que tratavam da circulação de funcionários entre Misiones e a província vizinha de Entre Ríos, justamente por necessidades encontradas em determinados períodos.

Mas não bastava serem cidadãos argentinos, pois a tendência do período conduzia para a necessidade de serem argentinos natos, como ocorria com o caso das formatações das Comissões de Fomento. Com relação a este aspecto, também é necessário citar o telegrama do Secretário encarregado da Governadoria, Julio Amarante, ao Comissário de Polícia de Eldorado, com data de 27 de outubro de 1934¹⁶², em que solicitava a indicação de um candidato ao cargo de auxiliar dos Correios daquela localidade, função com uma remuneração de 90 pesos. Os critérios para a seleção eram de que o indivíduo fosse argentino nativo e tivesse entre 18 e 35 anos. Assim, é possível afirmar que o mesmo ocorria com o Juizado de Paz e o Registro Civil.

Neste sentido, é possível pensar que tanto a administração de Puerto Rico ao final da década, materializada na Comissão de Fomento, quanto funções policiais, dos correios, do juizado de paz e do registro civil, principais repartições públicas instaladas na localidade, excluía de seus quadros de funcionários os teuto-brasileiros. Estes, pela condição de brasileiros de nascença, apesar da vinculação étnica teutônica, jamais poderiam se tornar argentinos nativos, justamente por terem nascido no solo de outro país, e sem uma vinculação paterna ou materna à algum cidadão argentino.

Outros grupos que passavam pela mesma situação eram os alemães e romenos de Porto Novo, e os suíços de Puerto Rico. Estes eram originários de um fluxo migratório da década de 1930 causado pelo contexto europeu. Com relação a este aspecto, Maria Rohde (2011 [1951]) revela que a partir da década de 1930 iniciou a imigração europeia para Porto Novo. Neste sentido, a partir do intermédio da associação alemã *St. Rafaelsverein*, veio um significativo

¹⁶¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1927, n. 1, f. 170-171, 226. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁶² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série T, 1936, n. 1, f. 608. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

contingente de alemães natos, aos quais foi destinada uma localidade específica na colonização, a Linha Presidente Becker, localizada junto ao Rio Peperi-Guaçu, na fronteira com a República Argentina (ROHDE, 2011 [1951]). Também foi registrada vinda de teuto-romenos, que vieram a partir da Alemanha (JUNGBLUT, 2011).

Com relação a Puerto Rico, María Cecilia Gallero (2008) cita a vinda de um significativo contingente de suíços entre 1925 e 1929, e com um novo fluxo a partir da década 1930. O primeiro fluxo representou a permanência de suíços na região, mas também a formação da localidade de Oro Verde. Todavia, de acordo com a autora, a partir de um contexto de problemáticas decorrentes da Grande Depressão (após 1929), e ciente da situação penosa na Suíça, a *Companhia Eldorado* tratou de realizar uma intensa propaganda para atrair mais colonos suíços, que em grande parte se estabeleceram na Linha Cuchilla (GALLERO, 2009).

Assim, Puerto Rico e Porto Novo contaram com significativos contingentes de imigrantes europeus, que conformaram um panorama de heterogeneidade cultural presente nas espacialidades. Em ambas as realidades, os imigrantes alemães, teuto-romenos e suíços tiveram fortes contrastes com relação aos teuto-brasileiros. Os mesmos falavam uma língua distinta, e, de forma geral, a maior diferença entre os dois estava no fato de que haviam sido submetidos, ao longo de quase um século, a realidades históricas e nacionais diferenciadas (GALLERO, 2009).

Mas todos estes conjuntos de imigrantes foram submetidos às alterações das relações com os mesmos a partir dos Estados-Nação da década de 1930. Esta, foi decorrente de reflexões realizadas pelas elites e camadas intelectuais durante a primeira metade do século XX, e que conduziram a uma noção de um nacionalismo cada vez mais “exclusivo” que não permitia vinculações duplas, a pátrias de “origem” e de “nascença”.

No Brasil, foi construída uma narrativa identitária baseada na noção da junção de três “raças”, os brancos (de origem lusitana), negros e indígenas, em que se somavam elementos dos três grupos, e o resultado era um indivíduo cuja característica étnico-racial era a branca (LESSER, 2015). Os contingentes imigrantes que ingressavam deveriam servir para o melhoramento da “raça brasileira”, como era considerado no século XIX, para o qual foi realizada uma seleção a partir do Estado e das elites dirigentes, que privilegiava aqueles de origem europeia (LESSER, 2015).

Todavia, Jeffrey Lesser (2015) afirma que a partir da década de 1930, a imigração passou a ser encarada a partir da problemática da integração, que direcionava a observação para os núcleos de imigrantes que mantinham suas características culturais, como a língua, e, portanto, eram considerados como não-integrados. Uma das soluções foi o estabelecimento de

cotas para o ingresso de estrangeiros, da qual estava isenta a nacionalidade portuguesa, bem como da composição de núcleos coloniais. Além disso, a partir do final da década, e, com uma atenção maior durante o Estado Novo (1937-1945), foram conduzidos esforços sistemáticos em torno da nacionalização de populações brasileiras descendentes de estrangeiros (LESSER, 2015).

Com relação à Argentina, Oliver Compagnon (2014) considera que as elites argentinas não reivindicam uma origem vinculada à uma “mistura de raças”, mas sim aspectos vinculados à hispanidade, que passou a se afirmar no centro do discurso nacionalista argentino deste período. Mas também eram admitidos elementos da identidade gauchesca¹⁶³ e a forte imigração entre o final do século XIX e o começo do século XX (COMPAGNON, 2014, p. 306-307). Além disso, o autor também afirma que durante a Primeira Guerra Mundial, tanto a Argentina quanto o Brasil desenvolveram um temor ou simplesmente interrogações com relação à integração das comunidades estrangeiras presentes no país (COMPAGNON, 2014).

Günther Mros (2019), por sua vez, percebe que a identidade brasileira pensada ao longo do período se baseava em um modelo francês, alicerçado na noção de uma miscigenação, e, a partir da construção da Alemanha como um “inimigo ideal”, se opunha às suas noções de pureza racial. Assim, a afirmação interna e externa do país se fez a partir de uma oposição identitária, bem como de políticas internas voltadas à integração dos imigrantes, também baseadas na noção de um “perigo alemão”, que será abordada no capítulo seguinte.

Todas estas alterações nas noções identitárias acompanharam um contexto histórico conflituoso, especialmente no Brasil. Além disso, em ambos os países surgiram, nesta década, movimentos de extrema-direita que também cunharam suas concepções de nação, e tiveram a aceitação nos núcleos imigrantes, como é o caso do Brasil e em Porto Novo com a Ação Integralista Brasileira (AIB). No caso argentino, a “direita nacionalista”, teve força significativa, mas indícios da presença de movimentos vinculados a mesma em *Puerto Rico* não foram localizados.

Com relação a este movimento, o governo do general José Félix de Uriburu foi transitório, apesar de suas pretensões autoritárias. Em 1931, um processo eleitoral demarcado pela fraude, e pelo início de um longo período de abstenções das disputas presidenciais por parte da *UCR*, consagrou o general Augustín P. Justo como presidente argentino para o sexênio 1932-1938, como citado anteriormente. No Brasil, ainda nos primeiros anos do governo de

¹⁶³ Vinculada aos grupos indígenas e aos indivíduos resultantes da miscigenação com os mesmos.

Getúlio Vargas, diversos grupos políticos que apoiaram a Aliança Liberal e o golpe de 1930 passaram a ocupar o lado opositor.

Assim, tiveram parte movimentos contestatórios como a chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932, que envolveu vários grupos opositores de Vargas, e pressionou especialmente pela realização de uma Assembleia Constituinte. Mesmo derrotado o movimento contestatório, o governo aprovou algumas reformas, bem como convocou a Assembleia Constituinte para o ano seguinte, que resultou na Constituição Brasileira de 1934 (LEVINE, 2001). Além disso, Vargas também foi eleito presidente a partir de uma eleição indireta realizada pelos membros da Assembleia, ainda no ano de 1934.

Como complemento à Assembleia Constituinte nacional e a escolha de um novo presidente, os estados também realizaram suas iniciativas constituintes, bem como a escolha de seus governadores (como a função do chefe do executivo estadual passou a ser denominada a partir da década de 1930). Nas eleições indiretas para o governo do estado de Santa Catarina, já em 1935, foram postuladas as candidaturas dos primos Aristiliano Ramos (que ocupava o cargo de interventor federal desde 1933) e Nereu Ramos (CORRÊA, 1984). O vencedor acabou por ser o segundo, um dos principais articuladores da “Revolução de 1930” em Santa Catarina.

No Brasil deste período também tiveram significativo desenvolvimento os movimentos de extrema-direita e extrema-esquerda. O primeiro espectro, materializado pela fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, contou com uma significativa adesão em núcleos coloniais, como os do sul do Brasil, além de um significativo núcleo em Porto Novo¹⁶⁴, onde era liderado por Antônio Kliemann e articulado com participantes do movimento em Mondaí e São Carlos, além das demais localidades do município de Chapecó (MAYER, 2016).

No extremo oposto, o Partido Comunista, cuja atuação sofria grandes limitações, organizou um movimento de caráter de frente ampla contra o fascismo, denominado de Aliança Nacional Libertadora (ANL), que também contou com um significativo número de adeptos (em Porto Novo não foi registrado nenhum). Na Argentina, além da direita nacionalista, cujas características eram próximas à AIB, atuava uma significativa força de esquerda, o Partido

¹⁶⁴ O movimento ressurgiu em Itapiranga a partir de 1945, quando foi criado um núcleo local do Partido de Representação Popular (PRP), sucessor da AIB, e também liderado por Plínio Salgado. Enquanto o movimento político de maior força na localidade, em 1951, o PRP de Itapiranga logrou eleger Vicente Schneider enquanto deputado estadual, o único representante da sigla na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), feito muito significativo para a localidade e para o partido. Neste parlamento, Schneider conseguiu atuar a favor da emancipação administrativa de Itapiranga, que, com sua ajuda, foi transformada em município no ano de 1954. Mas Schneider não foi o único deputado de Itapiranga pelo PRP, e teve como sucessor Querino Flach, que permaneceu na ALESC até o final da década. Ver mais em: JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3ª ed.. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

Socialista (PS), que chegou a contar com a figura de Juan B. Justo, na década de 1920, e significativos resultados eleitorais (ROMERO, 2007a).

A questão partidária e eleitoral pode ser observada como um dos aspectos de integração à alguma perspectiva nacional, a partir da circulação de discursos nacionais nestes âmbitos (QUIROGA, 2011, 2013). Todavia, existem significativas limitações quanto a este aspecto no que diz respeito a Puerto Rico e Porto Novo. Na primeira localidade, os habitantes não poderiam exercer o direito ao voto e a escolha de seus representantes. Porto Novo, por sua parte, experimentou apenas uma efêmera experiência democrática.

Este aspecto está vinculado ao golpe de 1930, e a sucessão de Interventores Federais no estado de Santa Catarina, que resultaram em um período de impossibilidade do acesso ao voto, suspenso em 1933, com a eleição para a Assembleia Constituinte Brasileira, e sucedido em 1934 com a escolha dos deputados que iam compor a Constituinte Estadual. Mesmo com esta impossibilidade, é difícil imaginar uma participação massiva da população portonovense, podendo ter se resumido a alguns casos, especialmente aqueles vinculados a autoridades municipais, e que portassem a cidadania brasileira. Mas é entre estes processos eleitorais e 1937, que se desenvolvem as vinculações políticas na região, como já citado para o caso da AIB, bem como são gestados núcleos locais de movimentos partidários, o que demonstra um interesse da população para com a situação política brasileira. Percebemos neste movimento, assim como em outras filiações políticas, representantes da esfera *semipública* em nível local, capaz de difundir visões nacionais, e atuar na integração destes indivíduos à nacionalidade brasileira, ainda que sobre visões distintas de algumas das partes dirigentes. Participar de movimentos como o integralismo significava o interesse pela vida política local, estadual e/ou nacional, ou seja, uma integração à realidade do país.

O contexto político, e a efêmera realidade democrática foram abalados a partir de 1935. Neste ano, a fracassada “Intentona Comunista” ou “Levante Comunista”, uma série de “quarteladas” promovidas por integrantes do Partido Comunista, e seu movimento em formato de frente popular (recentemente posto na ilegalidade), a Aliança Nacional Libertadora (ANL), deram razão para o governo instituir, com a anuência do Congresso, o “estado de sítio”, constantemente renovado até 1937 (VIANNA, 2020).

Além disso, a Intentona motivou, em 1936, a criação do Tribunal de Segurança Nacional, um órgão de exceção vinculado à Justiça Militar, responsável pelo julgamento daqueles que cometiam delitos enquadrados enquanto “crimes contra a segurança nacional”, que nos primeiros anos foram notadamente os comunistas (MAYER, 2021). Os crimes, por sua vez, haviam sido definidos ainda antes do movimento dos comunistas, em abril de 1935, sob a

“Lei de Segurança Nacional”, que previa a censura dos meios de comunicação, e prisão de até dez anos para quem desse estímulo ou promovesse manifestações dentro das Forças Armadas ou greves nos serviços públicos (PANDOLFI, 2020). Com base nestes dois mecanismos, o Estado tratou da perseguição de seus principais opositores na época.

Apesar da ampliação de poderes de Getúlio Vargas, Pandolfi (2020) revela que este não teve o apoio necessário por parte do Congresso para ampliar seu mandato presidencial, bem como dos principais governadores dos estados (à exceção de Minas Gerais). Neste sentido, novas eleições estavam agendadas para 1938, e três candidaturas principais já haviam sido apresentadas: Armando de Sales Oliveira (então governador de São Paulo), representante de diversos grupamentos oposicionistas; José Américo de Almeida, candidato de grupos situacionistas, bem como de forças do Norte/Nordeste e do tenentismo; e Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB) (PANDOLFI, 2020).

Todavia, a iminência das eleições, e a possibilidade do apartamento do poder de diversas lideranças que o alcançaram em 1930, ou ao longo período, fez surgir a necessidade de contornar os meios democráticos. Desta forma, o “perigo comunista” motivou, em 30 de setembro de 1937, a difusão de um suposto plano de um golpe de estado promovido pelos comunistas, conhecido como “*Plano Cohen*” (LEVINE, 2001). Esta revelação, baseada em um documento falso criado por Olympio Mourão Filho (membro da AIB), motivou o retorno ao estado de guerra por parte da Câmara Federal, de forma a serem suspensas as garantias constitucionais por noventa dias (PANDOLFI, 2020).

Para além desta medida, foi fortalecida a articulação em torno da permanência de Getúlio Vargas no poder. O processo de articulação teve como um de seus principais opositores o governador do estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que perdeu o controle da Brigada Militar (força policial militarizada do estado, mais tarde federalizada), e foi forçado a renunciar. Findados os preparos, no dia 10 de novembro de 1937 o Congresso Nacional foi sitiado por tropas da polícia militar, e um golpe de estado foi perpetrado.

De acordo com Robert Levine (2001), o golpe foi garantido a partir do apoio dos militares, bem como da transmissão ao exterior de que tudo corria bem. A partir deste processo, foram canceladas as eleições presidenciais de 1938, revogada a Constituição de 1934, e adotada uma nova carta constitucional, elaborada por Francisco Campos, que “[...] conferia virtualmente todo o poder ao chefe de Estado” (LEVINE, 2001, p. 82). Pouco tempo depois, em uma cerimônia carregada de forte simbolismo, foram queimadas as bandeiras estaduais, de forma a demonstrar que o único símbolo aceito a partir daquele momento, bem como o centro

do poder nacional, era a flâmula verde-amarela, sob a condução de Getúlio Vargas (LEVINE, 2001).

Não foi somente a diminuição das autonomias estaduais que caracterizou a Constituição de 1937. A Carta Constitucional decretou a ilegalidade dos partidos políticos brasileiros, inclusive a Ação Integralista Brasileira, que apoiou o golpe de estado, e as sedes de partidos estrangeiros. Sobre estes últimos, Jorge Luiz Ferrer (2014), revela que alguns meses mais tarde, o fechamento do Partido Nacional-Socialista Alemão (NSDAP) no país, a prisão de um dos líderes regionais deste (Ernest Dorsch), bem como a proibição da propaganda nacional-socialista em jornais e revistas, e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em escolas no sul do país, irritou profundamente o Embaixador Alemão no país, Karl Ritter.

Este protestou seguidas vezes junto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e em uma reunião pessoal com Getúlio Vargas, o que inaugurou um período de atritos entre os governos brasileiro e alemão que culminou na solicitação de substituição do Embaixador, em outubro de 1938 (FERRER, 2014). Ao mesmo tempo, foi solicitado o retorno de Moniz Aragão, Embaixador do Brasil na Alemanha. Somente em junho de 1939 o Brasil recebeu o novo Embaixador Alemão, Kurt Pruefer, após um período de quase oito meses de ausência deste tipo de representante no país (RAHMEIER, 2020).

Todavia, o novo contexto político também deixou inconformada a Ação Integralista Brasileira. De acordo Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020), os integralistas apoiaram o golpe de estado de 1937, pois, além dos alinhamentos ideológicos, estes receberam a promessa de que Plínio Salgado seria o Ministro da Educação no novo regime, um cargo de grande prestígio para o movimento, muito em função de suas possibilidades de difusão de ideias. No entanto, o não cumprimento da promessa, bem como a dissolução do partido, a proibição de milícias cívicas e de simbologias e uniformes de tais entidades, causou uma profunda frustração nos integrantes da AIB, dos quais, uma pequena parcela, iniciou uma conspiração contra Vargas (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

Assim, os autores relatam que na noite do dia 10 de maio de 1938, o Palácio do Catete, então sede e residência da Presidência da República, foi atacado por militantes integralistas. Após horas de tiroteio entre os integrantes do *putsch*, os guardas do palácio, e a família Vargas, o movimento foi repellido (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). A partir deste momento, uma rigorosa investigação promovida pelo Chefe de Polícia, Filinto Müller, descobriu detalhes sobre a articulação dos integralistas, bem como prendeu cerca de 1.500 indivíduos suspeitos. O Tribunal de Segurança Nacional, anteriormente voltado para os comunistas, passou a condenar também os indivíduos suspeitos de vinculação com o *putsch* integralista (MAYER, 2021).

Jorge Ferrer (2014), revela que muitos cidadãos alemães foram presos, suspeitos de terem relação com a tentativa frustrada do golpe integralista, mas cuja inocência acabou sendo comprovada. Este foi um dos fatores vinculados à crise com a Embaixada Alemã. Além disso, após este período, o integralismo e o nazismo passaram a ser percebidos enquanto ideologias alinhadas, sendo a primeira um braço da segunda no país, mesmo que apresentavam profundas diferenças ideológicas (FERRER, 2014)

Em suma, o contexto político da década, que representou uma gradual alteração da relação com os imigrantes, impactou as localidades de Puerto Rico e Porto Novo. Neste sentido, a presença da *esfera pública* fez sentir estas transformações, que conduziam a um cada vez maior controle estatal, na ingerência sobre as atividades dos imigrantes, ou na conformação de instituições capazes de difundir uma identidade nacional nas localidades. Com relação a estes aspectos, a próxima seção está direcionada a analisar algumas das relações que dizem respeito ao estabelecimento de profissionais da saúde em *Puerto Rico*, da ingerência sobre as manifestações patrióticas e o tema das escolas em ambas as localidades de estudo.

3.3 PROFISSIONAIS NATIVOS, SÍMBOLOS PÁTRIOS E ESCOLAS: OS INDÍCIOS DO CONTROLE ESTATAL

Como abordado na seção anterior, a escolha dos funcionários públicos de Puerto Rico e Porto Novo estava submetida a determinados critérios, em que se sobressaía a questão da nacionalidade, com a necessidade de serem nativos dos países. Os critérios de exclusão e inclusão, neste sentido, demonstram formas de relação com as populações imigrantes em Puerto Rico e (i)migrantes em Porto Novo. Estes são também representativos deste contexto político e das transformações decorrentes das reflexões nacionalistas fortalecidas a partir da Primeira Guerra Mundial. O processo foi acompanhado pela ingerência sobre manifestações nacionalistas/patrióticas dos (i)migrantes, bem como da instalação de instituições públicas, que tinham uma mesma finalidade, que era a de integrar os “corpos estranhos” residentes na Argentina e no Brasil. Todavia, no caso das instituições públicas de ensino, estas conviveram com estruturas já existentes, organizadas pelas populações locais de Puerto Rico e Porto Novo.

Com relação a estes aspectos, as fontes consultadas permitiram a localização de alguns casos a serem expostos para a análise. Os mesmos foram selecionados pela recorrência, como é o caso do controle sobre os médicos e odontólogos presentes em Misiones, ou as autorizações sobre as manifestações patrióticas, notadamente o uso de bandeiras estrangeiras. Além disso, a questão do ensino, público ou privado, foi observada, a partir das bibliografias afins ao tema do

nacionalismo e nacionalização, como um aspecto essencial na difusão de identidades nacionais, de forma que a leitura das fontes teve privilegiada a busca sobre aspectos vinculados à tal questão.

Neste sentido, na presente seção serão abordadas algumas questões da relação dos Estados-Nação com as populações teuto-brasileiras de Puerto Rico e Porto Novo, a partir dos exemplos do controle sobre os profissionais estrangeiros, das manifestações nacionalistas/patrióticas, e da relação com as instituições de ensino privadas, frente à aquelas de controle do estado. Assim, tratam-se de indícios da gradual ingerência do estado sobre a *esfera pública, semipública e privada*, a partir da instalação da presença dos Estados-Nação através de repartições públicas, seja de fim administrativo ou de serviços.

Além disso, quanto ao ensino, a partir da presença de instituições públicas, seus docentes estavam encarregados de difundir determinados discursos nacionais, e, conseqüentemente, construir um “espírito de argentinidade” ou “brasilidade”. E estas estruturas o faziam de forma paralela ou, no caso brasileiro (a partir de 1938), de forma exclusiva, frente às estruturas privadas organizadas pela população ou pertencentes a ordens religiosas (neste caso, a partir de um controle sobre suas diretrizes).

Um dos aspectos, neste sentido, abordado anteriormente com relação à ocupação de cargos públicos, é a nacionalidade. A partir da década de 1930, tanto na Argentina quanto no Brasil, passaram a ser privilegiados os cidadãos natos, em um primeiro plano, e naturalizados, na seqüência, para a ocupação de determinados cargos públicos ou para o emprego em determinados trabalhos. Desta forma, a partir do *Archivo General de Gobernación de Misiones*, foi possível abordar um dos casos de análise, observado a partir de sua recorrência, o dos médicos e odontólogos. O mesmo será realizado a partir da seleção de alguns telegramas localizados na documentação e que permitem traçar um horizonte sobre a questão.

Neste sentido, no dia 22 de abril de 1932¹⁶⁵, reiterando um telegrama do dia 18, o Secretario da Governadoria de Misiones, Juan Olmo, solicitou ao Comissário de Polícia de Puerto Rico se havia algum médico nacional radicado na localidade. A resposta negativa¹⁶⁶, três dias depois, foi repassada pelo Governador de Misiones, Carlos Acuña, ao Presidente do

¹⁶⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1931, n. 5, f. 373. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁶⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1931, n. 5, f. 374. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Departamento Nacional de Higiene. Uma nova informação deste tipo, e também com uma resposta negativa, foi enviada ao mesmo departamento, e diz respeito ao dia 27 de agosto de 1935¹⁶⁷, pelo então Secretário encarregado pela Governadoria de Misiones, Julio Amarante. Novas solicitações de informação foram realizadas para a localidade de Capioví no começo de setembro, cuja resposta negativa também foi repassada ao Departamento Nacional de Higiene¹⁶⁸.

O quadro de ausência de médicos com diplomas nacionais em Puerto Rico persistia em setembro de 1937, quando foi informado ao Departamento Nacional de Higiene que na localidade apenas atuavam os estrangeiros Maronich e Rouez¹⁶⁹ (sem especificação de suas nacionalidades). Quanto à presença de odontólogos, em 1938 foi informado que não havia nenhum destes presentes em Puerto Rico que fosse portador de diploma nacional¹⁷⁰. Foi apenas no dia 7 de janeiro de 1939 que o “médico nacional” Carlos E. Montag abriu seu consultório em Puerto Rico¹⁷¹. Todavia, este teria permanecido por pouco tempo, tendo sua ausência definitiva na localidade sido notificada no mês de janeiro do ano seguinte¹⁷².

Com relação à dentistas argentinos nativos, um telegrama do dia 29 de novembro de 1939, destinado ao Presidente do Departamento Nacional de Higiene, J. Spangenberg, assinado pelo Secretário da Governadoria Javier Celestino Rosas, informava que em Puerto Rico não existia algum dentista nacional, mas atuava com autorização o prático Julio César Ronsberg¹⁷³

¹⁶⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 391. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁶⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 394, 395. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁶⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série T, 1936, n. 1, f. 358. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série T, 1936, n. 1, f. 485. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série T, 1936, n. 1, f. 681. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série T, 1936, n. 1, f. 928. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série T, 1936, n. 1, f. 895. Disponível em:

(sem nacionalidade informada). Estas configuram algumas das solicitações de informações sobre médicos e odontólogos que foram constantes para todo o Território Nacional durante o período de análise, de forma a representar um significativo número dos telegramas consultados.

A grande quantidade de requerimentos de informações deste tipo, direcionadas para as mais diversas localidades de Misiones, além dos destinos de tais informações, transformaram a questão, em um primeiro olhar, em um aspecto puramente sanitário. Todavia, um telegrama de 25 de novembro de 1934, assinado pelo governador Carlos Acuña e direcionado ao Presidente do Departamento Nacional de Higiene, Miguel Sussini, expõe um conflito com relação à presença de um médico argentino e um médico estrangeiro na localidade de Oberá: “Desde meados de julho exerce em Oberá médico nacional Doutor Ramon Evaristo Castro e apesar das comunicações que dirigi a esse Departamento, ainda continua exercendo também no mesmo lugar o estrangeiro autorizado Senhor Fernando Irmay. – Imploro que se interesse pelo **assunto que prejudica um profissional argentino**” (grifos nossos)¹⁷⁴.

Neste sentido, a presença autorizada de um médico estrangeiro era observada pelo governador como um fator de prejuízo a outro profissional nacional da mesma área instalada em Oberá, e o recurso ao Departamento Nacional de Higiene visava a cassação da permissão de Fernando Irmay em atuar na localidade. Este aspecto torna importante regressar a outras comunicações anteriores à solicitação do governador, que permitem estabelecer um panorama do conflito.

Assim, a ida de Fernando Irmay para Oberá, a fim de exercer sua profissão, pode ter sido resultado de uma ação própria do profissional, ou do mesmo ter sido contratado por alguma sociedade particular da localidade, como ocorreu com o médico F. F. Heisecke pelas mãos da Sociedade Germânica de Socorros Mútuos de Leandro N. Alem, em maio de 1934¹⁷⁵. Todavia, em 17 de julho de 1934, o governador revelou ao Comissário de Polícia de Oberá ter o

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷⁴ [Tradução nossa]: “Desde principios de Julio ejerce en Obera medico nacional Doctor Ramon Evaristo Castro y a pesar de las comunicaciones que ha dirigido a ese Departamento, aun continua ejerciendo tambien en el mismo lugar el extranjero autorizado Señor Fernando Irmay. – Ruegole interesarse por el asunto que perjudica a un profesional argentino”. Ver mais em: ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 250. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 149. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

conhecimento do estabelecimento do médico Ramon Evaristo Castro nesta localidade¹⁷⁶. Em um novo telegrama, datado de 30 de julho daquele mês, e endereçado ao Presidente do Departamento Nacional de Higiene, o governador revelou que Ramon Evaristo Castro teve seu diploma de medicina pela *Universidad de Córdoba* expedido em princípios daquele ano, e se estabeleceu em Oberá por conta própria, no final de junho, quando comunicou ao público a abertura de seu consultório¹⁷⁷.

A informação voltada ao Departamento Nacional de Higiene, bem como o lapso de novas comunicações até o mês de novembro daquele ano, obriga a algumas deduções sobre o processo. O telegrama de 30 de julho permite observar que se tratava de uma sinalização de que na presença de um médico nacional recém instalado, o médico estrangeiro deveria perder sua licença, em benefício do argentino. Além disso, em uma pequena localidade como Oberá, a divisão do exercício da medicina entre dois indivíduos certamente iria prejudicar aquele com uma menor inserção na sociedade, neste caso, o argentino nato recém instalado. Neste sentido, a grande presença de indivíduos de origem germânica poderia conduzir a um maior acesso aos serviços de Fernando Irmay, em detrimento do médico nacional. É com esta ótica que o pedido pelo benefício de um profissional argentino pode ser observado.

Para além do caso de Castro frente a Irmay, a política de privilegiar os profissionais argentinos foi contínua, como comprovam algumas menções nas documentações do *Archivo de Gobernación de Misiones*. Assim, já em novembro de 1943, Julian J. Garronchena, Secretário encarregado pela Governadoria, encaminhou uma solicitação ao Departamento Nacional de Higiene, informando que o médico argentino Vicente Pampello, que já possuía um consultório na localidade de Capioví, desejava abrir um ponto de atendimento em Puerto Rico¹⁷⁸. Como complemento à mensagem, Garronchena incluiu seu comentário de que “me permito opinar não

¹⁷⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 176. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1933, n. 7, f. 178. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁷⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1940, n. 8, f. 961. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

deve dar lugar a solicitações de médicos estrangeiros para exercer em dita localidade”¹⁷⁹. A mesma opinião foi reiterada pelo governador Eduardo N. Otaño poucos dias depois¹⁸⁰.

Estes casos de Misiones permitem observar como a questão era tratada na Argentina, e o peso que a mesma tinha na relação com os imigrantes e o exercício e suas profissões, que não poderia ocorrer em prejuízo a profissionais argentinos. Para a realidade brasileira, por sua vez, existem algumas menções a formas de beneficiar profissionais nacionais frente aos estrangeiros, especialmente na composição populacional do espaço fronteiriço, a partir do *Decreto-Lei Nº 406*, de 1938, que será abordado adiante.

A questão dos médicos, em Porto Novo, por sua vez, não apresentou uma realidade semelhante à Argentina. O primeiro aspecto que é necessário tomar em consideração é o de que as universidades argentinas foram submetidas à uma ampla reforma a partir de 1918 (Reforma de Córdoba), que permitiu um acesso dos setores médios da população às mesmas (SARLO, 2005), que não encontra paralelo na realidade brasileira e serviu para determinar a ampliação da oferta de mão de obra do meio sanitário. Desta forma, a formação na área médica ou odontológica era algo muito mais limitado no contexto do Brasil, e distante para os extratos médios.

Neste sentido, os médicos que atuaram em Porto Novo eram de origem estrangeira: Ulrich Neff e Walter Boeger (suíços), Maximiliano Leon (alemão), Ilse Nordmann Boeger (provavelmente suíça), além da presença intermitente de Franz Kertesz nos primeiros anos (não foi possível determinar sua nacionalidade) (JUNGBLUT, 2011; SAUSEN, 2018). Além disso, a localidade chegou a contar com dois hospitais simultâneos, o Hospital São José na Sede Capela (1932-1948), dirigido por Ulrich Neff, e o Sagrada Família, das Irmãs da Divina Providência, em Itapiranga (1938-), onde atendia Maximiliano Leon (JUNGBLUT, 2011).

Com relação a estas instituições, havia pouca oferta de mão-de-obra de pessoas formadas na área para trabalharem nos hospitais, de forma que somente após o período de recorte deste trabalho (1919-1945) é que foram registrados casos de médicos brasileiros atuando na região. Todavia, o hospital da Sede Capela, controlado por Neff, que era concunhado de Carlos Rohde, também foi um fator dos conflitos locais, visto que sua instalação pesava na qualificação da localidade como mais adequada a receber a sede colonial. Além disso, o conflito

¹⁷⁹ [Tradução nossa]: “*Me permito opinar no debe hacerse lugar a solicitud de médicos extranjeros para ejercer en dicha localidad*”.

¹⁸⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série H, 1940, n. 8, f. 968. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

interno da colonização entre os padres jesuítas e a direção da *Volksverein* também tomou em consideração este aspecto.

Neste sentido, em 1936, através de uma carta ao Padre Provincial, o pároco Francisco Xavier Riederer, acometido por uma hérnia, informava que não necessitava realizar uma operação tão cedo. E, além disso, revelou não desejar realizar o procedimento no hospital da Sede Capela, pois o médico responsável era Ulrich Neff, que, apesar de qualificado, era marido da irmã de Maria Rohde, e, por isso, “[...] não queria ter de dever algo a ela e às suas duas irmãs, porque ter-se-á de agir contra Rohde” (SPOHR, 2016, p. 62). Quando o padre resolveu realizar a cirurgia necessária, o fez em Porto Alegre (SPOHR, 2016).

Além do caso do controle sobre os médicos e odontólogos, os documentos consultados no *Archivo General de Gobernación de Misiones* indicam a constante necessidade de permissão para a exibição pública de símbolos pátrios, especialmente as bandeiras dos países de origem da grande variedade imigrante estabelecida no Território Nacional. Desta forma, uma análise direcionada a relações deste tipo ao longo das décadas do recorte desta investigação, permite observar transformações quanto à permissibilidade das autoridades ou até a proibição de tais manifestações.

Neste sentido, é com relação ao ano de 1927 que foram localizados o maior número de permissões e a maior variedade de comunidades nacionais alcançadas. O formato das mensagens era usualmente padronizado, e tinha um direcionamento a todos os pertencentes a comunidades nacionais do Território, autorizando o uso de bandeiras nacionais em alguma data de importância para aquele grupo, como um aniversário de independência do país, o natalício de um dirigente político ou monarca, alguma festa nacional, entre diversos casos. Todavia, a permissão do uso de bandeiras não desobrigava o determinado grupo a hastear a mesma *sempre junto a uma bandeira argentina*. Assim, podemos expor como um exemplo deste processo a autorização do uso da bandeira sueca, expedida pelo encarregado da Secretaria da Governadoria ao Chefe de Polícia do Território, Pedro Rebollo Filho, no 3 de junho de 1927:

Tenho o prazer de me dirigir ao Sr. pela disposição do Senhor Governador, levando a seu conhecimento que segundo comunicação respectiva do Ministério do Interior, foi concedida autorização aos súditos suecos residentes na República, **para hastearem sua bandeira juntamente com a argentina** nos dias 6 e 16 do corrente, aniversários da sanção da constituição da Suécia e de S.M. o Rei, respectivamente. Saúdo o Sr. Muito att.¹⁸¹ (grifos nossos).

¹⁸¹ [Tradução nossa]: “*Tengo el agrado de dirigirme a Utd., por disposición del Señor Gobernador, llevando a su conocimiento que según comunicación respectiva del Ministerio del Interior, se ha concedido autorización a los súbditos suecos residentes en la República, para enarbolar su bandera juntamente con la argentina los días 6 y 16 del corriente, aniversarios de la sanción de la constitución de Suecia y de S.M. el Rey, respectivamente. Saludo a Utd. Muy atte.*”. ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série E, 1927, n. 3,

Outro aspecto importante é a indicação da autorização do Ministério do Interior, órgão ao qual a Governadoria estava submetida na escala hierárquica. Com relação ao ano de 1927, foram expedidas autorizações para o uso de bandeiras estrangeiras para as comunidades japonesa, grega, paraguaia, romena, norueguesa, dinamarquesa (em duas ocasiões), sueca, estadunidense, francesa, suíça, neerlandesa, alemã, sionista, italiana e iugoslava, de forma a ser o ano com a maior variedade de grupos nacionais¹⁸².

É possível inferir, a partir da estrutura textual das autorizações emitidas pela Governadoria, que as permissões eram concedidas mediante solicitação do grupo interessado, portanto, baseadas no interesse dos mesmos em realizar atos pátrios. Por outro lado, é difícil determinar se as autorizações eram respeitadas, no hasteamento conjunto com a bandeira argentina, ou até no caso de alguma proibição, mas o fato das permissões serem repassadas para autoridades policiais permite observar que havia uma vigilância dos atos realizados pelos estrangeiros. O que também tem grande relevância para esta questão é a necessidade da tutela do estado sobre as manifestações nacionalistas ou patrióticas.

Por serem autorizações gerais, voltadas a todo Território Nacional de Misiones, estas permissões incluíam Puerto Rico. Todavia, ainda suscitam um questionamento com relação à bandeira nacional que possivelmente hasteavam os brasileiros daquela localidade. Apesar da nacionalidade brasileira representar um dos maiores grupos estrangeiros presentes em Misiones naquele período, junto com os paraguaios, não foram encontradas autorizações para hastear a bandeira do Brasil em alguma data pátria, como o 7 de setembro e o 15 de novembro, ou qualquer outro momento. E, como citado, foram encontradas menções para o caso do outro país limítrofe, o Paraguai.

Neste ponto, é preciso lançar um breve olhar sobre a população de cidadania brasileira presente em Misiones. É possível assinalar dois grupos principais, um conformado por teuto-brasileiros que se direcionaram às colonizações “alemãs” ao longo do século XX, e outro, de luso-brasileiros presentes nas regiões ervateiras, geralmente limítrofes ao Brasil. O primeiro, como já assinalado, poderia se perceber como mais vinculado à uma ancestralidade germânica, enquanto que o segundo, em uma zona porosa e com várias vinculações nacionais, poderia não

f. 91. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁸² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Série E, 1927, n. 3, f. 11, 51, 74, 75, 78, 84, 91, 110, 111, 130, 142, 148, 155, 168, 173, 183. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

se interessar muito pela manifestação de um patriotismo brasileiro. Também é possível que nenhum destes grupos tenha desenvolvido algum sentimento com relação à uma vinculação à ancestralidade germânica ou um patriotismo brasileiro, a não ser que estes representassem um ponto de união na vivência comunitária no país que os recebeu.

De forma simbólica, a única solicitação para o uso de bandeiras estrangeiras localizadas para Puerto Rico diz respeito à bandeira do Vaticano, e foi feita em 1941. Em 12 de dezembro daquele ano, o Secretário encarregado pela Governadoria, Roberto Peralta, encaminhou um pedido do Padre Jorge Kemerer ao Ministro do Interior, Miguel J. Culaciatti¹⁸³. A solicitação do religioso era para o uso da bandeira do Vaticano junto à argentina no dia 14 daquele mês, data em que o neossacerdote Arnoldo Kleiner iria realizar sua primeira missa na Capela *Capiovy*. A contestação do ministro não foi localizada.

Com relação ao panorama geral do uso de bandeiras em Misiones, o ano de 1933 é significativo. A partir daquele ano diminuiu consideravelmente a emissão de autorizações para o uso de bandeiras, e a explicação parece estar em um decreto presidencial, recebido no Território Nacional no dia 29 de abril¹⁸⁴. De acordo com a mensagem: “O Presidente da Nação Argentina- Decreta: Art. 1º É proibido nas reuniões públicas, assembleias, manifestações e desfiles o uso de outras bandeiras que não a argentina e a das nações estrangeiras com quem a república mantém relações de amizade”¹⁸⁵.

Assim, ao mesmo tempo em que proibia o uso de bandeiras estrangeiras de países com quem a Argentina não mantivesse relações de amizade nas situações explicitadas, o decreto também dava abertura ao uso por parte daquelas comunidades nacionais que eram identificadas com as “nações estrangeiras com quem a república mantém relações de amizade”, sem explicitar a necessidade de uma solicitação prévia. No entanto, algumas situações permitem observar que o controle e as solicitações seguiram em curso.

¹⁸³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 380. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁸⁴ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1931, n. 6, f. 497. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁸⁵ [Tradução nossa]: “*El Presidente de la Nación Argentina- Decreta: Art. 1º Queda prohibido en las reuniones públicas, asambleas, manifestaciones y desfiles el uso de otras banderas que la argentina y las de las naciones extranjeras con quienes la república mantiene relaciones de amistad*”.

Em um telegrama ao Comissário de Polícia de Eldorado, com data de 17 de setembro de 1934¹⁸⁶, emitido pelo Secretado encarregado pela Governadoria, Julio Amarante, este explicita que não poderia permitir o hasteamento de bandeiras estrangeiras, com base em um decreto que regulamentava a questão, mas não se referia à algum país específico. Sem a determinação de um país específico é difícil conceber se o caso se tratava de algum país vetado pelo decreto presidencial de 1933, ou de um ato de omissão da possibilidade legal. Mas este não foi o único momento em que uma situação deste tipo ocorreu.

Um telegrama do governador de Misiones¹⁸⁷, Julio A. Vanasco ao “representante da comunidade alemã de Eldorado”, denominado apenas de “Senhor Weber”, em 4 de maio de 1937, revela que nas celebrações do dia 1º de maio na localidade, o Comissário de Polícia havia impedido que fosse hasteada a bandeira alemã. O telegrama ainda informa que o mesmo havia se dado por uma “omissão involuntária”, com relação ao decreto que autorizava o uso da bandeira naquele dia. Por fim, eram enviadas escusas para os conacionais do dito representante da comunidade alemã de Eldorado. Não há especificações mais exatas sobre a localidade de Eldorado onde foi o ocorrido, e o decreto referente ao uso específico da bandeira alemã tampouco foi encontrado. Apesar desta ausência, é possível determinar que a atitude do funcionário público local havia sido de censurar o uso de símbolos nacionais estrangeiros nas celebrações do dia internacional do trabalho, data nacional para os argentinos, e também de importância para os alemães natos.

No entanto, a permissão da presença de bandeiras estrangeiras, neste caso a alemã, em datas comemorativas, não foi permanente, segundo o que indica um telegrama¹⁸⁸ de Vanasco para o Comissário de Polícia de Eldorado, datado de 28 de abril de 1938. De acordo com esta comunicação, um decreto expedido no dia anterior, proibia o uso de qualquer outra bandeira nacional que não fosse a argentina nos eventos de celebração do dia 1º de maio. Também era citado que esta informação fosse comunicada para as “colônias de Puerto Rico, Montecarlo e outras estrangeiras de sua jurisdição”.

¹⁸⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1933, n. 7, f. 249. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁸⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie T, 1936, n. 1, f. 269. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁸⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie T, 1936, n. 1, f. 479. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Durante o período seguinte, que será aprofundado no próximo capítulo, a partir do dia 15 de maio de 1942, o uso de qualquer bandeira que não fosse a argentina foi proibido¹⁸⁹. Uma informação complementar provém da comunicação de Julian J. Garronchena, Secretário Encarregado pela Governadoria, à Adolfo Schwelm, de Eldorado, com data de 24 de setembro de 1943, em que explicita que a autorização do uso de bandeiras estrangeiras não cabia ao órgão que representava, e as solicitações deveriam ser realizadas por intermédio das representações diplomáticas no país¹⁹⁰. Esta situação demarca a mudança da relação com o processo, que cabia anteriormente ao Ministério do Interior.

Em Porto Novo, a questão do uso das bandeiras estrangeiras parece ter enfrentado um panorama de maior liberdade por parte de seus habitantes, ao menos até o ano de 1937. De acordo com René Gertz (1998), manifestações e até desfiles vinculados ao nacionalismo alemão e o regime nazista ocorriam no estado do Rio Grande do Sul com a anuência do governador José Flores da Cunha (1930-1937). Em Santa Catarina, o governador e depois interventor Nereu Ramos (1935-1945), não era considerado como um grande simpatizante das populações de origem alemã, o que pode representar uma diferença quanto ao estado vizinho.

Todavia, nestes aspectos de ingerência estatal é preciso perceber, como já citado, a dificuldade de controle sobre as manifestações da população. A simples proibição de um ato não quer dizer que o mesmo não ocorria, mas a existência de tal impedimento legal é um aspecto importante para uma análise sobre relações dos Estados-Nação com populações estrangeiras ou nacionais. Por outro lado, a continuidade das manifestações nacionalistas ou patrióticas vinculadas à um Estado-Nação estrangeiro, revela atos de resistência frente a políticas de nacionalização, ou, apesar destas, a manutenção de vínculos.

Atos deste tipo não foram localizados para o contexto de *Puerto Rico*, mas certamente existiram. Com relação à Porto Novo, foi localizada uma fotografia em que está exposta a bandeira alemã ao lado da bandeira brasileira, registrada entre 1938 e 1939, anos em que demonstrações deste tipo já haviam sido proibidas. Assim, na figura a seguir, está exposta uma fotografia do *Schützenverein* (Sociedade União de Atiradores) de Itapiranga entre 1938 e 1939, localizada no núcleo urbano principal de Porto Novo:

¹⁸⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 536. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁹⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 923. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Figura 25 – *Schützenverein* (Sociedade União de Atiradores), Itapiranga (c.1938-1939).



Fonte: JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo:** um documentário histórico. 3ª ed.. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011, p. 130.

Na figura exposta, a multidão aglomerada em frente à *Schützenverein*¹⁹¹, que abrigava diversas atividades culturais, e associações importantes para a nacionalidade germânica, como a de Atiradores. Em sua fachada, voltada para a Rua do Comércio, principal via urbana de Itapiranga, encontravam-se, nas duas janelas do segundo andar, expostas de forma paralela, as bandeiras do Brasil e da Alemanha (sob o regime nazista, naquele período). Havia uma terceira bandeira, exposta junto ao estandarte alemão, mas cuja identificação é impossível. Todavia, tudo leva a crer que se tratava da antiga bandeira tricolor da Alemanha¹⁹² (preta, vermelha e amarela), abolida pelo regime nazista, mas cuja representatividade ainda era recente para as populações de origem naquele país, por ser um símbolo do nacionalismo alemão, como indica George Mosse (2007).

¹⁹¹ A *Schützenverein*, cuja sede foi inaugurada em 1938 na Sede Itapiranga, abrigou algumas das principais atividades culturais comunitárias de Porto Novo, e rivalizava com a *Gesselvein* (Sociedade de artifices), vinculada aos padres jesuítas, e próxima à Igreja Matriz. Quando obteve seu registro oficial, no ano de 1941, estava em voga a proibição de nomes estrangeiros e foi adotada a nomenclatura de “Clube Sete de Setembro”, em uma forte denominação patriótica. Ver mais em: JUNGBLUT, 2011.

¹⁹² Atual bandeira da República Federal Alemã.

A abolição da bandeira tricolor, por sua vez, também contemplou as regiões com presença de indivíduos de origem alemã na Argentina, como Eldorado. Neste sentido, na ocasião da visita do Embaixador Alemão à aquela localidade, em setembro de 1936, dois telegramas do governador Julio A. Vanasco¹⁹³ serviam para instruir o Comissário de Polícia e Adolfo J. Schwelm (administrador e figura política principal da colonização de *Eldorado*) sobre o uso de bandeiras nacionais na acolhida do visitante. Ao Comissário de Polícia ficou instruído que **“caso seja utilizada bandeira alemã nos festejos a serem realizados, deve ser ela a bandeira oficial do Reich, e será içada em todos os casos conjuntamente com a argentina”**¹⁹⁴ (grifos nossos). Para Schwelm, por sua vez, foi informado que o Comissário estava ciente das práticas a serem aplicadas durante a visita do Embaixador, com relação ao uso de bandeiras, de forma a notificar que este era o responsável pela prática permitida durante o evento. Ou seja, este seria acompanhado de uma fiscalização de suas práticas.

Quanto à presença dos três estandartes na fachada do Clube Sete de Setembro, tanto o memorialista Roque Jungblut (2011), quanto o historiador Leandro Mayer (2016) se detiveram em analisar as razões da bandeira nazista estar hasteada naquela situação. A imagem foi utilizada por ambos enquanto uma evidência do interesse da população pelo regime nazista que governava Alemanha. No entanto, acreditamos que o simbolismo daquele conjunto de bandeiras ultrapassa a mera adesão ao nazismo.

A abolição de símbolos pátrios da época da República de Weimar (1918-1933), deve ter sido sentida em meio à população, que teve de aderir aos novos símbolos, como a bandeira com a suástica, e as águias nazistas, e isso inclui os residentes no exterior. Todavia, se a hipótese da bandeira hasteada junto à nazista fosse comprovada, e a terceira bandeira se tratasse do antigo símbolo tricolor, a população ainda se encontraria em um momento de adaptação, percebendo uma maior simbologia de um estandarte vinculado ao partido de extrema-direita, ao contrário da centenária bandeira do nacionalismo alemão. Certamente, o interesse pelo regime nazista também permeou a vida de alguns brasileiros de origem alemã, e, especialmente, aqueles alemães natos que viviam em Porto Novo. Todavia, a mera presença daquele símbolo não pode ser tomada enquanto uma adesão ou interesse geral pelo nazismo, visto se tratar da única bandeira alemã permitida no contexto.

¹⁹³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie T, 1936, n. 1, f. 104. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁹⁴ [Tradução nossa]: “[...] *en caso se usase bandera alemana en los festejos a realizarse, debe ser ella la bandera oficial del Reich, y se izará en todos los casos conjuntamente con la argentina*”.

Por fim, a presença da bandeira brasileira, em uma janela separada dos outros dois símbolos, permite perceber a elevação da mesma em um grau de importância equivalente na exposição. E o fato de ter sido hasteada também possibilita o levantamento de algumas hipóteses. A primeira é a de que a população não se reconhecia como vinculada somente à uma Alemanha distante, mas ao próprio país que habitavam, e onde a maioria dos mesmos nasceu. A segunda é a de que as próprias forças policiais presentes em Porto Novo obrigaram o hasteamento conjunto do símbolo nacional brasileiro com as demais bandeiras, como ocorria nestas ocasiões em Puerto Rico, e Misiones, como já abordado.

E a terceira é a de que a presença da bandeira brasileira foi uma estratégia para facilitar o hasteamento das demais simbologias sem problemas com as autoridades, de forma a não transformar aquela ocasião em uma manifestação nacional alienígena ao território em que se estabeleceram. De qualquer forma, o hasteamento de qualquer bandeira que não a brasileira era proibida naquele período, visto que a Constituição de 1937 em seu artigo 2º determinava que “A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas” (BRASIL, 1937). Além disso, a partir do *Decreto-Lei Nº 383, de 18 de abril de 1938*¹⁹⁵, foi proibido o hasteamento de bandeiras vinculadas a partidos políticos, o que poderia se aplicar à bandeira alemã da época, visto estar relacionada à simbologia nazista. Desta forma, é possível perceber que houve uma violação das normas vigentes, com ou sem a anuência das autoridades locais. Neste sentido, o horizonte do período leva a concluir que as três razões citadas se fundiram.

É certo, para concluir esta breve análise da figura, que estes sentimentos e vinculações nunca podem ser considerados como gerais, e os graus de adesão variavam para cada homem ou mulher que habitava Puerto Rico e Porto Novo. Alguns poderiam permanecer totalmente indiferentes às vinculações com os Estados-Nação de origem, e outros deveriam ter estratégias pessoais de ascensão que se baseavam em um reconhecimento e aproveitamento dos tais vínculos, entre várias possibilidades neste contexto.

Além das iniciativas de estabelecimento de formas de autoridade e serviços públicos em Puerto Rico e Porto Novo, da ingerência sobre manifestações nacionalistas ou patrióticas vinculadas a outros países, bem como da preferência sobre profissionais natos na Argentina, a década de 1930 também é o período em que se confrontam os modelos de ensino

¹⁹⁵ BRASIL. **Decreto-Lei Nº 383, de 18 de abril de 1938.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 jan. 2021.

alemão/paroquial e as escolas públicas. Neste caso, não se tratou somente das estruturas e da presença das instituições, mas também do controle ideológico dos currículos escolares.

Todavia, para explorar a problemática é preciso compreender a importância do ensino para a construção de uma identidade nacional, amplamente explorada por estudos que tratam desta temática. Assim, Ernest Gellner (2001), considera as escolas como “instituições nacionalizadoras por excelência”. De acordo com Eric J. Hobsbawm (2013), é através das escolas que o Estado-Nação cria uma perspectiva nacional em seus habitantes, por meio do ensino de uma língua, geografia e histórias nacionais. Além destes autores, Alejandro Quiroga (2011, 2013), observou nas instituições de ensino públicas um dos meios principais de circulação dos discursos nacionais. Desta forma, percebemos no ensino um meio pelo qual são difundidas e criadas noções de pertencimento, que em muito podem contribuir com a formação de uma “comunidade imaginada”, conceito que Benedict Anderson (2008) atribui à nação.

Assim, observamos que, enquanto meio de construção e difusão de uma visão de mundo baseada em recortes nacionais, o ensino, especialmente através de disciplinas como a história, que constrói mitos fundacionais da nação e costuma tratar da trajetória da mesma ao longo do tempo; da geografia, que trata do espaço físico compartilhado por esta nação, bem como explora noções de simultaneidade de existência de seus habitantes – Aspecto tão caro à construção de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) -; e as disciplinas de língua nacional, como o português e o espanhol, que estão direcionadas à uma alfabetização na língua oficial do país, e não sofrem muita competição de línguas estrangeiras, visto que suas cargas horárias costumavam ou costumam ser muito mais elevadas que estas. Mas a existência destas disciplinas, bem como o direcionamento das mesmas para uma construção ideológica deste tipo, depende do controle sobre as instituições de ensino. São seus controladores que logram direcionar os currículos para o tipo de visão de mundo considerada ideal.

Durante das décadas de 1920 e 1930, ambos os governos de Misiones e Santa Catarina demonstraram preocupações quanto à desnacionalização de suas zonas limítrofes às linhas de fronteira. A viagem de 1929, neste âmbito, foi significativa, pois houve uma ampla construção de registros em tom de preocupação quanto à realidade de Dionísio Cerqueira (geminada ao povoado argentino de Barracón¹⁹⁶). Segundo o registro de Othon Gama D’Eça (1992 [1929]), as crianças brasileiras residentes nesta localidade, ou na parte argentina, não tinha acesso a escolas brasileiras, e frequentavam a “*Escuela Nacional N° 49*”, em Barracón. Nesta instituição, assimilavam símbolos nacionais argentinos, a história daquele país como sua, bem como tinham

¹⁹⁶ Atual Bernardo de Irigoyen, Misiones, Argentina.

uma alfabetização em língua castelhana. É por este horizonte que Adolfo Konder (1929), Arthur Ferreira da Costa (2005, [1929]), Othon Gama D’Eça (1992 [1929]) e José Boiteux (2005, [1931]) consideraram aquela uma questão com uma profunda preocupação, que deveria ser sanada com a instalação de escolas públicas brasileiras.

E o outro lado da fronteira apresentava as mesmas problemáticas. Neste sentido, uma mensagem do governador de Misiones, Carlos Acuña, datada de 3 de fevereiro de 1931¹⁹⁷, e endereçado ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, Juan B. Terán, reclamava por escolas na localidade de San Alberto¹⁹⁸, região limítrofe ao Brasil, no Departamento de Frontera. Segundo o governador, o panorama da localidade, apresentado pela Inspeção Seccional, em uma região ervateira, era de que havia uma população de 80 a 90 crianças em idade escolar, sem que houvesse uma escola para abrigá-las.

Também foi informada a “notória” influência da língua portuguesa, em razão da maioria da população ser de origem luso-brasileira. Assim, “a escola, além de sua missão educadora, exerceria sua ação benéfica que é urgente imprimir, formando um ambiente nacionalista e contribuindo à [radiação ?] dos atuais habitantes”¹⁹⁹. Também foi apresentada a candidatura de Juan de Arrochea para ser o professor da escola pela qual se reclamava, “[...] cujos dotes pessoais são uma garantia para o cargo”²⁰⁰.

Como pode ser observado a partir do documento, a escola era considerada enquanto uma instituição capaz de formar um “ambiente nacionalista”, necessário neste horizonte de forte influência da população brasileira presente, de forma similar ao que era defendido para o caso de Dionísio Cerqueira. Ou seja, uma instituição capaz de integrar a população local à perspectiva nacional argentina. Além disso, a indicação de Juan de Arrochea como professor responsável pela escola, era uma garantia de que a instituição iria funcionar como se defendia.

No que diz respeito a Porto Novo, a visita do Presidente do Estado, em 1929, teve como aspectos vinculados ao ensino local, a nomeação de dois professores como “professores estaduais”, apesar de que já eram contratados pela Volksverein (ROHDE, 2011 [1951]). Neste sentido, Antonia Wiersch, professora da escola paroquial da Sede Capela, e Wilibaldo Stuelp, professor da instituição de mesmo tipo na Sede Itapiranga, passaram a ser subvencionados pelo estado (ROHDE, 2011 [1951]). Maria Rohde (2011 [1951]) revela que também havia o desejo

¹⁹⁷ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie G, 1931, n. 3, f. 10. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹⁹⁸ Não é o mesmo povoado próximo a *Puerto Rico*.

¹⁹⁹ [Tradução nossa]: “*la escuela, además de su misión educadora, ejercería su acción benéfica que es urgente imprimir, formando un ambiente nacionalista y contribuyendo a la [radicación ;] de los actuales habitantes*”.

²⁰⁰ [Tradução nossa]: “*cuyas dotes personales son una garantía para el cargo*”.

de instalação de uma escola pública em Porto Novo, mas este não teria se concretizado em razão do golpe de estado de 1930.

Com relação à política de subvenção de escolas particulares, esta era, segundo nossa concepção, uma iniciativa de reconhecer que o estado não era capaz de suprir a demanda por educação básica que a população tinha. Justamente por isso, o estado garantia recursos às estruturas organizadas pela própria população, ou seus docentes, mas certamente requeria o cumprimento de alguns requisitos para tanto. Na mensagem do Presidente do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, para a Assembleia Legislativa (1929) consta uma importante menção sobre a iniciativa de subvenções. Segundo o presidente,

“[...] a iniciativa particular relativa á educação popular, presta, com effeito, significativo serviço ao nosso Estado, todavia, convém salientar, algumas das escolas coloniaes se acham regidas por professores que, por falarem mal ou deficientemente a lingua vernacula, não podem satisfazer as justas necessidades da nacionalização do ensino primário, assumpto este que, em Santa Catharina, se reveste de real valor e ao qual os seus governos vêm, de há annos, dispensando a maior attenção”. (KONDER, 1929, p. 75).

Assim, mediante o cumprimento dos requisitos, o estado de Santa Catarina buscava não substituir as estruturas já existentes: “nos lugares em que as escolas particulares ministram, com a devida efficiencia, a lingua vernacula e nella outrossim as demais disciplinas, o Estado tem evitado a localização de escolas suas, salvo quando reclamadas pelos respectivos habitantes, por carência de recursos dos mesmos” (KONDER, 1929, p. 75). Este era um dos sentidos pelos quais o presidente do estado visualizava a “[...] mutua e necessaria cooperação entre o Estado e a iniciativa particular attinente ao ensino” (KONDER, 1929, p. 76). A verba para a subvenção, por sua vez, era garantida pela União e pelo próprio estado, e a fiscalização das escolas subvencionadas estava ao encargo do Inspetor Federal Orestes Guimarães (p. 77).

Neste sentido, a subvenção estava atrelada a uma fiscalização e o consequente controle sobre o ensino e o currículo ao qual os alunos estavam submetidos. O currículo, por sua parte, deveria envolver o ensino adequado da língua portuguesa, a partir de docentes capacitados para o tal. Desta forma, a garantia de recursos financeiros removía uma liberdade plena nos direcionamentos da instituição de ensino privada, quanto ao currículo e os profissionais empregados nas escolas. E Porto Novo, já em 1932, contava com uma escola subvencionada, localizada na Sede Itapiranga, que recebeu a visita do inspetor escolar no dia seguinte da instalação oficial do distrito (21 de março) (SPOHR, 2016, p. 45).

Mas estas são realidades em que as escolas públicas eram inexistentes, ao menos do lado da fronteira sobre o qual havia uma jurisdição. E, neste ponto, como já abordado no capítulo

anterior, são as escolas alemãs, e as escolas paroquiais, em Puerto Rico e Porto Novo, respectivamente, que existiam em maior número nas décadas de 1920 e 1930. Assim, os estados tiveram que lidar com instituições já existentes, bem como com aquelas que as controlavam ideologicamente.

As fontes para a localidade argentina foram escassas para esta temática na temporalidade, mas os registros de Porto Novo permitem reconstruir um pouco do panorama escolar na localidade, o que será realizado a seguir. Neste sentido, o Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, bem como complementos às suas documentações publicados pelo padre jesuíta Inácio Spohr na obra “*História das casas: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil*”, permitem analisar a situação do ensino em Porto Novo, bem como a disputa dos padres jesuítas com o governo catarinense neste âmbito.

Com relação ao ensino, as escolas paróquias foram estabelecidas em Porto Novo em quase todas as comunidades. A partir do estudo de Paulino Eidt (1999) podemos apresentar um panorama de como funcionava a questão em nível local. Segundo o autor, o controle sobre os professores era exercido pela Paróquia, e os mesmos residiam em casas próximas às sedes comunitárias, que eram acompanhadas por um pequeno terreno, direcionado a atividades de subsistência. Estas casas eram construídas pelas populações das comunidades com tal finalidade, que também pagavam uma anuidade para a matrícula de seus filhos nas instituições. Os professores atuavam, além do exercício da docência, como lideranças comunitárias, responsáveis pela moral dos habitantes (EIDT, 1999). Ao mesmo tempo, segundo Eidt (1999), os professores deveriam ser modelos para seus alunos e a própria comunidade.

O controle das escolas, por sua parte, permitia aos religiosos o direcionamento curricular, bem como a escolha de docentes, tarefa que também era compartilhada com a *Volkverein* (EIDT, 1999). Um caso importante observado no Livro Tombo é o de uma menção de 20 de janeiro de 1928²⁰¹, em que era informado que um professor se apresentou, mas não foi aceito pelos religiosos para lecionar na colônia, provavelmente por não se adequar ao tipo de docente almejado, ou pela falta de vagas para esta finalidade.

No Relatório de 1931, ano da renúncia da Congregação da Sagrada Família sobre a Paróquia, e a concessão perpétua da mesma para a Companhia de Jesus, foi informado um total de seis capelas e seis aulas existentes em Porto Novo²⁰². Já no ano seguinte, foi mencionada uma reorganização de “aulas e professores”, com a obrigatoriedade de que todos os docentes

²⁰¹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 2.

²⁰² Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 6 (verso).

deveriam se associar a Associação dos Professores Católicos do Rio Grande do Sul²⁰³. Uma central foi criada na Igreja Matriz, de onde os professores deveriam buscar os livros escolares, de forma a uniformizar as bases de ensino. Também foi fundada uma caixa (*Kasse*) à qual os associados pagariam uma contribuição anual de 2 réis, que seria utilizado “exclusivamente só para o bem da aula”. Além disso, também foi mencionado que duas novas capelas foram criadas naquele ano.

Mas a possibilidade de escolha dos docentes, compartilhada entre a Paróquia e a *Volkverein*, também foi um âmbito de conflitos. Neste sentido, Inácio Spohr publicou informações referentes a uma carta do padre Teodoro Treis ao P. Provincial jesuíta, supostamente de janeiro de 1935. Nesta correspondência, foi informado que no Congresso Católico de 1933, o pároco recebeu a autoridade de nomear e depor professores. Todavia, os conflitos internos da colônia transformaram esta questão em um âmbito de disputa. De acordo com Treis: “a direção da colônia recolocou um professor deposto pelo padre²⁰⁴ e depôs um cuja permanência o padre desejava” (2016, p. 57). Este último era o professor Waldemar Moesch, da Linha Cotovelo (SPOHR, 2016, p. 57). Assim, o controle paroquial sobre o ensino era limitado, e o meio era demarcado pela disputa com a administração colonial, e os diversos indivíduos vinculados a ela, baseados na Sede Capela.

A partir desta correspondência também foi mencionado que o poder de nomear ou demitir professores que teria sido garantido ao pároco, era limitado para aqueles docentes que tinham subvenção estatal: “o P. Vigário não poderia ter deposto o professor Matias Walker por ter sido nomeado pelo governo, mas só encaminhar o pedido de demissão dele ao governo” (SPOHR, 2016, p. 57). Neste sentido, também atuava a ingerência do Estado de Santa Catarina sobre a questão do ensino, de forma a limitar ainda mais o poder da Paróquia.

Novas informações foram apresentadas a partir de uma Carta do padre Ernesto Vosskühler (que também atuava em Itapiranga) ao P. Provincial (SPOHR, 2016, p. 57). Segundo seu conteúdo, havia uma divisão interna na Linha Cotovelo, onde foi deposto o professor pela *Volkverein*. Lá existiriam dois partidos, um a favor da deposição, outro contra, mas a decisão foi delegada pelo Vigário à comunidade, e esta resolveu pela permanência e Waldemar Moesch como professor. Ainda assim, Carlos Rohde insistiu na deposição do mesmo (SPOHR, 2016, p. 57).

²⁰³ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 7.

²⁰⁴ O professor deposto era Matias Walker, e este teria sido demitido porque “[...] não se portou de modo correto na escola paroquial, não começou as aulas a tempo; quando um outro as começou no lugar dele, ele tentou junto ao pessoal de funcionários do governo sua volta à escola”. Consultado em: SPOHR, 2016, p. 58.

Quanto ao professor Walker, este havia sido nomeado como professor paroquial pelo pároco antes de receber o subsídio estatal, o que transformou sua deposição por Treis em um ato legal. A suposta oposição do governo estadual ao ensino em Porto Novo, seria, de acordo com a correspondência, inexistente, apenas um ato de intriga por parte de Carlos Rohde. A solução encontrada pelos padres jesuítas na pressão do estado e da *Volksverein* foi abrir mão de subvenções de ambas as partes, e, assim, impedir as interferências.

Em fevereiro daquele ano, um comentário do padre João Evangelista Rick sobre o tema, dava razão ao papel do pároco sobre a temática do ensino: “o pároco tem o direito de depor um professor ou de não aceitá-lo, por motivos religiosos, como faltas de moralidade ou no ensino” (SPOHR, 2016, p. 58). Todavia, era reconhecida a necessidade de participação da Sociedade Popular: “o *Volksverein* deve manter essas escolas católicas comunitárias. A subvenção não deve tirar a índole católica; se não, ela deve ser rejeitada. As escolas subvencionadas não devem ser consideradas escolas estatais” (SPOHR, 2016, p. 58). Mesmo com a resolução do conflito, este parece ter minado a permanência de Teodoro Treis como pároco. Sua transferência foi consolidada no início de março de 1935, tendo sido substituído por Francisco Xavier Riederer²⁰⁵.

No mesmo ano destes conflitos, era de conhecimento da Paróquia que as Irmãs da Divina Providência desejavam se instalar em Itapiranga, com o estabelecimento de um colégio e de um hospital, questão que somente ocorreu em 1938. Inácio Spohr (2016) revela que a *Volksverein* teria prometido terras às irmãs, mas no momento não as queria ceder, ou não poderia. Para além deste aspecto, um hospital estava sendo construído na Sede Capela (o anteriormente citado, Hospital São José), o que ia enfraquecer a sobrevivência das irmãs apenas com uma instituição de saúde deste tipo na Sede Itapiranga (SPOHR, 2016). Somado a esta questão, a paróquia não estava disposta a ceder a aula feminina com 30 alunas pois um professor já estava ao encargo desta (SPOHR, 2016). Todavia, no começo de 1938 foi inaugurado o colégio das Irmãs da Divina Providência. Este estava próximo à escola paroquial para meninas, o Hospital da Divina Providência, e em frente à Igreja Matriz. Na imagem a seguir pode ser observado seu edifício:

Figura 26 - Inauguração do colégio e residência das Irmãs da Divina Providência em Itapiranga (1938).

²⁰⁵ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 9.



Fonte: STAHL, Wolfgang; MAYER, Leandro. **Imagens memoráveis:** cinco décadas da história de Porto Novo/Itapiranga em fotos (1926-1976). São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 26.

A situação do ensino local foi complexificada com a concorrência da escola pública estabelecida na Sede Porto Novo em 1935. Para enfraquecer esta, o pároco teria dado um aviso na igreja para que os pais matriculassem seus filhos na escola paroquial. Além disso, os funcionários da administração colonial defendiam que aquela instituição pública não teria longa duração, pois o professor não havia feito um exame requerido para ocupar a função (SPOHR, 2016, p. 59). Mas aquele não foi o único meio de resistência da paróquia à presença de uma escola pública. De acordo com uma carta do padre Francisco Riederer ao Padre Provincial, datada de 4 de abril de 1936, os alunos matriculados na escola pública não eram admitidos na comunhão solene (SPOHR, 2016, p. 61-62). Neste sentido, a alternativa da paróquia local para combater a escola pública era privar seus alunos de um importante rito do universo católico.

Com relação à questão financeira, as escolas paroquiais também contavam com o apoio que vinha do Consulado Alemão de Mondaí, que lhes fornecia um fortalecimento neste horizonte da presença da escola pública. Segundo a mesma correspondência citada anteriormente, os professores das escolas comunitárias foram prestar um curso em Porto Feliz para se submeterem ao exame público, e as despesas foram pagas pelo consulado (SPOHR, 2016, p. 62).

Todavia, o golpe do Estado Novo (1937), e o governo ditatorial formado a partir do mesmo, alterou a relação do Estado com os imigrantes e seus descendentes, e,

consequentemente, com as instituições de ensino organizadas por eles. Neste sentido, uma alteração significativa foi a promulgação do *Decreto Nº 406*, em 4 de maio de 1938²⁰⁶, pois este “Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional”. Assim, estabelecia uma série de normas sobre o ingresso e permanência de estrangeiros no país, inclusive com a determinação de uma cota máxima para cada nacionalidade (2% do total de estrangeiros que ingressaram no país até 1933, segundo as informações computadas pelo governo), exceto para os provenientes de Portugal. Estes últimos, por uma questão linguística e de vinculação histórica, eram percebidos como mais fáceis de se assimilar.

Além dos limites sobre o ingresso de estrangeiros, o Decreto-Lei também estabelecia normas sobre a “concentração e assimilação”. Neste arcabouço constavam regras sobre o ensino como o “Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer es[co]las, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos”, e “Parágrafo único: Nos núcleos, centros ou colônias é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização”

O capítulo XVI, com suas “disposições gerais e transitórias”, também definia que em todas as escolas rurais do país o ensino das matérias deveria ser realizado em língua portuguesa, mas a possibilidade de ensino de “línguas vivas” era concebida (Art. 85). Tais escolas também deveriam ser sempre regidas por brasileiros natos (Art. 85 § 1º), e não poderiam ser ensinados idiomas estrangeiros a menores de quatorze anos (Art. 85 § 2º), bem como os livros didáticos deveriam ser escritos somente em língua portuguesa (Art. 85 § 3º), além de que o ensino de história e geografia do Brasil era obrigatório nos cursos primário e secundário (Art. 85 § 4º). Além disso, a publicação de livros, revistas, boletins ou jornais em língua estrangeira nas zonas rurais do país estava sujeita à permissão do Conselho de Imigração e Colonização, e, como um todo, à autorização e registro no Ministério da Justiça (Art. 87).

Em Santa Catarina, o *Decreto-Lei Nº 88*²⁰⁷, de 31 de março de 1938, também tratava do controle sobre o ensino primário no estado. O Decreto-Lei, que “estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado”, definia que estas deveriam ter professores e diretores brasileiros natos ou naturalizados (Art. 4º); que o ensino deveria ser realizado somente em língua portuguesa, exceto quando se tratava de alguma matéria de língua estrangeira; além de outros aspectos, como o uso de língua portuguesa nas escritas expostas nas

²⁰⁶ BRASIL. **Decreto-Lei Nº 406, de 4 de maio de 1938.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 dez. 2021.

²⁰⁷ SANTA CATARINA. **Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil.

escolas e seus perímetros; a homenagem obrigatória à bandeira nacional em todos os sábados; ensaiar os hinos nacionais (Art. 7º); mapas, fotografias, estampas, salas de aula, entre outras, não poderiam perder o característico de brasilidade (Art. 8º); eram proibidas as subvenções de instituições ou governos estrangeiros, bem como de brasileiros cujos auxílios incorressem em “enfraquecer os sentimentos da brasilidade” (Art. 9º).

Também foram estabelecidos os casos para o fechamento temporário das escolas particulares (Art. 18º), definitivo (Art. 19º), e, nesta última possibilidade, a garantia de abertura de uma escola pública com as mesmas condições no local onde estava estabelecida a escola privada clausurada em definitivo (Art. 21º). As situações que previam a punição com o fechamento das escolas estavam todas vinculadas às normativas anteriormente expostas, além de problemáticas de registro, ou fraudes nos mesmos. De forma geral, é possível perceber que as normas instituídas pelo *Decreto-Lei N° 88* preconizaram às do *Decreto-Lei N° 406*, e, inclusive, aprofundaram vários aspectos abordados posteriormente.

Estas normativas afetaram a organização do ensino em Porto Novo, e no dia 6 de julho de 1938 consta no Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga (f. 14), o aviso do Padre Provincial de que a escola masculina da sede urbana principal seria fechada pelo governo, sem maiores detalhes sobre a razão, o que induz a supor de que seria por consequência de algumas das diretrizes estabelecidas no *Decreto-Lei N° 88*. Este aspecto pode ser confirmado com uma menção na obra de Inácio Spohr (2016), de que foi verificado pelo inspetor escolar que “[...] aquela escola não ministra o ensino em português; as escolas rurais devem ser regidas por brasileiros natos, nelas não se ensinando idioma estrangeiro a menores de 14 anos” (p. 68).

Além disso, o pároco Francisco Xavier Riederer, deveria ser afastado com a máxima urgência do magistério. Na sequência deste processo, foi registrada uma mensagem do Prelado de Palmas, do dia 10 daquele mês, que ordenava um tempo mínimo de meia hora de instruções em alemão para as crianças, antes e depois das aulas²⁰⁸. Assim, esta medida servia como adaptação à impossibilidade de realizar o ensino em alemão nas escolas, mesmo que a maioria dos alunos desconheciam a língua portuguesa.

Mas a grande maioria das escolas de Porto Novo parece não ter seguido as normas instituídas pelo Estado, de forma que no dia 3 de setembro de 1938 foi recebida a notícia sobre a publicação do *Decreto estadual N° 516*²⁰⁹ (publicado no dia 27 de agosto). Este decreto instituiu o fechamento das escolas particulares do Distrito de Itapiranga, em virtude de estas não terem cumprido com as normas expostas no *Decreto-Lei N° 88*. Desta forma, foi decretado

²⁰⁸ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 14.

²⁰⁹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15.

o fechamento das escolas das linhas Baú, Cotovelo, Beleza, Ipê-Popí, Dourado, Hervalzinho, Jaboticaba, São João, Fortaleza, Sede Capela, Chapéu e Macuco. Além disso, instituições públicas estaduais deveriam ser instaladas nos mesmos locais das escolas clausuradas, com capacidade correspondente às anteriores, pelo Departamento de Educação. Por fim, o Decreto também tratava da criação de uma escola feminina na Sede Itapiranga, bem como da transformação da escola masculina da localidade em uma unidade mista. Uma comissão para a efetivação do *Decreto N° 516* chegou no dia 27 de setembro de 1938²¹⁰.

Apesar destas ações de nacionalização do ensino, as mesmas enfrentaram uma resistência dos padres e da população local. Inicialmente, a não aplicação da lei já configurou como um ato de enfrentamento às normativas, além disso, após a chegada da comissão que iria tratar da efetivação da lei, uma ordem do Prelado foi aplicada: “*sino dobre finado três dias cada semana; reúna povo todas as noites rezar terço intenção escola e governador mude parecer*”²¹¹ (grifos nossos). Também foram intensas as tentativas de negociação com o estado de Santa Catarina, e a busca por intermediários como o Reitor do Colégio Catarinense de Florianópolis (SPOHR, 2016). Um dos principais reclames era pelas estruturas dos colégios, que foram registradas como pertencentes à Igreja, apesar de terem sido construídas pelas populações das comunidades (SCHNEIDER, 2019). Eram estas estruturas que o estado queria utilizar para as escolas públicas que tratava de estabelecer.

Estas ações de resistência afetaram a permanência da principal figura religiosa na localidade, o pároco Francisco Riederer, que deixou Itapiranga no dia 30 de março de 1939, de forma inesperada. De acordo com o inscrito no Livro Tombo da Paróquia: “[...] dizem uns que o queriam prender por causa das escolas, dizem outro que estava muito nervoso e acabado, o certo é que elle se tinha sacrificado e trabalhado muito para conservar as aulas particulares catolicas desta parochia [...]”²¹². Seu substituto foi o Padre Theodoro Treis, velho conhecido da população local. Riederer, por sua vez, partiu para um retiro na cidade de Santa Maria, Rio Grande Sul (SPOHR, 2016).

Todos estes conjuntos legislativos que definiram novas diretrizes para o ensino no Brasil, e, neste caso em especial, em Porto Novo, determinaram uma formatação sob um maior controle do estado, seja a União ou a esfera estadual. O objetivo era um ensino que fosse conduzido por brasileiros, especialmente os natos, que tinham um domínio da língua portuguesa e transmitissem aos alunos ideais de brasilidade, a partir das matérias de geografia, história e

²¹⁰ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15.

²¹¹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15.

²¹² Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15.

língua portuguesa, que também conduziam a um fomento do amor à pátria. Ao encargo da fiscalização estavam os inspetores escolares, figuras recorrentes nas menções sobre o período.

Assim, foram inicialmente subvencionadas escolas que garantissem ao menos uma parte destes aspectos, tendo em vista a impossibilidade ou o pouco interesse do estado em substituí-las por unidades próprias. Em 1938, a partir da consolidação do Estado Novo, a centralização do poder conduziu também a novas iniciativas para com o ensino, que determinaram um maior controle sobre o mesmo, bem como a sua nacionalização, com o fim, no caso de Porto Novo, nas escolas paroquiais, existentes desde os primeiros anos da colônia.

Em Puerto Rico, a questão do ensino neste período apresentou contornos distintos. Neste sentido, a partir da obra de María Cecilia Gallero (2009), foi possível perceber que havia a presença de escolas públicas desde cedo, bem como um maior número destas com relação à Porto Novo. De acordo com Gallero (2009, p. 129), a primeira escola pública instalada em Puerto Rico foi a “*Escuela Nacional N° 114*”, no dia 22 de maio de 1922, em uma edificação pertencente a Federico Scheifler. A imagem a seguir representa uma das “escolas alemãs” de Puerto Rico no ano de 1926, divulgada na obra de Gallero (2009):

Figura 27 - Escola "alemã" de Puerto Rico (1926).



Fonte: GALLERO, 2009, p. 196.

Além disso, as escolas públicas eram instaladas mesmo onde havia instituições privadas. Com relação a este aspecto, Gallero (2009) informou o caso da “escola alemã” que passou a funcionar na Linha Paraná a partir de 1926, na capela Santa Rosa. Em 1935, na mesma localidade, foi construído um edifício para abrigar a “*Escuela Nacional N° 228*” (GALLERO, 2009, p. 136). Outro caso importante revela que a própria Companhia Colonizadora fez esforços em torno da instalação de instituições públicas de ensino.

Desta forma, ao final da década de 1920, funcionava em Capioví uma escola alemã na propriedade de Adolfo Kleiner²¹³, até que a Companhia Colonizadora doou um lote de terras para a construção da “*Escuela Nacional N° 93*”, que já funcionava em 1931 (2009, p. 136). A escola alemã, por sua vez, foi transferida para um galpão de tabaco de Lermen [primeiro nome não informado], que também foi utilizada como capela até a construção de uma Igreja na localidade (GALLERO, 2009). Desta forma, podemos perceber o privilégio diferenciado das escolas públicas frente às instituições privadas organizadas pelos (i)migrantes.

O panorama de Puerto Rico neste período, auxilia a perceber a diferenciação com relação a Porto Novo no que se refere à temática do ensino. Todavia, com relação às políticas de nacionalização empreendidas nas localidades naquele período, é preciso determinar um panorama conjunto a partir dos exemplos abordados neste capítulo. Assim é necessário perceber a orientação nacionalista que estava voga, e que é perceptível a partir da preferência à profissionais ou indivíduos de origem nativa ou naturalizada para ocuparem funções públicas, ou no exercício de profissões sanitárias (como também deve ter ocorrido para outras especialidades), a limitação de manifestações nacionalistas estrangeiras, bem como em um controle sobre o ensino em Porto Novo, de forma a limitar a influência de discursos nacionais não-brasileiros sobre a população infantil local. Sobre este aspecto, também é importante observar a instalação gradual de instituições públicas tanto em Puerto Rico quanto em Porto Novo, que estavam encarregadas de transmitir os discursos oficiais da nação e atuar na nacionalização da população que acessava o ensino.

Com relação ao tema do ensino, também é necessário demarcar que o que ocorreu em Porto Novo em 1938 é um fenômeno amplo, também registrado em outras localidades do município de Chapecó, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do restante do país. Em nível local, uma abordagem relevante sobre o tema é a de Paulino Eidt (1999, 2018), que abordou a

²¹³ Adolfo Kleiner era teuto-brasileiro, e seu nome foi citado por María Cecilia Gallero (2009) em sua listagem de imigrantes que ingressaram a partir do Brasil. Neste sentido, Kleiner consta como um dos imigrantes cuja data de ingresso em Puerto Rico não foi possível determinar.

temática a partir da instalação das escolas paroquiais, que passaram ao controle estatal a partir de 1938, bem como o desenvolvimento das mesmas até década de 1990, quando foram submetidas a uma reforma que tratou da diminuição do número de escolas, e, segundo o autor, as desvinculou da relação comunitária.

No que diz respeito ao município de Chapecó, Eunice Nodari (2009) registrou a nacionalização do ensino a partir de 1938, o que também foi abordado por Tatiane Modesti (2012), autoras que registraram perspectivas similares às abordagens, bem como perceberam a relevância do ensino para a difusão de identidades nacionais. Em uma perspectiva mais ampla, por sua vez, é necessário citar os esforços de Lúcio Kreutz (1994, 2011), que percebeu uma “nacionalização compulsória” do ensino a partir de 1938, em que o amplo panorama de escolas “comunitário-confessionais” dirigidas pelos descendentes dos imigrantes foram submetidas a políticas de estatização e controle curricular conduzidas pelo Estado Novo.

Todavia, este contexto de nacionalização do ensino em Porto Novo e no Brasil de forma geral, recebeu novos contornos a partir da Segunda Guerra Mundial, quando foram adicionados elementos do conflito à relação dos Estados-Nação com os imigrantes e seus descendentes. Em Puerto Rico, por sua vez, a eclosão do conflito garantiu contornos conflituosos à questão do ensino, especialmente a partir da desconfiança sobre as populações de origem alemã lá residentes. Assim, a partir da observação das fontes, foi possível estabelecer alguns pontos de consonância entre as realidades das localidades de Puerto Rico e Porto Novo, submetidas às consequências da guerra, e a condição de país agressor da Alemanha. Ambas as realidades, bem como os impactos mais gerais da Segunda Guerra Mundial sobre os teuto-brasileiros e as políticas de nacionalização dos mesmos, empreendidas pelos Estados-Nação de Argentina e Brasil, serão explorados no próximo capítulo.

4 A GUERRA E A VIGILÂNCIA DOS “INIMIGOS” PRESENTES (1939-1945)

Senhor Jaeger, até a volta. O senhor não viu ninguém passar por aqui? Estamos a caminho da Argentina, para não sermos presos.
(HEINEN, 1997, p. 185).

A conformação de um Império Alemão a partir de 1871, e os interesses coloniais do mesmo, fizeram propagar possíveis anseios imperialistas para com a América do Sul. Neste sentido, a significativa comunidade de indivíduos de origem alemã, percebidos como não integrados, fez com que estes fossem considerados como elos ao Reich alemão, e, por consequência, elementos que facilitariam os interesses expansionistas na América.

Já no século XX, durante a Primeira Guerra Mundial, e após a ascensão dos nazistas na Alemanha, bem como as amostras de seus interesses expansionistas, a noção de um “perigo alemão” foi fortalecida. Em 1938, com a tentativa de golpe de estado perpetrada pelos integralistas no Brasil, passou a se difundir a concepção de que os mesmos eram um braço do nazismo no Brasil. Além disso, na Argentina foram difundidos falsos planos de uma possível conspiração nazista para anexar a região da Patagônia, que contaria com o apoio da população de alemães e seus descendentes lá residentes.

Este panorama fez os Estados-Nação de Argentina e Brasil dirigirem políticas de vigilância para com as populações de origem alemã residentes em seus países, que foi amplificada no caso brasileiro com a participação do país na Segunda Guerra Mundial, no lado oposto à Alemanha. De forma geral, ações repressivas amplas foram conduzidas no Brasil, que buscavam, por um lado, conter possíveis esforços contrários ao país por parte dos cidadãos alemães (vistos como “quinta-coluna”), e, por outro, nacionalizar a população brasileira descendente de alemães, observada como não-integrada.

Com base nestas questões, este capítulo está direcionado a apresentar a relação dos Estados-Nação de Argentina e Brasil com as populações teuto-brasileiras residentes em Puerto Rico e Porto Novo sob o prisma da Segunda Guerra Mundial e suas consequências. Neste sentido, na seção “*A condição de inimigos e o ‘perigo alemão’*”, será abordada a noção de que aquelas populações representariam um perigo interno aos países, e as iniciativas de vigilância para com as mesmas. Na sequência, no subcapítulo “*O espaço fronteiro e o refúgio durante a guerra*”, serão abordados esforços de resistência de alguns alemães e teuto-brasileiros residentes no Brasil frente às iniciativas repressivas conduzidas pelo Estado Novo. E, por fim, “*O controle das atividades culturais e das estruturas ‘públicas’ e ‘semipúblicas’*”, trata de iniciativas de nacionalização conduzidas pela Argentina e o Brasil durante aquele período, que

tinham como finalidade integrar as populações teuto-brasileiras de Puerto Rico e Porto Novo, e estavam condicionadas aos impactos da Segunda Guerra Mundial.

4.1 A CONDIÇÃO DE INIMIGOS E O “PERIGO ALEMÃO”

No quartel final do século XIX, com a conformação e o posterior expansionismo do Império Alemão (*II Reich*), e a observação de que as comunidades de descendentes de alemães estabelecidas no Brasil se encontravam em um estado de não integração, surgiu uma apreensão para com as mesmas. Assim, a noção de um interesse alemão sobre o sul do Brasil, a fim de estabelecer uma colônia na região, com o apoio daquelas populações descendentes e não integradas, fez propagar uma ideia de “perigo alemão” no país (GERTZ, 1998). Esta noção foi amplamente divulgada a partir de jornais, livros, e outros meios, que construíram este espectro sobre as populações de alemães e seus descendentes no Brasil.

Günther Richter Mros (2019), considera que a conformação identitária brasileira a partir do século XX fez amplo uso da ideia de um “inimigo ideal” observado na Alemanha. Assim, a participação do Brasil na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, sempre do lado oposto à Alemanha, auxiliou na difusão de um “perigo alemão”, bem como fazia parte de esforços brasileiros em busca de um espaço de maior relevância no Sistema Internacional, o que acabou não sendo alcançado.

Já na década de 1930, a ascensão do nazismo, e seus posteriores esforços em torno do expansionismo alemão, reviveram a questão. No Brasil, a partir da tentativa de golpe de estado dos integralistas, cuja realização foi fracassada em 1938, o nazismo e a ideologia integralista passaram a ser percebidos como vinculados. Sob esta noção, o integralismo seria um braço do nazismo no Brasil (FERRER, 2014). As medidas de centralização política do Estado Novo também conduziram à uma proibição dos partidos políticos brasileiros e das atividades partidárias estrangeiras no país (RAHMEIER, 2020). Para Além deste aspecto, tanto a ilegalidade das manifestações partidárias quanto a vinculação do nazismo com o integralismo resultaram em várias perseguições e prisões de cidadãos alemães no período posterior ao *putsch* fracassado.

Todavia, René E. Gertz (1998) defende que ambas as ideologias são contraditórias, pois, enquanto o nazismo atraía especialmente os cidadãos alemães que trabalhavam no meio urbano, dedicados ao comércio, indústria ou bancos, o integralismo tendia a seduzir setores intermediários da população descendente de alemães, que buscavam a integração ao Brasil e uma ascensão social. Além disso, o nazismo pregava ideais de pureza alemã, enquanto que o integralismo tratava da noção de uma raça brasileira baseada na miscigenação (GERTZ, 1998).

Concordamos com autor, e também consideramos que a qualificação do integralismo enquanto um braço do nazismo, servia como forma de perceber o primeiro como uma ideologia antinacional, justamente pela noção de perigo atrelada ao expansionismo alemão no período. Desta forma, estar a favor do integralismo representaria ser favorável aos interesses alemães no Brasil, ou seja, contrário a este último país. Com a Segunda Guerra Mundial, bem como a partir das hostilidades alemãs ao Brasil, e a posterior declaração de guerra à Alemanha, a perseguição a integralistas e a alemães no Brasil foi amplificada, o que será abordado na seção seguinte. Mas antes do conflito, e da participação brasileira, existia uma vigilância sobre as populações de origem alemã, e este horizonte era compartilhado com a República Argentina.

Sobre este país, Germán Friedmann (2014), revela que havia uma ativa militância antinazista no meio dos alemães e seus descendentes estabelecidos no país. Assim, o conjunto de indivíduos e entidades que militavam contra o Partido Nazista Alemão (NSDAP), era conformado especialmente por social-democratas, dissidentes da NSDAP, pessoas de tradição liberal/humanista ou judeus que se refugiaram no país a partir da ascensão do regime nazista, em 1933 (FRIEDMANN, 2014).

Todavia, foi a partir de periódicos vinculados ao meio antinazista alemão na Argentina que se propagaram noções de uma possível articulação nazista no país (FRIEDMANN, 2010). Assim, foram noticiadas supostas nazificações das escolas da coletividade alemã, e seu possível uso para aumentar as fileiras da NSDAP (FRIEDMANN, 2010). Para além deste aspecto, o autor defende que a notícia mais impactante foi veiculada pelo *Argentines Tageblatt* em 31 de janeiro de 1939, e ficou conhecida como “*Affair da Patagônia*”.

Segundo o periódico, havia uma manobra nazista para anexar a Patagônia argentina, que contaria com o apoio de alemães e seus descendentes lá estabelecidos, que funcionariam como “cabeças de ponte” para os interesses expansionistas nazistas (FRIEDMANN, 2010). De forma geral, a imprensa do país abraçou a divulgação destas conspirações, que deram grande proporção ao contexto. Após esta propagação, Friedmann (2010) cita que havia uma sensação entre os germano-falantes no país de uma verdadeira “histeria antialemã”, que foi fortalecida com detenções arbitrárias, interrogatórios, e suspeitas para com os alemães, simplesmente por suas nacionalidades de origem. Deste momento em diante, foi constante a divulgação de supostas articulações e conspirações nazistas na Argentina, que em muito se assemelham às noções de “perigo alemão” no Brasil, permitindo inferir que ocorria o mesmo fenômeno, ainda que de proporções diferentes, no país vizinho.

De acordo com Ferrer (2014), neste contexto também foi propagado um documento falso, com o carimbo da Embaixada Alemã na Argentina, que tratava do plano de anexação da

Patagônia, o que piorou ainda mais a opinião pública a respeito dos alemães no país, e também gerou uma crise diplomática com o país europeu. O próprio governo argentino determinou, no dia 15 de maio de 1939, a instituição do Decreto *Nº 31.321*, que restringia atividades políticas de estrangeiros no seu território e determinava a “argentinização” de todas as suas associações (FRIEDMANN, 2010), de forma similar ao que ocorreu no Brasil no ano anterior.

Neste sentido, ambos os países tiveram presente, a partir do final da década de 1930 e a década de 1940, a noção de um “perigo alemão”, baseado em conspirações nazistas com as populações de alemães e seus descendentes residentes no país, que teriam como finalidade a anexação da porção sul de seus territórios. Assim, foi a partir deste espectro que foi construída uma vigilância das populações de alemães e suas descendentes estabelecidas nos dois países, bem como em Puerto Rico e Porto Novo.

Justamente para amplificar a vigilância sobre seus habitantes que percebemos a instalação da *Gendarmería Nacional Argentina* em Puerto Rico no ano de 1940. De acordo com María Cecilia Gallero (2009), a finalidade da *Gendarmería* era de ser um órgão de segurança nos territórios nacionais, pois os demais não alcançavam vigiar e atender as grandes extensões territoriais e suas populações. Assim, a *Gendarmería* foi instalada em San Alberto em outubro de 1940, e em Puerto Rico, no mês de novembro, no salão de bailes e anexos de José Krindges (GALLERO, 2009).

Com relação à instalação da *Gendarmería* em Puerto Rico, localizamos um telegrama sobre o processo no *Archivo de Gobernación de Misiones*. Assim, a mensagem do Governador Luís Romaña, de 15 de novembro de 1940²¹⁴, endereçada ao Diretor Geral da *Gendarmería Nacional*, Coronel Carlos Kelso, questiona aquele militar se houve dificuldades na instalação de seu destacamento em Puerto Rico, bem como recomendava o oficial a conversar com a empresa “*Martin y Compañía*” de Rosario, a fim de negociar a instalação do destacamento em um galpão de secagem de erva-mate pertencente à aquela na localidade de Oro Verde.

E o contexto global do período era de guerra. Após a invasão da Polônia em setembro de 1939, e uma rápida campanha militar, bem como das derrotas da Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Luxemburgo e Noruega em 1940, os sucessos alemães foram recebidos com apreensão por alguns países da América. Inicialmente, todos, à exceção do Canadá, tomaram

²¹⁴ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 118. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

uma posição de neutralidade em 1939 (FERRER, 2014). Todavia, o desenrolar do conflito conduziu a posições variadas frente ao mesmo.

Jorge Ferrer (2014) informa que naquele contexto foram constantes as consultas conjuntas dos países americanos, que tinham como finalidade ações coordenadas por parte do Continente, baseadas na perspectiva de um pan-americanismo, cuja liderança era conduzida pelos Estados Unidos da América, que propunha tal política. De acordo com o autor, a partir da Conferência de Lima de 1938, foi estabelecido um acordo de ajuda mútua e consulta em caso de intervenção externa contra a paz no Continente (FERRER, 2014).

Em 1939, durante a campanha alemã na Polônia, os chanceleres dos países americanos se reuniram na I Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida no Panamá (MROS, 2019). Tal reunião teve como finalidade a concepção de formas de manutenção da neutralidade americana frente ao conflito europeu, entre as quais foi estabelecida uma “zona neutra no mar”, de 300 milhas náuticas, em que nenhum ato hostil do conflito poderia ser realizado (FERRER, 2014).

Todavia, ainda no ano de 1939, tiveram lugar uma série de atos de guerra, como o afundamento de um cargueiro inglês pelo cruzador alemão *Graf Spee* na costa de Pernambuco (FERRER, 2014). Ao final do ano, o mesmo cruzador protagonizou uma batalha naval com três cruzadores britânicos na costa noroeste do Uruguai. Ferrer (2014), revela que o cruzador alemão, avariado e em desvantagem, ingressou no Rio da Prata e aportou em Montevideú, onde, após receber uma permissão de permanência de apenas 72 horas, foi posto a pique pelo próprio comandante.

Wilhelm Lütge *et al.* (2017) revelam que os eventos vinculados ao *Graf Spee*, como a internação da sua tripulação na Argentina e Uruguai, bem como o suicídio e enterramento do seu comandante, aproximaram o conflito da opinião pública platina, de forma a originar um grande interesse pelo mesmo, e a presença de personagens do tal na região. Por outro lado, a batalha do Rio da Prata, bem como outros atos hostis realizados nos mares territoriais, provou que a medida de neutralidade de uma porção do mar americano não seria respeitada pelas partes beligerantes (FERRER, 2014).

Na sequência do conflito, em abril de 1940, quando a Alemanha invadiu a Dinamarca e a Noruega sem uma declaração formal de guerra, a Argentina propôs, segundo Ferrer (2014), a adoção de uma postura de “não beligerância” por parte dos países da América. Isso significaria, para o país platino, a manutenção da neutralidade, mas de forma conjunta a “[...] medidas necessárias para garantir o interesse nacional, isto é, apoiaria os aliados (França e Inglaterra), mas manteria o intercâmbio comercial com a Alemanha e Itália” (FERRER, 2014, p. 53).

Assim, Ferrer (2014) revela que a posição argentina foi defendida na Conferência de Chanceleres em Havana (1940), mas foi rechaçada pelos demais países, que decidiram por manter a neutralidade, posição que também foi mantida pela Argentina.

Todavia, a questão interna do país no período estava demarcada pelas denúncias de supostas articulações nazistas, que acabaram por ter como consequência uma vigilância sobre as populações alemãs no país. Neste sentido, é preciso indicar que as concepções do *III Reich* com relação a quem eram os alemães foi modificada, de forma a considerar concepções mais amplas baseadas no sangue. Entretanto, Andrea Rahmeier (2020) informa que a os representantes no Reich apenas tinham ingerência sobre os cidadãos alemães e seus filhos, e nada poderiam fazer com relação a populações com vínculos mais distantes.

Mas isso não impediu que as populações de descendentes de alemães fossem observadas como vinculadas à Alemanha, e, portanto, fiéis ao nazismo. Assim, muitas das políticas de vigilância do contexto podem ser observadas como ancoradas neste aspecto. Este horizonte também afetava os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo, pois, a partir de uma manutenção linguística e de uma suposta “não-integração”, poderiam ser igualmente observados como alemães, apesar da cidadania que carregavam.

Com relação à vigilância no território da República Argentina e em Puerto Rico, é preciso perceber que houve atos anteriores aos de Porto Novo. Enquanto esta localidade passou a ter uma presença policial significativa a partir de 1942, e expressivos atos de vigilância e repressão vinculados a ela, Puerto Rico tornou-se uma das várias espacialidades argentinas vigiadas a partir da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, criada em 1941.

Esta comissão parlamentar foi promovida pelo Congresso Nacional e funcionou entre os anos de 1941 e 1943, quando as atividades parlamentares foram suspensas por um golpe de Estado, e as comissões foram canceladas (FRIEDMANN, 2010). De acordo com Friedmann (2010) a comissão parlamentar tinha como base as denúncias sobre as atividades nazistas e comunistas no país, e era integrada por sete deputados de diferentes partidos, além de ter sido inicialmente presidida por Raúl Damonte Taborda²¹⁵. Ferrer (2014) também revela que os componentes da Comissão eram em maioria radicais (vinculados à *UCR*) e socialistas aliadófilos.

²¹⁵ Também compunham a comissão os deputados Juan Antonio Solari, Adolfo Lanús, Fernando de Prat Gay, Silvano Santander, José Aguirre Cámara e Guillermo O'Reilly. Em junho de 1942 Taborda e Santander renunciaram e Solari tornou-se o presidente da Comissão. Ver mais em: FRIEDMANN, German. **Alemanes antinazis en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

A *Comisión Investigadora* reuniu, ao longo de seus anos de trabalho, um significativo conjunto documental, que está disponível para consulta no endereço “*Patrimonio Legislativo*”, do Congresso Nacional Argentino. Neste website, nossa consulta se baseou em uma pesquisa pelo termo “Misiones” no campo de busca, e a seleção de documentações que continham um conteúdo referente à Puerto Rico, bem como a problemáticas do espaço fronteiriço no período. Realizada esta primeira leitura e seleção, as documentações foram submetidas a um novo crivo, que resultou nas fontes utilizadas neste trabalho.

Com relação à Comissão, esta tinha como finalidade, segundo o que é descrito no banco de dados virtual, “[...] o propósito de investigar e combater a penetração de ideologias extremistas no país fundamentalmente aquelas de inspiração nazifascista”²¹⁶. Além disso, Friedmann (2010) defende que “esta comissão foi um claro exemplo do crescente consenso em torno da eliminação deste ‘corpo estranho’ que havia estado decompondo a sociedade argentina desde dentro”²¹⁷ (p. 101).

O autor também informa que após o findar da primeira parte das investigações empreendidas pela comissão, foram elaborados cinco informes²¹⁸ que detalhavam a continuidade das atividades de várias organizações nazistas no país, mesmo com a proibição do mesmo imposta desde maio de 1939 (FRIEDMANN, 2010). De seus informes iniciais, é para o quarto que dedicamos uma atenção especial, pois está direcionado à “*escuelas particulares de idioma y religión*”²¹⁹.

A amplitude do documento (376 páginas), conduziu a seleção das informações específicas acerca da temática do ensino para esta abordagem. Desta forma, nos resignamos à seleção do tema das escolas em Misiones, que pode ser consultado no item “*Escuelas particulares en el País*”. Neste, era informado que havia 17 “escolas alemãs” em Misiones, nas quais havia funcionários e docentes de ambos os sexos, em um total de 24 pessoas (17 estrangeiros e 7 argentinos). Além disso, o total de alunos matriculados era de 685, dos quais 567 argentinos e 118 estrangeiros. Um panorama limitado do ensino se comparado à Porto Novo do mesmo período, que alcançava mais da metade do número de escolas alemãs de

²¹⁶ [Tradução nossa]: “[...] *el propósito de investigar y combatir la penetración de ideologías extremistas en el país fundamentalmente aquellas de inspiración Nazi-fascista*”.

²¹⁷ [Tradução nossa]: “*Esta comisión fue un claro ejemplo del creciente consenso en torno a la eliminación de ese ‘cuerpo extraño’ que habría estado descomponiendo a la sociedad argentina desde dentro*”.

²¹⁸ 1) 1941.08.29; 2) 1941.09.09; 3) 1941.09.17; 4) “*escuelas particulares de idiomas y religión*”; e 5) “*Frente Alemán del Trabajo y Unión Alemana de Gremios*”.

²¹⁹ **Informe 4 “Escuelas particulares de idiomas y religión”**. 1941. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 16 dez. 2021.

Misiones. Todavia, o tema das escolas alemãs será tratado com maior profundidade na seção 4.3.

Para além dos informes, a Comissão compilou documentações anteriores ao seu período de existência, que tratam de possíveis articulações nazistas no país. Neste sentido, para a realidade Puerto Rico, é importante citar o caso do “*Informe producido sobre la jira de inspección en el Territorio Nacional de Misiones sobre actividades extrajeras de acuerdo a instrucciones impartidas por el Señor Ministro*”²²⁰.

Este documento, de autoria do Tenente-Coronel Alberto Guglielmelli e com data de 15 de novembro de 1940, foi elaborado a partir de uma visita à diversas localidades missioneiras, e é uma das maiores documentações localizadas (com 177 páginas). Apesar de estar no banco de dados da *Comisión Investigadora*, o documento é anterior à mesma, e estava endereçado ao Ministro do Interior. De acordo com o informe, residiam em Misiones no ano de 1940, 22 mil alemães e 17 mil brasileiros, configurando o segundo e o quarto maior grupo estrangeiro residente²²¹. Com relação aos brasileiros, Guglielmelli reconhecia que se tratavam de indivíduos cuja cidadania era tal, mas a ascendência era teutônica (sendo descendentes de alemães instalados no Brasil há várias gerações), e, que quando interrogados, frequentemente se identificavam como “teuto-brasileiros” [*aleman-brasileño*].

De acordo com o relatório, Puerto Rico era uma localidade com 1.000 habitantes na zona urbana e 4.000 na zona rural, 60% dos quais seriam de origem teuto-brasileira, 10% de origem alemã e os restantes suíços ou “argentinos” [*criollos*]. O número de argentinos presentes preocupava o autor, que na sequência indicou que havia comentários de que Puerto Rico era um centro importante do nazismo. Haveria também uma resistência passiva à argentinização da população, assim como uma dificuldade para a prosperidade econômica dos argentinos, pois a população local agia contra suas atividades.

Além disso, o professor da *Escuela N° 114* teria confessado para o militar que se sentia um “estrangeiro na sua própria pátria”, pois os hábitos, costumes e idioma predominantes eram estrangeiros. Uma figura local mencionada era o pároco, Francisco Behres, sobre o qual pesavam denúncias de que era partidário do nazismo. Todavia, Guglielmelli considerava que “não o considero nazi mas sim partidário da Alemanha”, desviando assim as denúncias para com o pároco.

²²⁰ **Informe producido sobre la jira de inspección en el Territorio Nacional de Misiones sobre actividades extrajeras de acuerdo a instrucciones impartidas por el Señor Ministro.** 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²²¹ O informe tratava de 23 mil “polacos e ucranianos”; 22 mil alemães; 20 mil paraguaios; 17 mil brasileiros; 2 mil suíços; 2 mil suecos, noruegueses e dinamarqueses; mil de outras nacionalidades.

Outros documentos podem ser citados, mas é necessário estabelecer alguns pontos de comparação antes das demais apresentações. Em Porto Novo, padres do mesmo período, como Vendelino Junges e Theodoro Treis (ambos brasileiros de nascença) também foram taxados de nazistas, muito por defenderem a manutenção de atos em língua alemã (SPOHR, 2016; MAYER, 2021). Além disso, o aspecto populacional de Puerto Rico apresentado pela documentação anterior também é relevante, pois Porto Novo, no mesmo ano, e a partir do Recenseamento Brasileiro de 1940, apresentou uma população total de 4.813 habitantes, dos quais 300 residiam no quadro urbano, 200 no quadro suburbano e 4.316 no quadro rural²²² (BRASIL, 1952, p. 160). Assim, as duas localidades de análise apresentavam um número populacional próximo no período, prevalecendo uma composição urbana muito mais significativa em Puerto Rico.

Nas documentações consultadas no banco de dados da *Comisión Investigadora*, existem outras menções a Puerto Rico, como a de que a mesma seria um “reduto nazi” e ponto de passagem de “turistas nazistas” do Brasil para o Paraguai²²³. Em outro documento, datado de 1942²²⁴, foi afirmado que em Misiones havia cerca de 40 mil alemães, dos quais 10% eram nazistas, bem como Puerto Rico foi retratada como um local onde funcionava uma escola alemã, além de constar uma breve menção sobre organização nazista na localidade: “Chefe: Guillermo Schuster. A maior parte da população são alemães católicos anti-nazistas e polacos. Existe um grupo executivo em Puerto Tabay no estabelecimento de Bernardo Chris”²²⁵ (p. 7). Neste sentido, o autor do documento, um “agente de Misiones”, classifica a maior parte da população de Puerto Rico, que eram os teuto-brasileiros, como “alemães”, ou seja, esta fonte corrobora para a noção de que em muitos casos a cidadania de origem dos principais habitantes da localidade abordada ficava de lado, e apenas o aspecto “alemão” era tomado em consideração. O mesmo ocorria no caso de Misiones, que era apresentada como lar de 40 mil alemães, o que, pela comparação com o relatório de Guglielmelli, anteriormente citado, significa que cerca de 17 mil teuto-brasileiros foram considerados simplesmente como “alemães”.

²²² A exposição utilizada no recenseamento adotou os três quadros para classificar as populações residentes. Pela existência de duas sedes urbanas em Porto Novo no período, é possível cogitar que o “quadro urbano” se trate de Itapiranga, e o “quadro suburbano” de Sede Capela.

²²³ **Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario>. Acesso em 23 nov. 2021.

²²⁴ **Comunicado del agente de Misiones.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²²⁵ [Tradução nossa]: “*Jefe: Guillermo Schuster. La mayor parte de la población son Alemanes católicos anti-nazistas, y Polacos. Hay un grupo ejecutivo en Puerto Tabay en el establecimiento de Bernardo Chris*”.

Outro documento, com data de 1938²²⁶, trata de uma causa criminal conduzida pela Chefatura de Polícia de Puerto Rico para averiguar denúncias do “Doutor” Luís Fernando Ruez sobre uma suposta perseguição ao mesmo por parte de uma sociedade nazista dirigida por Guillermo Schuster. A perseguição teria incluído um atentado à bomba em 1932, e um boicote à sua pessoa. Além disso, Ruez também tratou de denunciar, segundo consta no documento, a articulação nazista em nível local, bem como as pessoas vinculadas a ela. O documento será abordado com uma maior profundidade na seção seguinte, quando será possível compará-lo com a situação de Porto Novo no mesmo período. Houve mais menções a Puerto Rico nas documentações da *Comisión Investigadora*, mas estas serão abordadas na sequência do capítulo.

Independente da veracidade das denúncias, o certo é que a *Comisión Investigadora* compilou diversas documentações que davam conta de informações sobre supostas atividades nazistas do país, como era de sua responsabilidade. Além disso, também pesou sobre as investigações acerca de Misiones, a sua condição de fronteira, que ampliava a necessidade de vigilância para com os estrangeiros presentes, especialmente aqueles de ascendência teutônica.

Um documento significativo neste sentido é a “*Nota al Comisario de San Javier (Indalecio Calvo) solicitando que inicie una investigación motivada por una denuncia efectuada por el Cónsul argentino en Porto Alegre, sobre las actividades de propagandas nazi en la zona*”²²⁷. O documento, datado de 1940, é mais um daqueles que foram anexados ao conjunto documental da Comissão, e trata de instruções do Chefe de Polícia de Misiones, Horacio L. Bonifay ao Comissário de Polícia de San Javier, Indalecio Calvo, enviadas no dia 17 de outubro daquele ano. Pelo panorama estabelecido pelo documento, este será tratado com uma maior atenção nesta exposição. Neste sentido, as instruções do Chefe de Polícia tratavam inicialmente de repassar denúncias realizadas pelo Cónsul Argentino em Porto Alegre, Humberto Cogliatti, recebidas no dia 12 de setembro de 1940. Segundo o Cónsul:

[...] O Chefe de Polícia deste Estado do Rio Grande do Sul, Major Aurélio Py, me informou confidencialmente que o **Cónsul da Alemanha em Porto Feliz, cidade do Estado de Santa Catarina, fronteira a nossa território de Misiones**, Dom KARL GAISSER, nomeado em 18 de agosto de 1936 com jurisdição nos municípios de Cruzeiro do Sul²²⁸, Chapecó, Concórdia, Campos Novos, Curitibaiana [Curitibanos] e

²²⁶ **Informe n° 5:** Gobernación de Misiones. 1941 [1938]. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario>. Acesso em 23 nov. 2021.

²²⁷ **Nota al Comisario de San Javier (Indalecio Calvo), solicitando que inicie una investigación motivada por una denuncia efectuada por el Cónsul argentino en Porto Alegre, sobre las actividades de propaganda nazi en la zona.** 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²²⁸ Atual município de Joaçaba.

Rio Cacador²²⁹ [Caçador], ex-Chefe de Polícia da cidade alemã de *Stuttgart*, **se dedica a atividades de propaganda nazista [em] nosso território de Misiones nas viagens periódicas que ali realiza so[b] pretextos de passeios e excursões**. Agrega-[se] [que] o funcionário aludido que **como não exerce essas atividades no Brasil não foram ainda tomadas medidas contra ele**. Essas atividades foram denunciadas à Polícia deste Estado por elementos que controlam o referido Cônsul. _____ Ao que que parece, este senhor cruza geralmente a fronteira nas proximidades de Iguazu, Alba Posse, até Posadas e Assunção²³⁰. (grifos nossos).

Neste sentido, as informações repassadas pelo Cônsul, e confidenciais pelo Major Aurélio Py, tratam de um aspecto de vigilância sobre o espaço fronteiriço. De acordo com a denúncia que consta no documento, o Cônsul Alemão em Porto Feliz, que, recordamos, é a colonização vizinha de Porto Novo, utilizava a condição fronteiriça como forma de proteção e meio para a realização de propaganda nazista na Argentina. Desta forma, estava livre de punições no Brasil, enquanto exercia suas atividades apenas no país vizinho. A área de atuação do Cônsul em Santa Catarina, por sua vez, correspondia a quase toda a região do Contestado, abordada no Capítulo 2.

Por parte do Cônsul em Porto Alegre, também foram realizadas denúncias sobre “atividades suspeitas” de Guilherme Iarritz, dentista que residia em Itaqui e era casado com uma cidadã paraguaia. Segundo Cogliatti, ambos realizavam constantemente o cruzamento da fronteira em Alvear²³¹ (Província de Corrientes), para se dirigirem a Misiones e ao Paraguai. Sobre Iarritz pesavam denúncias de que o mesmo era um difusor de propaganda nazista e de que teria sido detido várias vezes no Brasil. Assim, Iarritz e sua esposa eram outros elementos que também utilizavam a condição de fronteira a seu favor. As instruções do Chefe de Polícia Horacio L. Bonifay, construídas a partir das denúncias do Cônsul, e repassadas ao Comissário de San Javier, eram de, por sua vez:

²²⁹ Atual município de Caçador.

²³⁰ [Tradução nossa]: “[...] *el Jefe de Policía de este Estado de Rio Grande del Sur, Mayor Aurelio Py, me ha señalado confidencialmente que el Cónsul de Alemania en Puerto Feliz, ciudad del Estado de Santa Catarina, fronteriza a nuestro territorio de Misiones, Don KARL GAISSER, nombrado en 18 de agosto de 1936 con jurisdicción en los Municipios de Cruzeiro do Sul, Chapecó, Concordia, Campos Novos, Curitibaana [Curitibanos] y Rio Cacador [Caçador], ex Jefe de Policía de la ciudad alemana de Stuttgart, se dedica a actividades de propaganda nazista [en] nuestro territorio de Misiones en los viajes periódicos que allí realiza so[b] pretextos de paseos y excursiones. Agrega[se] [que] el funcionario aludido que como no ejerce esas actividades en el Brasil no se han tomado medidas contra él todavía. Esas actividades fueron denunciadas a la Policía de este Estado por elementos que controlan al referido Cónsul. _____ Al parecer, este señor cruza generalmente la frontera en las proximidades de Iguazú, Alba Posse, hasta Posadas y Asunción*”. Consultado em: **Nota al Comisario de San Javier (Indalecio Calvo), solicitando que inicie una investigación motivada por una denuncia efectuada por el Cónsul argentino en Porto Alegre, sobre las actividades de propaganda nazi en la zona**. 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²³¹ Cidade localizada em frente ao município de Itaqui, do outro lado do Rio Uruguai.

VIGIAR, ademais, os pontos fronteiriços localizados em sua jurisdição – tendo presente neste caso, que Porto Feliz, onde atua como Cônsul o mencionado GEISSER, **se encontra como três ou quatro léguas acima de Alba Posse; que há uns seis ou sete povoadores quase em sua totalidade alemães**, uma casa de comércio e caminhos para caminhões e coletivos para o centro do Brasil; que não há linhas telegráficas nem telefônicas; que uma légua mais acima se encontra o Puerto Los Patos onde há dois ou três ranchos; que esses Porto está quase frente a “Tres Bocas” (Argentina) e por último, que em Alba Posse há embarcações com as quais se pode chegar a Porto Feliz – pelas quais passam ou se presume que passam pessoas radicadas em países limítrofes.

CONTROLAR estritamente o ingresso ao país das pessoas citadas, e uma vez localizadas, estabelecer as atividades das mesmas e proceder em consequência, acordo com o que prescrevem os artigos 4, 183 e 181 do C. de Procedimento Criminal.²³² (grifos nossos).

O Chefe de Polícia também solicitou uma intervenção ao Encarregado do Destacamento de Alba Posse, que deveria passar a realizar uma investigação especial sobre o tema, e repassar quaisquer informações à Chefatura. Assim, estas instruções determinam uma estrita vigilância do espaço fronteiriço e de atividades realizadas a partir do Brasil, com especial atenção aos elementos anteriormente citados. Todavia, um equívoco significativo foi estabelecido nas instruções de Bonifay, como revela a investigação do Oficial de Polícia Desiderio González Vargas.

Assim, foi reconhecido que a localidade de Porto Feliz referida nas instruções não era a mesma onde atuava Karl Geisser, e, que era um pequeno povoado no estado do Rio Grande do Sul. O alvo das investigações deveria ter sido o distrito catarinense, 20 léguas acima de Monteagudo, Misiones. Todavia, a figura de Geisser seguiu como um elemento considerado perigoso e uma vigilância maior seria estabelecida a partir do Subcomissário de Polícia Raul Daviña, de Puerto Aguirre (próxima a Foz do Iguaçu), certamente pela maior proximidade geográfica.

Com relação às denúncias realizadas pelo Cônsul em Porto Alegre, é preciso compreender que as mesmas faziam parte de um contexto de desconfianças para com as

²³² [Tradução nossa]: “VIGILAR, además, los puntos fronterizos ubicados en su jurisdicción -tener presente en este caso, que Puerto Feliz, donde actúa como Cónsul el mencionado GEISSER, se encuentra como tres o cuatro leguas arriba de Alba Posse; que hay unos seis o siete pobladores casi en su totalidad alemanes, una casa de comercio y caminos para camiones y colectivos para el centro del Brasil; que no hay líneas telegraficas ni telefónicas; que una legua más arriba se encuentra el Puerto Los Patos donde hay dos o tres ranchos; que estos Puertos están casi frente a "Tres Bocas" (Argentina) y por último, que en Alba Posee hay embarcaciones con las que se puede llegar a Puerto Feliz — por los cuales pasan o se presume que pasan personas radicadas en países limítrofes.

CONTROLAR estrictamente el ingreso al país de las personas citadas, y una vez localizadas, establecer las actividades de las mismas y proceder en consecuencia, de acuerdo a lo que prescriben los artículos 4, 183 y 181 del C. de Procedimiento en lo Criminal”. Consultado em: **Nota al Comisario de San Javier (Indalecio Calvo), solicitando que inicie una investigación motivada por una denuncia efectuada por el Cónsul argentino en Porto Alegre, sobre las actividades de propaganda nazi en la zona.** 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

populações de origem alemã tanto na Alemanha quanto no Brasil, às quais eram vinculadas a supostas atividades nazistas. Além disso, com relação a Aurélio Py, que confidenciou as atuações perigosas de Karl Geisser em Porto Feliz ao Cônsul, René E. Gertz (1999) revela que o mesmo é autor de obras com denúncias sobre atividades nazistas no Brasil: “5ª Coluna no Brasil”, e duas com o título de “O nazismo no Rio Grande do Sul”.

De acordo com Gertz (1998), muitas das denúncias propagadas por Py tratavam de períodos onde o nazismo e suas conseqüentes manifestações no Brasil eram legais. Além disso, como a principal função de Aurélio Py era a de combater a suposta “quinta-coluna”, reconhecer que a mesma não existia era um risco à existência de seu emprego (GERTZ, 1998). Neste sentido, muitas das denúncias formuladas pelos mesmos devem ser analisadas com a devida atenção, baseada nos aspectos informados por Gertz (1998). Todavia, a existência ou não das atividades nazistas desenvolvidas a partir do Brasil não enublaram a observação do período de que era necessária uma vigilância sobre o espaço fronteiriço, bem como de localidades formadas por um grande contingente populacional de origem alemã, como também o era a citada Porto Feliz.

Uma referência a uma denúncia de mesmo teor foi encontrada nas documentações do *Archivo General de Misiones*, referente a 1942. Assim, no dia 9 de janeiro de 1942, o governador de Misiones acusou o recebimento para o Ministério do Interior de uma nota secreta remetida pelo Cônsul argentino em Florianópolis para o Ministro das Relações Exteriores²³³. O conteúdo da nota não foi reproduzido, mas tratava-se das “atividades totalitárias desenvolvidas naquela cidade” (Florianópolis). Além disso, o governador afirmava que sua administração “[...] cuida e vigia permanentemente todo movimento ou postura estrangeira, **principalmente e em primeiro lugar, das colônias alemãs e japonesas**, para se comprovar qualquer vestígio de atividade semelhante, leva-la ao conhecimento deste Ministério”²³⁴ (grifos nossos).

Desta forma, apesar da neutralidade argentina frente ao conflito, os principais alvos de vigilância eram as nacionalidades vinculadas ao Eixo, notadamente a alemã e a japonesa. Mas este trecho também revela um ponto a mais, “colônias alemãs e japonesas” pode se referir não somente à comunidade de cidadãos daqueles países, mas também aos descendentes, ainda que

²³³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 412. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²³⁴ [Tradução nossa]: “[...] cuida y vigila permanentemente todo movimiento o postura extranjera, principalmente e en primer término, de las colonias alemanas y japonesas, para, si comprobara cualquier asomo de actividad semejante, ponerla en conocimiento de ese Ministerio”.

de gerações mais distantes, também incluindo os teuto-brasileiros. Neste sentido, estava imposta uma vigilância sobre aquelas comunidades no Território Nacional de Misiones.

Em 16 de abril de 1942, foram transmitidas instruções por parte do Governador para a polícia, a fim de “extremar a vigilância tendente a evitar toda a classe de atividades anti-argentinas”²³⁵. No mesmo dia, também foram retransmitidos os “parágrafos de maior interesse” de um telegrama do Ministro do Interior para o Chefe de Polícia do Território de Misiones²³⁶, cujo conteúdo permite compreender o público-alvo das medidas de vigilância a serem empreendidas pela polícia: “a situação de guerra imperante em grande parte do mundo repercutiu na vida de nosso país, determinando a necessidade de adotar medidas preventivas, para que a partir dele **não se realizem atividades que afetem sua neutralidade e ao comum ideal americano**”²³⁷ (grifos nossos).

Neste sentido, e com base no contexto de vinculações dos países americanos, e dos tratados conjuntos frente ao conflito, o documento demonstra um posicionamento quanto à guerra, que era de vigiar aqueles vinculados ao Eixo, e não permitir que a neutralidade argentina fosse prejudicada a partir de ações internas daqueles indivíduos. Além disso, a sequência do telegrama se refere a aqueles que poderiam realizar tais atividades antiargentinas:

No que concerne aos estrangeiros, estas circunstâncias determinarão, forçosamente, a necessidade de extremar a vigilância, **porque se toda atividade antiargentina venha deles ou dos nacionais**, deve ser severamente reprimida, é necessário prever os acontecimentos e tomar com tempo todas as precauções possíveis, **para que aqueles conceitos não sejam alterados**. Deve, igualmente, **estabelecer-se o máximo de [controle] nas fronteiras, para que não entre no país nenhuma pessoa cuja documentação não se encontre regular**”²³⁸. (grifos nossos).

²³⁵ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 437. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²³⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 438. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²³⁷ [Tradução nossa]: “*La situación de guerra imperante en gran parte del mundo ha repercutido en la vida de nuestro país, determinando la necesidad de adoptar medidas preventivas, para que desde él no se realicen actividades que afecten a su neutralidad y al común ideal americano*”.

²³⁸ [Tradução nossa]: “*En cuanto concierne a los extranjeros, estas circunstancias determinarán, forzosamente, la necesidad de extremar su vigilancia, porque si toda actividad antiargentina, venga de ellos o de los nacionales, ha de ser severamente reprimida, es menester prever los acontecimientos y tomar con tiempo todas las precauciones posibles, para que aquellos conceptos no sean alterados. Debe, igualmente, establecerse el máximo de contralor en las fronteras, para que no entre al país ninguna persona cuya documentación no se encuentre en forma*”. Consultado em: ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 438. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Esta porção final do documento dá conta de perceber que tanto os estrangeiros vinculados ao Eixo, quanto os nacionais argentinos, poderiam conduzir atividades antiargentinas. Desta forma, podemos perceber que os alemães e seus descendentes, o que inclui os teuto-brasileiros, eram os principais alvos desta vigilância. Além disso, os conceitos que não deveriam ser alterados eram aqueles da neutralidade argentina e o “comum ideal americano”, citados no trecho anterior. Por fim, a vigilância das fronteiras lançava o olhar sobre possíveis ameaças vindas de países vizinhos, que, a nosso ver, seriam especialmente o Brasil e o Chile, com suas significativas comunidades de imigrantes vinculados a nacionalidades do Eixo.

Outros telegramas, do mês de novembro²³⁹, tratavam da intensificação da “[...] vigilância e repressão de toda atividade que se opusesse às recomendações sancionadas pelas conferências interamericanas”²⁴⁰, cuja tarefa era incumbência das unidades da polícia no Território. Já em janeiro de 1943, frente ao possível rompimento das relações diplomáticas do Chile com a Alemanha, foi emitido um aviso para evitar a entrada de agentes nazistas vindos daquele país²⁴¹. O mesmo se daria em função do possível combate ao nazismo no território chileno, e a migração seria uma tendência semelhante ao que ocorreu com relação ao Brasil, e o suposto ingresso de agentes nazistas a partir deste país.

Ambos os processos são decorrentes da aproximação cada vez maior do conflito para com a América Platina²⁴². Isso porque no dia 7 dezembro de 1941, algumas bases dos Estados Unidos da América no Oceano Pacífico, e, em especial, Pearl Harbor, foram alvo de um ataque coordenado por parte do Japão (MROS, 2019). No decorrer de menos de uma semana, e uma sequência de declarações de guerra, os Estados Unidos passaram a estar em guerra com os países do Eixo. Todavia, não se tratou de um ato de agressão a um país que nada tinha a ver com o conflito global, visto que os Estados Unidos atuavam em favor dos Aliados havia vários anos, apesar da neutralidade declarada (FERRER, 2014).

Por consequência de uma agressão a um país da América, foi convocada a III Conferência dos Chanceleres Americanos para janeiro do ano seguinte, a ser realizada no Rio de Janeiro, em que foi proposto o rompimento integral das relações diplomáticas de todos os

²³⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 499. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁴⁰ [Tradução nossa]: “[...] *vigilancia y represión de toda actividad que se oponga a las recomendaciones sancionadas por las conferencias interamericanas*”.

²⁴¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1942, n. 2, f. 23. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁴² Conformada pelos países banhados pela Bacia do Rio da Prata: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

países da América Latina com o Eixo (FERRER, 2014). Os únicos países que não concordaram com a proposição foram a Argentina e o Chile, sendo que o primeiro o fez por uma pressão do núcleo militar, e o segundo por se considerar despreparado para defender o país em caso de guerra (FERRER, 2014). Jorge Ferrer (2014) informa que devido à pressão destes dois países, a Conferência resultou em uma declaração que apenas recomendava os países da América Latina a romperem suas relações diplomáticas com o Eixo. O Brasil foi um destes países que seguiram a recomendação, ainda em janeiro daquele ano (RAHMEIER, 2020).

O rompimento, aliado à colaboração ativa do país com a cessão de bases no nordeste para os Estados Unidos (que as utilizavam para o envio de aeronaves até a África), gerou represálias por parte da Alemanha e da Itália. Assim, a partir de fevereiro de 1942, 33 navios mercantes e de passageiros do Brasil foram afundados por submarinos alemães ou italianos (MROS, 2019). Inicialmente, estes ataques foram realizados no Atlântico Norte e no Caribe, mas em agosto de 1942, em um intervalo de quatro dias, o submarino alemão *U-507* afundou 6 navios brasileiros na costa nordeste do país, o que resultou em 607 mortes (RAHMEIER, 2020). Estes ataques foram amplamente divulgados pela imprensa, e causaram grande comoção por parte da opinião pública, que pressionou o governo pela declaração de guerra ao Eixo (MROS, 2019). Assim, no dia 22 de agosto de 1942 foi dado fim à neutralidade brasileira com a declaração do estado de não-beligerância, até a declaração de guerra a Eixo, no dia 31 daquele mês.

A situação de guerra no Brasil se combinou com ações de nacionalização em curso, que já haviam determinado a efetivação do controle estatal sobre ensino, com o fechamento de escolas privadas que descumpriam legislações que determinavam o controle do mesmo por brasileiros, o ensino das matérias em língua portuguesa, e a proibição do ensino em línguas estrangeiras para menores de catorze anos, aspecto abordado no capítulo anterior. Todavia, o contexto da Segunda Guerra Mundial conformou um panorama em que muitos dos estrangeiros e seus descendentes (que o Estado buscava nacionalizar), estavam vinculados aos países com os quais o Brasil entrou em guerra a partir de 1942.

Para além destes aspectos, a condição dos alemães, frente à noção de um “perigo alemão”, atrelado aos interesses do *III Reich* no país, fez com aqueles fossem os principais alvos de ações repressivas conduzidas pelo Estado Novo. Neste sentido, em Porto Novo, a condição diplomática com a Alemanha representou o envio da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (que era uma unidade federalizada), para vigiar a sua população, ainda em fevereiro de 1942 (MAYER, 2017). Além disso, o contexto de guerra gerou uma migração de diversos

alemães natos que residiam na localidade, a partir de agosto de 1942, questão que será abordada na seção seguinte.

Mesmo que Andrea Rahmeier (2020) considere que as ações de perseguição à cidadãos alemães durante o contexto eram distintos das medidas de nacionalização que afetavam os brasileiros descendentes de alemães nas visões da Embaixada Alemã, é preciso perceber que durante o contexto a noção de “alemães” na Argentina e no Brasil incluía mesmo aqueles que não eram cidadãos do *Reich*. Assim, medidas de nacionalização e proibição de manifestações culturais vinculadas à Alemanha, bem como as punições decorrentes, atingiam tanto alemães natos quanto teuto-brasileiros, bem como, a partir a da realidade de Porto Novo, ex-integralistas foram perseguidos e eram taxados de militantes nazistas, como apresenta o trabalho de Leandro Mayer (2016, 2017).

É a partir do ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial, dotado de uma forte pressão popular, que se torna complicado desassociar consequências para com os alemães natos e seus descendentes. Mas havia uma diferença no tratamento possível, que era vinculada à condição de cidadania brasileira que os nascidos no território possuíam, ainda que em casos onde o indivíduo não falasse um só palavra em língua portuguesa. Assim, como brasileiros natos, não poderiam ser tratados sob o mesmo aparato jurídico que os estrangeiros, ainda mais aqueles vinculados ao país com o qual o Brasil estava em guerra. Um exemplo importante deste contexto são as políticas repressivas conduzidas em Porto Novo, a partir do final de 1942, com a finalidade de garantir a segurança do espaço fronteiriço.

Assim, o contexto repressivo de Porto Novo, nos meses finais do ano de 1942, conduziu a uma medida drástica frente ao expressivo contingente estrangeiro lá residente. Maria Rohde (2011 [1951]), revela que naquele período já era limitada a circulação de estrangeiros, a partir da necessidade de obtenção e apresentação de salvo-condutos. Rohde também relata que no dia 30 de dezembro recebeu a notícia, a partir de um professor da Linha Chapéu, que recentemente havia substituído Otto Veit (preso no dia 17 daquele mês), que todos os estrangeiros deveriam deixar a região (2011 [1951], p. 261).

No dia 10 de janeiro de 1943, foi realizada uma festa pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul no Clube Sete de Setembro (onde estava aquartelada). Durante o evento, o comandante, que, de acordo com Rohde era um aspirante a oficial, “[...] pronunciou um discurso dizendo que todos os estrangeiros estavam sendo convidados a deixar, de forma voluntária, a região” (2011 [1951], p. 261). A região de destino indicada para essas migrações voluntárias era a de Xaxim-Xanxerê. Todavia, Rohde (2011 [1951]) relata que aquele discurso não teria sido levado à sério. Percebe-se que os militares buscavam uma solução para o “problema” da presença

estrangeira no espaço fronteiro, e tinham como medida, neste caso, a sugestão da emigração dos mesmos daquela região.

O “*Livro das Casas*” publicado por Inácio Spohr em 2016, revela que o programa da festividade foi apresentado ao vigário no dia 5 de janeiro de 1943. Este contava com uma missa em ação de graças pela remoção dos estrangeiros de Itapiranga rumo a Chapecó, a ser realizada às 8 horas da manhã. Na sequência, a programação contava com uma partida de futebol, um jogo de pingue-pongue, o hasteamento da bandeira e uma matiné dançante. O que esta menção na obra de Spohr (2016) indica, é que a remoção dos estrangeiros já era observada neste período como uma ação confirmada, e, pelo teor das festividades, algo que deveria ser celebrado pela Brigada Militar e a população local (brasileira). Assim, comemorava-se a remoção de uma problemática de Porto Novo.

Durante aqueles meses, Maria Rohde enviava constantes relatos da situação para a central da *Volksverein*, em Porto Alegre. Seu marido estava afastado da região desde que as perseguições haviam iniciado (especialmente em agosto de 1942), e o mesmo havia sido feito por outros integrantes da Sociedade Popular, em vistas de escapar de prisões ou assédios. Foi ao final do mês de janeiro que Maria Rohde recebeu notícias de Porto Alegre, nas quais havia a indicação de que seriam realizadas tratativas no Rio de Janeiro para a amenizar a situação local (2011 [1951], p. 261). Este contexto indica que a *Volksverein* possuía uma via de negociação com o poder central, e percebia neste canal um meio mais viável do que as Interventorias Estaduais ou o comando da Brigada Militar, visto se tratar do topo da hierarquia política brasileira.

A sequência dos eventos, relatada por Rohde (2011 [1951]), indica que no dia 31 de janeiro de 1943 o delegado de Chapecó visitou a região, com ordens de que no dia seguinte todos os comissários se apresentassem em Itapiranga. Depois da reunião, os comissários enviaram uma ordem a todos os estrangeiros residentes em Porto Novo para que estes se apresentassem na Delegacia de Itapiranga no dia 3 de fevereiro. Com relação a este dia, por sua vez, Maria Rohde oferece um relato detalhado do processo:

3 de fevereiro, cedo pela manhã, todos se movimentavam. Um dia assustadoramente quente, o pó na estrada cobria os pés, devido à seca que já durava meses. A atmosfera parecia tomada de fumaça, provocada pelos incêndios na mata que ocorriam em toda a volta. Ao amanhecer cavalguei, em companhia do Sr. Baptista Hofer, até o núcleo urbano de Itapiranga. Lá eu encontrei todos os estrangeiros, já esperando, após cavalgada torturante e calor opressor. Procurando abrigar-se em qualquer pequena sombra que fosse possível encontrar. Jovens e velhos, na sua maioria homens. **Mulheres, só aquelas que, como eu, estavam sozinhas, cujos maridos haviam fugido, atravessando a fronteira para a Argentina.** Todo o centro da povoação estava repleto de cavalos. Diante da delegacia ficamos parados em fila. Cada um

esperando para ser despachado. A ação era rápida e sem rodeios. **Nós entregávamos nossos documentos e recebíamos a orientação de estarmos prontos para viajar, em 10 dias, quando deveríamos retirar os documentos necessários para a viagem e partir para o exílio – em Xaxim-Xanxerê.** Diante de qualquer argumento que tentava provar a impossibilidade de tal medida, a resposta lacônica era sempre a mesma: **quem não tivesse deixado sua casa, voluntariamente, até 13 de fevereiro, seria retirado de lá à força, pelos soldados, e posto a caminho.** (2011 [1951], p. 262, grifos nossos).

Assim, o processo que antes era apresentado como voluntário, foi transformado em um ato obrigatório para todos os estrangeiros residentes em Itapiranga. Todavia, existem algumas contradições no relato de Maria Rohde. Apesar da autora se referir a uma convocação de “todos os estrangeiros”, seu relato indica que apenas os homens se apresentaram, provavelmente representando suas esposas, filhas e filhos, sendo uma exceção o caso das mulheres cujos maridos haviam fugido para a Argentina, estavam exilados em outras regiões do país (como o caso de Rohde), ou presos.

Mas existe outra realidade importante, cujo relato de Rohde oferece alguns indícios. A autora informou que no recebimento das instruções para migrar, apresentou seus documentos que comprovavam a cidadania estadunidense. A própria autora defende que “como ‘*cidadã norte-americana*’ eu tinha maior liberdade de movimentos” (ROHDE, 2011 [1951], p. 264). Todavia, por estar casada com um alemão, recebeu ordem para marchar, como os demais. Ainda assim, seu caso foi comunicado para a Delegacia de Chapecó, que, dias mais tarde, informou a possibilidade de permanência em Porto Novo. Neste sentido, não eram todos os estrangeiros que deveriam migrar.

Outros dois relatos que confirmam esta afirmação provêm dos casos de teuto-romenos. Estes, migraram para Porto Novo na década de 1930, de forma contemporânea aos alemães-natos, e vinham de uma realidade histórica de fluidez de fronteiras, que ora os fazia pertencer ao Império Russo, ora a uma Romênia independente, e mais tarde à alguma República pertencente à União Soviética. Além disso, eram provenientes de migrações do século XVIII e XIX, mas mantinham a fala de alguma língua alemã. Por estes fatores, e apesar da denominação “teuto-romenos”, tinham várias vinculações nacionais dentro de um mesmo núcleo familiar, o que resultou em diversas condições durante o contexto.

Ida Müller Welter, que publicou sua autobiografia em 2010, oferece um panorama das vinculações familiares e suas consequências no processo de expulsão dos estrangeiros de Itapiranga. A autora, nascida em Krassna em 1923, na região da Bessarábia, então parte da Romênia, migrou para o Brasil com seus pais, que inicialmente se estabeleceram no estado de São Paulo. Ida revela que a família desejava ir para o Canadá, mas mudou seus planos e optou

pelo país meridional. Após deixarem São Paulo, se mudaram para Porto Feliz, e, logo depois, se estabeleceram de forma definitiva em Porto Novo, na Linha Ipê Popí. Nesta localidade, Ida se casou com um teuto-brasileiro, Adolfo Welter.

Quando os estrangeiros receberam a ordem para deixar Porto Novo, ela foi a única de sua família que não precisou migrar, pois “eu já estava casada com Adolfo Welter, um teuto brasileiro, e por isso podia ficar até segunda ordem, disseram. Esta segunda ordem não veio” (2010, p. 33). Ao contrário de Ida, seus pais e irmãos tiveram que deixar a localidade, pois “nós, romenos, deveríamos ser transportados para longe da fronteira” (2010, p. 33).

Um outro caso em que ficam evidenciadas as diferentes vinculações e suas consequências no processo, foi publicado por Roque Jungblut (2011). Trata-se de uma entrevista com o teuto-romeno Anton Ruscheinski, no ano de 1996. Este, nascido em 1920, também em Krassna²⁴³, veio para o Brasil com sua família, que se estabeleceu inicialmente em Porto Feliz. O destino inicial eram os Estados Unidos da América, mas o navio teria sido desviado para o Brasil, segundo o seu relato. Todavia, assim, como o caso da família Müller, os Ruscheinski também deixaram Porto Feliz rumo a Porto Novo, onde passaram a residir na Linha Jaboticaba, próxima a Sede Capela.

No que diz respeito à Segunda Guerra Mundial, Anton Ruscheinski relatou que havia três nacionalidades em sua família: os pais nasceram na Rússia, ele e sua irmã eram romenos, e também havia aqueles que tinham nascido no Brasil. Todavia, sua irmã era casada com um brasileiro, e os pais, pela nacionalidade russa, não tiveram que deixar Porto Novo. Assim, Anton foi o único de sua família que foi forçado a migrar.

Desta forma, o que as situações das famílias Müller/Welter e Ruscheinski indicam, é que somente as nacionalidades vinculadas aos países em guerra com o Brasil foram forçadas a migrar, isto é, os alemães natos e os romenos. Os restantes, russos, suíços, estadunidenses, e outros casos possíveis, puderam permanecer, certamente porque a condição nacional aliada à situação de guerra, fez com que as autoridades não percebessem suas presenças enquanto um problema para a região. Aliado a esta situação, os casos de alemães natos ou romenos casados com brasileiros, como era o de Ida Müller Welter, indicam que o vínculo com esta nacionalidade também impedia que fossem obrigados a deixar a região.

Ainda é necessário realizar duas outras considerações antes do retorno aos relatos de Maria Rohde quanto o processo de expulsão daqueles estrangeiros de Porto Novo. O primeiro é o destino, a região de “Xaxim-Xanxerê”. Quanto à localidade, recordamos o que foi citado no

²⁴³ As famílias Müller e Ruscheinski eram vizinhas em *Krassna*, segundo o que revela o depoimento de Anton Ruscheinski (JUNGBLUT, 2011).

segundo capítulo (seção 2.1) sobre a instalação de colônias militares na região da fronteira, uma das quais a de Xanxerê. Este aspecto permite perceber que havia um contingente militar na localidade, o que a tornava propícia a receber “nacionalidades inimigas”. Além disso, sua composição populacional, de acordo com o censo de 1940, era de 2.168 habitantes para Xaxim e 3.206 para Xanxerê (BRASIL, 1952), tendo as duas uma composição majoritária de luso-brasileiros. O mapa a seguir apresenta a localização de Itapiranga, da sede municipal de Chapecó, além de Xaxim e Xanxerê:

Figura 28 - Mapa do Oeste de Santa Catarina com destaque para Porto Novo, Porto Feliz, Chapecó, Xaxim e Xanxerê (1943)²⁴⁴.



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3* e das bases cartográficas digitais disponíveis em: **CAPAS SIG**. Geodesia y demarcación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021; e das ferramentas do software *Google Earth* disponíveis para a criação de arquivos em *.kml*, utilizados para estabelecer a localização dos distritos assinalados e da sede municipal de Chapecó.

²⁴⁴ Mapa elaborado com as localizações atuais dos distritos citados a partir dos atuais municípios que foram criados a partir dos mesmos. Além disso, foram utilizadas as nomenclaturas “Porto Novo” e “Porto Feliz” para não dissonar das citadas pelas fontes abordadas.

Como pode ser observado com o auxílio do mapa inserido, Xaxim se localiza a cerca de 20 quilômetros da sede municipal de Chapecó, enquanto que Xanxerê está a 30 quilômetros da mesma localidade, o que torna a região próxima do poder municipal e sujeita a um maior controle das autoridades. Quanto à Porto Novo, a distância é de cerca de 100 quilômetros, o que também garantiria um afastamento dos estrangeiros expulsos quanto à linha de fronteira. E esta distância, por sua vez, está vinculada a outro aspecto.

Roque Jungblut (2011), ao abordar o processo, que ele nomeia a partir de nomenclaturas utilizadas na época como *todeszug* (comboio da morte) ou *todeskolone* (coluna da morte)²⁴⁵, indica que apesar da Brigada Militar ser considerada como a principal culpada pela ordem de expulsão dos alemães e romenos, a base para a mesma se deu a partir de uma série de decretos-lei expedidos pelo governo nacional. O memorialista cita assim os Decretos-Lei 1.164/1939, 1.202/1939 e o 1.968/1940. Destes, destacamos o 1.164, que “*Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas*” (BRASIL, 1939).

Neste Decreto-Lei, era definido que todas as concessões de terras realizadas em uma faixa de 150 quilômetros da linha de fronteira deveriam ser feitas somente com prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional (Art. 1º). Além disso, as terras situadas em até 30 quilômetros da linha de fronteira somente poderiam ser concedidas para “chefes de família”, que fossem brasileiros natos e casados com brasileiras natas, bem como tivessem aptidão para trabalhos agrícolas (Art. 4º). Também era previsto que estes núcleos de fronteira tivessem uma concentração de 80% de brasileiros natos (Art. 8º, a), e o ensino de qualquer matéria fosse feito em língua portuguesa (Art. 8º, c), bem como nenhuma língua estrangeira poderia ser ensinada a crianças com menos de 14 anos (Art. 8º, d). Assim, havia bases legais sobre a concessão de terras para estrangeiros na faixa de fronteira desde o ano de 1939. Todavia, o que ocorreu em 1943, foi uma interpretação daquele conjunto legislativo, bem como sua aplicação para nacionalidades específicas.

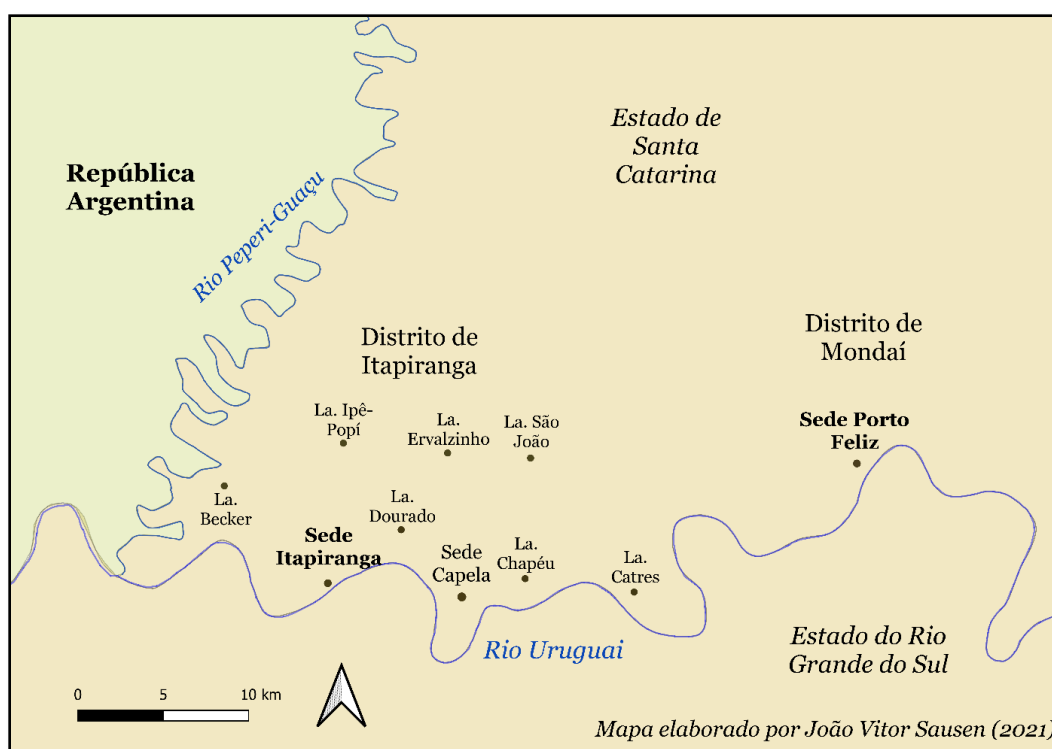
A comunicação da necessidade de deixarem Porto Novo, por sua vez, fez com que centenas de pessoas iniciassem os preparativos para deixar a localidade. Todavia, Maria Rohde (2011 [1951]) defende que ficou combinado entre aqueles que foram ordenados a sair, que deveriam tardar o máximo possível em deixar o território de Porto Novo, enquanto não recebessem notícias vindas de Porto Alegre sobre as tentativas de negociação desenvolvidas no

²⁴⁵ Maria Rohde (2011 [1951]) denominou o processo de expulsão de “Caravana da Morte”.

Rio de Janeiro. Além disso, também foi possível garantir a permanência de pessoas doentes, a partir de atestados do médico Maximiliano Leon (também alemão, que não foi expulso), como é o caso da mãe de Maria Rohde, Josefina, que havia quebrado a pelve, e estava com seus movimentos muito limitados (ROHDE, 2011 [1951]). Este conjunto de pessoas foi outra exceção ao total de expulsos. Mesmo com uma atividade coordenada e as negociações em andamento, muitos liquidaram suas propriedades imóveis e venderam animais, processo no qual, segundo a autora, teriam ocorrido explorações, e várias pessoas desfizeram-se de seus bens a preços muito menores do que valiam.

No dia 14 de fevereiro, após a concessão de um aumento no prazo para a saída dos estrangeiros, a primeira caravana deixou sua comunidade de residência. Era um grupo composto por 11 carros de bois, com 64 pessoas e 58 animais cujos integrantes eram os teuto-romenos da Linha Ipê-Popí, grupo no qual estava a família Müller, anteriormente relatada. Além disso, policiais já estavam prontos para realizar a expulsão forçada de dois núcleos familiares de sobrenome Hoffmann, fato que fez com que Maria Rohde transmitisse um telegrama urgente para Porto Alegre, com a anuência do telegrafista de Itapiranga, Erasmo Mello. Para fins de localização, no mapa a seguir estão assinaladas as localidades citadas pelas fontes e por este texto, situadas em Porto Novo e Porto Feliz:

Figura 29 - Localidades de Porto Novo e Porto Feliz (1943).



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3* e das bases cartográficas digitais disponíveis em: **CAPAS SIG**. Geodesia y demarcación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021; e das ferramentas do software *Google Earth* disponíveis para a criação de arquivos em *.kml*, utilizados para estabelecer a localização dos distritos assinalados e da sede municipal de Chapecó.

Três dias depois de deixar a Linha Ipê-Popí, o grupo de teuto-romenos chegou na propriedade de Maria Rohde, onde ficaram abrigados por alguns dias no quintal da casa, sob os cuidados de sua família, além de seu cunhado, Ulrich Neff. No dia 20 de fevereiro, os teuto-romenos seguiram viagem, e outro grupo ficou abrigado na propriedade de Maria Rohde. Eram alemães natos que residiam nas Linhas Dourado, Ervalzinho e São João. Quando os teuto-romenos já se encontravam na Linha Catres, parte de Porto Feliz, no dia 22 de fevereiro, foi recebida uma notícia extraoficial de que a ordem de expulsão havia sido retirada, graças à articulação no Rio de Janeiro. A ordem oficial chegou apenas no dia 24, quando as caravanas fizeram seus preparativos para retornar, tendo os teuto-romenos passado pela propriedade dos Rohde em seu regresso no dia 27.

Este processo de expulsões de estrangeiros vinculados aos países com os quais o Brasil se encontrava em estado de guerra, demonstra uma face extrema das represálias empreendidas durante o conflito, bem como a interpretação e uso de determinadas legislações a favor de atos tanto de repressão quanto de nacionalização. Repressão por estarem dirigidos contra populações vinculadas à países inimigos, e nacionalização por representarem a remoção de “elementos estranhos”, do espaço fronteiriço. Alemães e romenos eram o maior contingente estrangeiro de Porto Novo, e a saída dos mesmos contribuía para uma maior porcentagem da presença de brasileiros natos, ainda que de ascendência teutônica.

Também se tratava do afastamento do perigo quanto ao espaço fronteiriço, ação de importância em um período de guerra, que atraiu grandes atenções para a espacialidade. Mas este ato gerou ações de resistência por parte da população local, como se configuram a marcha lenta das caravanas, os auxílios mútuos (como o acampamento dos expulsos no quintal de Rohde), bem como a constante troca de telegramas com a direção da *Volksverein* em Porto Alegre. Mesmo funcionários públicos locais, como o telegrafista Erasmo Mello, contribuíram na resistência ao processo, demonstrando que os funcionários do Estado não eram um corpo que agia de forma homogênea em prol da Campanha de Nacionalização. Assim, a ação de expulsão pôde ser revertida ao final do mês de fevereiro, não sem causar profundos impactos na população local.

Mas ao longo da Segunda Guerra Mundial este não foi o único contexto de migrações forçadas registrado, como já comprovado com a menção a aqueles que fugiram para a Argentina, ou os que puderam se exilar em outras localidades, como Carlos Rohde, que permaneceu em Porto Alegre. Ainda no mês de agosto de 1942, um grupo de alemães natos fugiu de Itapiranga e se estabeleceu na Argentina. Estes indivíduos, além de diversos outros provenientes do estado do Rio Grande do Sul, observaram no espaço fronteiriço uma possibilidade de refúgio, assim como já havia ocorrido em outros contextos históricos, abordados no capítulo anterior. Com base nestes aspectos, na seção seguinte será abordada a questão dos refúgios na República Argentina.

4.2 O ESPAÇO FRONTEIRIÇO E O REFÚGIO DURANTE A GUERRA

A Argentina e o Brasil tiveram a partir de 1938, como apresentado anteriormente, conformada uma desconfiança para com a população de alemães e seus residentes em seu território, materializada em esforços de vigilância, perseguições e até prisões. Enquanto elementos agravantes estava a propagação de conspirações como o “Affair da Patagônia” e a suposta participação de militantes nazistas no *putsch* integralista de 1938, e, o contexto de relações cada vez mais deterioradas com a Alemanha, especialmente a partir da opinião pública nos dois países.

Em Puerto Rico e Porto Novo tiveram espaço denúncias sobre atividades nazistas por parte de seus habitantes, especialmente através das instituições de ensino e das associações culturais. Além disso, foram instalados contingentes policiais, a partir de 1940 em Puerto Rico, com a *Gendarmería Nacional*, e em 1942 em Porto Novo, com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Como já citado, estes dois processos ampliaram a vigilância sobre as populações residentes, e, em cada especificidade, conduziram a atos repressivos às atividades culturais locais. Com relação às perseguições e atividades mais extremas, foi no caso de Porto Novo que localizamos os exemplos mais expressivos, especialmente a partir do ano de 1942.

Segundo Andrea Rahmeier (2020), foi a partir de 1942, com a intensificação da guerra marítima da Alemanha para com os países que auxiliavam os Aliados, que maiores consequências foram sentidas entre os alemães e seus descendentes no Brasil, bem como em outros países da América, como a Argentina. Assim, diversas represálias foram desencadeadas no território brasileiro ao longo daquele ano em função dos ataques de submarinos à marinha mercante brasileira.

No horizonte de Porto Novo, é possível determinar, a partir do Livro Tombo da Paróquia, que as iniciativas repressivas vinculadas à Campanha de Nacionalização tiveram início em 1942. O Relatório daquele ano trouxe uma informação importante quanto ao mês de fevereiro: “A 1ª de fevereiro [v]eio ordem para o Sargento **que era proibido falar o alemão, em lugares publicos o que tambem queriam aplicar á igreja dizendo que a igreja era lugar publico**, o que não foi admitido pelo vigário”²⁴⁶ (grifos nossos).

Apesar da negativa do vigário, “[...] depois o subprefeito e coletor alegaram que tinham recebido ordem de promover a nacionalização e que se o vigario continuasse a pregar em alemão deveriam denuncial-o como impedimento para a nacionalização”²⁴⁷. Todavia, mesmo com a ameaça, o vigário apenas cedeu após receber uma ordem do Arcebispo de Florianópolis para a realização de todas as atividades religiosas em português²⁴⁸. O aspecto da língua em Porto Novo será abordado de forma mais aprofundada na seção seguinte, mas o que importa perceber, neste momento, é o aspecto das represálias na localidade em razão da guerra marítima.

Com o estado de beligerância no dia 22 de agosto, e, o estado de guerra, no dia 31, as perseguições e prisões foram generalizadas em Porto Novo. Neste sentido, Maria Rohde (2011 [1951]), revela que para os estrangeiros que residiam em Porto Novo, a declaração de estado de beligerância representou o confisco de rádios e armas, que já haviam sido registradas. Quanto à outras atividades repressivas no período, a autora publicou trechos do diário de sua filha, Daniela, escritos no contexto. De acordo com Daniela, no dia 23 de agosto de 1942, “[...] todos os homens alemães foram autuados e presos e [...] 11 já haviam fugido para a Alemanha” (ROHDE, 2011 [1951], p. 245). No dia seguinte, foi anunciado que os rádios seriam recolhidos. Também houve a ameaça de prisão de seu tio, Ulrich Neff, apesar de que este era suíço, portanto, vinculado a um país que nada tinha a ver com o conflito.

A possibilidade de prisão de Neff, que foi efetivada no dia 25, motivou um pedido de proteção ao Consulado Suíço de Porto Alegre, que prometeu medidas imediatas (ROHDE, 2011 [1951]). Este aspecto é importante para perceber os recursos que os imigrantes possuíam no período, especialmente com relação aos seus países de origem. Além disso, apesar de Ulrich Neff ser um cidadão suíço, foi considerado como alemão, provavelmente por questões linguísticas, e as relações familiares estabelecidas com alemães (como sua esposa).

Para além do caso de Neff, Daniela Rohde relata vários casos de prisões, que ocorreram a partir de agosto. No dia “2 de setembro – Um carro cheio de prisioneiro daqui partiu [Linha

²⁴⁶ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁴⁷ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁴⁸ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

Chapéu] hoje para [sede] Itapiranga. Entre eles se encontravam todos os Custodies; o velho pai, o filho e a Srta. Eleanor von Prowshinski, que dirigia a casa; e o nosso rádio” (ROHDE, 2011 [1951], p. 247). Um dia depois, “[...] hoje saiu outro caminhão carregado de prisioneiros, 33 pessoas foram levadas daqui”.

Uma das várias prisões que ocorreram em Porto Novo naquele período foi a de Anton Kliemann, um comerciante local. Sua prisão, motivada por uma delação de um habitante de Porto Feliz, bem como as torturas pelas quais foi submetido a partir dos soldados da Brigada Militar, geraram novas delações que prontamente envolveram outros indivíduos, que, por sua vez, iniciaram uma cadeia de denúncias. O conjunto de indivíduos foram vinculados pelas delações durante as torturas às quais foram submetidos, de forma a atenuar os castigos sofridos (MAYER, 2016, 2017).

Leandro Mayer (2016, 2017), que estudou estes casos a partir de um processo-crime do Tribunal de Segurança Nacional que os julgou, revela que a principal motivação para a prisão e perseguição daqueles indivíduos foi o papel de lideranças que os mesmos possuíram na Ação Integralista Brasileira, dissolvida com o advento do Estado Novo. A suspeita que recaiu sobre o grupo era de um suposto contrabando de armas realizado em 1939 a partir da República Argentina, onde alguns possuíam vínculos comerciais. Tais armas seriam utilizadas em um levante integralista a partir do oeste do estado. Além disso, as denúncias também os taxavam como nazistas, revelando as relações que foram atribuídas à ambos os movimentos políticos no período.

No entanto, no julgamento do caso no Tribunal de Segurança Nacional (ao final de 1943), o grupo foi considerado inocente, e foram tomados em consideração os atos de tortura pelos quais foram submetidos, bem como a insuficiência de evidências que comprovassem a articulação do levante. Mayer (2021), em sua Tese de Doutorado, revela que este caso, assim como diversos outros motivados por denúncias, e cujas bases eram pouco ou quase nada consistentes, foram comuns no oeste de Santa Catarina naquele contexto, e geraram vários processos-crime no Tribunal de Segurança Nacional, analisados pelo autor.

A conclusão final de Leandro Mayer a partir destes casos é a de que configuram uma “politicalha de aldeia”, termo que consta em um dos processos, por terem usualmente motivações locais e nada terem configurado enquanto ameaças ao Brasil. Desta forma, o autor percebe que taxar algum indivíduo enquanto nazista ou subversivo no período, era uma forma de prejudica-lo, de forma que estas delações foram utilizadas como instrumentos nos conflitos locais.

Um caso de delações semelhantes em Puerto Rico, citado na seção anterior, é a denúncia de Luís Fernando Ruez, de que a sociedade nazista local, liderada por Guillermo Schuster o perseguia, havia realizado um atentado à bomba contra ele em 1932, bem como decretado um boicote ao mesmo no dia 18 de dezembro (talvez do ano anterior). O caso, que foi denunciado apenas em 1938, já em um contexto de desconfiança quanto aos alemães residentes na República Argentina, e gerou um processo criminal, que foi anexado às documentações da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*²⁴⁹.

Neste sentido, Ruez buscava, através da denúncia “garantias a sua pessoa e a seus interesses”. No processo criminal também estão citados os nomes de outros “ajudantes” de Schuster na Sociedade Nazista: Guillermo Deukels, Evaldo Krug, Juan Siemers e sua esposa Lisa Siermers, Juan Dippman, Leopoldo Nedel, Pedro Nedel, Kurt Stoffen, Juan Achüiet, Pedro José Brandt, Adolfo Kleiner, José Gillesen, Carlos Kleiner, Augusto Forster, Guillermo Botz e Juan Schmidt. Além disso, Guillermo Deukels e Adolfo Kleiner eram citados como diretores de duas “escolas nazistas”, que funcionavam, respectivamente, em Puerto Rico e Capióví. Evaldo Krug era delegado da empresa Opferring e o casal Siemers atuavam na recepção e distribuição de materiais de propaganda nazista pela colônia.

Vários nomes que constam no processo criminal são citados em outras documentações consultadas pela presente investigação, como o de Brandt, que foi membro da Comissão de Fomento de Puerto Rico entre 1936 e 1938. Outros, como Adolfo e Carlos Kleiner, foram listados como imigrantes vindos do Brasil na obra de María Cecilia Gallero (2009). Assim, constavam na lista dos denunciados por Ruez, um grupo de nomes influentes em nível local, bem como de teuto-brasileiros.

Como testemunhas para fortalecer sua denúncia, Ruez conclamou os nomes do pároco Francisco Behres, Federico Rauber e Alejo Rauber (dois teuto-brasileiros citados no capítulo anterior, tendo sido o segundo membro da Comissão de Fomento por cinco anos), José Johann, Bertoldo Vier e “o resto da colônia que não pertence à opinião” [nazista]. Sobre o boicote realizado para Ruez, este explicou que se tratava da não realização de qualquer atividade profissional ou particular com ele.

Algumas outras denúncias foram adicionadas por Ruez ao processo, bem como foram interrogados os denunciados e as testemunhas. Todavia, o que importa perceber, para a presente investigação, é o panorama similar de disputas locais tanto em Puerto Rico quanto em Porto Novo, que acabavam por envolver a instrumentalização das denúncias, e o uso de um contexto

²⁴⁹ **Informe n° 5:** Gobernación de Misiones. 1941 [1938]. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario>>. Acesso em 23 nov. 2021.

de forte vigilância com relação a atividades nazistas em seus países. Há um tom profundo de “politicagem de aldeia” nas denúncias de Ruez.

Entretanto, as perseguições em Porto Novo geraram um movimento de resistência, cujos efeitos condicionantes, bem como situações semelhantes, não foram registrados na realidade de Puerto Rico durante o período. Assim, diversos indivíduos que permaneceram em Itapiranga durante o contexto sofreram com perseguições, prisões e abusos policiais. Mas recordamos a menção de Daniela Rohde sobre a fuga de 11 pessoas para a Argentina, de forma preventiva, no dia 23 de agosto de 1942. Este processo será abordado de forma aprofundada nesta seção, a partir do cruzamento com documentações localizadas no *Archivo de Gobernación de Misiones*, bem como no acervo da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*. A figura a seguir é uma fotografia do grupo que empreendeu a fuga para a República Argentina:

Figura 30 - Os refugiados de Porto Novo (1942).



Fonte: Sabedoria das idades. *Jornal Força D'Oeste*, Itapiranga, nº 1.150, p. 17, 7 abr. 2020.

A imagem apresenta 11 homens (e indica a presença de um fotógrafo), acompanhados de uma mula, fotografados com suas malas e sacolas de viagem, cujo volume parece indicar a intenção de estadia mais longa. Também podem ser observadas duas espingardas, e coldres com

revólveres. Ao fundo, o local sugere que estão dispostos em uma picada em meio à mata virgem e densa, mas cuja estrada está sem troncos ou sulcos, o que revela que não é recente.

Sobre este processo empreendido pelo grupo fotografado, existem diversas menções, especialmente em obras de cunho memorialístico. Um exemplo é o livro “*Porto Novo: um documentário histórico*”, publicado por Roque Jungblut, originalmente no ano de 2001, cuja edição acessada é de 2011. De acordo com o autor, a organização de uma fuga para a República Argentina, foi motivada pelo clima desfavorável aos alemães no Brasil, especialmente a partir de 1942. Segundo informações coletadas por Jungblut, o grupo teria tomado conhecimento, em conversas com caboclos, que a 50 quilômetros ao interior da mata havia uma localidade chamada de *San Pedro*, no Território de Misiones (2011, p. 150).

Com a iminência da guerra, em agosto de 1942, o grupo empreendeu a fuga, com o planejamento de retornar ao final do conflito. Somente homens iriam participar do processo, dos quais a maioria eram residentes na Linha Presidente Becker. De acordo com Roque Jungblut, a saída de Porto Novo teria sido realizada de forma disfarçada, para evitar as guarnições policiais, e, após dois dias, o grupo se encontrou nas matas argentinas. Após quatro dias na selva missioneira, a “coluna dos 13”, como ficou conhecida pela quantidade de participantes, alcançou a localidade de San Pedro. Neste núcleo, trabalharam como serradores, balconistas e agricultores.

Apesar da denominação de “coluna dos 13”, ela era composta inicialmente, segundo Jungblut (2011), por 17 homens, dois quais 14 eram residentes na Linha Presidente Becker e 3 na Sede Itapiranga. Todavia, o autor também difere quanto ao número de integrantes, pois cita o nome de 13 que realizaram todo o processo de fuga, e outros 5 que desistiram do processo, totalizando 18. Independente do possível equívoco do autor, segundo o mesmo realizaram a fuga para a Argentina: Joseph, Alfons e Martin Dietz; August Scholz, acompanhado dos filhos Herman e Frantz; Wendling Kober; Karl Gluitz; Karl Blank; Wilhelm Rost; Fritz Sandhaas; Peterson Steffen e Werner Kober (JUNGBLUT, 2011, p. 150). Deste grupo, Rost e Sandhaas eram residentes em Itapiranga, os demais na Linha Becker. Quanto aos que desistiram do processo, estes eram Bruno Eidt, Heine Neumann, Günter Prost, Ludwig Lengert e Bernard Engesser.

Uma importante informação oferecida pelo autor é a de que estes indivíduos que empreenderam a fuga para a Argentina permaneceram neste país realizando algumas atividades econômicas, e mantinham comunicações com seus familiares a partir do envio de cartas por meio dos caboclos. Além disso, alguns permaneceram definitivamente no país, como é o caso

de Wendling Kober, que estabeleceu residência em Puerto Rico. Sobre este último, não foram encontradas informações que pudessem aprofundar sua trajetória na localidade de estudo.

Outro aspecto citado por Jungblut (2011) é o de que a fiscalização militar sobre a fronteira, e em especial na comunidade de Linha Becker, foi reforçada após a fuga dos alemães. Quanto a este ponto, Leandro Mayer (2016, 2017) revela que foi instalado um destacamento militar em uma casa na comunidade, próxima ao Rio Peperi-Guaçu, onde também foram conduzidos diversos atos de tortura por parte dos soldados da Brigada Militar, como aqueles contra Anton Kliemann e Adão Eidt. Na comunidade em si, retornando às informações consultadas em Jungblut (2011), em março de 1943 teriam permanecido apenas três homens, enquanto os demais estavam exilados ou presos.

Com relação aos que desistiram da fuga, Roque Jungblut publicou uma entrevista realizada com Herman Scholz, um dos participantes do processo. Segundo Scholz, os desistentes Bruno Eidt, Heine Neumann, Ginter Prost, Ludwig Lengert e Bernard Engesser, teriam sido todos presos no retorno, além de que Neumann foi derrubado de seu cavalo, e este baleado pelos soldados (JUNGBLUT, 2011, p. 474). No Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga também foram encontradas menções à prisão de Bruno Eidt em 1943²⁵⁰, o que demonstra represálias posteriores à um dos participantes da fuga.

Outra menção à fuga de alemães para a Argentina no começo da guerra, provém da obra *“Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos”*, publicada pelo padre Luiz Heinen, em 1997. Heinen era natural de Itapiranga, e atuou na região durante a década de 1940. O autor revela que Wilhelm Rost deixou sua propriedade ao encargo do pai de Heinen, até que pudesse retornar em segurança do país vizinho. O objetivo da migração era que “[...] eu e alguns companheiros não desejamos os sofrimentos da prisão, por motivo de guerra. Por isso estamos a caminho da Argentina” (1997, p. 184), segundo o que comunicou. Mais detalhes sobre o tempo de administração não puderam ser combinados entre os dois, já que Rost estava se direcionando de forma apressada para cruzar a fronteira. Neste sentido, o relato de Jungblut está alinhado ao deste autor, bem como sua obra foi consultada por ele.

Apesar de as informações de Heinen exagerarem o número de indivíduos participantes do processo (seriam, de acordo com o autor, entre 20 e 25), informações importantes constam em seu trabalho. De acordo com Luiz Heinen, como os refugiados eram todos homens e suas famílias permaneceram no Brasil, o contato era realizado com o auxílio de alguns mensageiros,

²⁵⁰ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 23.

especialmente aqueles que desenvolviam atividades comerciais que envolviam viagens pela fronteira. Um deles teria sido João Borba, um luso-brasileiro que trabalhava na Casa Comercial da família Weiss, de Itapiranga (HEINEN, 1997, p. 185).

O aspecto vinculado ao número de indivíduos que empreenderam a fuga, que é reduzido no relato de Daniela Rohde (ROHDE, 2011 [1951]), incoerente em Roque Jungblut (2011) e exagerado em Luiz Heinen (1997), parece ter a ver com um equívoco com relação a aqueles que se refugiaram inicialmente na República Argentina. De acordo com Maria Rohde (2011 [1951]), também a partir do diário de sua filha Daniela, no final de novembro de 1942, Maria Dietz (esposa de Josef) “[...] que teria sido torturada e molestada de várias formas, havia fugido para a Argentina, para onde seu marido fora oito semanas antes” (ROHDE, 2011 [1951], p. 253). Assim, o refúgio na República Argentina incluiu um segundo momento, em que os migrados iniciais receberam uma nova fugitiva e, diferentemente dos relatos que tratam apenas de homens, uma mulher.

Quanto a este aspecto, a partir da pesquisa de Maikel Schneider, realizada em seu Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), e publicada como livro em 2019, é possível compreender um pouco mais da trajetória da família Dietz neste processo. O autor apresenta informações que diferem de parte daquelas publicizadas na obra de Roque Jungblut (2011), no que se refere aos filhos de Josef e Maria, Alfons e Martin, pois revela que estes não foram inicialmente para a Argentina, mas acompanharam sua mãe em novembro de 1942²⁵¹. Assim, a família residiu inicialmente em San Pedro, onde Josef se encontrava, localidade na qual mantiveram um açougue e uma fabriqueta de linguiças (SCHNEIDER, 2019). Desta forma, a coluna inicial para a República Argentina era composta por 11.

Schneider (2019) também revela que com o final da Segunda Guerra Mundial, e apesar da possibilidade de um retorno em segurança para o Brasil, a família decidiu por permanecer na República Argentina, visto que a propriedade dos mesmos na Linha Presidente Becker havia sido destruída pelos soldados da Brigada Militar, bem como os negócios em Misiones estavam rendendo bons frutos. O único que retornou para Porto Novo foi Alfons, enquanto que os demais se mudaram para a localidade de Campo Grande.

Todavia, todos estes memorialistas e historiadores que citam o processo não dão conta de percebê-lo em um âmbito maior, que inclua movimentos semelhantes em outras partes de Santa Catarina, ou do estado do Rio Grande do Sul. Desta forma, o que foi realizado pela presente investigação, a partir da consulta às documentações do *Archivo de Gobernación de*

²⁵¹ Assim, a denominação “Coluna dos 13”, inclui os dois filhos de Josef Dietz que não participaram da fuga inicial, a exclui a única mulher participante do processo.

Misiones e da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, foi determinar que o refúgio de alemães na República Argentina a partir de Itapiranga não foi um caso singular naquele período. Além disso, também foi observado que este processo não se resumiu apenas à estrangeiros vinculados ao país ao qual o Brasil havia declarado guerra.

Antes de abordar estas documentações, e com uma finalidade semelhante à aquela dos mapas da seção anterior, foi elaborado um novo mapa onde estão demarcadas as principais localidades de saída, passagem ou refúgio citadas anteriormente, e a serem citadas na sequência. Neste sentido, o mapa elaborado consta a seguir:

Figura 31 - Localidades de saída nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como destino e passagem das migrações por refúgio no Território Nacional de Misiones, Argentina (a partir de 1942).



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3* e das bases cartográficas digitais disponíveis em: **CAPAS SIG**. Geodesia y dermacación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021; e das ferramentas do software *Google Earth* disponíveis para a criação de arquivos em *.kml*, utilizados para estabelecer a localização dos povoados e cidades apresentados.

De acordo com um documento localizado no acervo da *Comisión Investigadora*, poucos dias depois da caravana de refugiados alemães de Itapiranga deixar a localidade rumo à San Pedro, na República Argentina, um despacho reservado da VIII. *División Seguridad*²⁵², na figura do Coronel Juan J. Palacios, Diretor Geral da *Gendarmería Nacional*, para o Ministro da Guerra, datado de 26 de agosto, informava sobre o ingresso de imigrantes clandestinos no país. Segundo o documento, era prevista a intensificação do ingresso de imigrantes no país a partir do Brasil, de forma que uma disposição do ministro, emitida no dia 22, previa a ampliação da vigilância da fronteira, realizada pelo “*Escuadrón Alto Uruguay*”, da *Gendarmería Nacional*.

Também foram registrados os nomes de alguns indivíduos que haviam ingressado nas últimas 72 horas²⁵³. E o despacho findou reconhecendo a dificuldade de controle sobre os ingressos ilegais: “dada a enorme extensão da fronteira, as características do terreno (arborizado) e os escassos efetivos de tropa destacados, é admissível supor que outras pessoas teriam efetuado a passagem por lugares não vigiados”²⁵⁴. Um novo informe do mesmo remetente, classificado como “reservado-confidencial”, foi enviado no dia 1º de setembro²⁵⁵, “*ampliando información sobre inmigración clandestina*” e dava conta de apresentar os ingressantes no território missioneiro no período de 72 horas²⁵⁶.

Novas informações foram apresentadas apenas no dia 10 de outubro²⁵⁷, desta vez com um detalhamento maior sobre a nacionalidade dos ingressantes, bem como os locais onde realizaram a travessia. Segundo o documento, também classificado como “reservado-confidencial”, “[...] entraram clandestinamente no país, os imigrantes brasileiros: Pedro Martinez e Nicasio González por Puerto Aguirre e Puerto Bemberg²⁵⁸ respectivamente e por Barra Bonita²⁵⁹ ingressaram no mesmo: Germano Hermes, Alois Gottse Lig e Bernardo Enrique

²⁵² **Se informa al Ministro de Guerra sobre el ingreso de personas a la Argentina desde Brasil.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²⁵³ Alfredo Benno; Osvaldo Klat; Enrique Hengemule; Valentin Guillermo Lohaman; Oscar Neuman; Rodolfo Hotz; Lidia Margis; Adolfo Margis; Emilio Mazunka; Eduardo Krausse; Ricardo Pijfil; Reynaldo Hotz y Elvino Machuski. Alguns nomes podem ter sido deliberadamente hispanizados no momento da inscrição dos mesmos nas listas de controle.

²⁵⁴ [Tradução nossa]: “*Dada la enorme extensión de la frontera, las características del terreno (boscoso) y los escasos efectivos de tropa destacados, es admisible suponer que otras personas habrán efectuado el pasaje por lugares no vigillados*”.

²⁵⁵ **Se informa al Ministro de Guerra del ingreso de personas a la Argentina desde el Brasil.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²⁵⁶ Jose Henkes; Josefina Kesinger de Henkes (e cinco filhos menores); Reinaldo Shonark; Irma Kerbert de Shonark (com cinco filhos menores); Silvino Hahn; Adolfo Rudolf Sneider; Leopoldo Erbach; Wilh[e]lm Kleiman; e [F]riedrich Bangen.

²⁵⁷ **Se informa al ministro de Guerra sobre el ingreso de inmigrantes brasileños.** 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²⁵⁸ Localidades do norte do Território de Misiones, Argentina.

²⁵⁹ Próxima à Porto Mauá, Rio Grande do Sul, Brasil.

Hermes com suas respectivas famílias. **Estes à exceção dos dois primeiros, apesar de serem de nacionalidade brasileira, são de origem alemã**²⁶⁰ (grifos nossos).

Assim, Martínez e González podem ser descartados enquanto migrantes vinculados ao processo desenrolado pelos alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina em busca de refúgio na República Argentina. Aos demais, pelo período histórico, a geografia de ingresso, bem como por suas condições nacionais, pode-se supor que a finalidade de suas entradas ilegais na Argentina se vinculava à busca por refúgio naquele país.

Os nomes coletados pela *Gendarmería*, além dos indivíduos detidos a partir do ingresso ilegal, tiveram seus casos relatados para a *Dirección de Inmigración*, que iria determinar a linha de ação para com os imigrantes clandestinos. Supõe-se que este seja o mesmo procedimento para com as listagens anteriores. É interessante indicar que a imigração, apesar de ser clandestina, foi detectada pela força militar, que pôde estabelecer um controle sobre aqueles grupos. Todavia, também é possível compreender a grande proporção do processo migratório, cujas cifras correspondentes foram muito além do controle das autoridades.

Além destas documentações, foi localizado o arquivo intitulado “*Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones*”²⁶¹, com data de 12 de agosto de 1942. Este documento, um dos poucos em língua inglesa presentes no banco de dados, reforça a ideia de que a migração de alemães e seus descendentes para Misiones foi em consequência das perseguições conduzidas no Brasil, pois: “se, por exemplo, uma pequena criança de cabelos loiros é ouvida falando alemão, os seus pais são jogados na cadeia e maltratados: no momento em que são soltos eles escorregam para Misiones com toda velocidade”²⁶² (p. 7). Além disso, o autor (desconhecido) também assume que o mesmo poderia estar ocorrendo no leste do Paraguai [que também contava com várias colônias “alemãs”]. Este relato, anterior ao ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial, sugere que as migrações como refúgio para Misiones seriam um processo ainda anterior.

Por fim, no que diz respeito às documentações da *Comisión Investigadora*, um de seus relatórios anexos, denominado de “*Comunicado del agente de Misiones*”²⁶³, e datado de 19 de

²⁶⁰ [Tradução nossa]: “[...] *entraron clandestinamente al país, los Inmigrantes brasileños: Pedro Martinez y Nicasio González por Puerto Aguirre y Puerto Bemberg respectivamente y por Barra Bonita ingresaron al mismo: Germano Hermes, Alois Gottse Lig y Bernardo Enrique Hermes con sus respectivas familias.- Estos a excepción de los dos primeros, a pesar de ser de nacionalidad brasileños, son de origen alemán*”.

²⁶¹ **Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones**. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²⁶² [Tradução nossa]: “*If, for example, a small tow-haired child is overheard speaking in German, the parents are thrown into jail and illtreated: the moment they are released they slip over into Misiones with all speed*”.

²⁶³ **Comunicado del agente de Misiones**. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

setembro de 1942, trouxe uma série de denúncias, uma das quais vinculada ao ingresso de alemães e teuto-brasileiros. Segundo o reporte do agente no Território Nacional, o Chefe de Polícia seria partidário dos nazistas, e teria como um de seus opositores o governador Semilla. Quanto ao ingresso de imigrantes ilegais: “deve-se ter em conta que Misiones segue servindo de rota entre o Sul do Brasil e o Paraguai. É relativamente fácil locomover-se de San Javier, Alto Uruguai, a Misiones, e é quase seguro que um dos Cônsules da costa brasileira tenha uma tarifa fixa para “auxiliar os turistas”²⁶⁴ (p. 1). Além disso, uma vez em Misiones, na borda do Rio Paraná, “sempre se torna possível ir de lancha de uma ribeira a outra, p.e. [por exemplo] a Encarnación [cidade paraguaia do outro lado de Posadas], sem produzir documento algum”²⁶⁵ (p. 1). Assim, o Paraguai também foi concebido como um dos destinos possíveis para os migrantes.

No Arquivo da Governadoria de Misiones, por sua vez, foram localizadas outras documentações que auxiliam a reconstruir o panorama de refúgio de alemães e teuto-brasileiros na República Argentina. Neste sentido, o maior número de informações é referente ao mês de setembro, quando ainda se tratava de um fenômeno recente. Assim, no dia 19 de setembro de 1942, em uma comunicação de Horacio E. Ratti, Secretário Encarregado da Governadoria ao Ministro do Interior, Miguel J. Culaciati, foram veiculadas informações sobre a presença de imigrantes ilegais na localidade de Leandro N. Alem²⁶⁶. A partir de um reporte de membros da *Comisión Investigadora de Actividades Antiargentinas*, a governadoria soube que nas propriedades de Guillermo Rogensack e Adolfo Romian se encontravam “pessoas suspeitas”, sobre as quais era necessário realizar um controle e estabelecer suas origens.

Assim, foi determinado que se tratavam dos alemães Walter Bicker [Becker?] e Alois Schleiner, que ingressaram de forma clandestina a partir do Brasil por Porto Londero (na região do Alto Uruguai), no dia 22 de junho. Além deles, também se encontravam em Leandro N. Alem, Paulo Muller e Max Schaule, russos de origem alemã. Todos os quatro estavam detidos na localidade, provavelmente a espera de uma decisão das autoridades. Horacio E. Ratti também reconhecia na comunicação, que outras trinta pessoas de origem alemã teriam ingressado no

²⁶⁴ [Tradução nossa]: “*Hay que tener en cuenta que Misiones sigue sirviendo de ruta entre el Sur del Brasil y el Paraguay. Es relativamente facil trasladarse de San Javier, Alto Uruguay, a Misiones, y es casi seguro que uno de los Cônsules del costado Brasileiro tiene una tarifa fija para ‘asistir a los turistas’*”.

²⁶⁵ [Tradução nossa]: “*Siempre queda posible ir por lancha de una ribera a la otra, p. e. a Encarnación, sin producir documento alguno*”.

²⁶⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 490-491. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Território de Misiones em condições semelhantes, mas suas identidades e paradeiros exatos eram desconhecidos.

Mas uma das informações mais relevantes informações contidas no documento acompanhava a parte final da comunicação de Ratti. Segundo o Secretário, aqueles imigrantes “[...] fora de sua clandestinidade, estão ligados a situações de ordem político-social derivadas da posição dos E.U. [Estados Unidos] do Brasil na atual contenda bélica, segundo fundadamente se presume [...]”²⁶⁷. Assim, a autoridade reconhecia que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial trouxe consequências para aquelas populações de origem alemã, bem como as mesmas, frente ao contexto, buscavam refúgio no território da República Argentina. Por fim, a recomendação de Horacio Ratti era de estabelecer preparações para casos semelhantes e colocar estes imigrantes ilegais à disposição da *Dirección de Inmigración*.

Outra comunicação, do mesmo remetente, também para o Ministro do Interior, telegrafada no dia 25 de setembro²⁶⁸ tratava da apresentação de “treze súditos alemães procedentes do Brasil” na *Comisaría* de San Pedro. Segundo o telegrama, aquele grupo empreendeu a imigração por razões vinculadas à Segunda Guerra Mundial. De forma coincidente aos 11, e mais tarde catorze, que deixaram Porto Novo rumo ao interior do Território de Misiones, este grupo também se estabeleceu em *San Pedro*, o que torna possível que se tratem dos mesmos personagens, apesar de que o processo de refúgio de alemães e seus descendentes na República Argentina a partir do Brasil parece ter compreendido algumas centenas de indivíduos. No momento do envio da comunicação, os treze indivíduos estavam alojados na residência de um habitante local, e não é possível saber qual foi o paradeiro dos mesmos. Além disso, Ratti também informava que dentro de alguns dias a *Gendarmería Nacional* se instalaria na localidade, o que serve para supor que esta instituição trataria de um controle maior dos ingressos a partir do Brasil.

Ao longo dos meses seguintes, alguns telegramas permitem perceberem que a busca por refúgio no Território de Misiones foi contínua. Um telegrama de 9 de novembro dava conta de informar que as autuações policiais realizadas no Território, e referentes ao ingresso clandestino no país de “súditos alemães”, compreenderam cento e quarenta quatro folhas, que foram

²⁶⁷ [Tradução nossa]: “[...] fuera de su clandestinidad, están ligados a situaciones de orden político-social derivadas de la posición de los EE.UU. del Brasil en la actual contienda bélica, según fundadamente se presume [...]”.

²⁶⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 623. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

entregues a *Dirección General de Inmigración*²⁶⁹. Em junho do ano seguinte, se encontrava detido o alemão Adolfo Prell, que ingressou de forma ilegal a partir do Brasil, sem a documentação necessária²⁷⁰. O mesmo seria deportado para o país vizinho.

Neste sentido, o processo migratório, que, segundo o que indicam as fontes, teve início ainda antes da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, seguiu de forma contínua até o ano seguinte. Este aspecto, ao que cremos, tem vinculação com as medidas repressivas desencadeadas pelo Brasil contra populações alemãs ou de seus descendentes ao longo do conflito, que podem ter tido como uma de suas várias formas de resistência a busca por refúgio na República Argentina. No entanto, ao que indicam as fontes, a República Argentina pode não ter sido o único país de refúgio durante o conflito, o que também incluiu um trânsito por Misiones até o Paraguai.

Assim, devido ao processo repressivo desencadeado pela Campanha de Nacionalização empreendida no Brasil naquele período, a fronteira Argentina se tornou uma espacialidade de refúgio ou de passagem de indivíduos que buscavam escapar das ações que ora eram direcionadas a reprimi-los por suas vinculações políticas prévias ou contemporâneas ao Estado Novo, ou pela simples condição de vinculação à Alemanha, enquanto descendentes ou cidadãos do país. Neste sentido, as trajetórias de cada indivíduo ou grupos que empreenderam o exílio na República Argentina é variada, e requer uma análise específica. Todavia, o elo que une a todos é a possibilidade de refúgio a partir da fronteira, em busca de uma condição jurídico-política diferente e mais favorável. De forma que este período e estas migrações se inserem em um contexto maior, já apresentado no capítulo anterior, que caracteriza este tipo de atuação humana no espaço fronteiriço.

Todavia, apesar do destino dos imigrantes ser relegado à *Dirección de Inmigración*, é possível supor que muitos deles puderam permanecer em Misiones, como é o caso daqueles provenientes de Porto Novo. E esta afirmação somente é possível graças à uma análise “individual”, que contempla algumas destas trajetórias. O mesmo pode ocorrer com outros casos de pessoas que empreenderam esta trajetória de fuga rumo à República Argentina ou ao Paraguai, e permite um caminho para estudos posteriores.

²⁶⁹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie R, 1933, n. 1, f. 494. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁷⁰ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 847. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Por fim, é necessário compreender que estes homens, mulheres e crianças que empreenderam a migração ao longo da fronteira não eram apenas alemães natos, cuja condição nacional lhes vinculava diretamente ao país em conflito com o Brasil. A “fuga” ou “imigração clandestina”, contemplou também teuto-brasileiros e teuto-russos, cuja cidadania não representaria o mesmo que a dos alemães natos. Assim, é possível perceber que a fuga para a República Argentina foi uma estratégia de alemães e seus descendentes estabelecidos tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, frente às represálias a aqueles indivíduos no Brasil.

Somado a isso, os refugiados se valeram de informações que possuíam sobre o Território de Misiones, a partir de seus contatos com aqueles que circulavam pela espacialidade, e/ou, muito provavelmente, também pelas pessoas que possuíam parentes, amigos e conhecidos residindo na região. Com relação a este aspecto, é preciso recordar as imigrações recentes para o Território de Misiones, que mantinham vivos os vínculos de amizade e parentesco, apesar da separação pelo Rio Uruguai e as matas missioneiras. É possível imaginar, desta forma, que tais vinculações tenham sido buscadas no período de conflito, como forma de resistência às represálias que o governo brasileiro, bem como diversos setores da sua população dirigiam aos alemães e seus descendentes que residiam no país.

Além das perseguições, a desconfiança para com as populações de origem alemã estabelecidas na Argentina e no Brasil, implicaram em limitações às suas atividades culturais coletivas ou individuais. Neste sentido, ambos os Estados-Nação conduziram esforços de nacionalização, que tiveram a seu favor a possibilidade de cercear ainda mais atividades em razão da situação de guerra ou do “perigo alemão”, que assimilava manifestações culturais à atos nazistas. Com base nestes pressupostos, a seção seguinte trata do controle sobre as atividades culturais realizado em Puerto Rico e Porto Novo durante a Segunda Guerra Mundial.

4.3 O CONTROLE DAS ATIVIDADES CULTURAIS E DAS ESTRUTURAS “PÚBLICAS” E “SEMIPÚBLICAS”

O estabelecimento de repartições, corpos de administração pública, e instituições (como as escolas), sob o controle ou ingerência estatal, que conformavam a *esfera pública* local em Puerto Rico e Porto Novo, determinaram, a partir de 1930, espaços de circulação de discursos nacionais nestas localidades. No entanto, a existência e força de associações privadas, como as escolas paroquiais em Porto Novo e alemãs em Puerto Rico, representavam alternativas aos discursos nacionais difundidos pelas instituições públicas. Assim, a partir da estatização do

ensino em Porto Novo, bem como o controle sobre as diretrizes do mesmo por parte do estado, e vigilância através de inspetores escolares, o estado pôde amplificar o alcance de suas próprias instituições.

Este processo ocorreu a partir de 1938 e 1939, anos em que tanto na Argentina quanto no Brasil foram difundidas supostas conspirações nazistas que teriam auxílio da população local, o que gerou políticas de controle de associações alemãs, a vigilância de parcelas da população, bem como prisões e perseguições. As atividades culturais, a partir deste contexto, passaram a representar um dos meios pelos quais eram difundidas propagandas nazistas, que fomentavam conspirações antinacionais.

Todavia, a partir da década de 1940, a Argentina manteve a neutralidade na Segunda Guerra Mundial, enquanto que o Brasil tomou parte no conflito a partir de 1942. Neste ano, foram intensificados os atos de nacionalização para com a população de alemães e seus descendentes estabelecida no país, que em muitos casos se vinculavam também à atos de perseguição, bem como de prisão de parte dos habitantes.

Na República Argentina, por sua vez, a busca pela manutenção da neutralidade a partir do ano de 1940, foi fortalecida em 1943, quando o *Grupo de Oficiales Unidos (GOU)* tomou o poder. Muitos dos militares que passaram a compor o grupo dirigente do país eram de orientação germanófila, o que conduzia, neste contexto onde a Alemanha já havia sofrido com significativas derrotas no conflito, a uma manutenção da posição neutra da Argentina na guerra (ROMERO, 2007a). O primeiro militar a assumir o poder foi o general Arturo Rawson, que durou apenas quatro dias no poder, pois, a partir de uma intimação estadunidense, queria romper as relações diplomáticas da Argentina com a Alemanha, em junho de 1943 (FERRER, 2014). Seu sucessor, Pedro Pablo Ramírez, manteve a neutralidade argentina no conflito (FERRER, 2014).

Ao final daquele ano, um golpe de estado na Bolívia, que contou com o apoio da *GOU* e do governo argentino, derrubou um governo pró-aliado e empossou Gualberto Villaroel, alinhado aos militares argentinos, o que gerou uma nova pressão por parte dos Estados Unidos pela situação diplomática da Argentina (FERRER, 2014). Neste contexto, os estadunidenses ameaçaram revelar informações sobre a participação argentina no golpe de estado, o que forçou o presidente Ramírez a romper as relações diplomáticas com as potências do Eixo, no dia 26 de janeiro de 1944 (FERRER, 2014). A ruptura demarcou também a queda de Ramírez, que foi substituído por Edelmiro Farrel no mês de fevereiro, este, por sua parte foi o responsável pela declaração de guerra da República Argentina ao Eixo, no dia 27 de março de 1945, já ao final do conflito, apenas para terem permitido o ingresso nas Nações Unidas (ROMERO, 2007a).

E estes posicionamentos distintos da República Argentina para com a Segunda Guerra Mundial, além do contexto interno, também determinaram políticas diferenciadas com relação às populações residentes de alemães e seus descendentes no país. Assim, não houve uma amplificação generalizada das iniciativas de nacionalização, bem como das atividades repressivas em razão da participação no conflito, ou por represálias em função de ações na guerra, como o afundamento dos navios brasileiros o foi no caso do país vizinho. Todavia, o que é possível perceber são consequências à fala de línguas alemãs, bem como ao funcionamento de escolas direcionadas ao ensino a partir daquelas linguagens.

Outro aspecto apreendido a partir das fontes consultadas é o controle sobre a realização de festas. Para o contexto de Misiones, a partir da documentação digitalizada pelo *Archivo de Gobernación*, foi possível observar como e sob quais condições os festejos poderiam ser realizados no contexto. Fato interessante é o de que não foram localizadas autorizações ou solicitações para a realização de festas prévios à 1939, o que pode significar a simples ausência documental, ou que houve uma mudança das políticas quanto à aquelas atividades a partir do ano em que passam a constar autorizações.

Considerando esta questão, também é preciso realizar outra ressalva. Festejos, independentemente de suas proporções e o número de envolvidos, devem ter ocorrido ao longo de todo o contexto, com ou sem as devidas autorizações, ou mesmo com o total desconhecimento das autoridades públicas. Assim, o que está em questão quanto a estes processos é a relação destas manifestações culturais com as autoridades públicas, de forma a estes festejos passarem pelos avais de tais repartições, e não haver um panorama de total permissividade neste âmbito. Feitas estas indicações, é possível analisar algumas situações práticas das autorizações para festejos no caso de Puerto Rico. Para uma melhor orientação quanto às localidades citadas nesta seção, foi constituído um mapa com as principais sedes comunitárias e urbanas de Capioví/Puerto Rico, exposto a seguir:

Figura 32 - Principais localidades de Capioví/Puerto Rico.



Fonte: Elaboração de João Vitor Sausen a partir do software gratuito *QuantumGis3* e das bases cartográficas digitais disponíveis em: **CAPAS SIG**. Geodesia y demarcación; Hidrografía y oceanografía. Disponível em: <https://www.ign.gob.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>. Acesso em: 16 jun. 2021; IBGE. Malhas digitais. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 16 jun. 2021; e das ferramentas do software *Google Earth* disponíveis para a criação de arquivos em *.kml*, utilizados para estabelecer o posicionamento das localidades assinaladas.

Assim, no que diz respeito aos festejos, uma autorização da Governadoria emitida para a Chefatura de Polícia de Puerto Rico, com data de 20 de julho de 1940²⁷¹, dava conta de permitir a realização de uma festa em comemoração da Independência Suíça, no dia 1º de agosto daquele ano. A comunicação era uma resposta à solicitação da *Sociedad Helvecia de Puerto Rico*, e dava conta de um programa que envolvia um churrasco em Oro Verde e um baile na sede colonial, onde seriam comercializados vinho e cerveja. Em 1944, um baile desta sociedade foi autorizado pela Governadoria²⁷², sendo estas as duas únicas menções a festejos vinculados à clubes “nacionais” com relação a outros países.

²⁷¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 193. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁷² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie G, 1944, n. 4, f. 115. Disponível em:

Uma autorização emitida no dia 26 de julho de 1941²⁷³ e encaminhada da Governadoria para a Chefatura de Polícia de Puerto Rico permite perceber qual era o papel desta última no processo. Segundo o documento, a Comissaria deveria encaminhar ao presidente do *Club Deportivo Esperanza de Puerto Rico*, a notícia de que o governo autorizava a realização de “baile público”, com distribuição de cerveja, a ser realizado no dia 3 de agosto no salão de Juan Schmidel, em Villa Belgrano, Capiovisño, jurisdição daquela Comissaria.

Em seguida, foi informado à Chefatura de Polícia que “serão dadas instruções ao Encarregado da Comissaria do lugar para que se vigie estritamente o desenrolar do ato, sobre o qual se informará em forma detalhada em sua oportunidade. – Mesmo assim deverá notificar ao recorrente da proibição absoluta de jogos de azar e venda de bebidas alcoólicas”²⁷⁴. Assim, acompanhar a ocorrência do evento autorizado era parte importante do procedimento, a fim de que fosse vigiado o correto cumprimento do processo. De todos os documentos localizados sobre a realidade de Puerto Rico, este foi o mais detalhado quanto à vigilância a ser empreendida pela polícia.

Todavia, o que as três autorizações até este ponto citadas têm em comum, e que também se estende para as demais, é a Chefatura de Polícia como intermédio junto à Governadoria. De forma que os agentes policiais eram aqueles que zelavam pelo cumprimento das autorizações, ou das proibições, caso a Governadoria assim o determinasse. Além disso, o desenrolar das atividades parece ter passado por uma série de quesitos. O comércio de bebidas alcoólicas era um deles, que ocorria de forma regulamentada. Por outro lado, as manifestações culturais, especialmente de línguas estrangeiras, passavam por uma vigilância dos agentes policiais, como nos revela uma solicitação de permissão, referente à *Eldorado*, e adjunta às documentações da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*²⁷⁵.

Neste sentido, Georg Riedler encaminhou uma petição ao Chefe de Polícia do Território Nacional de Misiones pela autorização para realizar um piquenique beneficente da “*Winterhilfe*”, cujo documento foi recebido no dia 13 de março de 1939. A festa tinha como finalidade celebrar a entrada da primavera, no mesmo período em que esta era realizada na

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁷³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 513. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁷⁴ [Tradução nossa]: “*se darán instrucciones al Encargado de la Comisaría del lugar para que se vigile estrictamente el desarrollo del acto, sobre el que informará en forma detallada en su oportunidad. – Asimismo deberá notificarse al recurrente de la prohibición absoluta de juegos de azar y expendio de bebidas alcohólicas*”.

²⁷⁵ **Informe nº 11**: Gobernación de Misiones. 1941. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

Alemanha, e iria ocorrer no dia 26 daquele mês. O pedido também acompanhou o programa detalhado das celebrações a serem realizadas, que incluíam uma refeição coletiva e “diversões populares”.

O pedido foi aceito, e a contestação foi enviada no dia 21 de março, o que indica que houve, por razões de lentidão burocrática ou por uma verificação, uma demora de uma semana na resposta. Além disso, no dia marcado para o evento, o comissário de polícia (cuja assinatura ilegível tornou impossível verificar seu nome), solicitou ao oficial Olivar Areco, “presenciar a festa e informar detalhadamente acerca da mesma”. A sua participação gerou um relatório de uma página, em que foram detalhados os acontecimentos do evento, o que também denota uma preocupação com relação ao teor das celebrações. Nesta descrição, Olivar Areco se preocupou em, além de detalhar o itinerário do evento, informar as línguas faladas nos discursos ao público, bem como das canções coletivas, as primeiras majoritariamente em castelhano, e as segundas, apenas três, em alemão.

De forma geral, outras atividades autorizadas no caso de Puerto Rico não tiveram mencionadas a necessidade de fiscalização de seus atos, como os casos de eventos da *Comisión Pro-Estación Radio-Postal* (7 de setembro de 1941), *Deportivo Club Victoria* (28 de setembro de 1941), *C.D. Cooperadora Escola “Justo Jose de Urquiza”* (12 de outubro de 1941), *C.D. Pro-Campo de Aterrizaje de Puerto Rico* (16 e 17 de novembro de 1941)²⁷⁶, e algumas outras que parecem não ter relação específica com festejos “germânicos”²⁷⁷. Mas a ausência de documentações sobre estas últimas torna difícil detalhar o panorama das festas.

O certo é que havia uma vigilância de festejos vinculados a manifestações relacionadas à países estrangeiros, como a *Winterhilfe*, anteriormente citada. Além disso, uma hipótese que pode ser formulada a partir do contexto de desconfiança para com os alemães, é a de que festejos extensivos vinculados a seus descendentes, e que envolvessem manifestações culturais características, teriam uma dificuldade maior em obter as devidas autorizações. Por outro lado,

²⁷⁶ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 555, 565, 575, 606. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁷⁷ Podem ser citados ainda os casos da *Cooperadora de la Escuela n° 264 “Fray Santa Maria de Oro”* de *Capivisño*, uma escola pública; a Associação de ex-alunos da *Escuela n° 114* de Puerto Rico, outra escola pública; bem como um evento da mesma escola; as celebrações do aniversário de 25 anos de Puerto Rico; além de uma festa promovida pelo pároco da localidade, Francisco Behres. Consultado em: ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES. Serie G, 1944, n. 4, f. 315, 361, 408. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

festas familiares não estavam sujeitas à autorização prévia²⁷⁸, e podem ter representado um importante fator de manutenção de elos.

Em Porto Novo, as festas passaram a sofrer com as limitações extensivas em razão do conflito a partir de 1942. Neste sentido, a proibição das manifestações em línguas alemãs em qualquer espaço de convívio, público ou privado, era um grande obstáculo no período²⁷⁹. Além disso, a presença militar, na figura da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto aparato repressivo, limitava as expressões culturais alemãs, bem como tinha como seu quartel principal o Clube Sete de Setembro (antiga *Schutzverein*). O que antes era o principal local de festas na Sede Itapiranga, foi transformado na prisão e local de tortura primordial aplicada pelas tropas.

Maria Rohde (2011 [1951]), por sua vez, defende que a impossibilidade de se manifestarem em alemão por parte da população, em que muitos não falavam a língua portuguesa, causou sérios prejuízos às atividades culturais locais. Todavia, a população passou a perceber, neste contexto, uma possibilidade de manutenção de elos comunitários a partir da religião. Esta, que apesar de ter como impeditivo nas celebrações formais a proibição do uso de línguas estrangeiras que não o latim, oferecia momentos de reunião e confraternização para muitos habitantes.

Foi neste sentido que se generalizaram em Itapiranga as peregrinações para grutas construídas na região. Assim, consta como registro no Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, no dia 2 de fevereiro de 1943: “inaugurou-se solenemente a gruta de N^a. Sr^a. da Paz, a fim de oferecer ao povo da paróquia **um lugar de refúgio em sua tribulação** e implorar-lhe uma proteção especial da Sm^a. Virgem”²⁸⁰ (grifos nossos). Tendo sido inscrito imediatamente após o conflituoso ano de 1942, com todos os atos repressivos desenvolvidos na região deste então, e no mesmo mês da expulsão de alemães e romenos, é de se imaginar que a busca por “refúgio em sua tribulação”, tenha a ver com este contexto vivido. A figura a seguir é uma fotografia da gruta no ano de 2021:

²⁷⁸ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie H, 1940, n. 8, f. 720. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

²⁷⁹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁸⁰ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

Figura 33 - Gruta da Rainha da Paz - Itapiranga (2021).



Fonte: Acervo pessoal digital de João Vitor Sausen.

A partir deste contexto, foram constantes as menções a peregrinações realizadas até a gruta, que estava em um local próximo à Igreja Matriz e aos fundos do Hospital Sagrada Família. Desta forma, no dia 25 de março foi mencionado no Livro Tombo que: “fez-se uma peregrinação á gruta de N^a. Sr^a. da Paz para implorar paz para o mundo e tranquilidade para a população daqui”²⁸¹. Neste sentido, a gruta e as peregrinações eram percebidas como um meio de reclames por uma melhoria da situação vivida na localidade. Assim, no dia 31 de maio foi realizada uma nova peregrinação²⁸².

Maria Rohde (2011 [1951]), por sua vez, cita a gruta da Linha Chapéu, denominada de “Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, também construída na época. Segundo a autora, “em uma gruta natural, criada pela natureza, especialmente para este fim, ao lado da qual corria um regatinho de águas cristalinas, haviam instalado uma imagem, em tamanho

²⁸¹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁸² Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 23.

natural, da consoladora dos aflitos, que, ali de cima, olhava para os seus filhos, abençoando-os” (ROHDE, 2011 [1951], p. 285). Além disso, estes locais, segundo Rohde (2011 [1951]), foram capazes de prover um refúgio para a população: “assim, o ano de 1943, ao mesmo tempo que nos trouxera tantos momentos sombrios, nos mostrara, também, um lado radioso” (p. 285).

Desta forma, podemos perceber as peregrinações religiosas do período, que tinham como destino as grutas feitas para fins de devoção religiosa e pedidos por uma maior tranquilidade no contexto, como uma resposta da população às limitações impostas na época. Assim, as grutas foram uma alternativa para a manutenção de elos e celebrações comunitárias, que ocuparam o espaço de outras atividades proibidas, ou buscaram sanar as suas ausências. Além disso, são processos que devem ser adicionados aos atos de resistência das populações teuto-brasileiros de Porto Novo frente à nacionalização e às repressões desenvolvidas pelas forças da Brigada Militar.

Mas a população também tomava parte de festejos mandatórios no período, como os atos patrióticos, e as festas em homenagem ao Brasil e sua liderança maior, Getúlio Vargas. Além da festa da Brigada Militar em torno da expulsão dos estrangeiros em janeiro de 1943, foram registradas a obrigatoriedade de ritos patrióticos no dia 17 de janeiro²⁸³. Estes atos envolviam o hasteamento da bandeira brasileira após a primeira missa dos domingos, em que todos eram “convidados” a estarem presentes.

No dia 14 de abril de 1943, foi registrada a ocorrência de um festejo em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas, feito por iniciativa do padre Vendelino Junges e das Irmãs da Divina Providência²⁸⁴. O ato teve início às 8h30 com uma missa festiva, seguida de “festividade de programa variado no grêmio”, tendo sido “bem concorrida”. Desta forma, é possível perceber que as figuras religiosas buscavam se adaptar ao contexto, ou até demonstravam uma admiração pelo ditador brasileiro.

Ao 7 de setembro daquele ano, a celebração da independência brasileira contou com uma missa sucedida pelo hasteamento da bandeira e canto do hino, além de uma passeata pelas ruas e sessão solene no grêmio²⁸⁵. Obrigatórios ou não, estes atos passaram a fazer parte da realidade da população de Porto Novo, e menções aos mesmos tiveram início neste contexto, o que faz crer que a realidade anterior a 1942 tinha contornos distintos em nível local.

Junto a este aspecto, é possível perceber nos festejos patrióticos um meio para a difusão de uma perspectiva nacional em Porto Novo, a fim de buscar a assimilação da população local,

²⁸³ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁸⁴ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁸⁵ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 23.

ou seja, enquanto um meio de nacionalização empregado no período. Assim, atos coletivos de celebração à pátria ou de seu ditador, representavam um momento de contato da população com aqueles símbolos e discursos que se buscava difundir.

Mas estas foram atividades legais durante o período, que passavam pela autorização, incentivo ou até a anuência das autoridades. Todavia, algumas manifestações culturais, como a fala em alguma língua alemã, eram proibidas em Porto Novo. Neste sentido, apesar da resistência da população em fazer cumprir a lei, a própria comunidade fomentou ações em torno de denúncias aos transgressores. Assim, precisamos recordar a construção daquilo que Rosane Neumann (2003) denomina enquanto “lógica da desconfiança”, que permite observar que o medo instituído na população era um meio pelo qual as autoridades poderiam estabelecer um controle mais efetivo, e que tornava festejos, comunicações em línguas alemãs, ou outros aspectos subversivos, enquanto atos não recomendáveis, pela própria segurança dos indivíduos. A pena possível e básica era a prisão, e dali se estendiam violências variadas, como surras, torturas, detenções prolongadas e até transferências para locais mais distantes, como Chapecó, Lajes ou Porto Alegre.

Sobre as denúncias, foi inscrito no Livro Tombo, no dia 6 de abril de 1943, quando era tratado da dificuldade do ensino sem o uso das línguas de origem dos alunos, que o uso do alemão em público era perigoso, justamente pela possibilidade de delações. Com relação a estas, consta que “[...] ainda mais que entre os próprios católicos de origens há homens que com denúncias procuraram conquistar um ossinho junto às autoridades locais”²⁸⁶. Assim, as denúncias eram percebidas enquanto um meio de alcançar benefícios próprios entre população, bem como, esta não pode ser observada como um corpo homogêneo que sofria um mesmo processo no contexto.

Todavia, alemães natos estavam sujeitos a consequências maiores que os teuto-brasileiros. Estes, por seu lado, poderiam atuar a favor da nacionalização e dos atos repressivos, percebendo neste caminho possibilidades de ascensão, de benefícios próprios básicos, ou simplesmente por medo de consequências para si. Por outro lado, entre as autoridades públicas, como citado na seção 4.1 para o caso de Erasmo Mello, também havia aqueles que dissonavam e induzem a pensar que o corpo de funcionários locais tampouco era homogêneo. Quanto às transgressões da proibição da fala em línguas alemãs, é possível citar alguns casos. No dia 16 de janeiro de 1944, um homem de sobrenome Zinger foi preso “por ter falado alemão”²⁸⁷. Em

²⁸⁶ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 21.

²⁸⁷ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 24.

3 de junho daquele mesmo ano, o relato sobre uma nova detenção de Zinger tem ares absurdos e cômicos:

O soldado Noël prende de novo ao Sr. Zinger, **porque a Sra deste falara alemão com a vaca**. Chegou a esbofetea-lo em plena rua e o deixou 24 hs. sem cama nem comida na cadeia. **O juiz dá ordem de prender o soldado. Intimado pelo Comissário é levado preso para dentro do escritório do Escrivão de Paz**. Submetido ao interrogatorio evade-se por uma janela, seguido do filho do escrivão que o agarra em plena rua. Acódem prós e contras e sai um verdadeiro rolo na rua (grifos nossos).

Inicialmente a prisão de Zinger se deu em razão de uma transgressão cometida por sua esposa, e que, por ser um ato banal, pode significar que teve origem em uma denúncia ou de que ocorreu em proximidade de um policial. A intercessão do juiz, por sua vez, revela que as atividades repressivas desenroladas pela polícia tinham um limite, e a punição ao soldado Noël revela o tal. Soma-se a esta questão o fato de o evento ter ocorrido em 1944, quando Porto Novo já fazia parte do Território Federal do Iguazu, que foi criado no ano anterior como uma forma de amplificar o controle sobre a fronteira. Com relação a esta transformação, tanto a partir do Livro Tombo quanto no relato de Maria Rohde (2011 [1951]) foram transparecidas noções de que a repressão foi diminuída a partir da existência do Território Federal do Iguazu, da remoção subsequente da Brigada Militar, e sua substituição pelo Exército.

Entretanto, uma questão que foi contínua, ainda que com esta transformação política, foi o controle sobre o ensino, a partir das escolas públicas em nível local. Assim, este processo foi paralelo a certas ingerências realizadas em Puerto Rico, o que permite esforços de comparação neste sentido. Quanto à esta localidade argentina, foram localizadas escassas documentações referentes ao tema do ensino durante o período, mas que mesmo em menor número são superiores ao contexto pré-guerra, o que sugere, com a desconfiança para com os alemães, que houve uma alteração na relação com as instituições de ensino.

Assim, uma das documentações localizadas é a “*Nómina de las localidades de la provincia de Misiones y las propiedades alemanas situadas en ella*”²⁸⁸, que inclui uma listagem das “propriedades alemãs” em várias localidades missioneiras, entre as quais Puerto Rico e Capioví. Para a primeira era citadas a “*Evangelischer Friedhofverein*”²⁸⁹ [Associação Cemiterial Evangélica], *Deutscher Kranken KassenVerein* “[Associação de Seguro de Saúde Alemã], “*Deutscher Katholischer Schulverein*” [Sociedade Escolar Católica Alemã], enquanto

²⁸⁸ *Nómina de las localidades de la provincia de Misiones y las propiedades alemanas situadas en ella*. S/ ano. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021

²⁸⁹ A existência desta associação também é um indício de que não havia homogeneidade religiosa em Puerto Rico.

que para a segunda era nomeada a “*Deutscher Schulverein von Linea Capiovy*” [Sociedade Escolar Alemã da Linha Capioví]. Além destas localidades, também era citada a “*Deutscher Schulverein*” [Sociedade Escolar Alemã] da Linha Paraná, parte do território de Puerto Rico.

No informe da turnê de inspeção do Tenente-Coronel Guglielmelli²⁹⁰, citado na seção 4.1, foi mencionada a existência de quatro escolas alemãs dotadas de registro oficial, a partir de uma informação concedida pelo Governo de Misiones. Eram estas as escolas dirigidas por Alex Pf[e]ifer, Richard Theler, Wil[h]e[lm]n Deukel[s] e Adolph Kleiner (esta em Capioví). Todavia, a visita do militar ao Território o fez comprovar que apenas a escola de Pfifer estava em funcionamento no ano de 1940. Além destas escolas, existia a instituição privada de San Alberto Magno.

Além disso, também foi localizado um telegrama de Horacio L. Bonifay, Chefe de Polícia do Território Nacional de Misiones, para Adolfo Daviña, Subcomissário de Polícia de Puerto Rico, datado de 14 de agosto de 1940²⁹¹. O telegrama dava conta de algumas denúncias sobre o funcionamento de escolas alemãs na localidade, as quais deveriam ser averiguadas pelo Subcomissário: “Tendo esta Chefatura conhecimento que nessa Colônia estariam funcionando duas escolas alemãs ou mais, **onde seus diretores sem fazer nada perigoso de ordem material, resultariam verdadeiros envenenadores morais para o alunado**; que uma das escolas se encontraria localizada na mesma localidade ao lado da Pensão de um tal Krindger e outra na localidade de Capioví, ao encargo de Adolfo Kleiner, alemã”²⁹² (grifos nossos. f. 2). As denúncias supracitadas tem origem em Ernesto Kunzke, Gerente da Cooperativa de Puerto Rico, o que é comprovado por seu memorando manuscrito ter sido anexo à documentação consultada. Todavia, como já citado anteriormente, Kleiner era de origem brasileira. Afora deste equívoco, esta era outra das denúncias comuns durante o período, e que também já foram abordadas.

Quanto à ação de Daviña, este deveria verificar se as escolas funcionavam devidamente autorizadas, e qual era a norma de conduta de seus diretores com relação aos alunos, segundo o que estava disposto da Circular nº 9 de 18 de janeiro de 1939, que era referente ao

²⁹⁰ **Informe producido sobre la jira de inspección en el Territorio Nacional de Misiones sobre actividades extrajeras de acuerdo a instrucciones impartidas por el Señor Ministro.** 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²⁹¹ **Informe nº 36:** Gobernación de Misiones. 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

²⁹² [Tradução nossa]: “*Teniendo conocimiento esta Jefatura, que en esa Co[l]lonia estarían funcionando dos escuelas alemanas ó más, donde sus directores sin hacer nada peligroso en el orden material, resultarían verdaderos envenenadores morales para el alumnado; que una de las escuelas se encontraría ubicada en la misma localidad al lado de la Pensión de un tal Krindger y otra en el paraje Capioví, a cargo de Adolfo Kleiner, alemán*”.

funcionamento de escolas estrangeiras. Ou seja, cabia à Daviña saber se as instituições eram espaços de propaganda antiargentina, ou se eram inofensivas.

Por fim, foram citadas três escolas estrangeiras de Puerto Rico que funcionavam sob a devida autorização ou que estavam com as licenças em trâmite. Eram elas a “*Escuela San Alberto Magno*”, em Puerto Rico, com o status autorizado; e se encontravam em trâmite a “*Escuela Carlos Kolb*”, também de Puerto Rico, e a “*Escuela Guillermo Heine*”, de Capioví. Após sua investigação, Adolfo Daviña remeteu ao Chefe de Polícia Bonifay três páginas manuscritas com suas impressões sobre a situação das escolas particulares de Puerto Rico. O conteúdo do manuscrito é de grande importância para compreender a dinâmica do ensino em Puerto Rico, bem como a relação das instituições particulares locais, ditas “estrangeiras”, com as autoridades argentinas.

Em seu relatório, o agente confirmou a existência das três escolas mencionadas, bem como a localização das mesmas, além disso, deu detalhes sobre quem dirigia cada instituição, a nacionalidade dos mesmos e o número de alunos. Neste sentido, a “*Escuela Carlos Kolb*”, tinha essa denominação por ser dirigida por um indivíduo do mesmo nome. A *San Alberto Magno* tinha como responsáveis as irmãs de caridade e o padre Francisco Behres, sendo as primeiras “*austríacas alemanas*”, e o segundo teuto-argentino (alemão naturalizado argentino). Com relação ao número de alunos, o manuscrito indica que a instituição contava com mais de 150.

Todavia, com relação à *San Alberto Magno*, “[...] o único que pude comprovar é que esta escola, **não tem o espírito puro de argentinidade**, dado o seu caráter religioso, e que além disso **mantém o idioma alemão**, o que dificulta nas mesmas crianças argentinas, que são as que frequentam, a dificuldade de possuírem seu idioma nativo”²⁹³ (grifos nossos). Neste sentido, o caráter de escola religiosa, apesar das fortes vinculações da República Argentina com o catolicismo, somado com o ensino em língua alemã, garantiam que esta instituição não tivesse um “espírito puro de argentinidade”. O agente também informou que seus alunos ainda tinham que percorrer mais de três quilômetros para frequentar esta instituição.

Com relação à escola de Carlos Kolb, seus alunos seriam os mesmos que frequentavam a “*Escuela Argentina N° 114*” pela manhã, ou seja, realizavam um complemento às atividades de ensino da instituição pública. Este trecho revela a alternativa que as famílias encontravam para submeterem seus filhos ao ensino na língua alemã, visto que nas escolas públicas estas

²⁹³ [Tradução nossa]: “[...] *lo único que se á podido comprovar, es que esta escuela, no tiene el espíritu neto argentinidad, dado su carácter religioso, y que amás, mantienen el idioma alemán, lo que dificulta en los mismos niños argentinos, que son los que concurren, la dificultad de poseer su idioma nativo*”.

atividades eram desenvolvidas em idioma castelhano. Quanto à Carlos Kolb, o agente de polícia informou aspectos negativos sobre o mesmo: “a moral de Kolb – pode se estabelecer nestas categorias: 1) falta de caráter – 2. Afeito à bebida – *é elemento nazista*, pois como este e outros mais, **procuram manter nas crianças argentinas, a descendência dos pais que são alemães [...]**”²⁹⁴ (grifos nossos). Assim, o ensino de elementos vinculados à germanidade, para Adolfo Daviña, era um sinônimo de nazismo, o que revela também possíveis analogias realizadas no período. Para além deste fator, Daviña informou que o aspecto nazista “[...] pode se comprovar quando estas escolas, por separadas, cantam o hino nacional [...]”²⁹⁵, o que sugere que se tratava do Hino Nacional Alemão.

Sobre a “ação sobreposta das escolas”, de acordo com Daviña, havia casos de “[...] meninas de dez a doze anos que para tomar a comunhão e estão na escola argentina, devem sair pelo menos com um ano de antecipação e entrar na escola *San Alberto Magno*”²⁹⁶. Neste sentido, este trecho revela que a escola religiosa também realizava o período de catecismo das crianças para a primeira comunhão, de forma a exigir a matrícula como tal, bem como o tempo necessário de preparação.

Todavia, Daviña também defendia que “[...] existe a distinção de raças – nesta Colônia, já que a 1ª missa é para os alemães e a 2ª para os *criollos* – como chamam os argentinos e paraguaios [...]”²⁹⁷. Sem fornecer outras razões para esta separação além das possíveis motivações racistas. Consideramos que a razão para tal aspecto poderia ser o fato de que assim as missas poderiam ser realizadas nas línguas dos presentes. Assim, uma divisão entre “alemães” e “*criollos*”, permitiria a realização do culto religioso em alemão para aqueles que o compreendiam, e castelhano, na mesma perspectiva.

Esta hipótese é confirmada a partir do relatório do Tenente-Coronel Guglielmelli, que, ao citar o colégio *San Alberto Magno*, informou que as “professoras são, monjas e irmãs alemãs e austríacas, que **recém querem tirar a cidadania argentina** e falam pessimamente o castelhano, pelo que se pode supor que o ensino desta matéria não deve ser eficiente”²⁹⁸ (p. 91).

²⁹⁴ [Tradução nossa]: “*La moral de Kolb – se puede establecer en estas categorías. 1) falta de carácter – 2. Afecto á la bebida – es elemento nazi, pues como este y otros más, procuran mantener en los niños argentinos, la descendencia de los padres que son alemanes [...]*”.

²⁹⁵ [Tradução nossa]: “[...] *se puede comprobar cuando estas escuelas por separadas, cantan el himno nacional [...]*”.

²⁹⁶ [Tradução nossa]: “[...] *niñas de diez a doce años para tomar la comunión se están en la escuela argentina, deben salir por lo menos con un año de anticipación y entrar en la escuela San Alberto Magno*”.

²⁹⁷ [Tradução nossa]: “[...] *existe la distincion de razas – en esta Colonia, ya que la 1ª misa es para los alemanes y la 2ª para los criollos – como así se llama á los argentinos y paraguayos [...]*”.

²⁹⁸ [Tradução nossa]: “*Maestras son, monjas y hermanas alemanas y austriacas, que recién quieren sacar carta de ciudadanía argentina y hablan pésimamente el castellano, por lo que es de suponer que la enseñanza de esa materia no ha de ser eficiente*”.

Sobre as missas conduzidas pelo padre Behres, Guglielmelli cita que “[...] se diz que realiza duas missas, uma para os alemães e outra para os *criollos*, **falando nos idiomas respectivos**”²⁹⁹ (p. 93, grifos nossos).

Com relação ao padre Francisco Behres, Daviña indica que ele seria a pessoa de maior influência na localidade, e não existiam quaisquer denúncias contra ele, seja por parte das crianças ou da sociedade em geral. Quanto ao colégio conduzido por Adolfo Kleiner em Capioví, este já não estava em funcionamento, e o professor era conhecido como nazista na região. Naquele período, alunos não frequentavam sua casa, onde aparentemente as atividades de ensino funcionavam, e o mesmo recorria a Colônia. Todas as três escolas mencionadas haviam sido inspecionadas pelo Inspetor da Escolas Particulares do Conselho de Educação, “*señor Luciani*”.

As denúncias formuladas por Adolfo Daviña apresentam muitas similaridades com aspectos também denunciados por autoridades em Porto Novo. Um dos principais elementos é o uso das escolas como local de difusão de ideologias nazistas. Outro aspecto é a percepção que através do ensino, argentinos, para a realidade de Puerto Rico, e brasileiros, para o caso de Porto Novo, não acessavam a própria língua do país de nascença, visto frequentarem aulas em língua alemã. Mas a realidade histórica em ambos os países era distinta, e no caso argentino aquelas escolas seguiram, em sua maioria, funcionando, ao contrário de Porto Novo.

Outras denúncias sobre a situação escolar de Puerto Rico constam no quarto informe da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*³⁰⁰, citado na seção 4.1. Neste documento constam informações de que entre junho e julho de 1941, funcionavam aulas de idioma e religião católica conduzidas por Enrique Gunther (Puerto Rico), Hugo Guillermo Heine (Capioví), Alejandro Pfeifer (Mbopicuá) e Isabel Dalk (Puerto Rico). Além disso, todas as instituições contavam com um total geral de seis funcionários, sendo que na escola onde lecionava Isabel Dalk havia três destes. Para além deste aspecto, o documento indica que Gunther e Heine eram argentinos, enquanto que Pfeifer era de origem estrangeira, não sendo possível determinar a nacionalidade de Isabel Dalk.

Por outra parte, as instituições alcançavam um significativo número de alunos. A maior delas, a de Isabel Dalk, tinha 70 alunos de nacionalidade argentina e 8 de origem estrangeira. Na sequência, a segunda maior instituição era a de Hugo Heine, que contava com 44 alunos

²⁹⁹ [Tradução nossa]: “[...] se dice que hace dos misas, una para los alemanes y otra para los criollos, hablando en los idiomas respectivos”.

³⁰⁰ **Informe 4 “Escuelas particulares de idiomas y religión”**. 1941. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 16 dez. 2021.

argentinos e 5 estrangeiros. As aulas de Alejandro Pfeifer, por sua vez, eram concorridas por 25 alunos argentinos, sem nenhum estrangeiro. Por fim, por parte da escola do professor Enrique Gunther, havia 44 alunos argentinos e apenas 5 estrangeiros. Neste sentido, as instituições apresentavam um número muito maior de argentinos que acessavam as aulas de língua alemã e religião católica, provavelmente filhos dos imigrantes que se estabeleceram na região de Puerto Rico, o que deve ter sido interpretado como uma grande ameaça à nacionalização na localidade.

Sobre a continuidade do funcionamento de escolas de idioma, documentações localizadas no *Archivo de Gobernación de Misiones* dão conta de oferecer informações sobre as escolas de Puerto Rico. Assim, no dia 28 de novembro de 1940, através de uma notificação do governador de Misiones, Luís C. Romaña³⁰¹, uma ordem foi transmitida à Chefatura de Polícia de Puerto Rico, ao Pároco da paróquia desta localidade, para que o sacristão da Capela de Mbopicuá, Alejandro Pfeifer, circunscrevesse suas atividades apenas ao ensinamento do catecismo. Um inquérito policial havia sido aberto contra o mesmo, a partir da acusação de que Pfeifer havia conduzido seus ensinamentos em língua alemã. Apesar de que nada fora provado, à Pfeifer era recomendado que não exercesse nenhuma outra atividade “[...] à margem das disposições legais vigentes”. Este documento sugere que o ensino em língua alemã somente era permitido em escolas autorizadas, e não de forma geral.

Apesar da notificação ao sacristão de Mbopicuá, as ordens de não ensinar em língua alemã parecem não terem sido cumpridas, como o indica um pedido de informações com carimbo “urgente” expedido pelo governador Romaña à Chefatura de Polícia de Puerto Rico, no dia 18 de outubro de 1941³⁰². Segundo a comunicação, o governador buscava informações com relação ao fechamento da Capela da Linha Mbopicuá, tendo as ordens conhecidas somente determinado o fechamento da escola de idioma e religião da localidade. A mensagem findava especificando que caso a clausura fosse indevida, a capela deveria ser imediatamente reaberta. Com o conhecimento do episódio anterior, pode se considerar que o fechamento da escola, que deveria funcionar de forma anexa à Capela, se deu em razão do descumprimento da proibição ensinar em língua alemã.

³⁰¹ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 305. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

³⁰² ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 594. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Para além deste caso de Mbopicuá, que ilustra que o funcionamento de escolas de alemão funcionava oficialmente somente sob autorização governamental, foi localizado um outro caso. No mês seguinte, no dia 20 de novembro, o *Consejo Nacional de Educación* emitiu nota para que fosse tornado efetivo o fechamento da “*Escuela de Idioma y Religión de Capióvi*”³⁰³. Todavia, a reabertura do local foi autorizada somente para reuniões da *Comisión Pro Templo*, o ensino de catecismo às crianças da paróquia, e qualquer outra atividade relacionada com o culto.

Estes poucos casos do objeto argentino permitem expor que a realidade dos alemães e seus descendentes naquele país não foi eximida de conflitos, especialmente em torno do ensino e de suas atividades culturais. Assim, conviviam em Puerto Rico instituições públicas e privadas, estas últimas que poderiam conduzir seus ensinamentos em alemão. Todavia, dependiam da autorização de funcionamento, que demonstra uma tutela do Estado sobre a questão.

Também é preciso registrar que iniciativas de controle sobre o ensino conduzido por alemães e seus descendentes na República Argentina também foram abordadas por Germán Friedmann (2010). Assim, o autor cita o caso do fechamento de escolas e a proibição do exercício da docência para alguns profissionais estrangeiros a partir do já citado *Informe N° 4*³⁰⁴, que acabaram por determinar o fechamento dos colégios e escolas mais importantes da coletividade alemã na Argentina durante a Segunda Guerra Mundial (FRIEDMANN, 2010, p. 112).

A questão do ensino em Porto Novo, por sua vez, após a estatização das escolas e o estabelecimento de um maior controle sobre as diretrizes pedagógicas, não se tornou um tema amistoso. Pelo contrário, assim como no contexto inicial da nacionalização do ensino, os anos posteriores seguiram marcados por uma profunda resistência dos padres jesuítas e da população local, prevalecendo os primeiros enquanto uma das principais lideranças do processo.

Com a estatização do ensino, bem como do estabelecimento de regras mais rígidas para a contratação de professores, tornou-se contínua a indicação de docentes de origem luso-brasileira, e, muitas vezes externa, para lecionarem nas escolas locais. Todavia, os nomes indicados enfrentavam a resistência dos habitantes de Porto Novo. Uma menção a este processo foi encontrada no Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, e se refere ao mês de agosto de 1940.

³⁰³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 628. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

³⁰⁴ **Informe 4 “Escuelas particulares de idiomas y religión”**. 1941. Disponível em: <https://apym.hcdn.gov.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 16 dez. 2021.

Segundo o registro religioso: “pelos fins de agosto veio telegrama do Snr. Mota Pires inspector de aulaz nomeando Alfredo Chaves como professor da aula de Popi – S. Rafael” (f. 17). Chaves, de origem luso-brasileira, também era desqualificado pela mesma inscrição: “esse Chaves é um moreno casado com uma mulher, toda doente, não tem com que sustental-a, mora numa casinha pertencente a Alfredo Haubert, escrivão público” (f.17). Assim, o nome indicado pelas autoridades públicas de ensino para ocupar uma das funções docentes que a localidade carecia, foi desqualificado com argumentos de ordem moral e racista, que incluíam a cor do sujeito e suas supostas precárias condições econômicas. Por outra parte, o fato do mesmo residir em uma casa cedida por Alfredo Haubert, indica que a usual residência oferecida aos professores das comunidades não foi direcionada ao mesmo, demonstrando uma resistência da comunidade de Linha Ipê-Popí em recebe-lo.

Além da nomeação de professores de origem luso-brasileira, o conflito em torno do ensino também incluía o constante embargo a nomes locais, de origem teuto-brasileira. Segundo o “*Relatório do Anno 1941*”³⁰⁵, incluído no Livro Tombo, dois professores foram exonerados no início daquele ano por terem inscrito na lista de alunos seus próprios filhos enquanto não falantes de língua portuguesa. Assim, a escola da capela de Santo Inácio ficou sem professor por todo o ano, enquanto que a escola da Linha Cotovelo permaneceu por meio ano desprovida de algum docente.

Neste sentido, podemos perceber que o processo de nacionalização era contínuo, em que se apresentavam constantes ajustes às políticas aplicadas para o ensino em Porto Novo. Para os casos em questão, era algo grave para o processo nacionalizador baseado no ensino, que nos lares dos professores incumbidos da tarefa, os próprios filhos não soubessem a língua portuguesa, o que significa que a língua falada nas suas casas era provavelmente de matriz alemã.

Mas o caso destas crianças se equiparava a de muitas outras, que mantinham nos seus lares os diálogos apenas em línguas alemãs, e, ao ingressarem nas instituições de ensino, e sob as “novas” diretrizes impostas pelo Estado Novo, tiveram um aprendizado majoritariamente na língua portuguesa. Sobre este aspecto, uma inscrição do dia seis de junho de 1943, realizada no Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, ressalta os grandes impedimentos no ensino religioso às crianças sem o mesmo ser feito nas suas línguas de origem. E, como citado anteriormente, os riscos de possíveis contravenções eram grandes.

³⁰⁵ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 20.

A constante fiscalização, como já citado anteriormente, realizava uma vigilância sobre os professores encarregados das escolas de Porto Novo, especialmente através da figura do Inspetor Escolar. Desta forma, foram constantes as substituições de docentes, como ocorreu em 23 de abril de 1943, dia em que foi recebida a notícia da exoneração de Nair Wesendock, professora da Linha Beleza e de Beno Klaus, da Linha Santa Terezinha, sem a indicação das razões para o tal³⁰⁶. Supõe-se que a demissão destes professores tenha sido motivada por alguma denúncia de contravenções realizadas pelos mesmos.

Mas também havia espaço para a negociação da população junto às autoridades do ensino. Na visita do inspetor escolar, ainda naquele mês, a inscrição no Livro Tombo revela que: “diversos colonos aproveitaram a sua estadia para lhe pedir que **cuidasse tivessemos professores católicos e que fizessem honra á patria na tarefa da nacionalização [...]**” (grifos nossos, f. 22). Assim, a argumentação por parte da população na petição, fez uso dos próprios critérios do Estado quanto aos professores, ao solicitarem por aqueles que “fizessem honra à pátria na tarefa da nacionalização”, além de enviarem os que estivessem de acordo com a moralidade local, na petição por aqueles que fossem de fé católica (cujo aspecto deve ter profunda relação com aqueles que registraram esta petição, ou seja, os padres jesuítas).

O relato segue com a antítese do professor ideal solicitado pela população local: “[...] e não nos mandassem figuras tristes como um Leovigildo Pereira Bastos, sifilitico em ultimo grau e de incapacidade absoluta para o ensino; ou um tal de Padilhas de quem se diz que estivera na Casa de Correção e que era ladrão, mentiroso e muita outra coisa mais”³⁰⁷. Neste sentido, os argumentos de ordem moral precedem a aqueles quanto à capacidade dos docentes para o ensino, aplicando formas de desqualificação como doenças venéreas ou um passado criminal dos professores enviados para Itapiranga. Estas críticas envolviam sempre aqueles de origem luso-brasileira, não tendo sido encontrados, para este contexto, exemplos negativos de professores de origem alemã.

Quase um ano depois, em março de 1944, um novo conflito entre as autoridades e os jesuítas estabelecidos em Itapiranga, permite perceber as esferas de poder envolvidas no processo nacionalizador. Neste período, a escola de Linha Ervalzinho havia sido reaberta pelo vigário (o que sugere que o mesmo indicou algum docente para a mesma), a partir de negociações realizadas diretamente com o governo do Território Nacional do Iguazu, ainda no mês de janeiro, visto que a clausura da escola afetava mais de oitenta crianças³⁰⁸. Todavia,

³⁰⁶ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 22.

³⁰⁷ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 22.

³⁰⁸ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 25.

Alfredo Chaves, então Auxiliar de Inspeção de Ensino³⁰⁹, ordenou o fechamento da escola no dia 13 de março.

A ordem de Chaves não foi cumprida, e o vigário ordenou ao professor responsável que este a mantivesse aberta até a resolução do caso junto às esferas administrativas maiores. No dia 15 de março, Alfredo Chaves recebeu uma comunicação do Prefeito de Chapecó para suspender a escola da Linha Ervalzinho. Para contrapor esta decisão, o vigário recorreu ao governador do Território do Iguaçu, bem como ao Prelado, em Palmas. A ordem de Palmas foi manter a escola em aberto, e comunicar que a ela cabia a jurisdição sobre a mesma. Uma nova comunicação vinda de Chapecó dava conta então de bradar que a jurisprudência sobre as escolas cabia ao governo territorial. A escola foi novamente fechada no dia 26, e o tema seguiu por uma longa disputa, apesar de ser mantida a sua clausura³¹⁰.

E o espaço de negociação da população local, bem como das autoridades religiosas tem outro exemplo possível, em 20 maio de 1945, quando se apresentou na Linha Baú o professor nomeado para a escola daquela localidade, Bernardino Morais³¹¹. Outra vez, no Livro Tombo a descrição sobre o indivíduo era de que “fôra chauffeur na ‘Serrana’ em Passarinhos³¹²” (f. 29). Assim, a desqualificação do indivíduo passou pela recordação de sua ocupação profissional anterior, dando a entender a falta de capacidade para a função dos professores enviados pelas autoridades de ensino. Oito dias depois, a inscrição no Livro Tombo descreve que “o tal Bernardino Morais parte outra vez”, ou seja, fora exonerado de sua função (f. 29). Assim, este período de oito dias revela um curso de tempo em que a população local pode ter atuado na negociação quanto à ocupação da escola de Linha Baú, que culminou na remoção do professor há pouco nomeado.

Neste sentido, o período demarcou significativas formas de resistência dos padres jesuítas e de parcelas da população local para com as políticas de nacionalização. Todavia, o elo mais forte deste processo era o governo municipal e estadual/territorial, o que determinava que as possibilidades de negociação eram reduzidas, mas, ainda assim, existentes e constantes. Os padres foram figuras importantes neste processo, o que, muitas vezes os fez serem taxados de elementos nazistas na localidade, com razões usualmente atreladas às tentativas de manutenção cultural, o que também ocorreu na realidade de Puerto Rico.

³⁰⁹ Até o mês de abril do ano de 1943 a função era ocupada pela Irmã Acácia, da Divina Providência, segundo que consta no Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga (f. 22).

³¹⁰ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 25-26.

³¹¹ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 29.

³¹² Atual município de Palmitos, Santa Catarina, Brasil.

Esta, por sua vez, enfrentou um panorama de possibilidade de existência de instituições de ensino privadas e conduzidas em idioma alemão. No entanto, estas eram submetidas a necessidade de permissões para funcionar, que poderiam ser revogadas em caso de denúncias, as quais eram constantes. Além disso, enfrentavam a concorrência de instituições públicas, gratuitas, mantidas pelo Estado, e, portanto, com um pano de fundo muito mais resistente.

Outro aspecto que as localidades ainda enfrentaram foi a questão da língua de culto. Este ponto havia sido determinado em Porto Novo a partir de fevereiro de 1942, quando foram proibidos os cultos em alemão. Em Puerto Rico, pode ter pesado a determinação de que as reuniões religiosas deveriam ser realizadas em idioma castelhano, também a partir de 1942³¹³. Todavia, é de se pensar que proibições deste tipo podem não terem sido cumpridas plenamente no contexto.

Uma maior liberdade nas manifestações culturais e auto-organizações por parte dos teuto-brasileiros em Puerto Rico e Porto Novo pode ter sido sentida a partir do final da Segunda Guerra Mundial, e o início de uma nova realidade da relação dos Estados-Nação para com estas populações, tema que caberia a uma investigação futura. Todavia, sobre este novo contexto, é ilustrativa uma menção do Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, do dia 25 de dezembro de 1945: “O Natal celebra-se com a costumada solenidade, havendo Missa do Galo à meia noite **em que depois de vários, o P. Luiz [Heinen³¹⁴] saúda o povo na língua que ele compreende**” (grifos nossos, f. 31).

³¹³ ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACIÓN DE MISIONES, Argentina. Serie E, 1942, n. 9, f. 118. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em: 01 nov. 2021.

³¹⁴ O mesmo autor da obra citada no item 4.2.

5 CONCLUSÃO

Em 1750, foram definidos os limites naturais entre os Impérios de Espanha e Portugal, a partir do Tratado de Madrid. As atuais fronteiras do Cone Sul em muito estão baseadas nos limites adotados naquele contexto. No entanto, as expedições de reconhecimento do território realizadas por ambos os impérios, fizeram com que houvesse interpretações distintas quanto à localização dos Rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, utilizados como “fronteiras naturais” no tratado citado, bem como em tratativas subsequentes.

Já no século XIX, no contexto de existência de uma República Argentina (1853-) e do Império do Brasil (1822-1889), a definição de fronteiras entre os dois países passou por controvérsias, nas quais foram explicitadas as interpretações distintas quanto à localização daqueles rios, tendo a visão argentina se baseado em um reconhecimento equivocado, que projetava os rios citados como localizados mais à leste, no interior do território brasileiro. O desacordo de ambos os países quanto à localização dos rios gerou um litígio territorial que ficou conhecido como “Questão de Palmas” ou “*Cuestión de Misiones*”.

A disputa fronteira encontrou sua resolução no ano de 1895, após algumas tentativas de acordo direto entre a Argentina e o Brasil, após o arbitramento dos Estados Unidos da América, em que os brasileiros obtiveram o ganho de causa. Todavia, internamente, a questão territorial também encontrou disputas, pois, em 1881, para garantir uma administração direta do território em litígio, a República Argentina federalizou Misiones, em detrimento de Corrientes, antiga província administradora. Por parte do Brasil, a região estava inserida em uma porção maior disputada entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, conhecida como “Contestado”. Assim, no caso brasileiro, a disputa interna foi além da resolução do litígio internacional, tendo sido resolvida somente após a Guerra do Contestado (1912-1916)³¹⁵, um conflito vinculado com a ruptura da ordem social vigente causada pela construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul na região.

Mesmo com as disputas internas, o litígio fez ambos os Estados-Nação direcionarem políticas de ocupação do território, em que percebiam no elemento do *uti possidetis* um ponto favorável a seus reclames, e que foi justamente o que permitiu o ganho de causa brasileiro no arbitramento realizado pelos Estados Unidos. Estes incentivos à ocupação privilegiaram especialmente populações de origem europeia, e tiveram como finalidade aumentar a densidade demográfica de Misiones e Santa Catarina, além de criar uma força produtiva estabelecida na

³¹⁵ Ver mais em AURAS (2015).

região, que tinha, na época, como principais atividades econômicas a extração da erva-mate e de madeiras.

Entre estes grupos migratórios visados estavam os teuto-brasileiros estabelecidos inicialmente no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, que, a partir de um panorama de expansão demográfica e altos preços das terras, bem como na atuação de personagens como Carlos Culmey e Max von Lassberg, e associações como a *Volksverein*, viram uma possibilidade na migração para além do Rio Uruguai. Por este processo migratório surgiram as localidades de Puerto Rico, em Misiones, e Porto Novo, em Santa Catarina, que guardaram muitos elementos similares entre si. Além disso, a migração de teuto-brasileiros para Misiones se incluiu em uma tendência já corrente de migrações brasileiras para além do Rio Uruguai, que conformaram naquele Território Nacional uma significativa presença de indivíduos nascidos no país vizinho.

Com relação ao estado do Rio Grande do Sul, foi aplicada uma comparação entre dados censitários brasileiros e informações bibliográficas sobre os imigrantes alemães na Argentina, que permitiram perceber as diferenciações entre as imigrações para cada país. Neste sentido, em uma comparação com o Brasil, foi possível determinar que a Argentina recebeu um número maior de imigrantes do que o país vizinho, ao longo da porção final do século XIX e princípios do século XX. Todavia, o Brasil foi um maior receptor de imigrantes alemães, que apresentavam um perfil diferente quanto ao país vizinho. Assim, o Brasil recebeu um maior número de famílias, enquanto que a Argentina observou o ingresso de homens solteiros e jovens, o que, segundo nossa concepção, teria facilitado a integração destes no país, a partir de um maior número de matrimônios com outros grupos étnicos.

Puerto Rico e Porto Novo, por sua vez, foram um caminho de saída da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, no sentido de que se formaram a partir de um contexto migratório que se direcionava cada vez mais em direção ao oeste do estado. Neste sentido, ao final do século XIX e a primeira década do século XX, foram formados núcleos coloniais próximos à barranca leste do Rio Uruguai, e, nas duas décadas seguintes, os migrantes se direcionaram para fora do estado, rumo à Misiones e a Santa Catarina. O que configurou, segundo nossa visão, uma nova etapa da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Destas colonizações em específico, suas conformações iniciais foram direcionadas majoritariamente para alemães e seus descendentes que fossem de fé católica, apesar de terem recebido em sua maioria teuto-brasileiros nascidos no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, a organização dos povoados foi realizada com a abertura de picadas através dos cursos fluviais, ou de travessões, em que eram assinaladas colônias (de pouco menos de 25 hectares), que

seriam suficientes para as necessidades de produção dos colonos. O modelo comunitário envolveu estes pequenos povoados, que eram dotados de igrejas, onde, por sua vez, funcionavam as escolas que sanavam as necessidades básicas de aprendizado das crianças que lá residiam.

Estas características comuns, bem como a localização das colonizações em uma espacialidade de disputa recente entre a Argentina e o Brasil, onde o processo de ocupação do território se fazia em nome dos Estados-Nação para garantir a posse, e, por consequência, a propriedade do espaço fronteiriço visado, orientaram à uma investigação comparada das realidades de Puerto Rico e Porto Novo. Neste sentido, foi importante a noção de uma “região” para a espacialidade que comporta Misiones e Santa Catarina, por suas características similares, o processo histórico compartilhado, e o fluxo migratório de teuto-brasileiros.

A investigação, por sua vez, foi realizada a partir da metodologia da História Comparada, em que foram buscados elementos consonantes e dissonantes das realidades abordadas, além de possibilitar uma “iluminação recíproca”, em que um objeto permitia encontrar elementos de outro. Para tanto, a História Comparada permitiu a resolução do problema de pesquisa: “como se deu a relação político-cultural entre os teuto-brasileiros localizados em Puerto Rico e Porto Novo com os respectivos Estados-Nação em que estavam inseridos entre 1919 e 1945?”

Da parte dos teuto-brasileiros, a seleção dos mesmos como objetos de pesquisa se deu a partir da visualização da composição majoritária das colônias, além dos aspectos duplos de suas vinculações nacionais: brasileiros de nascença cuja ascendência era teutônica. Além disso, esta condição dupla estava submetida a duas realidades nacionais distintas, a da Argentina, em que eram plenamente estrangeiros, e a do Brasil, onde eram cidadãos do país, mas vinculados a uma cultura considerada como estrangeira. O aspecto da relação “político-cultural”, neste sentido, foi visualizado a partir da nacionalização, ou seja, da integração dos indivíduos à uma determinada visão nacional, neste caso, atrelada à um Estado-Nação existente. Desta forma, a problemática da localização dos mesmos na fronteira direcionou olhares para o fato de que a ocupavam em nome dos Estados-Nação, como também de que eram estrangeiros, ou vinculados a um país estrangeiro, conduzindo este processo.

As fontes, por sua parte, incluíram um conjunto variado, que foi utilizado para a resolução da pergunta de pesquisa aplicada. Neste sentido, foram utilizados censos e recenseamentos, constituições e conjuntos legislativos, documentações administrativas ou governamentais, arquivos da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas* (criada, entre outras razões, para vigiar os alemães no território argentino), o Livro Tombo da

Paróquia de Itapiranga, obras memorialísticas e relatos da viagem de 1929. Também foram consultadas algumas fontes de apoio, como os documentos das alegações da Questão de Palmas e jornais.

O recorte temporal da investigação, por sua vez, foi baseado no ano de instalação da colonização de Puerto Rico, 1919, e teve como fim o ano final da Segunda Guerra Mundial, considerada como contexto histórico em que as relações tanto da Argentina quanto do Brasil com as populações de alemães e seus descendentes estabelecidos nos respectivos países foram profundamente alteradas. Além disso, tem base em bibliografias que consideram a Campanha de Nacionalização desenvolvida no Brasil durante o contexto pelo Estado Novo (1937-1945), e que não encontra precedentes na realidade argentina.

Todavia, nos apoiamos em concepções de que a nacionalização é algo inerente ao Estado-Nação, a partir de esforços explícitos ou implícitos, de forma que a pressão pela integração é algo contínuo. Neste sentido, aplicamos a noção de “esfera pública”, cunhada por Alejandro Quiroga (2011, 2013) para perceber como se deu a conformação da presença do Estado em Puerto Rico e Porto Novo, além de buscar visualizar como eram as iniciativas de integração desenvolvidas nas localidades. Assim, partimos do pressuposto de que essa *esfera pública* representou a presença de instituições públicas e seus funcionários, que estavam encarregadas de difundir discursos nacionais nas localidades.

Com base nesses pressupostos da investigação, foi possível determinar três contextos das relações político-culturais da Argentina e do Brasil com as populações teuto-brasileiras de Puerto Rico e Porto Novo. O primeiro é a instalação das colônias em um processo de ocupação do território em nome dos Estados-Nação, em que eram visados como elementos de ocupação territorial de fronteira e de desenvolvimento econômico. O segundo, que ocorreu de forma paralela ao primeiro, é o contexto de 1919 até 1939, um período de entreguerras, em que foi estabelecida uma gradual presença da *esfera pública* em nível local, e que se relacionava com formas de organização e instituições organizadas pela própria população. A terceira etapa, por sua parte, teve base na noção de um “perigo alemão” existente em ambos os países, reforçada com a Segunda Guerra Mundial, que afetou a relação com as populações teuto-brasileiras, como também gerou esforços de vigilância e controle sobre as instituições dos (i)migrantes, além de um aumento consequente da presença do Estado.

Durante a segunda etapa, a conformação da presença da *esfera pública* foi gradual, e também acompanhou profundas alterações de pensamento das elites dos países abordados, que alteraram a forma de visualizar os imigrantes. Neste sentido, a partir da Primeira Guerra Mundial, e das duas décadas subsequentes, houve profundas discussões sobre a identidade

nacional, seja na Argentina ou no Brasil. Estas discussões refletiram nas alterações políticas daquele período, bem como nas formas de tratamento dos imigrantes presentes no território. Em linhas gerais, o que resultou destas discussões é um “nacionalismo exclusivista”, que não convivia com formas de vinculação hifenizadas, como concepções em torno de um tipo “teuto-brasileiro” ou “teuto-argentino”.

Para além destes aspectos, partimos da noção, para este contexto inicial, de que as localidades enfrentavam problemas de comunicação com o exterior, mas não se encontravam isoladas. Neste sentido, um exemplo foi a passagem das tropas de Leonel Rocha por Porto Novo, em dezembro de 1926, o que representou a inserção em problemáticas nacionais do período, o que muitos dos colonos já haviam vivenciado no estado do Rio Grande do Sul. Por outra parte, esta integração inicial também se deu a partir da visita da maior autoridade do Estado, o presidente Adolfo Konder, no ano de 1929, em um processo de reconhecimento e integração do oeste de Santa Catarina, que não apresentou precedentes equivalentes na realidade de Puerto Rico.

A presença do presidente do estado de Santa Catarina e de sua delegação gerou insumos, como o conhecimento sobre a localidade, a alteração do nome da mesma, bem como o subsídio a professores locais. Outra questão importante, sobre a viagem de Konder, é a de que a mesma difundiu para o restante do país uma visão sobre o oeste de Santa Catarina, demonstrando que a região era uma parte do Brasil, bem como buscaram demonstrar aos habitantes daquela região que eles também faziam parte da mesma perspectiva. Assim, o esforço estatal tinha uma evidente finalidade nacionalizadora.

Todavia, foram processos efêmeros, que não significavam uma presença contínua do estado ou da perspectiva nacional. Neste sentido, foi necessário abordar a construção das administrações locais, bem como de outras repartições públicas, como a unidade de correios e telégrafos de Porto Novo, a Comissaria, o Juizado de Paz, e o Registro Civil, em Puerto Rico. Assim, estas instituições públicas foram construídas ao longo das primeiras décadas de existência de Puerto Rico e Porto Novo. Ou seja, a transmissão dos discursos oficiais da nação esteve acompanhada em seus primeiros anos, da construção das próprias esferas que realizavam esta ação.

Em 1932, Porto Novo foi transformada em Distrito e dotada de uma administração formada por nomes locais, bem como Puerto Rico recebeu a sua Comissão de Fomento, também com nomes residentes na localidade. Todavia, ao longo da década de 1930, a Comissão de Fomento de Puerto Rico foi submetida a critérios de conformação que excluíram os estrangeiros, especialmente os teuto-brasileiros. No contexto de Porto Novo, o critério

excludente foi a necessidade de vinculação com o núcleo dirigente da *Volkverein*, bem como às forças que conduziam o Município de Chapecó e o estado de Santa Catarina.

Uma situação distinta ocorreu com as funções dos Correios e Telégrafos em Porto Novo, e a Comissaria de Polícia, Juizado de Paz e Registro Civil de *Puerto Rico*. Estas repartições públicas receberam majoritariamente indivíduos de origem externa às localidades, e usualmente de origem étnica não-alemã. Neste sentido, eram elementos dissonantes das maiorias populacionais estabelecidas nas duas localidades de análise. Além disso, a seleção se deu de forma exclusiva à natos e naturalizados, com uma proeminência do primeiro caso.

Mas o privilégio a cidadãos argentinos, no caso de *Puerto Rico*, também se deu na área sanitária, com a preferência dada a médicos nativos frente aos estrangeiros que exerciam a profissão em variadas localidades de Misiones. Neste sentido, foi possível determinar que a orientação geral era para que se priorizassem os médicos argentinos, e, em caso de presença de estrangeiros e nacionais em uma mesma localidade, somente os últimos poderiam receber a licença para exercerem suas profissões, a partir de uma pressão da Governadoria de Misiones junto ao Departamento Nacional de Higiene.

Neste mesmo período, também foi possível visualizar a ingerência da República Argentina sobre manifestações nacionalistas ou patrióticas vinculadas a outros países, no que diz respeito ao hasteamento de bandeiras. Houve momentos com profundas limitações, e outros de maior permissibilidade, mas o certo é que a realização oficial deste tipo de eventos passou pela tutela do Estado, ainda que muitos indivíduos podem ter descumprido as normativas. Por parte de Porto Novo, por seu lado, não foram encontradas ingerências deste tipo, restando uma imagem datada de 1938 ou 1939, onde se encontravam hasteadas três bandeiras, das quais foram reconhecidas a alemã e a brasileira, demonstrando este tipo de manifestações na época, apesar de proibições vigentes.

Por fim, a segunda etapa analisada foi um contexto de convívio entre instituições de ensino públicas e privadas em *Puerto Rico* e Porto Novo. No primeiro caso, o Estado-Nação configurou uma gradual instalação de instituições públicas, que, em muitos casos foram privilegiadas com relação às “escolas alemãs” locais, o que também ocorreu pela própria Companhia de Colonização. Em Porto Novo, por sua vez, as escolas paroquiais conviveram com alguns poucos subsídios por parte do Estado, bem como com ingerências por parte da paróquia, a *Volkverein* e o governo de Santa Catarina, o que fez visualizar que o ensino era um âmbito de disputas nas localidades.

Todavia, a partir de 1938, novas legislações em nível estadual e nacional, bem como um novo contexto político – do Estado Novo, a partir de 1937 -, modificaram a questão do ensino

em nível local. A partir deste contexto, o ensino em alemão passou a ser proibido, e o mesmo deveria ser realizado em língua portuguesa, bem como por brasileiros natos ou naturalizados que dominassem a língua. Com as novas legislações, e o descumprimento das mesmas, várias escolas foram fechadas na região, e tiveram suas estruturas apropriadas pelo estado para a abertura de escolas estaduais. Neste sentido, em um panorama nacional de políticas com esta finalidade, a partir de 1938 foi estabelecido o controle do Estado-Nação brasileiro sobre as diretrizes do ensino em Porto Novo, bem como as escolas locais foram incorporadas à *esfera pública*, e transformadas, por consequência, em espaços de difusão de discursos nacionais, voltados a integrar a população portonovense à perspectiva nacional brasileira.

A partir de 1938 também surgem elementos que conduzem à uma nova etapa da relação dos Estados-Nação com as populações de Puerto Rico e Porto Novo. Neste sentido, o “*Affair da Patagônia*”, no caso argentino, que configurou denúncias sobre uma possível conspiração nazista apoiada por alemães e seus descendentes residentes no país para a anexação do território da Patagônia, conduziu a uma vigilância das populações daquela origem no país, bem como iniciativas de limitação das atividades políticas estrangeiras.

Por parte do Brasil, a tentativa de golpe de estado dos integralistas em 1938, da qual alguns alemães foram acusados, bem como a gradual relação que se construiu na opinião pública entre aquela força política brasileira e o nazismo, reviveram a noção de “perigo alemão” no país, que estava adormecida desde o final da Primeira Guerra Mundial. O fenômeno citado tinha base na noção de não-integração das populações de ascendência alemã no país, além das visões sobre o expansionismo alemão, em que se percebia que os primeiros seriam uma ponte para o interesse do *Reich* alemão em anexar uma parte do território brasileiro.

Segundo nossas conclusões, ambas as situações configuraram uma face do “perigo alemão” na América Platina, e, por consequência, geraram políticas de vigilância para com as populações de origem alemã residentes na Argentina e no Brasil, o que incluiu os teuto-brasileiros. Assim, a primeira iniciativa sentida em Puerto Rico foi a ampliação da vigilância local a partir da instalação de um contingente da *Gendarmería Nacional*, em 1940. Na Argentina, de forma geral, foi conduzida uma investigação parlamentar sobre as supostas atividades nazistas no país, denominada de *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, que lançou um olhar sobre os alemães e seus descendentes estabelecidos no país. Esta atividade parlamentar produziu e compilou grandes insumos sobre a realidade dos alemães e seus descendentes residentes no país, que foram, em pequena parte, utilizados como fontes no presente trabalho.

Desta forma, Puerto Rico passou a ser percebida como uma localidade onde se desenvolviam atividades nazistas, bem como suas instituições, como as escolas, e a Igreja, na figura do padre Francisco Behres, foram denunciadas como locais de propaganda nazista. Por outra parte, o espaço fronteiriço também foi vislumbrado através do prisma da realização de possíveis atividades nazistas a partir do mesmo, com denúncias sobre elementos que se refugiavam no Brasil e conduziam seus esforços em Misiones, ou, a partir do possível ingresso de elementos nazistas vindos do Chile, no advento do rompimento das relações diplomáticas deste país com a Alemanha.

Em Porto Novo, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, em janeiro de 1942, após os ataques japoneses aos Estados Unidos da América, no mês de dezembro do ano anterior, representou um novo contexto para a localidade. No mês de fevereiro, foi estabelecida uma vigilância a partir da presença da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, responsável por garantir a segurança daquele espaço fronteiriço, frente a presença de uma população majoritariamente vinculada (ou percebida como vinculada), ao país com o qual o Brasil havia rompido suas relações diplomáticas. Uma das primeiras medidas conduzidas pela presença do contingente policial, foi decretar a proibição das manifestações em línguas alemães em quaisquer espaços, inclusive as igrejas.

Com relação a presença desta força policial, a mesma foi relatada pelos estudos de Roque Jungblut (2011) e Leandro Mayer (2016, 2017). Além disso, é preciso demarcar que a mesma atuava fora de seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, a partir da estatização que foi promovida sobre a mesma com o Estado Novo. Todavia, sua presença enquanto força repressiva no oeste do estado de Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial ainda não foi plenamente abordada em esforços acadêmicos, o que possibilita estudos posteriores.

A situação da Campanha de Nacionalização em Porto Novo, por sua vez, foi agravada a partir daquele contexto com vários ataques e afundamentos de navios brasileiros pelas atividades navais do Eixo, que geraram, no mês de agosto de 1942, a condição de guerra entre o Brasil e a Alemanha. Em Porto Novo, a partir deste ponto, as prisões de alemães, suíços e teuto-brasileiros foram generalizadas, muitas das quais motivadas por denúncias, como as de um suposto contrabando de armas. Um contexto de prisões e denúncias semelhantes também ocorreu em Puerto Rico, como o foram as acusações do Doutor Ruez para com um suposto núcleo nazista local.

Uma das iniciativas de resistência frente a este processo foi a fuga de alguns alemães natos para a República Argentina, o que, na realidade de Porto Novo, ocorreu a partir de agosto de 1942. Neste contexto, 11 alemães natos concretizaram a fuga e se estabeleceram na

localidade de San Pedro, de onde partiram para novas espacialidades, como a própria Puerto Rico – como é o caso de Wendling Kober -, tendo recebido, dois meses mais tarde, três novos integrantes da família Dietz. A comunicação com os familiares em Porto Novo foi realizada através de cartas entregues por caboclos ou comerciantes, o que demonstra que os laços não foram perdidos no contexto, ainda que por meios clandestinos. Os que permaneceram em Porto Novo, ou que participaram da tentativa de fuga, mas desistiram, foram presos e perseguidos, como o caso de Bruno Eidt, que ainda em 1943 foi submetido a prisões e castigos.

E este contexto de fugas para a República Argentina era parte de um plano maior, como foi possível comprovar a partir das documentações do *Archivo de Gobernación de Misiones* e da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*. Assim, centenas de alemães natos, teuto-brasileiros e teuto-russos empreenderam uma fuga para localidades argentinas como Leandro N. Alem e Oberá, majoritariamente de forma clandestina. A finalidade do processo era escapar das atividades repressivas desenvolvidas pelo Estado Novo, que muito se confundiam com iniciativas de nacionalização. Por outra parte, a opção por Misiones deve ter se dado em razão do conhecimento sobre a região a partir de amigos, conhecidos ou parentes, bem como da noção da existência de uma significativa comunidade de alemães e seus descendentes estabelecidos na região.

O contexto das fugas, em Porto Novo, motivou a instalação de um pequeno contingente da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul na comunidade de origem da maioria dos exilados: Linha Presidente Becker. Além disso, ao final de 1942, começaram preparativos para a expulsão de alemães e romenos do território, o que se concretizou em fevereiro de 1943. No entanto, as atividades de resistência locais, coordenadas com a sede da *Volksverein* em Porto Novo, foram capazes de reverter a ordem de expulsão dos estrangeiros, que puderam permanecer ou retornar para a região.

E o contexto de guerra também representou um significativo controle sobre as atividades culturais desenvolvidas em Puerto Rico e Porto Novo. Assim, foi possível localizar permissões para realização de festas no contexto da localidade argentina, que usualmente contavam com uma vigilância policial sobre o que era desenvolvido. Sobre este aspecto, consideramos importante a existência da ingerência do Estado sobre festejos coletivos, e, além disso, a continuidade de realização de festas em âmbito familiar, que podem ter atuado na manutenção dos vínculos socioculturais.

Para o caso brasileiro, as festas e as atividades comunitárias foram limitadas pelo contexto de guerra e de proibição da fala de línguas alemãs. Neste sentido, a população local procurou uma alternativa nas celebrações religiosas, como as peregrinações para grutas, que

representaram dois casos neste período, uma na Sede Itapiranga e outra na Linha Chapéu. As grutas também foram um meio de pedidos espirituais da população por uma melhoria do contexto político, bem como um fim das turbulências em nível local.

O tema das escolas também foi significativo no período. Em Puerto Rico, instituições clandestinas vinculadas às igrejas e que realizavam o ensino em língua alemã foram fechadas, e dois casos neste sentido foram localizados. Assim, o ensino em alemão era possível, mas somente sob a permissão do Estado. Além disso, as escolas que realizavam o ensino em alemão, ou que eram dirigidas por indivíduos desta origem, sofreram com denúncias de que as mesmas eram espaços de propaganda nazista. Mesmo com estas limitações, as instituições privadas de ensino, com atividades voltadas a lições em língua alemã e de catecismo, foram mantidas ao longo de todo o contexto, de forma paralela ou complementar às escolas públicas.

Em Porto Novo, por sua parte, a estatização do ensino não representou o fim dos conflitos sobre o mesmo. Assim, ao longo da década de 1940, foi possível determinar a resistência sobre nomes de professores enviados pelo estado para ocuparem a função em Porto Novo, bem como constantes exonerações de professores locais acusados de não cumprirem com as leis de nacionalização. Também havia espaço de negociação, ainda que limitado, com as autoridades, em que a população expunha pequenas demandas, que, em alguns casos, foram concedidas.

Apesar da fala de línguas alemãs ter sido proibida no contexto, e uma forma de vigilância baseada em delações ser corrente, muitas contravenções ocorreram e expunham as punições para tais atos. Também ocorreram exageros por parte das forças policiais, que, em alguns casos também foram punidos. Neste sentido, o contexto não foi homogêneo, e a atuação tanto da população local quanto das autoridades não representou um quadro uno de relações com as medidas estatais. Havia atos de resistência por parte de parcelas da população, bem como havia aqueles que produziam denúncias sobre supostos atos nazistas ou contra as legislações vigentes. Neste sentido, é preciso perceber que os mais variados integrantes das populações locais de Puerto Rico e Porto Novo foram elementos ativos ao longo de todo o processo, seja através da resistência, ou da noção de possíveis ganhos através da *esfera pública*.

Com relação às atividades culturais em Puerto Rico e Porto Novo, um dos casos que também foram observados, ainda que de forma breve, foram os cultos religiosos. Estes, passaram a vivenciar limitações quanto à língua de culto, por legislações que estavam em voga a partir de 1942, que determinaram a necessidade de realização dos mesmos em língua vernácula ou latim em Puerto Rico e Porto Novo, o que findou com o encerramento da Segunda Guerra Mundial, ao menos na segunda realidade.

Desta forma, com um olhar para o contexto compreendido entre 1919 e 1945, foi possível determinar que as relações político-culturais dos Estados-Nação da Argentina e do Brasil com as populações teuto-brasileiras de Puerto Rico e Porto Novo foram sendo construídas a partir da fundação das colônias. Neste sentido, houve uma gradual instalação e ampliação da *esfera pública* nas duas localidades, o que representou um âmbito cada vez maior de difusão de ideais nacionais, bem como das possibilidades de integrar os habitantes. Além disso, os imigrantes partiram de um papel inicial ao qual eram visados, que era o de ocupantes do território de fronteira em nome dos Estados-Nação para aquele de elementos que deveriam ser integrados à perspectiva nacional. Desta forma, especialmente a partir da década de 1920, foram conduzidas políticas ou a presença estatal em nível local, que estava encarregada de nacionalizar a população.

A partir de 1938, as relações político-culturais foram norteadas a partir do prisma agravante do “perigo alemão”, de forma a pautarem a vigilância e o controle sobre as instituições conduzidas pelos teuto-brasileiros. Com a Segunda Guerra Mundial, e a tomada de lado da opinião pública ou dos próprios países, a situação foi ainda mais agravada, com a percepção de um “inimigo interno”. Ainda assim, houve diferenças substanciais entre Puerto Rico e Porto Novo, em que a população da última enfrentou consequências muito mais substanciais que primeira.

Este aspecto também estava vinculado com a condição nacional dos teuto-brasileiros. Enquanto que em Porto Novo eles eram nacionais brasileiros, ainda que de ascendência teutônica, em Puerto Rico os mesmos eram totalmente estrangeiros. Além disso, as condições nacionais variadas tiveram peso significativo durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente pela condição jurídica frente aos Estados-Nação. Em Puerto Rico, este aspecto também representou a exclusão dos teuto-brasileiros das administrações locais, bem como uma visão dos mesmos como alemães durante os anos 40.

Por fim, é preciso sustentar que a condição de fronteira foi central para a adoção de políticas mais rígidas de nacionalização, vigilância e repressão voltadas aos teuto-brasileiros estabelecidos em Puerto Rico e Porto Novo durante o período. Assim, aqueles grupos humanos partiram de uma iniciativa que os visava como elementos de ocupação do território, e que passou, através das transformações das décadas de 1920 e 1930, por uma visão dos mesmos como elementos não integrados, e, portanto, riscos na condição de fronteira. Na sequência, durante a Segunda Guerra Mundial, bem como em um contexto de crenças em um “perigo alemão”, os teuto-brasileiros foram observados como elementos perigosos localizados na região fronteira, e, por isso, grupos que deveriam ser vigiados e cujas atividades culturais deveriam

ser limitadas e nacionalizadas. O objetivo final, era a transformação dos mesmos em grupos humanos alinhados às perspectivas nacionais vigentes, sem riscos aos Estados-Nação, e cujos filhos fossem plenamente nacionais, sem fidelidades a pátrias estrangeiras.

Neste sentido, a integração a estas perspectivas nacionais parece ter ocorrido a partir das gerações nascidas nos países de acolhimento, ou na localidade Porto Novo, por meio dos canais construídos pelos Estados-Nação ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, e renovados nas décadas posteriores. As novas gerações, no acesso ao ensino, no contato com repartições públicas e na transmissão de informações, foram transformadas em argentinos e brasileiros, que se reconheciam como integrados à uma população maior, que representa a “comunidade imaginada” de cada país.

Todavia, a integração à perspectiva nacional não deu conta de eliminar outras vinculações, como os laços culturais, históricos e de parentesco existentes com indivíduos do outro lado da fronteira. Assim, na atualidade são constantes as circulações neste espaço fronteiriço compartilhado, a partir de visitas a familiares, o comparecimento a festas comunitárias, os elos linguísticos (que diferem das línguas oficiais da Argentina e do Brasil), ou a celebração das vinculações históricas e culturais a partir do *Torneio Internacional Taça Carlos Culmey*. Todos estes meios ultrapassam as fronteiras nacionais e mantêm existentes os vínculos que permitem perceber nesta espacialidade uma região de imigração teuto-brasileira.

6 REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARANHA, Bruno Pereira de Lima. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882-1898)**. 2014. 182 p.. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ARAUJO, George Zeidan. Ler, pesquisar e escrever história em tempos de internet: desafios e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 151-164, mai./ago. 2014.
- ARLETTAZ, Fernando. La construcción de una idea de nación en la legislación argentina sobre nacionalidad. In: TEDESCHI, Sonia Rosa; PRESSEL, Griselda (orgs.). **Historia, regiones y fronteras: cruces teórico-metodológicos, experiencias de investigación y estudios de caso**. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2018, p. 373-389.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 5ª ed.. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARROS, José de Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT; Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. 2ª ed.. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 185- 228.
- BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 303-322, 2001.
- BLOCH, Marc. Comparaison. **Bulletin du Centre International de Synthèse**. Paris, Tomo 49, nº 9, p. 31-39, jul. 1930. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327269602/date>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Etienne Bloch**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire compare des sociétés européennes. **Révue de Synthèse Historique**. Paris, Tomo 46, nº 20, p. 15-50, dez. 1928. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34414149d/date>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CLARCK, Christopher. Religion and confessional conflict. In: RETALLACK, James (org.). **Short Oxford History of Germany: Imperial Germany (1871-1918)**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)**. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CONVERSI, Daniele. Nación, Estado y Cultura: por una historia política y social de la homogeneización cultural. **Historia Contemporanea**, Bilbao, v. 2, n. 45, p. 437-481, 2012.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um estado entre duas repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

COSTA, ARTUR FERREIRA DA. In: FGV CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-artur-ferreira-da>. Acesso em 01 set. 2021.

COY, James P.. **A brief history of Germany**. York: Maple Press, 2011.

CRESTANI, Leandro. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional**. 2019. 308 p.. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade de Évora, Évora, 2019.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. **História do Rio Grande do Sul**. Volume 2 – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. **Argentina – Brasil (1850-2000): un ensayo de Historia Comparada**. Traducción de Alfredo Grieco y Bavio. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2015.

DREHER, Martin. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. 3ª. Ed.. São Leopoldo: Oikos, 2015.

DRUMOND, Maurício. **Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

EIDT, Paulino. O caminho virtuoso das escolas paroquiais. In: MAYER, Leandro; KUMMER, Cecilia Werner; GUARIENTI, Eduardo; KUMMER, Neiva Andrea Klagenberg. **Oitenta anos da escola São Vicente (1938-2018): mais que uma escola, uma história de vida**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 12-28.

EIDT, Paulino. **Porto Novo : da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

EIDT, Valdir. Um pedacinho da pátria alemã em Sede Capela. In: FRANZEN, Douglas Orestes; SAUSEN, João Vitor; MAYER, Leandro. **Porto Novo 95 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. Itapiranga: Schreiber, 2021.

ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio. “Viva la religión”, “Mueran los masones!”, “Viva Jacobina”: o massacre de imigrantes na Argentina (1872) e no Brasil (1874). In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 41-73.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XIX)**. 2011. 445 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, volume 1: o tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930 – A Primeira República (1889-1930)**. 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 373-402.

FERRER, Jorge Luiz. **Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**. 2014. 355 f.. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: CEOM. **A viagem 1929: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras**. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 129-150.

FRIEDMANN, Germán. **Alemanes antinazis en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

FRIEDMANN, Germán. El frente negro y el movimiento *Alemania Libre* en la Argentina durante las décadas de 1930 y 1940. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, Buenos Aires, n. 40, p. 73-104, 2014.

FURTADO, Tamires Quesada. Othon Lobo da Gama D’Eça: biografia e modernidade. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2013, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN: ANPUH Brasil, 2013, p. 1-15.

GALLERO, María Cecilia. **Con la patria auestas: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones**. Buenos Aires: Araucaria Editora, 2009.

GALLERO, María Cecilia. **La cartografía etnográfica**: una metodología para el estudio del poblamiento de Misiones, Argentina. *Vivência, Natal*, n. 52, p. 14-39, 2018.

GALLERO, María Cecilia. La colonización privada em Misiones y el accionar de la Compañía Eldorado (1919-1959). **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia, n. 17, p. 63-83, 2008.

GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. Traducción de Javier Seto. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

GERTZ, René Ernane. **O perigo alemão**. 2 ed.. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

GIORI, Pablo. Factores de nacionalización: nacionalismo, sociedad civil y prácticas culturales. **Rubrica Contemporanea**, Barcelona, v. 6, n. 11, p. 95-113, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. ¿Para qué la inmigración? Ideología y política inmigratoria y aceleración del proceso modernizador: el caso argentino (1810-1914). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Hamburgo, n. 13, p. 437-489, 1976.

HEINEN, Luiz. Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: a Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOBBSAWM, Eric J.. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6ª ed.. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

JOSÉ BOITEUX. In: **MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA**. Florianópolis: ALESC, 2013. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux. Acesso em: 01 set. 2021.

JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3ª ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

JUNGBLUT, Roque. **Max von Lassberg**: vida, obra, tributos. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**: cultura-etnicidade-história. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 149-162.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. **Imigração e educação no Brasil**: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria: Editora UFSM, 2011, p. 285-307.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory**, Middletown, n. 42, p. 39-44, feb. 2003.

KONDER, ADOLFO. FGV CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/konder-adolfo. Acesso em 02 de nov. 2021.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, volume 1: o tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930 – A Primeira República (1889-1930)**. 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 297-336.

LENTON, Diana. El expediente de la sublevación de los pampas en Santa Ana (1888, Misiones, Argentina). **Corpus**, Mendoza, v. 7, n. 1, ene./jun. 2017, p. 1-43.

LEONI, María Silvia. Los municipios y la política en los Territorios Nacionales. El caso del Chaco (1884-1946). **Revista Escuela de Historia**, Salta, v. 1, n. 3, 2004, p. 1-30.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, André Pereira Leme, Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 136-169, abr./jun. 2018.

LÜTGE, Wilhelm; HOFFMANN, Werner; KÖRNER, Karl Werner; KLINGENFUSS, Karl. **Los alemanes en la Argentina: 500 años de historia**. Traducción de Regula Rohland de Langbehn. Buenos Aires: Biblos, 2017.

MAYER, Leandro. **O retrato da repressão: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

MAYER, Leandro. **“O triste fim de Anton Kliemann”**: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2008. 271 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

MAYER, Leandro. **Politicalha de Aldeia: os criminalizados do Estado Novo no Oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional**. Itapiranga: Editora Schreiber, 2021.

MAYER, Leandro (org.). **Um novo lar na imensidão da mata: reminiscências de Paul F. Ramming**, um imigrante alemão no oeste catarinense na década de 1920. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MELLO, Cássia Cavaler Pessoa de. **Ser estrangeiro no Império: direitos, restrições e processos de naturalização (1822-1854)**. 2018. 214 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MODESTI, Tatiane. A educação como um projeto de Estado/Nação no oeste catarinense (Chapecó 1930-1945). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 37, dez. 2012. p. 39-59.

MOSSE, George L. **La nacionalización de las masas**: simbolismo político y movimientos de masas en Alemania desde las Guerras Napoleónicas al Tercer Reich. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

MROS, Günther Richter. **O Brasil nas guerras dos outros**: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914 – 1919 & 1930 – 1945). 2019. 229 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!”** as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. 324 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NUNES, Maria Zilles Magno. **O começo de Porto Novo**: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933). Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015.

OTHON GAMA D'EÇA. In: **BIBLIOTECA DIGITAL DE LITERATURA DE PAÍSES LUSÓFONOS**. Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=757>. Acesso em: 03 nov. 2021

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho**: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, volume 2**: o tempo do nacional-estatismo – Do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945). 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 11-34.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário: paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista Del CESLA**, Varsóvia, n. 8, p. 9-19, 2006.

PIASSINI, Carlos Eduardo. A legislação imperial e a naturalização de estrangeiros. **Estudios Históricos**, Rivera, n. 22, p. 1-20, 2019.

PYKE, Luz Irene. El territorio nacional de Misiones a través de su población: aproximaciones a partir del censo de territorios nacionales de 1920. **Trabajos y comunicaciones**, La Plata, n. 44, p. 1-27, 2016a.

PYKE, Luz Irene. Estado y política en el territorio nacional de Misiones durante los gobiernos radicales: el gobernador Héctor Barreyro y los conflictos políticos entre autoridades (1917-1930). **Folia Historica del Nordeste**, Resistencia, n. 26, p. 41-61, ago. 2016b.

QUIROGA, Alejandro. La nacionalización en España. Una propuesta teórica. **Ayer**, València, v. 2, n. 90, p. 17-38, 2013.

QUIROGA, Alejandro. Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya. **Segle XX**, Barcelona, n. 4, p. 143-160, 2011.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur (orgs.). **Pe. J. E. Rick, SJ**: cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Diplomacia, jogos políticos, intrigas e guerra**: a relação entre Alemanha e Brasil (1937-1942). São Leopoldo: Oikos/Editora UNISINOS, 2020.

RAMBO, Arthur Blásio. Imigração alemã na AL nos séculos 19 e 20: Argentina, Brasil e Chile. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 107-136, jun. 2003.

RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e Cidadania. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 43-53.

RAMBO, Arthur Blásio. **Somando forças**: o projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2011.

RATTO, Silvia; LAGOS, Marcelo. **El concepto de “frontera interior”**: de la política a la historiografía. **Entrepasados**, Buenos Aires, n. 36-37, 2011, p. 1 – 23. Disponível em: https://www.academia.edu/36336528/El_concepto_de_frontera_interior. Acesso em 21 jun. 2021.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos caboclos. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 23, p. 38-71, 2006.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, volume 1**: o tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930 – A Primeira República (1889-1930). 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 81-110.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2 ed.. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007a.

ROMERO, Luis Alberto (Coord.). **La Argentina em la escuela**: la idea de nación en los textos escolares. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007b.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

SAUSEN, João Vitor. **A nacionalização dos nacionais**: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). 2019. 112 p.. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

SAUSEN, João Vitor. Viver e morrer em Porto Novo: uma análise dos óbitos do Distrito de Itapiranga (1933-1943). In: MAYER, Leandro (org.). **Hospital Sagrada Família**: oitenta anos de história (1938-2018). São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 39-52.

SAUVEUR-HENN, Anne Saint. Die deutsche Migration nach Argentinien (1870-1945). In: Birle, Peter. **Die Beziehungen zwischen Deutschland und Argentinien**. Frankfurt am Main: Vervuert, 2010, p. 21-52. Disponível em: https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai_mods_00000772. Acesso em 17 jun. 2021.

SCHNEIDER, Maikel Gustavo. “**Talvez nunca mais eu veja minha terra natal**”: a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 11-27.

TATO, María Inés. **Viento de fronda: liberalismo, conservadorismo y democracia em la Argentina 1911-1932**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

TEJERINA, Marcela V.. **Frontera urbana, frontera colonial**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2018.

TRUZZI; Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 123-160.

VIANNA, Marly de Almeida G.. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, volume 2: o tempo do nacional-estatismo – Do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)**. 10 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 61-102.

WELTER, Ida Müller Welter. **Uma imigrante teuto romena e outros escritos**. Itapiranga: PEST, 2010.

WERLE, André Carlos. **O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)**. 2001. 203 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina**. Curitiba: Editora CRV, 2011.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 14, p. 205-238, nov. 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZOUVI, Suzana. La federalización de Misiones. **Programa Interuniversitario de Historia Política**, Buenos Aires, n. 6, p. 1-24, jul. 2010.

7 FONTES

7.1 CENSOS E RECENSEAMENTOS

7.1.1 República Argentina

ARGENTINA. **Primer Censo Nacional de la República Argentina - 1869**. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ARGENTINA. **Segundo Censo Nacional de la República Argentina – 1895**. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/>. Acesso em 08 jun. 2021.

ARGENTINA. **Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914**. Tomo 1. Antecedentes y comentarios. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916a. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/>. Acesso em 08 jun. 2021.

ARGENTINA. **Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914**. Tomo 2. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916b. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/>. Acesso em 08 jun. 2021.

ARGENTINA. **Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914**. Tomo 3. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916c. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/>. Acesso em 08 jun. 2021.

ARGENTINA. **Tercer Censo Nacional de la República Argentina – 1914**. Tomo 4. Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916d. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/>. Acesso em 08 jun. 2021.

7.1.2 Brasil

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872 – Paraná**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872 – Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872 – Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872 – Santa Catarina.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **RECENSEAMENTO GERAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890.** Comarca de Palmas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **RELATORIO APRESENTADO AO Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho (Director Geral de Estatística).** Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1908. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento de 1920.** Volume II, Parte 1. População do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1923. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento de 1920.** Volume IV, Parte 1. População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1926. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento de 1920.** Volume IV, Parte 2, Tomo 1. População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1928a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento de 1920.** Volume IV, Parte 2, Tomo 2. População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, a idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1928b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento de 1920.** Volume IV, Parte 5, Tomo 1. População do Brazil, por Estados e Municipios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1930a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento de 1920.** Volume IV, Parte 5, Tomo 2. População do Brazil, por Estados e Municipios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, 1930b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

BRASIL. **Recenseamento Geral do Brasil 1940.** Série Regional, Parte XIX – Santa Catarina. Censo Demográfico – População e Habitação; Censos Econômicos – Agrícola, Industrial,

Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 jun. 2021.

7.2 CONSTITUIÇÕES

7.2.1 República Argentina

MONTI, Natalia (org.). **Constituciones argentinas**: compilación histórica y análisis doctrinario. Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2015. Disponível em: infojus.gob.ar. Acesso em 18 jun. 2021.

7.2.2 Brasil

BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.html. Acesso em 26 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 11 jan. 2022.

7.3 DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E/OU GOVERNAMENTAIS

7.3.1 Archivo General de Gobernación de Misiones

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie E, 1927, n. 3. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie E, 1931, n. 6. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie E, 1933, n. 7. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie E, 1939, n. 8. Disponível em:

<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie E, 1942, n. 9.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie G, 1915, n. 1.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie G, 1931, n. 3.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie G, 1944, n. 4.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie H, 1927, n. 1.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie H, 1930, n. 4.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie H, 1931, n. 5.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie H, 1932, n. 6.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie H, 1933, n. 7.
Disponível em:
<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie H, 1940, n. 8.
Disponível em:

<http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie R, 1933, n. 1. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie R, 1942, n. 2. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie T, 1936. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

ARCHIVO GENERAL DE GOBERNACION DE MISIONES. Serie T, 1944. Disponível em: <http://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>. Acesso em 17 dez. 2021.

7.3.2 Mensagens do Presidente do Estado para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

KONDER, Adolfo. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catharina.** 1929. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=132&s=0&cv=0&r=0&xywh=-122%2C-333%2C3431%2C2420>. Acesso em 02 nov. 2021.

7.4 DOCUMENTOS DA *COMISIÓN ESPECIAL INVESTIGADORA DE ACTIVIDADES ANTI-ARGENTINAS*

Comunicado del agente de Misiones. 1942. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

Informe 4 “Escuelas particulares de idiomas y religión”. 1941. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 16 dez. 2021.

Informe nº 5: Gobernación de Misiones. 1941 [1938]. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

Informe nº 11: Gobernación de Misiones. 1941. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

Informe nº 36: Gobernación de Misiones. 1940. Disponível em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acesso em 23 nov. 2021.

Informe producido sobre la jira de inspección en el Territorio Nacional de Misiones sobre actividades extranjeras de acuerdo a instrucciones impartidas por el Señor Ministro. 1940. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

Informes de inteligencia, escritos en inglés, sobre Paraguay y Misiones. 1942. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

Nómina de las localidades de la provincia de Misiones y las propiedades alemanas situadas en ella. S/ ano. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

Nota al Comisario de San Javier (Indalecio Calvo), solicitando que inicie una investigación motivada por una denuncia efectuada por el Cónsul argentino en Porto Alegre, sobre las actividades de propaganda nazi en la zona. 1940. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

Se informa al Ministro de Guerra del ingreso de personas a la Argentina desde el Brasil. 1942. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

Se informa al ministro de Guerra sobre el ingreso de inmigrantes brasileños. 1942. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

Se informa al Ministro de Guerra sobre el ingreso de personas a la Argentina desde Brasil. 1942. Disponible em: <https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/>. Acceso em 23 nov. 2021.

7.5 DOCUMENTOS DAS ALEGAÇÕES NA QUESTÃO DE PALMAS

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as arbitrator under the provisions of the treaty concluded September, 7, 1889, between Brazil and the Argentine Republic.** Volume I. The Statement. New York, 1894a. Disponible em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518696>. Acceso em 10 jun. 2021.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as arbitrator under the provisions of the treaty concluded September, 7, 1889, between Brazil and the Argentine Republic.** Volume III. Appendix. New York, 1894b. Disponible em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518696>. Acceso em 10 jun. 2021.

ZEBALLOS, Estanislao. **Alegato de la República Argentina sobre la Cuestión de Límites con el Brasil en el Territorio de Misiones sometida al presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de setiembre de 1889.** Washington D.C., 1894. Disponible em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/17200>. Acceso em 22 jun. 2021.

7.6 JORNAIS

Assumi ontem o cargo de interventor federal do Estado o sr. coronel Aristiliano Ramos. **República**, Florianópolis, ano 2, nº 754, p. 1, 20 abr. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

Escritório de Engenharia de Carlos Culmey. **A Federação**, Porto Alegre, ano 24, nº 46, p. 3, 22 fev. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 20 jun. 2021.

Nos telegraphos. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, ano 2, nº 156, p. 10, 8 abr. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 13 dez. 2021.

O diretório da coligação em Chapecó se solidariza com o Partido Liberal. **República**, Florianópolis, ano 2, nº 396, p. 1, 14 jul. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

“Onde tu fores eu também irei”. **Jornal Expressão**, Itapiranga, nº 784, p. 13-22, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://jexpressao.com/2021/04/09/a-extraordinaria-historia-de-maria-wiersch-rohde/>. Acesso em 26 jun. 2021.

7.7 LEGISLAÇÕES

7.7.1 República Argentina

ARGENTINA. **Ley de fomento de la inmigración europea de 1876**. Disponível em: <http://archivohistorico.educ.ar>. Acesso em 26 jun. 2021.

ARGENTINA. **Ley N.º 8.871 de elecciones nacionales, de 13 de febrero de 1912**. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-8871-310143/texto>. Acesso em 25 jun. 2021.

7.7.2 Brasil

BRASIL. **Decreto-Lei N° 383, de 18 de abril de 1938**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 406, de 4 de maio de 1938**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 1.164, de 18 de março de 1939**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 set. 2021.

BRASIL. **Lei de 23 de outubro de 1832**. Sobre naturalização dos estrangeiros. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-sn-1824-1899-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html. Acesso em 26 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disposições sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.html. Acesso em 24 jun. 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei Nº 88, de 31 de março de 1938**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 213. In: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**. Do Velho Chapecó a Chapecó: o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1917/2010. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2010, p. 49.

7.8 LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE ITAPIRANGA

Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga. Acervo da Paróquia de Itapiranga.

SPOHR, Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.

7.9 OBRAS MEMORIALÍSTICAS

HERWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K.. **A filha do pioneiro**: memórias. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

HERWIG, Tutz Culmey. **Die tochter des pioniers**: lebenserinnerungen. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de julho, 1984.

LASSBERG, Max von. **Reminiscências**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

RAMBO, Balduino. João Rick – Biografia escrita por Pe. Balduino Rambo, SJ. Tradução de Arthur Blásio Rambo. In: RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. **Pe. J. E. Rick, SJ**: cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004, p. 11-74.

RICK, João Evangelista. Apontamentos feitos entre 1927 e 1932; Reminiscências redigidas de 1942 em diante. In: RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. **Pe. J. E. Rick, SJ**: cientista, colonizador, apóstolo social, professor. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004, p. 77-172.

ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

7.10 RELATOS DA VIAGEM DE 1929

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. In: CEOM. **A viagem 1929**: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 81-108.

COSTA, Arthur Ferreira. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. In: CEOM. **A viagem 1929**: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 19-80.

D'EÇA, Othon Gama Lobo. **Aos Espanhóis Confinantes**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992. Disponível em: <https://portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117722>. Acesso em: 01 set. 2021.